



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
SERGIO AROUCA  
ENSP

Leandro de Oliveira Bitencourt

**Meninos vestem azul e meninas vestem rosa: a “ideologia de gênero” no Ministério da  
Mulher, Família e Direitos Humanos**

Rio de Janeiro

2022

Leandro de Oliveira Bitencourt

**Meninos vestem azul e meninas vestem rosa: a “ideologia de gênero” no Ministério da  
Mulher, Família e Direitos Humanos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Políticas Públicas, Gestão e Cuidado em Saúde.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Helena Barros de Oliveira.

Coorientador: Prof. Me. Henrique Rabello de Carvalho.

Rio de Janeiro

2022

## Boys wear blue and girls wear pink: the "gender ideology" in the Ministry of Women, Family and Human Rights.

B624m Bitencourt, Leandro de Oliveira.  
Meninos vestem azul e meninas vestem rosa: a "ideologia de gênero" no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos / Leandro de Oliveira Bitencourt. -- 2022.  
207 f.

Orientadora: Maria Helena Barros de Oliveira. Coorientador:  
Henrique Rabello de Carvalho.

Dissertação (Mestrado Profissional em Direitos Humanos, Justiça e Saúde: Gênero e Sexualidade) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2022.

Bibliografia: f. 166-174.

1. Ideologia de Gênero. 2. Direitos Humanos. 3. neoliberalismo. 4. Família.  
5. Análise do Discurso Crítica. I. Título.

CDD 341.481

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica: Cláudia Menezes Freitas - CRB-7-5348 Biblioteca de Saúde Pública

Leandro de Oliveira Bitencourt

**Meninos vestem azul e meninas vestem rosa: a “ideologia de gênero” no Ministério da  
Mulher, Família e Direitos Humanos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Saúde Pública. Área de concentração: Políticas Públicas, Gestão e Cuidado em Saúde.

Aprovada em: 07 de outubro de 2022.

Banca Examinadora

Prof.<sup>a</sup> Dra. Jaqueline Gomes de Jesus  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof. Dr. Felipe de Baére Cavalcanti D’Albuquerque  
Universidade de Brasília

Prof. Me. Henrique Rabello de Carvalho (Coorientador)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Helena Barros de Oliveira (Orientadora)  
Fundação Oswaldo Cruz – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Rio de Janeiro

2022

Dedico este trabalho a Alexandre Ivo, Alexandre Hora e Jorge Alexandre.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente e em primeiro lugar ao meu marido e companheiro de longa data Ricardo Bitencourt. Obrigado por sempre me ouvir, pelos finais de semana, viagens e momentos banais que precisamos abrir mão por conta deste projeto. Agradeço minha irmã Letícia e meu cunhado Henryck pelo apoio de sempre e pelos maiores presentes que pude ganhar nessa vida: Milena, Henry e Chloe. A Giovanna também, que foi a primeira a me fazer conhecer o amor e a delícia de ser tio. A minha mãe Vani, que sempre apoiou meus estudos de especialização e mestrado mesmo sem saber exatamente para que eles serviriam. As políticas educacionais desenvolvidas pelo ex-presidente Lula, sem as quais eu jamais poderia ter chegado à universidade, me tornando psicólogo, servidor público e agora pesquisador. Ao professor Inácio Motta, que me enviou a divulgação do edital do mestrado uma semana antes do encerramento do prazo, e apesar do tempo curto, seu incentivo me fez acreditar que seria possível e foi. A professora Maria Helena Barros pela dedicação e garra de tirar esse curso de pós-graduação do papel, além de ser uma pessoa incrível que aprendi a admirar. Professor Henrique Rabello, que foi uma grande inspiração desde a primeira aula. Ter você como coorientador foi um presente e esse trabalho não seria como é se não fosse por suas preciosas e cuidadosas indicações e orientações. Ao professor Ribamar, a quem eu tive a alegria de conhecer na reta final da pesquisa, que esteve disponível desde o primeiro momento e me ajudou imensamente. A querida Jéssica Barreto, grande amiga que ganhei nesta turma de mestrado. As amigas Elisa Peralva e Patrícia Durans pelo apoio, troca e carinho.

“Ninguém no Brasil nunca fez merda em nome do Capeta, da maconha ou da sacanagem. Toda vez que mataram, escravizaram e torturaram no Brasil foi em nome de Deus, da pátria e da família.”

(DUVIVIER)

## RESUMO

A partir do discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro, onde o mesmo afirmou que um dos objetivos de seu governo seria combater a “ideologia de gênero” e defender “os verdadeiros direitos humanos”, esta pesquisa investiga qual é a ideologia norteadora das políticas públicas do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), utilizando a metodologia da Análise do Discurso Crítica. Partindo da compreensão que existe uma disputa em torno da noção de direitos humanos e que houve na última década no Brasil uma moralização dos direitos para a população LGBTI+, buscamos traçar relações entre o modelo neoliberal, compreendido como racionalidade, e seus efeitos para a democracia. A desdemocratização é uma marca da racionalidade neoliberal e, nesse contexto, o autoritarismo e neoconservadorismo são elementos que também fazem parte dessa racionalidade, compreendidos a partir de uma tripla operação proposta por Brown (2019): o desmantelamento da sociedade, o destronamento do político e a ampliação da esfera pessoal protegida. A compreensão do sintagma “ideologia de gênero” como fenômeno transnacional e suas bases é fundamental para traçarmos um panorama para sua emergência no Brasil, considerando eventos como o veto ao kit Escola Sem Homofobia e a votação do Plano Nacional de Educação. Busca-se compreender os modos de operação no uso desse sintagma no cenário político. Por fim, foi realizada a Análise do Discurso Crítica a partir do discurso das principais representantes do MMFDH, Damara Alves e Angela Gandra, além de algumas políticas desenvolvidas pelo Ministério, com objetivo de compreender qual é a ideologia norteadora das políticas públicas desenvolvidas. É possível observar através dos interdiscursos que a linguagem utilizada por suas representantes serve para manter relações de dominação, de hegemonia, além de disputar sentidos em relação aos direitos humanos e também sobre a população LGBTI+.

Palavras-chave: neoliberalismo, direitos humanos, ideologia de gênero, análise do discurso crítica, democracia, ministério da mulher, família e direitos humanos.



## ABSTRACT

Based on president Jair Bolsonaro's inaugural speech, where he stated that one of the goals of his government would be to fight "gender ideology" and defend "true human rights", this research investigates the guiding ideology of public policies developed by the Ministry of Women, Family and Human Rights (MMFDH), using the Critical Discourse Analysis methodology. Starting from the understanding that there is a dispute around the notion of human rights, that they are a project of a democratic society and that in the last decade in Brazil there has been a moralization of rights for the LGBTI+ population, we seek to trace relationships between the neoliberal model, understood as rationality, and its effects for democracy. Dedemocratization is a hallmark of neoliberal rationality and, in this context, authoritarianism and neoconservatism are elements that are also part of its rationality, understood from a triple operation proposed by Brown (2019): the dismantling of society, the dethronement of the political and the expansion of the protected personal sphere. The understanding of the "gender ideology" as a transnational phenomenon and its bases is essential to outline an overview of its emergence in Brazil, considering events such as the veto of the "school without homophobia kit" and the vote on the National Education Plan. It seeks to understand the modes of operation in the use of "gender ideology" in the political scenario. Finally, a Critical Discourse Analysis was carried out based on the speech of the main representatives of the MMFDH, Damares Alves and Angela Gandra, in addition to some policies developed by the Ministry, in order to understand the guiding ideology of the public policies developed. It is possible to observe through the interdiscourses that the language used by its representatives serves to maintain relations of domination, hegemony and dispute meanings in relation to human rights and also about the LGBTI+ population.

Keywords: neoliberalism, human rights, gender ideology, critical discourse analysis, democracy, Ministry of women, family and human rights.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC	Análise do Discurso Crítica
ANAJURE	Associação Nacional de Juristas Evangélicos
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e transexuais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CONAE	Conselho Nacional de Educação
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
FPE	Frente Parlamentar Evangélica
LGBTI+	Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais e outras identidades de gênero
MBL	Movimento Brasil Livre
MESP	Movimento Escola Sem Partido
MMFDH	Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos
OEA	Organização dos Estados da América
ONU	Organização das Nações Unidas
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
PNDH	Plano Nacional de Direitos Humanos
PNE	Plano Nacional de Educação
PSOL	Partido Socialista e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
STF	Supremo Tribunal Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TST	Tribunal Superior do Trabalho

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>MORALIZAÇÃO NEOLIBERAL E ANTIDEMOCRÁTICA: DIREITOS HUMANOS EM DISPUTA</b> .....	20
2.1	DIREITOS HUMANOS: PARA QUEM E POR QUÊ?.....	21
<b>2.1.1</b>	<b>Direitos humanos para humanos sem direitos</b> .....	24
2.2	NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA: UMA COESISTÊNCIA POSSÍVEL?.....	27
<b>2.2.1</b>	<b>A racionalidade neoliberal</b> .....	27
<b>2.2.2</b>	<b>Neoliberalismo e a tripla operação</b> .....	33
2.2.2.1	O desmantelamento da sociedade .....	34
2.2.2.2	O destronamento do político .....	36
2.2.2.3	A ampliação da esfera pessoal protegida .....	40
2.3	NEOCONSERVADORISMO .....	45
2.4	DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS LGBTI+ .....	49
2.5	CONSIDERAÇÕES .....	51
<b>3</b>	<b>A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO INIMIGO MORAL</b> .....	53
3.1	O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE .....	53
3.2	A PRODUÇÃO DO DISPOSITIVO “IDEOLOGIA DE GÊNERO” .....	56
<b>3.2.1</b>	<b>A cruzada transnacional católica antigênero</b> .....	56
<b>3.2.2</b>	<b>O gênero como inimigo “globalista”</b> .....	67
3.3	PÂNICOS ET CIRCENSES: BREVE CRONOLOGIA DA DISSEMINAÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL .....	73
<b>3.3.1</b>	<b>Os primeiros sintomas</b> .....	74
<b>3.3.2</b>	<b>O “kit gay”</b> .....	75
<b>3.3.3</b>	<b>2013: o ano de inflexão política e conservadora</b> .....	79
<b>3.3.4</b>	<b>O Estatuto das Famílias e o Estatuto da Família</b> .....	81
<b>3.3.5</b>	<b>A votação do Plano Nacional de Educação (PNE)</b> .....	83
<b>3.3.6</b>	<b>O Movimento Escola Sem Partido e o Projeto Escola Sem Partido</b> .....	88
<b>3.3.7</b>	<b>A fratura democrática e a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro</b> .....	92
3.4	A FÓRMULA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” .....	96
3.5	O QUE É ENTÃO A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”? .....	97
<b>3.5.1</b>	<b>Como opera?</b> .....	102

3.6	CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO.....	103
4	<b>COMBATE À “IDEOLOGIA DE GÊNERO”? A ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA NO MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS .....</b>	<b>105</b>
4.1	BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESTRUTURA GOVERNAMENTAL BRASILEIRA .....	105
4.2	PORQUE O MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS? .....	108
4.2.1	“Chegou a nossa hora: é o momento de a igreja ocupar a nação” .....	109
4.2.2	A ocupação evangélica: Damares Alves, a Ministra confessional .....	110
4.2.3	A ocupação católica: Angela Gandra .....	112
4.2.4	Diálogos transnacionais pró-família e pró-vida no MMFDH .....	112
4.2.5	Da “ideologia de gênero” para a proteção da família: a mudança na perspectiva das ações ministeriais .....	115
4.3	ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DO MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS .....	116
4.3.1	O <i>corpus</i> da análise .....	120
4.3.2	Método .....	121
4.3.3	Hipóteses .....	121
4.4	MIL DUZENTOS E SETENTA E CINCO DIAS COM ELAS .....	122
4.4.1	Dia 55: A apresentação formal do governo .....	122
4.4.2	Dia 200: A apresentação real do Ministério e suas bandeiras .....	127
4.4.3	Dia 346: A contrarrevolução cultural .....	132
4.4.4	Dia 423: A ideologia do cão .....	138
4.4.5	Dia 792: A “releitura” dos direitos humanos .....	146
4.4.6	Dia 801: A explicitação do projeto conservador .....	151
4.5	ANÁLISES .....	160
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>162</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>166</b>
	<b>ANEXO A - DISCURSO DA MINISTRA DA MULHER, FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, DAMARES ALVES, NA ABERTURA DO SEGMENTO DE ALTO NÍVEL DA 40ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU, EM 28 DE FEVEREIRO DE</b>	

<b>2019</b> .....	175
<b>ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DAMARES PARA DEPUTADO SILAS CÂMARA, DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, EM 30 DE JULHO DE 2019, SOBRE OS 200 DIAS DE TRABALHO COM O APOIO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA</b> .....	180
<b>ANEXO C - ENTREVISTA DE DAMARES ALVES A BBC BRASIL, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2019</b> .....	182
<b>ANEXO D - ENTREVISTA CONCEDIDA A <i>DEUTSCHE WELLE</i> BRASIL EM 28 DE FEVEREIRO DE 2020, PARA A JORNALISTA KARINA GOMES</b> .....	193
<b>ANEXO E - TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DAMARES SOBRE REVISÃO DO PNDH 3 MARÇO DE 2021 PUBLICADA NO SITE E NA PÁGINA DO <i>YOUTUBE</i> DO MMFDH</b> .....	203
<b>ANEXO F - TRADUÇÃO E TRANSCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DA SECRETÁRIA NACIONAL DE FAMÍLIA, ANGELA GANDRA, NO WEBINÁRIO <i>DIÁLOGOS TRANSATLÁNTICOS PNFV / UNA RESPUESTA POLÍTICA A LA IDEOLOGÍA DE GÉNERO</i>, ORGANIZADO PELA <i>POLITICAL NETWORK FOR VALUES</i>, EM 12 DE MARÇO DE 2021</b> .....	205

## 1 INTRODUÇÃO

“O que induz homens e mulheres a confundir-se, de tempos em tempos, com deuses ou vermes é a ideologia.” (EAGLETON, 2019, p.13)

Ideologia de gênero. Basta que essa expressão seja mencionada em algum coletivo educacional, político, religioso, etc., para que imediatamente haja comoção, mobilização de discursos e até mesmo evitação da discussão.

É notório que, na última década, essa expressão se tornou uma espécie de “espantalho moral”<sup>1</sup>, que existe para garantir a integridade de um terreno fértil, que poderia ser utilizado para produzir outras coisas, e, assim, garantir a vida de outras pessoas. Esse terreno já foi de propriedade exclusiva da religião, que nos últimos 500 anos se viu obrigada dividir espaço com uma então jovem, moderna e rebelde moradora chamada ciência, e com outro morador, pragmático, burocrático e legalista chamado Estado Moderno, e, desde então, perdeu a maior parte de seu terreno. Insatisfeita e infeliz com seu destino, a religião aguardava apenas uma oportunidade de recuperar boa parte de seu terreno, e, para isso, sabia que precisaria de toda ajuda possível. O enfrentamento direto não parecia uma estratégia adequada e a religião compreendeu que precisaria de alguma maneira se modernizar e criar alguma proximidade com seus rivais, adentrar e ocupar novamente seu espaço perdido. Muito preocupada com a velocidade com que a perda de terreno começou a acontecer na década de 1990, a religião inicia uma ofensiva articulada para a retomada de seu terreno, e encontra em seu caminho dois grandes e potentes parceiros em sua empreitada: um deles já bem famoso e parceiro de longa data, conhecido como conservadorismo; e outro ainda jovem e pouco conhecido, chamado neoliberalismo. Desse encontro, foi criado o sintagma “ideologia de gênero”, que será citado sempre entre aspas, já que se trata de um termo pejorativo, um conceito vazio sobre o qual são feitas inscrições de sentidos, conforme veremos mais à frente.

Não queremos aqui produzir uma narrativa maniqueísta, mas sim compreender quais relações de poder se associaram nas últimas décadas para a eliminação da perspectiva de gênero nas políticas públicas. O dispositivo “ideologia de gênero” é nomeado como um espantalho pois faz uma costura forçosa entre dois conceitos absolutamente distintos no campo das ciências: ideologia e gênero. Mais que uma preocupação semântica, esse dispositivo de

---

<sup>1</sup> Sônia Corrêa cita este termo em sua matéria de opinião para a Revista Cult, em referência a pesquisadora Letícia Cesarino. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/ideologia-de-genero-assim-surgiu-o-espantalho/> Acesso em 17 out. 2022.

linguagem produz uma disputa de sentido em relação ao campo da sexualidade e gênero, que inicia na discussão da política pública e logo toma todo o campo social. Além disso, esse sintagma deixa claro que a disputa em relação aos direitos de pessoas LGBTI+<sup>2</sup> se dá principalmente através da linguagem.

Se gênero ainda é um conceito pouco claro no senso comum, ideologia parece um conceito ainda mais distante para as novas gerações. Antes da criação desse espantalho, a última vez que a palavra ideologia circulou em todo o tecido social brasileiro foi em 1988, com o lançamento do terceiro álbum solo de Cazuza, cuja canção intitulada “Ideologia” também dava nome ao álbum. Curiosamente, 1988 também foi o ano em que foi promulgada a atual Constituição brasileira, conhecida por ter reestabelecido a democracia no Brasil após 21 anos de ditadura. Para além do estabelecimento de um estado democrático de direito, a Constituição de 1988 vai além, e se propõe a ser um dispositivo legal para a promoção da justiça social, quando afirma por exemplo, que a saúde é um dever do Estado, o que possibilitou a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Em relação aos direitos humanos, também é um marco importante quando reconhece em seu art. 5º que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988), o que produziu grandes avanços nas políticas públicas. Se Cazuza e toda uma geração cantavam que queriam uma ideologia para viver, como algo desejável e positivo, quais foram os deslocamentos que ocorreram no país e parecem ter dado outros sentidos ao significante ideologia? Como foi que em 2018, exatamente 30 anos depois, o uso desse conceito foi determinante para a eleição de um presidente autoritário como Jair Bolsonaro? Afinal, o que é ideologia?

Encontrar apenas uma definição para ideologia certamente é uma tarefa impossível, já que a sua noção é bastante antiga, ampla e polissêmica. Eagleton (2019) lista em seu livro 16 definições mais comumente aceitas no meio científico, o que nos dá a dimensão da complexidade desse conceito. Nesta análise crítica feita pelo autor, a ideologia está conectada não somente a um sistema de crenças, mas também fala sobre relações de poder. Ele destaca uma definição comum a boa parte dos autores:

Talvez a resposta mais comum seja afirmar que ideologia tem a ver com *legitimar* o poder de uma classe ou grupo social dominante. “Estudar ideologia”, escreve John B. Thompson, “é estudar os modos pelos quais o significado (ou a significação) contribui para manter as relações de dominação”. Essa é, provavelmente a única definição de ideologia mais amplamente aceita, e o processo de legitimação deveria envolver pelo menos seis estratégias diferentes. (EAGLETON, 2019 p.23)

---

<sup>2</sup> Apesar de muitas variações dessa sigla, nesse trabalho utilizaremos o acrônimo LGBTI+ como forma de contemplar toda a população sexo-diversa.

A partir dessa definição, fomos convocados nesta pesquisa a tomar o que ele chama de significado como analisar o sentido dos discursos, o que esse dispositivo traz em termos de produção de real e quais ideias ele está conectado. O autor ainda segue bastante generoso em fornecer as seis estratégias, que seriam mais propriamente elementos de análise para tal empreendimento:

Um poder dominante pode se legitimar *promovendo* crenças e valores compatíveis consigo próprio; *naturalizando* e *universalizando* tais crenças de modo a torna-las óbvias e aparentemente inevitáveis; *denegrindo* ideias que possam desafiar-lo; *excluindo* formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada mas sistemática; e *obscurecendo* a realidade social de modo a favorecê-lo. (EAGLETON, 2019 p.23)

Nesse pequeno trecho, o autor descreve um método de análise das relações de poder que compõe uma ideologia, o qual nomeia de “mistificação”, e esses elementos estão próximos aos propostos por Thompson (2011) e serão utilizados em nossa Análise do Discurso Crítica (ADC).

Ao mesmo tempo que traz essa definição, o autor aponta que há problemas ao tomá-la sem suas contradições. A primeira questão levantada é que nem toda ideologia está ligada necessariamente a um poder político dominante e por isso há necessidade de uma definição mais ampla de ideologia, “algo como uma intersecção de crenças e o poder político”(EAGLETON, 2019 p. 25). O segundo problema diz respeito à natureza do poder, discutida especialmente na obra de Foucault (FOUCAULT, 2011a). Na teoria Foucaultiana, o poder não diz respeito propriamente a uma hierarquia, está em todas as relações, e essa leitura certamente trouxe um importante ganho político para a compreensão de poder, mas, ao mesmo tempo, esvaziou a noção de ideologia. Eagleton (2019) afirma que Foucault e seus seguidores abandonaram a noção de ideologia, substituindo-a pelo discurso e que isso tem como efeito destituir a força da noção de ideologia. Ele propõe então uma espécie de conciliação conceitual entre as noções de poder, política, discurso e ideologia quando afirma que “é perfeitamente possível concordar com Nietzsche e Foucault a respeito de que o poder está em toda parte, ao mesmo tempo que se busca distinguir, para certos propósitos práticos, exemplos de poder mais ou menos centrais” (EAGLETON, 2019 p.27). Essa proposição parece bastante razoável para que não haja o apagamento entre a noção de ideologia e as relações de poder. A propósito, não será isso que aconteceu nos últimos 30 anos?

A partir da provocação feita por Eagleton, nos interessa nesta pesquisa exatamente pensar a ideologia nas relações de poder, como uma espécie de núcleo de análise, compreendendo ser possível a produção de formações discursivas mais rígidas dentro dessas



relações, que podemos chamar de núcleos duros ou ideológicos. O autor ressalta que “a força da ideologia reside na sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são” (EAGLETON, 2019 p.27). Tomando essa análise, podemos então pensar que o sintagma “ideologia de gênero” certamente diz respeito a toda uma forma de vida social. Se compreendermos esse sintagma como uma ofensiva à perspectiva de gênero nas políticas públicas, estamos falando de negligência estatal com a população de mulheres, LGBTI+ e qualquer outra pessoa que não corresponda às normas de gênero heteronormativas. É possível supor que quando uma palavra tem um significado e passa a significar outra coisa, é um sinal que socialmente algo se passou, há uma mudança paradigmática e é exatamente essa mudança que nos interessa investigar.

A necessidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas é urgente para o enfrentamento das violências contra as mulheres e a população LGBTI+, afinal, de acordo com os dados de 2021 do Fórum de Segurança Pública (BUENO et al., 2022), uma mulher foi assassinada a cada 7 horas no Brasil. No mesmo ano, figuramos pelo 13º ano consecutivo o ranking do país que mais mata população LGBTI+ no mundo<sup>3</sup> e contraditoriamente somos o país que mais consome pornografia de pessoas travestis e transsexuais<sup>4</sup>. Ampliar a atuação do Estado no enfrentamento a essas violências é ampliar também a garantia de direitos humanos para mais humanos e esse parece ser um dos pontos chave da nossa discussão: a qual perspectiva as atuais políticas respondem? Promovem a ampliação de direitos para mais humanos ou o esquadramento de quem serão os humanos dignos de direitos?

O que está curso neste momento é uma disputa discursiva e epistemológica no campo político, em relação ao gênero, à sexualidade, à ideologia e aos direitos humanos, que não deixa de ser também uma disputa política, se é que possível fazer tal separação de maneira tão clara. A disputa política se inicia de forma mais incisiva nos anos de 1990, a partir das conferências da ONU, quando demandam os movimentos feministas que os Estados respondam às questões ligadas a desigualdades de gênero e direitos sexuais e reprodutivos. Essa disputa política ganha outros contornos a partir da segunda década dos anos 2000, de algo que se dá no campo político, mas pela via da ressignificação desses conceitos já consolidados social e academicamente, através do que alguns autores nomeiam como guerra cultural.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://grupogaydabahia.com/2022/02/24/mortes-violentas-de-lgbt-no-brasil/> Acesso em 08 maio 2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://cbn.globo.com/comentaristas/noticia-para-quem-precisa/2017/01/30/BRASIL-E-O-PAIS-MAIS-VIOLENTO-CONTRA-TRANS-E-O-QUE-MAIS-CONSUME-PORNOGRAFIA-COM-TRAVESTI.htm> Acesso em 08 mai.2022.

A eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou a consolidação de discursos e práticas autoritárias e discriminatórios de toda ordem, mas em especial as relacionadas ao gênero e à sexualidade, pautas que lhe deram visibilidade midiática alguns anos antes de sua candidatura. Essa eleição vem com um mandato que se propõe a mudar “tudo que está aí”, a restabelecer uma suposta ordem social, e recorre a uma retórica de que no passado as coisas eram melhores e que esse passado precisa ser restaurado. Esse fenômeno é nomeado de bolsonarismo, uma vez que Bolsonaro sempre se colocou publicamente a partir desta lógica. Segundo FREIXO e MACHADO (2019) o bolsonarismo:

é um fenômeno político que transcende a figura de Jair Bolsonaro, e que se caracteriza pela visão de mundo ultraconservadora, que prega o retorno aos valores tradicionais e assume uma retórica nacionalista e “patriótica”, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja minimamente identificado com a esquerda e o progressismo. (FREIXO; MACHADO, 2019 p.15)

O avanço global sobre os direitos humanos, em especial para a população LGBTI+, as políticas afirmativas, a justiça social, enfrentamento ao racismo, redistribuição de renda, mobilidade social, entre outras coisas, são políticas indesejáveis para as elites brasileiras, muito acomodadas em seus lugares de privilégio, principalmente considerando o contexto colonial do Estado brasileiro. E no caso de Jair Bolsonaro, parece que não há mais constrangimento em deixar claro quais são seus objetivos e de seus apoiadores.

A questão que se colocou a época é como um governo poderá melhorar a vida das pessoas sendo contra uma perspectiva progressista em todos os campos? Se compreendermos então uma lógica conservadora, o que se pretende conservar? Se o que está posto não pode ser, e o país melhor estaria nas formas de viver e governar do passado (considerando o saudosismo declarado de Bolsonaro aos governos militares), estamos falando então de um país que não só não pode progredir como também se propõe a regredir. E foi exatamente isso que aconteceu.

Os nomes anunciados para ocupar os Ministérios do governo Bolsonaro chamaram atenção por, em geral, se tratar de pessoas ligadas ao que normalmente a imprensa chama de “núcleo ideológico”, ou seja, pessoas que vão se posicionar, inclusive publicamente, de forma reacionária às políticas vigentes e até mesmo de maneira negacionista em relação à ciência. Podemos destacar aqui ao menos três nomes e citar ações pelas quais eles se destacaram.

Ernesto Araújo, ex-ministro das Relações Exteriores, viu-se obrigado a pedir demissão do cargo após uma série de pressões políticas sobre a sua condução da política externa. O ex-

ministro deu uma série de declarações polêmicas<sup>5</sup> à frente do Ministério, inclusive se pronunciando contra a China, principal parceiro comercial do Brasil, e tendo um mandato marcado pela falta da principal característica histórica da diplomacia brasileira: o pragmatismo. Uma das primeiras deliberações de Araújo foi a retirada do termo gênero e também de “direitos sexuais e reprodutivos” dos acordos celebrados na ONU (MACHADO, 2020) em nome do enfrentamento a um inimigo denunciado por ele mesmo: o globalismo.

Principal nome anunciado por Bolsonaro, o ministro da Economia Paulo Guedes não conseguiu realizar as promessas de desenvolvimento econômico que havia prometido em campanha e alega que a pandemia o atrapalhou<sup>6</sup>. Superada a fase mais aguda da pandemia, o Ministério não efetivou nenhuma medida para a retomada econômica e hoje o Brasil tem a terceira maior inflação entre as grandes economias<sup>7</sup>.

O Ministério da Saúde foi ocupado inicialmente pelo médico Luiz Henrique Mandetta, que, desde 2011, ocupava o cargo de deputado federal pelo DEM. Mandetta já havia causado polêmica ao falar sobre discutir possibilidades de SUS pago<sup>8</sup>, que de fato era um projeto do governo Bolsonaro. Com o início da pandemia de COVID-19 em março de 2020, o ministro parece ter deixado de lado uma gestão política de governo, assumindo uma gestão técnica à frente do Ministério, o que causou enfrentamento direto com Bolsonaro, que desde o início negou a pandemia e se colocou contra as medidas de isolamento. Pouco mais de um mês após o início da pandemia, Mandetta é exonerado e até então aconteceram diversas trocas de ministros, sendo o atual, Marcelo Queiroga, o 4º ministro a passar pelo cargo desde 2019. Esse Ministério foi responsável pela gestão desastrosa da pandemia, que ficou marcada pelo negacionismo e inércia do governo, tanto com as questões de saúde, como a demora na compra de vacinas, questões sociais, agravando ainda mais o cenário de fome e desamparo da população. Até o momento, mais 660 mil pessoas morreram da doença e estudos apontam que quatro em cada cinco mortes poderia ter sido evitada (COSTA; RIZZOTTO; LOBATO, 2021).

O objetivo de listar aqui os três referidos ministérios é para pensar que, em um governo neoliberal ou ultraliberal, os ministros são na verdade detratores, ou seja, invertem seu mandato

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/03/30/relembre-polemicas-de-ernesto-araujo-a-frente-do-ministerio-das-relacoes-exteriores.ghtml> Acesso em 08 mai.2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/27/reforma-da-previdencia-e-maior-legado-de-guedes-dizem-economistas.htm> Acesso em 08 mai.2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/05/brasil-tem-3a-maior-inflacao-entre-as-grandes-economias-mostra-ocde.ghtml> Acesso em 08 mai.2022.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2019/05/28/sus-pago-entenda-falas-do-ministro-da-saude-em-programa-da-tv-cultura.htm> Acesso em 08 mai.2022.

social quando agem de forma contrária a diretrizes e políticas de interesse nacional comum que deveriam executar, e se conectam a lógicas de mercado e/ou ideológicas. O Ministério das Relações Exteriores criou problemas desnecessários nas relações diplomáticas do Brasil com seu principal parceiro comercial, o Ministério da Economia elevou a inflação ao maior patamar das últimas décadas e o Ministério da Saúde foi promotor de milhares de mortes. Tudo isso nos leva a pensar na necessidade de olhar para a política produzida pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que é objeto desta pesquisa e iremos discutir mais à frente.

O golpe que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff em 2016 foi bastante significativo pois, além de ser um grande golpe na democracia, representou a consolidação de um golpe nos direitos sociais para a população LGBTI+, que tiveram uma série de avanços significativos nos governos Lula e Dilma. Esses avanços não se deram sem contradição, pois existe uma fragilidade legislativa já que não há no Brasil, até o momento, nenhuma lei que trate sobre os direitos dessa população (CARVALHO, 2021). Se o Executivo e o Judiciário, desde o início dos anos 2000, foram os poderes que produziram alguns avanços em relação a população LGBTI+, no atual governo observamos não apenas uma paralisia das políticas sociais e direitos humanos (típicas de governos conservadores), como também uma tentativa de ressignificar essas políticas. A aliança entre políticos da extrema direita, religiosos e militares foi determinante para que nenhuma lei de proteção a população LGBTI+ fosse aprovada no Congresso Nacional (BULGARELLI, 2020).

Jair Bolsonaro, em sua vida pública, sempre se posicionou de forma preconceituosa contra a população LGBTI+, produzindo ao longo dos anos um verdadeiro arsenal bélico discursivo de LGBTIfobia, que serviu para que muitas pessoas se sentissem representadas por suas falas e pudessem externar seus preconceitos de forma mais livre. Sua eleição em 2018 representou para boa parte da população LGBTI+ uma ameaça de extermínio, um medo de repressão de nossas sexualidades que pôde ser percebido ainda durante o período eleitoral. Nesse fatídico ano, paradoxalmente, se comemorava os quarenta anos do nascimento do movimento LGBT no Brasil (QUINALHA, 2019), que não está mais sob um governo explicitamente ditatorial, mas teve que se haver com formas mais sutis de repressão e autoritarismo produzidas no seio da democracia. Que democracia é essa?

A partir da compreensão que o Poder Executivo, historicamente, foi um dos principais responsáveis pelos maiores avanços de políticas públicas de Estado para a população LGBTI+, iremos buscar nesta pesquisa investigar de que forma o principal Ministério para a garantia desses direitos, o MMFDH, pautou suas atuações. Não iremos avaliar minuciosamente os

programas desenvolvidos pelo Ministério, mas a partir do método de Análise do Discurso Crítica (ADC) iremos avaliar o que essas políticas implementadas dizem sobre a atuação da pasta. Além de algumas políticas, as análises irão considerar também os discursos da ministra Damares Alves e da secretária nacional de família, Ângela Gandra. Nesse cruzamento entre políticas e declarações públicas, onde a ideologia vira acusação de algo que é sempre propagado pelos outros, vamos analisar se, de fato, o que é a “ideologia de gênero” e se ela é ou não norteadora das políticas na atual gestão.

A modelo econômico e cultural neoliberal aparenta ser um elemento fundamental no processo de desdemocratização e conseqüente ascensão do autoritarismo, além de produzir uma disputa pela hegemonia do modelo heteronormativo como ordenador da sociedade. Compreender as bases ideológicas desse modelo é o primeiro percurso teórico que será discutido na pesquisa.

## 2 MORALIZAÇÃO NEOLIBERAL E ANTIDEMOCRÁTICA: DIREITOS HUMANOS EM DISPUTA

“Vamos defender a família e os **verdadeiros direitos humanos**; proteger o direito à vida e à propriedade privada e promover uma educação que prepare nossa juventude para os desafios da quarta revolução industrial, buscando, pelo conhecimento, reduzir a pobreza e a miséria.”  
<sup>9</sup>(BOLSONARO, 2019; grifo nosso)

O cenário político e social no Brasil de 2022 é de tamanha complexidade que, para compreendê-lo, é necessário desfazer algumas teias que compõem essa rede de acontecimentos e sentidos. Uma tarefa fundamental para essa compreensão é analisar de que forma o neoliberalismo opera em um modelo econômico e político de sociedade em que o mercado direciona os governos e que um dos principais investimentos é sobre a subjetividade humana. Esse investimento psicopolítico é corresponsável pela percepção de que não há outro caminho possível para vivermos em sociedade e também pela legitimação e ascensão do autoritarismo de Estado.

Os direitos humanos, enquanto um projeto de uma sociedade menos desigual, estão em risco com a exacerbação do projeto neoliberal? Quais são as bases do neoliberalismo e quais os possíveis efeitos delas para a democracia?

Compreender de que forma a “ideologia de gênero” chegou à estrutura estatal não é uma tarefa simples. O que é possível perceber de imediato é que esse dispositivo serve cada vez mais para barrar qualquer discussão sobre gênero e sexualidade nas políticas públicas e com efeitos bastante danosos para a garantia de direitos humanos, em especial para a população LGBTI+, como aconteceu no Plano Nacional de Educação (PNE) que discutiremos mais à frente. Sobre o dispositivo estamos utilizando a noção foucaultiana para esse conceito, em que o campo da sexualidade é produzido como forma de regulação das populações, através de arranjos que revelam menos sobre os sujeitos e mais sobre as relações de saber e poder quando normatizam qual seria a sexualidade normal, e por consequência, as patológicas (FOUCAULT, 2011b). Discutiremos esse conceito no segundo capítulo, mas já podemos propor que esse dispositivo parece ter se atualizado de maneira a não mais patologizar, mas moralizar as pautas de políticas públicas para a população LGBTI+.

Podemos compreender a partir do pronunciamento feito pelo presidente Jair Bolsonaro em seu primeiro mês de governo que existe uma disputa de sentido em relação ao que seriam os direitos humanos e a quem eles atenderiam. Ao dizer que iria defender os “verdadeiros

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/22/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-em-davos.ghtml> Acesso em Acesso em 10 mai.2022.

direitos humanos”, abre interpretação que toda a história de defesa desses direitos teria se dado em torno de falsas noções. Esse tipo de discurso sugere que o recente processo de redemocratização do Brasil, consumado na Constituição de 1988, parece não ter alterado de forma mais estrutural os autoritarismos sociais os quais os direitos humanos pretendem combater, como o racismo, o sexismo e a LGBTIfobia, discussões em torno do gênero e temas os quais as discussões sobre direitos humanos se pautaram nas últimas décadas. Pouco mais de trinta anos de democracia não foram suficientes para avançarmos na garantia e reconhecimento de direitos humanos no Brasil e o atual cenário político de crescente autoritarismo parece colocar ainda mais em xeque as possibilidades de avanços nesse sentido, em especial no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

## 2.1. DIREITOS HUMANOS: PARA QUEM E POR QUÊ?

A Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), de 1948, que inspirou nossa Constituição com seus artigos sobre o direito à vida, liberdade e não discriminação, segue como um marco fundamental neste campo, como uma síntese dos valores ocidentais e dos Estados constitucionalistas. Falar de direitos humanos então é tratar de uma série de direitos reconhecidos no plano formal por meio de acordos firmados a partir do século XX (SILVA, 2019). O artigo 7º da DUDH talvez seja o mais importante, quando diz que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei” porque se propõe um objetivo bastante ambicioso de igualdade para todos, sem distinção. Os direitos humanos são fruto de luta, principalmente contra o arbítrio de relações assimétricas de poder. Segundo Oliveira et al. (2021) não é possível falar em uma natureza ou ontologia dos direitos humanos, apesar de elementos históricos importantes que devem ser considerados. Para os autores:

Observados por uma lente crítica, pode-se afirmar que os direitos humanos foram construídos a partir de lutas, de sacrifícios e de culpas, ou seja, são produtos humanos que resultam de um processo marcado por conflitos intersubjetivos. Fala-se, então, em um processo histórico de lutas por direitos e do correlato reconhecimento de direitos humanos como uma categoria jurídica. (OLIVEIRA; TELES; CASARA, 2021 p.27)

O campo dos direitos humanos parece ainda mais importante quando pensamos países com histórico de colonização, como no caso do Brasil, que impôs uma série de violências e violações aos colonizados e escravizados, e tais práticas se perpetuaram (e ainda perpetuam) na cultura e fazem parte da constituição estrutural e subjetiva da cultura do país. A definição de direitos humanos construída por esses autores servirá também nesta pesquisa como orientador da perspectiva que pretendemos defender. Nessa definição:

Por direitos humanos, entende-se o conteúdo normativo do *comum*, ou seja, daquilo que é inegociável, que se encontra para além do Estado e do mercado, e que é necessário para a realização das potencialidades e da dignidade humana, construído a partir das singularidades, de pessoas que vivem em relação com o outro. (OLIVEIRA et al., 2021 p.25)

Os autores tratam aqui sobre um *comum* e parece importante pensar o que isso significa. Direito à vida, a dignidade humana, à saúde, a não discriminação e outros são claros exemplos do comum, mas também são direitos que ainda não são reconhecidos para todos os humanos. O Estado tem um papel importante nessa garantia, mas o *comum* deve comportar outros elementos em sua definição, que serão necessariamente específicos a cada Estado, pois terão que levar em consideração a cultura de seu povo. Outro elemento fundamental de análise, que é a independência que os direitos humanos deveriam ter em relação aos interesses do Estado e também do mercado. Se a garantia de direitos humanos depende dos interesses estatais, um governo de caráter autoritário, extremista ou populista, pode simplesmente ignorar esses direitos, ou oferecer alguma leitura simbólica que os reinterprete de acordo com o que for conveniente estabelecer como discurso de verdade. O governo de Jair Bolsonaro, por exemplo, parece se propor a realizar essa releitura dos direitos humanos, como veremos no terceiro capítulo. Todavia, o mercado estará disponível ao que for mais lucrativo e poderá adotar qualquer posicionamento em relação a esses direitos. Ambos funcionam de maneira bastante parecida, sendo o primeiro por interesses políticos e o segundo por interesses financeiros.

Não propomos aqui desconsiderar a herança da dimensão liberal dos direitos humanos e seu aspecto de globalização acrítica desses direitos, e por isso é importante sermos cautelosos no que diz respeito a compreensão da DUDH em uma perspectiva global e conseqüente globalização dos direitos humanos. Na definição de SANTOS (1997): “a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival”(SANTOS, 1997 p.108). Essa definição nos interessa na medida em que o autor compreende os direitos humanos nesta perspectiva, de um *localismo globalizado*, ou seja, uma experiência local que se torna global *de-cima-para-baixo*. Essa perspectiva não parece desqualificar os direitos humanos pensados globalmente, mas traz a ideia de que os mesmos também podem ter um caráter tanto hegemônico quanto emancipatório, a depender de seus usos. O caminho proposto pelo autor é uma concepção multicultural dos direitos humanos a partir de uma hermenêutica diatópica:

A hermenêutica diatópica baseia-se na ideia de que os *topoi* de uma dada cultura, por mais fortes que sejam, são tão incompletos quanto a cultura a que pertencem. Tal incompletude não é visível do interior dessa cultura, uma vez que a aspiração à



totalidade induz a que se tome a parte pelo todo. O objetivo da hermenêutica diatópica não é, porém, atingir a completude -um objetivo inatingível – mas, pelo contrário, ampliar ao máximo a consciência de incompletude mútua através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com o pé numa cultura, e outro noutra. Nisto reside seu caráter diatópico. (SANTOS, 1997 p.116)

A globalização dos direitos humanos certamente foi um acontecimento importante para a constituição das democracias, mas, por se tratar de um fenômeno de-cima-para-baixo, deve considerar elementos locais que possam ofertar outras compreensões. O multiculturalismo parte da percepção de que os direitos humanos deveriam ter outras fontes de fundamentação que abarcasse a diversidade de valores culturais de grupos humanos distintos (BARRATO, 2014). Segundo a autora, para os defensores dessa perspectiva:

Os direitos humanos não podem ser entendidos apenas como normas mandatórias provenientes da esfera internacional e revalidadas pelo direito oficial positivo dos Estados, mas devem também ser compreendidos como expressões das próprias normas locais, produzidas e reproduzidas pelos grupos culturais. O indivíduo, unidade abstrata, passou a ser contextualizado pela sua “cultura” ou “identidade cultural”. (BARRATO, 2014 p.12-13)

Segundo a autora, incluir a diversidade cultural na concepção de direitos humanos é próprio ao processo democrático, mas um dos desafios que essa possibilidade coloca é como coibir ações que atentam contra a dignidade humana e são legitimadas pela cultura. Quando observamos a realidade do Brasil, temos ainda hoje práticas coloniais, racistas e misóginas por vezes legitimadas pela cultura. A discriminação e violência contra a população LGBTI+ é uma dessas práticas, e veremos mais à frente como o direito individual à liberdade por vezes é evocado para validar falas discriminatórias. Essa é uma outra face da concepção multicultural, que pode utilizar o discurso distorcido de direitos humanos individuais para o ataque aos direitos humanos coletivos.

Em relação a população LGBTI+ no Brasil atual, percebemos que a dificuldade no reconhecimento dos direitos pelo Poder Legislativo parece advir de discursos majoritariamente religiosos, onde a “ideologia de gênero” foi forjada como um dispositivo para tal<sup>10</sup> Cerca de 20% do Congresso Nacional brasileiro faz parte da chamada bancada evangélica<sup>11</sup>, e que aliados à bancada ruralista e à bancada da bala, utilizam discursos conservadores e reacionários para as políticas públicas, e em especial para essa população. Nesse sentido, a depender principalmente da conjuntura política do país, os direitos humanos correm risco, já que sua história se confunde com a própria democracia. Conforme destaca Silva (2019):

---

<sup>10</sup> (SANTOS, 2018)

<sup>11</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/amp/area/congresso-nacional/veja-queis-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/> Acesso em 15 mai.2022.

A questão dos direitos humanos é indissociável da emergência dos regimes democráticos modernos, sobretudo porque, mesmo com o surgimento de textos constitucionais balizados por uma ordem internacional de viés majoritariamente democrático, persiste a ameaça de ações antidireitos perpetradas pelo próprio Estado. (SILVA, 2019 p.137)

O que o autor parece destacar é que apesar do caráter jurídico constitucional, quando a democracia estiver em risco, os direitos humanos também estarão. O que autor destaca é que o Estado pode ser tanto promotor quanto violador de direitos humanos. Quando tratamos de direitos humanos para a população sexo-diversa por exemplo, estamos trabalhando com a noção de direitos humanos coletivos, que não estavam previstos no cânon original dos direitos humanos (SANTOS, 2014), que tratava apenas das relações entre o Estado e o Sujeito. Sobre essa tensão entre direitos individuais e coletivos, SANTOS (2014) traz uma contribuição importante:

Sendo que os direitos humanos coletivos não fazem parte do cânon original dos direitos humanos, a tensão entre direitos individuais e coletivos resulta da luta histórica dos grupos sociais, que, sendo excluídos ou discriminados enquanto grupo, não podem ser adequadamente protegidos pelos direitos humanos individuais. As lutas das mulheres, dos povos indígenas, afrodescendentes, vítimas do racismo, gays, lésbicas e minorias religiosas marcam os últimos cinquenta anos de reconhecimento de direitos coletivos, um reconhecimento sempre amplamente contestado e em constante risco de reversão. (SANTOS, 2014 p.25)

Podemos compreender que mesmo inicialmente pensados na forma de localismo global, de maneira a colonizar e homogeneizar os Estados, os direitos humanos no *sul global*, historicamente tem a função de garantir direitos de populações discriminadas pelos processos coloniais e da própria constituição do Estado e das conquistas democráticas. É a essas populações que os direitos humanos devem proteger, uma vez que parte significativa da população brasileira, por exemplo, tem seus direitos humanos reconhecidos. Santos (2014) deixa claro que direitos humanos coletivos são fruto de luta histórica e precisamos então pensar como isso se dá a partir do modelo neoliberal, onde a ideia de coletivo e sociedade são reinterpretadas no campo de atuação estatal.

### **2.1.1. Direitos humanos para humanos sem direitos**

Podemos propor a seguir alguns exemplos sobre o reconhecimento ou não de direitos humanos: não havia dúvida que uma mulher como a atriz Daniella Perez, assassinada em 1992<sup>12</sup> no Rio de Janeiro, era humana e que esse crime bárbaro deveria ser apurado com rigor. As investigações foram minuciosamente acompanhadas e monitoradas pela mídia e boa parte da

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2021/09/17/caso-daniella-perez.htm> Acesso em 15 mai.2022.

população brasileira até a identificação e condenação dos assassinos. Daniella ocupava um lugar social de classe média alta, era uma mulher branca e famosa, características que favoreceram seu reconhecimento como humana.

O mesmo reconhecimento não se deu em relação a Luana Barbosa, mulher negra e lésbica da periferia de Ribeirão Preto<sup>13</sup>. Luana foi gravemente espancada pela polícia durante uma abordagem em que ela solicitou ser revistada por uma policial mulher, e foi a óbito poucos dias depois. Seis anos após o crime, que precisou de intervenção da ONU para que fosse apurado com rigor, não houve sequer o julgamento dos acusados. A intervenção da ONU se fez necessária já que o caso de Luana não é uma exceção no Brasil, pois é um crime perpetrado por representantes do Estado e de motivações claramente racistas e lesbofóbicas. Luana, assim como boa parte da população preta, jovem, periférica e sexo diversa, não é reconhecida como humana, está mais próxima de um corpo abjeto, o qual o Estado pode matar e segue matando; uma política de segurança que na verdade é uma necropolítica (MBEMBE, 2018). O extermínio da população jovem, negra e periférica é uma realidade (LIMA, 2010) justamente porque não há reconhecimento dessas vidas como humanas. A partir de nossa história de colonização e autoritarismo, os direitos humanos podem ser vistos como um problema:

Em países com tradição autoritária, como o Brasil (que acredita no uso da força como resposta preferencial para os mais variados problemas), os direitos humanos são percebidos como obstáculos à eficiência repressiva do Estado, ao passo que, em regiões em que foi possível construir uma cultura democrática, estes ainda funcionam como condição de legitimidade do Estado ou como condição de possibilidade da própria democracia. (OLIVEIRA; TELES; CASARA, 2021)

Essa tradição autoritária brasileira vem sendo exaltada há alguns anos por Jair Bolsonaro que, por diversas vezes, se pronunciou a favor da ditadura, inclusive na votação do impeachment da ex-presidente Dilma, quando homenageou um torturador da ditadura<sup>14</sup>. Desde que começou a receber mais notoriedade por esses posicionamentos, Bolsonaro fez uma série de ataques ao estado democrático de direitos e, em especial, aos direitos humanos. E, de fato, na lógica da militarização e repressão violenta, os direitos humanos certamente serão um problema pois afirmam que o Estado não tem poder ilimitado para fazer o que quiser, inclusive matar e torturar. Percebemos que, desde a fratura democrática de 2016, promovida pelo golpe que destituiu Dilma Rousseff da presidência, o então deputado federal exacerbou sua narrativa

---

<sup>13</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2021/05/19/onu-pede-informacoes-ao-brasil-sobre-caso-luana-pms-sao-reus-pelo-assassinato-em-ribeirao-preto-sp.ghtml> Acesso em 15 mai.2022.

<sup>14</sup> Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415\\_bolsonaro\\_ongs\\_oab\\_mdb](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb) Acesso em 15 mai.2022.

eleitoral com base em algumas pautas as quais ele polemizava há alguns anos, sendo os direitos humanos uma das principais e mais polêmicas. Quando observamos o discurso de Bolsonaro sobre os “verdadeiros direitos humanos” fica claro que, neste momento, há em curso no Brasil uma disputa de sentido e ressignificação dos direitos humanos, que é capitaneada por ele há bastante tempo. Uma parte significativa da retórica nomeada de bolsonarismo (FREIXO; MACHADO, 2019; SILVA, 2019) , está diretamente ligada aos direitos humanos, mais precisamente de teor oposicionista aos direitos humanos:

Assim, o termo direitos humanos se refere a um conjunto de práticas que defenderia marginais, bandidos, invasores de terras, pedófilos e presidiários, atacando policiais, por um lado; por outro, incentivariam a homossexualização precoce das crianças, por meio do famigerado “kit gay”; por fim, legariam privilégios inaceitáveis às minorias, dentre as quais os negros assistidos por políticas de ações afirmativas, os índios. A tudo isso, pois, haveria de opor-se, especialmente em nome da defesa dos cidadãos de bem (sobretudo policiais), das famílias tradicionais e da meritocracia. Essas seriam, pois, as bandeiras constituintes do bolsonarismo como forma de expressão política. (SILVA, 2019 p.147)

Essas narrativas em torno dos direitos humanos claramente distorcem as noções aqui colocadas e parecem se tratar de fato de um projeto de governo. Estamos diante de um problema muito grave, onde os direitos humanos são enunciados como privilégios de minorias e se desconsidera toda luta histórica para a consolidação dos mesmos como dever do Estado. Como define Quinalha (2021), “o bolsonarismo é a versão nacional de uma tentativa de paralisar e reverter o reconhecimento cultural e legal às demandas dos setores identificados como minorias” (p.282), e essa lógica parece tomar uma perspectiva a-histórica desses direitos, reinterpretá-los para seu uso político e disseminar essas ideias nas redes sociais, que hoje são lugares de extrema importância para o debate político.

O risco de reversão dos direitos humanos parece exemplificar bem o problema sobre o qual pretendemos nos dedicar a compreender. Com base em toda retórica construída nos anos anteriores a sua eleição sobre esses direitos, Bolsonaro deixou claro em seu discurso de posse que os direitos humanos tal qual conhecemos estariam em risco ao longo de seu governo, e em consequência a população LGBTI+ também estaria, já que as políticas desenvolvidas nas últimas décadas pelo executivo federal se deram em torno da afirmação e ampliação dos direitos humanos. Iremos propor a análise que o dispositivo “ideologia de gênero”, a partir de um cenário de crise na política brasileira, serviu para a emergência de políticas neoliberais e antidemocráticas e também para trazer a pauta moral para a centralidade do atual governo.

## 2.2. NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA: UMA COEXISTÊNCIA POSSÍVEL?

Se a noção de direitos humanos está diretamente ligada à democracia, o golpe que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, parece um ponto de virada importante para a democracia no Brasil. Esse acontecimento trouxe na sequência uma série de medidas de austeridade e perda de direitos sociais implementadas por Michel Temer, que liderou a retomada de um projeto neoliberal mais próximo dos ideais tradicionais de seus teóricos. A PEC 241, que se desdobrou na emenda constitucional 95<sup>15</sup> e que congelou os gastos do governo com políticas públicas por 20 anos, é um exemplo de medida neoliberal adotada. Se o governo Temer pavimentou o caminho para políticas neoliberais, a eleição de Bolsonaro vai ainda mais longe, pois além de políticas neoliberais traz consigo ainda discursos neoconservadores que antes eram restritos a alguns grupos de parlamentares, para a gestão do executivo.

Se, nos Estados Unidos, a junção da tendência neoconservadora e do neoliberalismo se expressam inicialmente na eleição de Ronald Reagan, ainda nos anos 1980; em nosso país, talvez a expressão vitoriosa dessa congregação se apresente com maior nitidez na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, representando este projeto cuja adesão social vem crescendo nas últimas duas décadas. (LACERDA et Al., 2021 s/p)

Os fenômenos mais recentes de ofensivas aos direitos humanos, como por exemplo o veto da menção de gênero no Plano Nacional de Educação (PNE), em especial para o reconhecimento de direitos LGBTI+ tal qual direitos humanos, ocupam um lugar central nessa ofensiva e compreender esse agenciamento entre neoliberalismo e neoconservadorismo é fundamental para que possamos analisar o discurso em torno das políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Esse agenciamento produziu um processo de moralização das políticas públicas para a população LGBTI+, que se entrelaça com ambas as lógicas, e que não estão separadas.

### 2.2.1. A racionalidade neoliberal

Ao resgatar a célebre frase de Margareth Thatcher, nos anos de 1980 quando diz “A economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”, Franco et al. (2021) ressaltam que essa sentença é uma das que consegue condensar um dos principais efeitos do neoliberalismo, que é a produção de subjetividade. O neoliberalismo talvez seja o modelo econômico que mais investe na subjetividade humana. Um modelo econômico-político como

---

<sup>15</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm) Acesso em 15 mai.2022.

esse, que se propõe a retirar direitos e garantias democráticas em nome de uma suposta eficiência estatal e permite que o mercado regule todo o cenário político com a anuência de boa parte da população, é no mínimo, admirável em termos de engenhosidade política.

Ainda no final dos anos de 1970, Foucault (FOUCAULT, 2011b) já percebia e sinalizava sua preocupação sobre como esse modelo econômico se estendia para todo o tecido social. Ao longo de sua obra, o autor se dedicou a estudar o que ele chamou de *sociedade disciplinar*, um modelo de sociedade onde os sujeitos eram controlados pelo agenciamento de dois eixos: em um eixo, instituições disciplinares que normalizam os corpos; no outro, os saberes científicos esquadrinhando suas normas e normalidades, que deixam de lado o discurso especulativo e se articulam “na forma de agenciamentos concretos” (p.153). Hardt e Negri (2012) definem o conceito de sociedade disciplinar em Foucault de maneira muito clara:

Sociedade disciplinar é aquela na qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos ou aparelhos que produzem e regulam os costumes, os hábitos e as práticas produtivas. Consegue-se pôr para funcionar essa sociedade, e assegurar obediência a suas regras e mecanismos de inclusão e/ou de exclusão, por meio de instituições disciplinares (a prisão, a fábrica, o asilo, o hospital, a universidade, a escola e assim por diante) que estruturam o terreno social e fornecem explicações lógicas adequadas para a “razão” da disciplina. (HARDT; NEGRI, 2012)

Os autores utilizam a palavra *razão* para referenciar o que Foucault nomeia de racionalidade do poder político e como essa racionalidade operava no modelo de sociedade disciplinar. Ao falar sobre poder político, Foucault (1990) trata sobre como a arte de governar os homens é uma questão desde o século XV, ao tratar de um tipo de poder que investia sobre a vida, para majorar a vida. A esse tipo de poder que investia sobre a vida, Foucault nomeou de biopoder (FOUCAULT, 2011b) e a esse tipo de governo de biopolítica, cuja definição o autor esclarece:

Eu entendia por isso, a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças...Sabe-se o lugar crescente que esses problemas ocuparam desde o século XIX e que desafios políticos e econômicos eles vêm constituindo até hoje. (FOUCAULT, 2008)

O conceito de biopolítica ajuda a compreender de que forma o poder político opera para a produção de verdades, sujeitos, corpos, a partir de uma racionalidade não repressiva, mas produtiva, já que produz saberes, verdades e lugares. Conforme Foucault (2011), desde o século XVIII, o governo da recém “descoberta” população passa pela produção de discursos de racionalidade em uma série de aspectos da vida em comum. Acontece que essa racionalidade sofreu um deslocamento importante ao final do século XX. Se até então o modelo de sociedade disciplinar controlava os corpos através dos discursos científicos numa relação de saber-poder,

hoje não é mais possível falar que o controle de uma população se dê exclusivamente pelas disciplinas e instituições.

Deleuze (2000) sugere que a crise das disciplinas parece ter sido fundamental para a operação de uma *sociedade de controle*. Na medida em que o biopoder passa a regular e operar em todas as esferas da vida, as instituições passam a ser postas em análise e há uma tentativa ineficaz de repensar o funcionamento das mesmas à medida que novas forças de resistência ao biopoder também vão se produzindo. Sobre essa crise das disciplinas o autor diz o seguinte:

Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que essas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação de novas forças que se anunciam. São as *sociedades de controle* que estão substituindo as sociedades disciplinares. (DELEUZE, 2008 p.220)

As sociedades de controle nascem no seio de um novo capitalismo pós-industrial, que tem a produção de bens de todo o tipo e o consumo como seu principal elemento. Somos produtores e consumidores de todo tipo de bens, desde *smartphones*, que a cada ano precisam ser trocados pelo modelo mais recente, como produtos mais sutis, tais como estilos de vida saudáveis, supostas fórmulas de autoajuda para uma vida feliz, entre outras. Não é à toa que Deleuze (2000) aponta que uma das características da sociedade de controle não é mais o homem confinado, mas sim o *homem endividado*. Essa noção de sociedade de controle está então diretamente ligada ao neoliberalismo, inclusive o autor escreve sobre essa relação, localizando temporalmente no mesmo período em que governos neoliberais como o de Thatcher se estruturam.

Han (2018), inspirado em Foucault, escreve que diferentemente do poder disciplinar, o neoliberalismo funciona a partir do que ele nomeia como *poder inteligente*, que é pouco visível e avesso a proibições. Poderíamos até fazer uma crítica ao significante *inteligente*, mas ao invés disso, tentaremos compreender o que ele sugere. Esse tipo de poder, ao contrário de proibir ou reprimir, opera pelo caminho contrário: suscitar, seduzir e produzir emoções, um poder que se une à psique humana:

Ele nos convida a partilhar incessantemente, participando, dando opiniões, comunicando necessidades, desejos e preferências, contando sobre nossa própria vida [...] O curtir é seu signo: enquanto consumimos e comunicamos, ou melhor, enquanto clicamos em curtir, nos submetemos ao contexto de dominação. O neoliberalismo é o capitalismo do curtir. (HAN, 2018 p.27)

Han (2018) parece sugerir o quanto o neoliberalismo investe na subjetividade humana enquanto um poder inteligente, que produz padrões de consumo nas redes a partir de “curtidas” e o monitoramento por meio de algoritmos, e faz ainda um paralelo desse tipo de poder com a

sociedade de controle. “De acordo com Han (2018), *para Deleuze o regime disciplinar se organiza como “corpo”. É um regime biopolítico. Por sua vez, o regime neoliberal se comporta como “alma”. Desse modo, a psicopolítica é sua forma de governo*” (HAN, 2018 p.30). Essa noção vai ao encontro à fala de Thatcher, do quanto o neoliberalismo inaugura de fato um novo paradigma na formação subjetiva dos sujeitos. O que o autor nomeia como psicopolítica parece fazer um deslocamento na ideia de biopolítica. Se na biopolítica descrita por Foucault a sociedade disciplinar buscava controlar os corpos, na sociedade de controle a psicopolítica investe no controle da psique humana.

O neoliberalismo traz um desafio complexo para a compreensão de como se compõe a racionalidade neoliberal, uma vez que nega a existência de um “comum”, e compreender de que modo isso se dá é uma tarefa fundamental. Oksala (2011) propõe algumas pistas de Foucault sobre o que é importante colocar em análise:

O que Foucault afirmou foi que, para compreender a prática do governo no sentido amplo do controle da conduta das pessoas, precisamos estudar as tecnologias de poder e também a racionalidade política que as sustenta. As práticas e instituições de governo são permitidas, reguladas e justificadas por uma forma específica de raciocínio ou racionalidade que define os fins e os meios adequados para alcançá-los. Compreender o poder como um conjunto de relações, conforme Foucault sugeriu repetidas vezes, significa compreender como tais relações são racionalizadas. (OKSALA, 2011 p.105)

Essa definição diz respeito a examinar as relações de poder e discursos que sustentam as racionalidades governamentais, em nosso caso, a racionalidade neoliberal e de que forma ela opera as relações de poder. Quando compreendemos de que forma essas racionalidades se compõem e que artes de governar ela utiliza, estamos realizando um exercício que Foucault (1990) nomeia de *atitude crítica* e é esse exercício que esta pesquisa pretende, com a pretensão de compreender a “ideologia de gênero” e seu uso como norteadora de políticas públicas.

O que o próprio Foucault começou a observar já em 1979 é que o neoliberalismo é uma racionalidade que utilizava características da economia de mercado para produzir uma inteligibilidade em outros campos, tradicionalmente não econômicos, como os fenômenos sociais:

No neoliberalismo americano, trata-se de fato e sempre de generalizar a forma econômica do mercado. Trata-se de generalizá-la em todo o corpo social, e generalizá-la até mesmo em todo o sistema social que, de ordinário, não passa ou não é sancionado por trocas monetárias.(FOUCAULT, 2008 p.333-334)

Foucault (2008) destaca ainda que essa generalização produz uma inteligibilidade, onde os campos não econômicos serão avaliados e podemos supor que essa lógica também se estende para a avaliação de políticas públicas do estado, em termos de uma relação entre investimento



e lucro. O exemplo neoliberal citado por ele do campo não econômico é quando uma mãe “investe” todo seu capital humano e também financeiro na criação de um filho, “gastando” boa parte de seu tempo naquele que um dia crescerá e poderá ser bem-sucedido e receber seu próprio salário. Um exemplo claro que explicita, entre outras coisas, a racionalidade neoliberal na política pública foi a campanha publicitária elaborada pelo governo federal intitulada “O Brasil não pode parar”<sup>16</sup>, que foi suspensa pela Justiça Federal<sup>17</sup>. Essa campanha foi lançada no mês de março de 2020 com o intuito de demonstrar clara posição contrária do Governo Federal às medidas de isolamento para contenção da COVID-19. O principal argumento utilizado é que relacionado à economia do país, e Jair Bolsonaro afirmando que algumas pessoas iriam morrer, mas que a economia não poderia ser prejudicada. O presidente chegou a sugerir que pessoas abaixo de quarenta anos voltassem a trabalhar e que cada família cuidasse de seus idosos <sup>18</sup>. Esse exemplo deixa claro o quanto a racionalidade neoliberal opera pela primazia do mercado e atribuindo às famílias o que deveria ser uma função do Estado.

A racionalidade neoliberal produz o sujeito que Foucault (2008) vai nomear como *homo economicus*, ou empresário de si mesmo, que traz a ideia do sujeito que passa aos poucos a operar subjetivamente a partir do modelo de empresa. Como melhor definem Dardot e Laval (2016), “a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (p.17). Podemos compreender então que se trata da racionalidade política do autogoverno, onde o sujeito é uma espécie de microempresa e deve investir na produção do capital humano de si mesmo. Com isso, essa racionalidade parece inaugurar outra concepção do que seria a sociedade, que aliás, nega a própria ideia de sociedade, como veremos mais a seguir.

A racionalidade neoliberal produz então o que Safatle et al. (2021) nomeiam como psicologização do campo econômico. Essa definição vai ao encontro a ideia de Han (2018) sobre psicopolítica, onde o sujeito torna-se “empresário de si mesmo, explora-se voluntária e apaixonadamente” (p.44). A racionalidade opera uma espécie de *design* psicológico, um modelo de subjetivação que torna quase invisível seu funcionamento. Estamos falando de um modelo econômico que se torna também modelo político e podemos dizer também, cultural.

---

<sup>16</sup> (SANCHES et Al., 2020)

<sup>17</sup> A justiça determinou a retirada da campanha do ar, mas o vídeo está disponível em página não oficial. <https://www.youtube.com/watch?v=ZdBnmaGLbJ4> 03 set. 2022.

<sup>18</sup> Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/08/interna\\_nacional,1137022/familias-que-cuidem-de-seus-idosos-diz-bolsonaro.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/04/08/interna_nacional,1137022/familias-que-cuidem-de-seus-idosos-diz-bolsonaro.shtml) Acesso em 07 mai.2022.

O investimento psicopolítico de poder promovido pela racionalidade neoliberal produz formas muito sofisticadas de poder, já que o sujeito é uma espécie de empresa e deve ser “gerido” como tal, mas essa gestão e controle se dão a partir dos próprios sujeitos. Como vimos a partir dos autores citados até agora, há um deslocamento para o foco das operações de poder, que ainda regulam os corpos, mas a partir do controle das subjetividades, produzindo o sujeito empreendedor de si em todos os aspectos da vida. Esse deslocamento na operação de poder desloca também, por exemplo, a relação dos sujeitos com a psiquiatria, que tradicionalmente funcionou pelo esquadramento entre marginalidade e norma e hoje funciona também a partir do aprimoramento psíquico. Segundo Safatle et al. (2020), desde os anos 70 a psiquiatria deixa de operar exclusivamente dentro dos muros dos hospícios e passa ao paradigma da patologização da vida cotidiana e sua consequente medicalização. Mais recentemente, com toda a esfera social impregnada de patologias, a medicina nessa lógica de mercado promove sua atuação não necessariamente pautada pela patologia, mas pelo aprimoramento:

*O enhancement seria a maximização de potencialidades das funções humanas para uma melhor satisfação de demandas sociais, sejam elas de cunho estético, laboral ou esportivo. Assim, o esforço curativo da medicina tende a ser superado por um novo paradigma: a performance. (SAFATLE et Al., 2021 p.132)*

A medicina, em especial a psiquiatria, além da indústria farmacêutica, tem papel importante nesse cenário com todo um arsenal medicamentoso para maximizar as performances produtivas. Podemos citar aqui exemplos de medicamentos como a Ritalina, utilizada para aumentar a concentração e dar maior capacidade de horas de estudo/trabalho, antidepressivos indicados para qualquer tipo de tristeza e diminuir o absenteísmo no trabalho, o Viagra, utilizado por jovens para potencializar a performance sexual e até mesmo os termogênicos utilizados para a prática de musculação. As exigências neoliberais colocam sobre os sujeitos uma série de padrões de performance, que podem ser atingidas com recursos disponíveis no mercado e o sujeito deve empreender e investir em si mesmo para dar conta dessas performances. Os sujeitos que não dão conta dessas performances e adoecem podem ser compreendidos como as empresas em recuperação ou falência.

Compreendemos até agora que o neoliberalismo é também uma forma de governo na sociedade de controle (DELEUZE, 2008), que investe na subjetividade humana e que capilariza o poder para todas as esferas da vida. O mercado e a economia são a referência para o funcionamento de todas as relações sociais, inclusive para o funcionamento do Estado, mas como ficam as questões ligadas ao comum, à solidariedade, responsabilidade social, proteção da natureza, entre outras? Quais são os efeitos dessa racionalidade para a política e o Estado?

Examinar as bases do neoliberalismo parece então uma tarefa fundamental para traçar um panorama que conflui para o entrelaçamento de questões de gênero, direitos humanos, democracia e neoliberalismo, de forma transversal. Ao fazer uma análise bastante atual do contexto político americano e europeu, Brown (2019) defende a ideia de que o neoliberalismo preparou o terreno para as ofensivas antidemocráticas na segunda década do século XXI. Essa discussão é feita a partir da perspectiva de orientação neomarxista, que pretende pensar as funções do Estado e a segunda perspectiva a partir da literatura foucaultiana, que iniciamos anteriormente, já que ambas se complementam e ajudarão a compreender de forma mais detalhada as relações de poder e os processos de subjetivação

### **2.2.2. Neoliberalismo e a tripla operação**

Brown (2006), ao falar do contexto político americano, desenvolve a ideia de que neoconservadorismo e neoliberalismo são lógicas distintas, mas que a confluência de ambas pode produzir um processo que ela nomeia de *desdemocratização*. A racionalidade neoliberal é um projeto político em curso que tem por objetivo a mudança da subjetividade humana de forma a tornar cada vez mais invisíveis formas de ser e estar no mundo e a exploração do capital em relação aos sujeitos. Nessa racionalidade, há em curso uma psicologização do campo econômico e os aspectos gerenciais se expandem para todos os aspectos da vida.

O neoliberalismo tal qual conhecemos hoje tem suas bases ideológicas fundadas por intelectuais da Sociedade *Mont Pèlerin* em 1947 (BROWN, 2019), e seu principal mentor pode ser considerado o economista e filósofo austríaco Friedrich Hayek, que além de fundador é um dos principais nomes das teorias neoliberais, que hoje estão difundidas globalmente. Nesse sentido, podemos dizer que o neoliberalismo é um localismo globalizado instaurado por forças e poderes que se apoiam uns nos outros em nível nacional e internacional (SAFATLE et al. 2021), e parece operar ainda com mais força a partir da massificação do acesso à internet, o que torna cada sujeito um livre consumidor no mercado global. Existem muitas definições sobre o que seria o neoliberalismo, mas aqui nos cabe defini-lo como a forma dominante do capitalismo (SAFATLE et al., 2021).

A partir da leitura dos intelectuais neoliberais, em especial de Hayek, Brown (2019) trata sobre as bases do neoliberalismo, *os pilares gêmeos da civilização*, que são o mercado, com um rebaixamento da função do Estado e a moralidade tradicional em oposição a justiça social. Nessa concepção, não há a noção sociedade, já que esse para esse autor, a sociedade funciona em forma de cooperação humana impessoal, não em busca de um comum, mas sim de

“indivíduos que seguem regras que emanam dos mercados e das tradições morais” (BROWN, 2019 p.42). A sociedade como tal, como fruto de lutas, organização social e tudo que isso comporta, para ele é uma ilusão de criação deliberada, pois compreende que são frutos da evolução de regras morais e do mercado. Brown destaca a compreensão sobre mercado e moral para esse autor:

Eles (o mercado e a moral) perduram e são válidos porque surgem “espontaneamente”, evoluem e se adaptam “organicamente”, unem os seres humanos independentemente das intenções e estabelecem regras de conduta sem depender da coerção ou punição estatais. Tanto o mercado quanto a tradição moral geram uma ordem dinâmica, e não estática, e criam novo “poderes humanos que de outra forma não existiriam”. (BROWN, 2019 p.44)

Hayek, de acordo com Brown (2019), parece utilizar uma leitura de inspiração darwinista ao atribuir um caráter de natureza evolutiva ao mercado e a moral, que se contrapõe a ideia de sociedade, democracia e justiça social. As regras morais serviriam então como valores definitivos para que os sujeitos possam lidar com uma suposta “ignorância constitucional” de um processo auto ordenativo, ignorando todo o processo histórico envolvido na constituição de povos e sociedades.

Para fins didáticos, vamos seguir aqui uma espécie de espinha dorsal de funcionamento do neoliberalismo, que, de acordo com Brown (2019), se ancora numa tríplice operação essencial ao seu funcionamento: *o desmantelamento da sociedade, o destronamento do político e a esfera pessoal protegida*.

#### 2.2.2.1. O desmantelamento da sociedade

Segundo Brown (2019), o desmantelamento da sociedade ocorre em diversas frentes e a autora nomeia cinco frentes principais, a saber: epistemológica, que consiste na negação de sua existência; política, pelos processos de privatização das funções do Estado; legal, quando o direito é utilizado para contestar a igualdade e secularismo; ética, quando os valores tradicionais são utilizados para questionar a justiça social; e cultural, pelo processo de desmassificação. Todas essas frentes são importantes campos de análise, mas, nesta pesquisa, nosso foco será nas questões éticas e culturais, pois nossa hipótese é que as disputas em torno de desmantelamento de políticas para a população LGBTI+ apostam no pânico moral como elemento cultural para esse objetivo. Esse processo passa pela retirada de direitos da população e pela responsabilização de cada um por si mesmo.

A partir da frente do desmantelamento ético promovido pela lógica neoliberal coloca-se em xeque qual é o lugar do “social”. Se há a negação epistemológica da noção de sociedade,

então a ideia de justiça social também não se sustenta. Brown (2019) destaca que Friedrich Hayek foi o crítico mais ferrenho sobre a noção de social, para o qual a justiça social ocupa um lugar que seria uma tentativa de controlar a existência coletiva e uma ameaça à liberdade. Na concepção neoliberal, a justiça social é vista como uma agenda tirânica de controle da existência coletiva. “Mais do que meramente desorientada, a justiça social ataca a justiça, a liberdade e o desenvolvimento civilizacional garantidos pelo mercado e pela moral” (BROWN, 2019 p.48).

A justiça social tal qual conhecemos seria um entrave ao desenvolvimento civilizacional, que parece ser o termo utilizado para substituir a ideia de sociedade. A moral e o mercado seriam então os guardiões da civilização, que ocorreria de forma natural e onde não caberia intervenção estatal. Qualquer tentativa do Estado em corrigir desigualdades é taxada como coercitiva, e serve sem dúvida para a manutenção de um *status quo* dessas desigualdades, compondo uma cadeia de negação epistemológica.

Se não existe tal coisa como sociedade, mas apenas indivíduos e famílias orientados pelo mercado e pela moral, então não existe tal coisa como um poder social que gera hierarquias, exclusão e violência, tampouco há subjetividade nas condições de classe, gênero ou raça. (BROWN, 2019 p.53)

As desigualdades são inclusive parte do “jogo” neoliberal, e isso explicita sua orientação darwinista na leitura sobre sociedade e mercado, que não se trata de um paradigma de justiça, pois não há justiça na evolução. A lógica neoliberal opera como um jogo, existem as regras universais que devem ser aplicadas a todos, “mas todo jogo tem vencedores e perdedores, e a civilização não pode evoluir sem deixar para trás os efeitos da fraqueza e do fracasso, bem como o acaso” (BROWN, 2019 p.47). Se todo jogo tem vencedores e perdedores, fica fácil nomear alguns dos perdedores nesse jogo: populações periféricas, imigrantes, indígenas, negros, mulheres e população LGBTI+ são alguns nomes possíveis, que estão em condições de desigualdade supostamente por “fraqueza, fracasso ou acaso”.

A desmassificação é outro processo que se dá no dismantelamento da sociedade, proposto pelos ordoliberais alemães. Esses pensadores compreendem, a partir da teoria de Marx, que o capitalismo através da industrialização e mercado de trabalho engendra uma “população” que cada vez mais pensa e age como massa, processo denominado de proletarização (BROWN, 2019). Esse proletariado tinha um potencial de se revoltar contra o capitalismo e demandar por um Estado social e logo precisou ser combatido por meio da empreendedorização e autoprovisão familiar, esvaziando a luta coletiva por meio da responsabilização individual. Brown (2019) destaca que, no final do século XX, a

desmassificação foi substituída pela empreendedorização neoliberal e pela capitalização humana e traz exemplos bem atuais desses conceitos:

[...]os trabalhadores desproletarizados e dessindicalizados de hoje entram na economia do “compartilhamento” e da terceirização, na qual transformam suas posses, tempo, conexões e eus em fontes de capitalização. Arrendando quartos no Airbnb dirigindo para o Lyft ou Uber, trabalhando para o Task Rabbit como *freelancers*, compartilhando bicicletas, ferramentas e carros, ou simplesmente gerenciando uma variedade de fontes de renda de tempo parcial e de curto prazo (“bicos”), indivíduos e famílias visam sobreviver aos cortes e às recessões econômicos. (BROWN, 2019 p.50-51)

Examinar fenômenos como desmassificação, empreendedorização e capital humano permite observar o dismantelamento da sociedade a nível econômico, inclusive a partir da “flexibilização” de leis trabalhistas, uma vez que legislações anteriores eram consideradas demasiadamente coercitivas para a liberdade de mercado.

O processo de empreendedorização é fundamental para o dismantelamento da noção de sociedade pois essa psicologização do campo econômico trata de uma mudança no modo de produzir subjetividade, de mudar o modo como as pessoas pensam e se veem nessas relações de poder. O neoliberalismo inaugura um novo modelo de sujeito, na medida em que a racionalidade neoliberal define como os sujeitos conhecem, pensam, e se relacionam socialmente. “A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação.”(DARDOT; LAVAL, 2016 p.17). Nessa lógica, a função do Estado é garantir a livre concorrência, mas isso não se aplica só ao mercado, uma vez que os sujeitos são como microempresas, tornam-se também concorrentes uns dos outros.

O dismantelamento da sociedade só é possível no contexto dos sujeitos empreendedores de si, já que essa lógica retira do Estado democrático o compromisso com a justiça social, ou então esse compromisso só é “lembrado” quando há a necessidade de atender a algum tipo de demanda do mercado.

#### 2.2.2.2.O destronamento do político

A noção de político a qual Brown (2019) faz referência diz respeito a uma série de definições que autores do século XX produziram inspirados por Max Weber, e propõe sua própria definição a partir deles. O político não está ligado propriamente a instituições, ao Estado, justiça, entre outros. O político “identifica um teatro de deliberações, poderes, ações e valores no qual a existência comum é pensada, moldada e governada” (BROWN, 2019 p.68).

O político está conectado a produção dos regimes de verdade vigentes e, por isso mesmo, é “saturado de forças e valores econômicos, sociais, culturais e religiosos” (BROWN, 2019 p.69). Nessa definição podemos compreender que o político se tece no *entre*, nas relações entre os poderes instituídos e coletividades. O que parece mais importante destacar é a relação do político com a democracia:

Acima de tudo, somente o político resguarda a possibilidade da democracia, entendida como o governo pelo povo. A democracia sem o político é um oxímoro; a partilha de poder que a democracia implica é um projeto exclusivamente político que requer cultivo, renovação e apoio institucional. A legitimidade da democracia advém exclusivamente de vocabulários e ordenanças políticos. (BROWN, 2019 p.70)

Essa proximidade do político com a democracia parece um problema no neoliberalismo, uma vez a governança se dá cada vez mais baseada em princípios orientados pela díade mercado-moral. Brown (2019) defende a ideia de que os neoliberais sempre viram o político com desconfiança e todo o esforço se deu na intenção de conter o poder político dos Estados e *desdemocratizar* o político. O discurso neoliberal carrega consigo a *demonização do estatismo* e de *antipolítica neoliberal*, que contribuíram para a ascensão da direita antidemocrática em diversos lugares do mundo. A partir da análise que a autora faz dos principais autores neoliberais e suas diferenças em relação ao político, é possível encontrar um ponto comum entre eles:

O que torna possível reuni-los é que cada um e todos consideravam as liberdades individuais e o mercado, juntamente com a moralidade tradicional, como elementos ameaçados pelos interesses e poderes coercitivos, ingovernáveis e arbitrários abrigados pelo político. (BROWN, 2019 p.75)

O que há de ingovernável para os neoliberais é a própria democracia, e tudo o que ela inclui, como participação popular e outras demandas democráticas, vistas como totalitárias. Se a democracia e o Estado social-democrata são vistos como totalitários, é fundamental para o neoliberalismo produzir um discurso antipolítico, pautado por ordens ligadas à princípios empresariais nesse campo. Esse discurso parece ter um tom de denúncia, de oposição a um Estado orientado pela social democracia, que além de tudo, é ineficiente e deveria ser regulado por outros paradigmas.

A versão excepcionalmente rarefeita da democracia que o neoliberalismo tolera é assim apartada da liberdade política, da igualdade política, do compartilhamento de poder entre cidadãos, da legislação voltada para o bem comum, das culturas de participação e de qualquer noção de interesse público que vá além da proteção às liberdades e à segurança individuais. (BROWN, 2019 p.77)

Ou seja, a versão que os neoliberais toleram é apenas um simulacro de democracia, uma democracia como método aparente, para que medidas de governo pautadas na moral e mercado possam ser anunciadas como democráticas. Esse esvaziamento da democracia sem a sua efetiva

eliminação é o que a autora chama de *desdemocratização*. Nesse sentido, a desdemocratização não se daria a partir de um golpe de Estado como o Brasil experimentou com na década de 1960, mas da suspensão dos procedimentos formais da democracia, em um efeito combinado entre o neoliberalismo e a repolitização do campo religioso (CORRÊA; KALIL, 2020).

Ao encontro da definição de desdemocratização, Casara (2018) defende a ideia de que o Estado Democrático de Direito, pensado originalmente como uma maneira de limitar o poder político e evitar autoritarismos, parece ter sido superado. O autor resgata um conceito cunhado pelo cientista político inglês Colin Crouch, que nomeou a atual formação do Estado neoliberal, que transforma tudo em mercadoria, de *Pós-democrático*, e o define da seguinte forma:

Por pós-democrático, na ausência de um termo melhor, entende-se um Estado sem limites rígidos ao exercício do poder, isso em um momento em que o poder econômico e o poder político se aproximam, e quase voltam a se identificar, sem pudor. (CASARA, 2018 p.23).

Se poder econômico e político se misturam, o Estado Pós-Democrático se coloca como um Estado Penal forte para o controle social e guardião dos interesses dos detentores do poder econômico, agravando ainda mais a situação econômica das parcelas mais pobres da população, penalizada duplamente, pela justiça e pelo mercado.

Casara (2018) analisa que no Estado Democrático de Direito há prevalência do político em relação ao econômico e o Estado se coloca como promotor de justiça social e desenvolvimento para todos. Quando o avanço na garantia de direitos fundamentais passou a ser um obstáculo para o poder econômico, o político não poderia mais prevalecer e há uma espécie de (con) fusão entre esses tipos de poder, onde é quase indiscernível perceber quando se trata de um ou de outro. O autor aponta que o Estado democrático evolve uma complexidade política em que existem pontos positivos e negativos, comuns à democracia, mas que essa complexidade na razão neoliberal parece se tratar de algo da ordem do ingovernável, e concepções de gestão da esfera privada ganham o espaço público. Quando se perde espaços democráticos e deliberativos, claramente entramos em um modelo político de governo autoritário, onde “a democracia persiste como farsa, uma desculpa que permite o arbítrio. Em nome da “democracia”, rompe-se com os princípios democráticos” (CASARA, 2018).

Esse Estado pós-democrático, ou desdemocratizado pela racionalidade neoliberal, tem ainda menos compromisso com desenvolvimento e transformações sociais e isso no cenário brasileiro é um problema grave. Por nosso histórico de colonização e escravização que tem efeitos deletérios até o presente, um Estado desdemocratizado governado pelo poder econômico traz efeitos ainda mais preocupantes para o futuro. Ao olhar para o conjunto de



ideias que fazem parte de uma espécie de anatomia pós democrática, Casara (2018) faz uma constatação importante ao dissecá-la:

A pós democracia une dois otimismo imbecilizantes que serviram à domesticação das populações do campo capitalista, capitaneado pelos Estados Unidos, e do campo chamado “socialismo real”, protagonizado pela antiga União Soviética. O otimismo da “ideologia do êxito”, em especial na sua versão que prega a meritocracia – que poderia ser resumida na ideia-chave “fique tranquilo, se você fizer por merecer, alcançará o êxito e concretizará seus sonhos” -, e o otimismo da “ideologia do Estado total” – que se encontra na ideia-chave “fique tranquilo que o estado, justamente por ser total, sabe o que é melhor para você e, mesmo que para isso seja necessário restringir seus direitos e seus sonhos, buscará o seu bem”. Esse otimismo “qualificado”, que mistura o pior que há nas ideologias que sustentaram a Guerra Fria, é o que justifica que o mesmo Estado se apresente omisso no jogo predatório econômico (ultraliberalismo) e agigante-se no controle social, em especial na repressão, sempre seletiva e politicamente direcionada, da população (Estado Penal). (CASARA, 2018 p. 37)

Essa anatomia do discurso neoliberal revela de fato o quanto esses dois otimismo estão presentes na racionalidade neoliberal. O otimismo da “ideologia do êxito” parece utilizado para minimizar as políticas contra as desigualdades e retirar do Estado a função de promotor de justiça social. Já a “ideologia do Estado Total” parece diretamente conectada ao autoritarismo, onde o voto seria uma espécie de “procuração de plenos poderes”, que supostamente transferiria aos seus representantes poder total e irrestrito para qualquer coisa, mesmo que contrarie seus próprios interesses. Essa racionalidade é tão naturalizada que o político que de fato vai sendo destronado, percebido como negativo, já que não há saída possível para o que é comum. Casara (2018) ressalta ainda que essa negatividade em relação ao político produz campanhas eleitorais baseadas não na discussão de ideias e propostas, mas no *ataque aos adversários, onde há um cidadão-juíz diante de uma imputação*(p.33):

O resultado mais evidente da demonização da política e do “comum” é a passividade e a ausência de protestos diante da adoção de políticas públicas de redução de direitos. O Estado e a política são vistos como inimigos, como algo que não interessa às pessoas, e não como espaços de luta por uma vida mais digna. (CASARA, 2018 p.34)

Essa compreensão dialoga com o que Safatle et. al.(2021) falam sobre o lugar da luta política dentro dessa racionalidade. Os autores trazem a compreensão de que a eliminação do político passa pela mobilização de afetos, muitas vezes por discursos de ataque, ofensivas, que produzem algum tipo de identificação do sujeito com a figura política. A ofensa não seria voltada para algo da sociedade e, sim, para o sujeito político, de forma individualizada, e isso mobiliza no “espectador” algum afeto possível de revanche.

É cada vez mais evidente como lutas políticas tendem a não ser mais descritas a partir de termos eminentemente políticos, como justiça, equidade, exploração, espoliação, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, medo, ressentimento, raiva, inveja, esperança (SAFATLE et Al., 2021 p.22)

Esses afetos mobilizados pelo poder psicopolítico neoliberal e pelo jogo político estatal, parecem desenhar um cenário social onde existem apenas amigos e inimigos, o que dificulta a compreensão sobre o que há de político nos discursos e no próprio jogo em questão. A disputa política baseada em paradigmas democráticos e voltados para a justiça social parecem ficar em segundo plano, onde o enfrentamento maniqueísta entre o bem e o mal ocupam a centralidade das disputas.

O rechaço ao que é político e à política, dialoga com o que Han (2018) define como *democracia de espectadores*. Se o neoliberalismo transforma tudo em mercadoria, tudo se compra e tudo se vende, no cenário político o eleitor é transformado em consumidor, acompanha o “*Big Brother* político” e apenas se coloca no lugar da queixa e da revanche entre seu preferido e a “eliminação” do outro. Os políticos precisam “fornecer” mercadorias, produzir conteúdo, nos quais os consumidores darão ou não seus “likes”, seu engajamento, mas que majoritariamente se restringem às telas dos smartphones:

Atualmente, o eleitor enquanto consumidor não tem nenhum interesse real pela política, pela formação ativa da comunidade. Não está disposto a um comum agir político, tampouco é capacitado para tal. O leitor apenas reage de forma passiva à política, criticando, reclamando, exatamente como faz o consumidor diante de um produto ou de um serviço que não gosta. (HAN, 2018 p.21)

Essa mercantilização moral do político parece colocá-lo em um lugar de um produto defeituoso ou indesejável. Podemos supor que o principal efeito do destronamento do político talvez seja justamente deixá-lo nesse lugar até que um discurso ofensivo nesse campo mobilize os afetos dos “espectadores”. Falas polêmicas, racistas, xenofóbicas, notícias falsas e de todo tipo que violem claramente os direitos humanos, parecem as mais mobilizadoras nesse processo, as que mais produzem engajamento nas redes e na qual esse novo fazer político se reestrutura.

#### 2.2.2.3.A ampliação da esfera pessoal protegida

Ao examinar autores neoliberais, Brown (2019) compreende que, apesar de aparentemente divergentes, neoliberalismo e neoconservadorismo se aproximam e se mesclam em prol de um objetivo comum. Para os conservadores, um programa moral é importante, pois uma sociedade pautada pelo mercado e consumo são vazias de significado moral. A lógica privatizante do neoliberalismo se estende também às famílias, uma vez que os neoliberais compreendem que cabe às famílias e não ao Estado a atribuição pela educação, saúde e de bem-estar os filhos. A autora prossegue, parafraseando a obra de Melinda Cooper:

Embora os neoconservadores promovessem os valores familiares por razões morais e os neoliberais por razões econômicas, suas agendas juntavam-se em políticas por meio das quais as “obrigações naturais” e o “altruísmo” das famílias substituiriam o Estado de bem estar e operariam tanto como um “primitivo de seguro mútuo quanto [...] como um contrapeso necessário às liberdades do mercado”. (BROWN, 2019 p.114)

Essa aproximação se dá pela convergência de interesses de ambos, no qual a moral, guardiã das tradições, seria um elemento fundamental para a sustentação de ambas as lógicas. Brown (2019) cita ainda que, para Hayek, mercado e moral são igualmente importantes para uma evolução social, e coloca a tradição como uma espécie de amálgama de ambas. A religião nesse contexto assume uma função de guardiã da tradição, uma vez que serve como “verdade simbólica” que impõe um limite ao Estado.

Segundo Brown (2019), Hayek, um claro darwinista, atribui a Deus essa função simbólica: “Talvez o que muitas pessoas queiram dizer quando falam de Deus seja somente a personificação desta tradição de moral ou valores que mantem viva sua comunidade (p.124).” A questão é que, o Estado não poderia legislar em prol da moralidade e tradição, pois estaria assim sendo coercitivo ou totalitário, segundo a lógica neoliberal. A autora então aponta três técnicas sugeridas por Hayek para que tradição e moralidade possam ser técnicas de governo:

Limitar o poder legislativo a gerar regras universais e excluí-lo- de fazer políticas de interesse público; desacreditar qualquer discurso de justiça social como disparatado e totalitário; expandir o que Hayek chama de “esfera pessoal protegida” para estender a alçada da moralidade tradicional para além dos confins da igreja e da família. (BROWN, 2019 p.127)

O terceiro elemento merece destaque aqui, pois se ancora na noção de liberdade neoliberal para evocar tradição e moralidade, onde o Estado não pode tocar. Isso significa trazer questões que dizem respeito à esfera pública e tratá-las como um direito de liberdade pessoal de forma cada vez mais ampliada. O direito à propriedade privada aos poucos tenta ampliar a compreensão do que esses direitos se referem, para além de coisas materiais, e com isso produzindo descolamentos morais na esfera pública. A ampliação da esfera pessoal protegida “expulsa aquele poder coercitivo monstruoso, o Estado, mas também coerção exercidas pelas formas democráticas como a igualdade, a inclusão, o acesso e a justiça social” (Brown, 2019 p.129).

Essa ampliação da esfera privada, para além da propriedade material, pode ser observada, entre outros casos, no recente movimento antivacina (LUIZ et al., 2021), que também parece acontecer como um movimento transnacional. Antes mesmo da pandemia de COVID 19, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já considerava esse movimento como uma

ameaça à saúde mundial<sup>19</sup>. A partir da pandemia, houve uma corrida para a produção de vacinas que pudessem atenuar a gravidade da situação, e assim que as vacinas foram anunciadas, não tardaram os movimentos contrários a imunização em massa e aos possíveis riscos das mesmas<sup>20</sup>. O movimento antivacina não é recente e pode ser identificado no Brasil desde o início do século XX com a chamada revolta da vacina, mas nesse contexto neoliberal a liberdade da esfera pessoal traz outros contornos completamente diferentes para essa discussão. Em um cenário de pandemia da COVID-19, a vacinação se tornou obrigatória (mas não compulsória) para que pudesse haver controle na transmissão do vírus. Os adeptos desse movimento “antivax” utilizam justamente o argumento da liberdade pessoal em escolher se vacinar ou não. No contexto pandêmico, a esfera pessoal jamais poderia se sobrepor à esfera pública, de saúde pública, já que a escolha por não se vacinar coloca em risco não só a vida do não imunizado, mas de todas as pessoas no seu entorno.

Outro exemplo para pensar essa ampliação da esfera pessoal protegida, dessa vez mais próxima à discussão sobre direitos humanos, é quando a liberdade de culto é evocada para utilizar discursos discriminatórios contra as pessoas LGBTI+ em espaços não religiosos, com a justificativa de que isso diz respeito a fé pessoal, em nome da “liberdade de expressão”. O próprio presidente Bolsonaro, por diversas vezes, faz falas discriminatórias e se apoia no discurso da liberdade de expressão para se justificar<sup>21</sup>. Para a racionalidade neoliberal qualquer intervenção estatal nesse sentido seria totalitária, mesmo que se trate por exemplo, de uma fala de um representante político. Na impossibilidade de que o Estado faça essa mediação e crie leis para coibir este tipo de prática, o corpo social, aos poucos, passa por processos de moralização a partir da esfera privada, o que coloca a própria democracia em xeque:

À medida que a vida cotidiana é mercantilizada de um lado e “familiarizada” de outro pela racionalidade neoliberal, estes processos gêmeos contestam os princípios de igualdade, secularismo, pluralismo e inclusão, junto com a determinação democrática de um bem comum. (BROWN, 2019, p. 133)

Nessa concepção, a liberdade é desatrelada do bem comum, da sociedade e da democracia, em projeto político, produzindo como efeito uma recristianização da esfera pública, que segundo Brown (2019) é algo que está em curso desde os anos de 1990, mas que

---

<sup>19</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/oms-considera-movimento-anti-vacina-uma-ameaca-a-saude-mundial/> Acesso em 28 mai.2022.

<sup>20</sup> Disponível em: <https://sites.ufop.br/lamparina/blog/movimento-antivacina-no-brasil-entenda-esse-fen%C3%B4meno-e-seu-fortalecimento-durante> Acesso em 28 mai.2022.

<sup>21</sup> Disponível em: [https://noticias.uol.com.br/colunas/maria-carolina-trevisan/2021/10/28/monark-e-souza-usam-discurso-de-odio-camuflado-em-liberdade-de-expressao.htm?aff\\_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996](https://noticias.uol.com.br/colunas/maria-carolina-trevisan/2021/10/28/monark-e-souza-usam-discurso-de-odio-camuflado-em-liberdade-de-expressao.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996) Acesso em 28 mai.2022.

ganhou bastante força no contexto americano da última década. No Brasil também conseguimos observar esse processo que iremos tratar no segundo capítulo, onde religiosos evocam a liberdade de culto para disseminar preconceitos. O enfrentamento estatal e social a esse tipo de fala foi apontado por esses religiosos como “cristofobia”, que fez parte do discurso pós-eleição de Bolsonaro na ONU <sup>22</sup>.

Segundo Brown (2019), a outra dimensão da esfera pessoal protegida diz respeito a reconfiguração da nação como família e empresa privada. Nessa concepção “a nação é concebida como propriedade privada e familiar, e o presidente é o pater famílias” (BROWN, 2019 p.43) e esse aspecto é um elemento importante pois produz uma cultura política autoritária. A autora cita exemplos nos Estados Unidos e Europa sobre como autoridades políticas se colocaram nesse lugar, tratando a nação como propriedade privada a ser protegida por muros e/ou fechamento de fronteiras. No caso dessas regiões, há ainda um discurso nacionalista forte, que são exemplificados com os *slogans* de campanha de Donald Trump, “*Make America Great Again*” (Torne a América grande novamente), e “A França para os franceses” de Marine Le Pen.

No caso do Brasil, o *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” de Bolsonaro, é o único que traz a ideia de recristianização do Estado bastante evidente em seu texto, além do nacionalismo. Os *slogans* citados anteriormente estruturam seus discursos em torno da ideia de “lar ameaçado”, que deve ser protegido adequadamente, não só por muros e fechamento de fronteiras, mas como no caso do Brasil, pelo armamento da população. Aliás, o armamento da população é um exemplo bastante interessante para pensar a perspectiva neoliberal de liberdade e das funções do Estado, onde o porte de armas é conclamado como direito individual, mas seu fim é a segurança pública (convertida em proteção pessoal) que historicamente é função estatal. Nesse sentido, vemos o quanto o Estado neoliberal torna-se grande enquanto Estado penal e militarizado contra as supostas ameaças. Ainda no Brasil, no campo dos direitos humanos, a ameaça da “casa desprotegida” anunciada é a “ideologia de gênero”, como veremos a seguir.

No caso do Brasil, esse familismo de Estado é bastante visível no governo Bolsonaro, onde o pai é o chefe de Estado, os filhos mais velhos ocupam cargos em esferas políticas distintas e o autoritarismo é a marca da vida política de todos eles. Bolsonaro inclusive foi investigado por trocar o comando da Polícia Federal no Rio de Janeiro por supostamente

---

<sup>22</sup> Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/09/1727002> Acesso em 28 mai.2022.

estarem investigando um de seus filhos <sup>23</sup>, e isso passa uma clara mensagem de pai contrariado, mesmo que seu filho esteja envolvido com algo errado. Na esfera da “casa desprotegida”, Bolsonaro deixa claro quem são alguns estrangeiros indesejados em “sua casa”: “esquerdistas”, marxistas, LGBTI+, indígenas, ambientalistas, artistas e qualquer militante de qualquer causa com a qual ele não seja simpático ou se oponha às suas ideias. Como o próprio Hayek coloca “o conservador não se opõe à coerção ou ao poder arbitrário, contanto que sejam usados para aquilo que ele considera serem os propósitos corretos” (HAYEK, 1960 apud BROWN 2019 p.147). Essa é uma das distorções comentadas pela autora sobre a teoria haeykiana.

Outro elemento de análise importante diz respeito a ideia da tradição como guardiã da moral e de uma “ordem natural” social. As tradições ditas como naturais e ordenadoras da cultura reforçam uma série de opressões que foram naturalizadas nas tradições de cada povo. Como tratamos anteriormente, se pensarmos na cultura brasileira, nossa tradição é o extermínio da população indígena e escravização de povos africanos, esses são os marcos fundadores do país. Por isso a hermenêutica diatópica a qual Santos (1997) se refere traz a ideia da incompletude das culturas, por mais fortes que seja suas bases, e, com isso, a tradição também é repleta de incompletude. Esse encontro do neoconservadorismo com neoliberalismo marcado pelo reforço à tradição parece uma afirmação das desigualdades:

A tradição carrega consigo as ordenações e estratificações geradas pelas relações de propriedade, parentesco, casta, raça, gênero, sexualidade e idade. Independentemente de qualquer outra coisa que ela forneça e promulgue, a família “tradicional” assegura a supremacia branca, a heteronormatividade e as lealdades étnico-raciais seguras. (BROWN, 2019 p.148)

A evocação da família “tradicional” como referência para as políticas públicas e para a gestão estatal carrega consigo então elementos que agenciam mercado, moral, tradição, religião e liberdade, como fundamentos de uma sociedade supostamente livre de coerção estatal. Curiosamente, o autoritarismo político não parece ser um problema para os neoliberais, em especial para Hayek, conforme destaca Brown (2019), que propõe que a transição da social democracia para uma ordem neoliberal é caracterizada pelo autoritarismo político, como foi no caso do Chile, nos anos de 1970, que serviu como laboratório de implementação do neoliberalismo no Sul Global.

Com base no que vimos até o momento, podemos concluir que o neoliberalismo altera não somente a economia, mas opera alterando também a noção de sociedade, tornando o Estado

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/12/bolsonaro-usou-palavroes-e-fez-ameacas-de-demissao-para-trocar-comando-da-pf-no-rio-dizem-fontes-que-viram-video-de-reuniao.ghtml> Acesso em 28 mai.2022.

forte para a garantia da “ordem natural das coisas”. Ou seja, repressão e penalização, e também forte no sentido de garantir que os interesses de mercado, o que inclui aportes financeiros estrondosos em tempos de crise. Nessa concepção não há sociedade, apenas indivíduos e famílias. A eliminação do político acaba por naturalizar o *status quo* social e esvaziar os lugares de luta política participativa, produzindo passividade dos cidadãos que apenas acompanham e compartilham posições políticas pelas redes.

A ampliação da esfera pessoal tem como efeito a moralização social, não diretamente pelo Estado, mas com apoio principalmente das suas esferas jurídico-legislativas. O ditado popular que diz “cada um por si e Deus por todos” parece fazer uma síntese da lógica neoliberal, onde o sujeito perde seus direitos básicos sem a justiça social promovida pelo Estado, torna-se empreendedor de si pelo mercado e moralizado pelos desígnios de Deus. A evolução “natural” das coisas se ocupa do restante, mesmo que o restante seja a morte.

A partir do que levantamos neste tópico, podemos concluir que o neoliberalismo é responsável pela produção de uma cultura autoritária e antidemocrática que pretende dismantelar a concepção do Estado democrático. Citamos aqui o neoconservadorismo como grande parceiro neste jogo de poder político-econômico e iremos tratar a seguir de forma um pouco mais detalhada sobre isso.

### 2.3. NEOCONSERVADORISMO

Brown (2006) em seu ensaio inicial sobre neoliberalismo e neoconservadorismo traz uma discussão sobre o quanto essas racionalidades, embora distintas, convergem para dentro do modelo de mercado. Recentemente, a partir do que discutimos anteriormente, Brown (2019) revisita o trabalho de 2006 e reescreve essa ideia. Os aprofundados estudos realizados por Brown (2019) dos autores neoliberais como Hayek e Friedman deixam claro o quanto a moralidade tradicional está na base da racionalidade neoliberal e opera de forma conjunta, quase como uma díade. Podemos concluir que o avanço do neoliberalismo também traz novas questões morais bastante específicas para o atual momento.

Segundo Vaggione et al.(2020), o termo neoconservadorismo surge nos anos de 1970 nos Estados Unidos para nomear os intelectuais conservadores que se colocavam em oposição aos movimentos da contracultura e hoje essa compreensão se ampliou para *lançar luz sobre os tipos de coalizões políticas estabelecidas entre diferentes atores -religiosos e não religiosos – visando manter a ordem patriarcal e o sistema capitalista, expressando-se com força no*

*contexto latino americano* (VAGGIONE et al. 2020 p.25). Lacerda et al. (2021) indicam que neoliberalismo e neoconservadorismo ganharam força com a crise do Estado de Bem Estar Social estadunidense e que o reordenamento do capitalismo se deu por políticas de austeridade neoliberais.

Biroli et al. (2020) identificam que o neoconservadorismo é um fenômeno político transnacional com uma temporalidade específica, que surge como uma reação conservadora aos avanços da agenda de igualdade de gênero e diversidade sexual, a partir dos anos de 1990, e tem características bastante peculiares na América Latina. As coalisões entre diferentes atores conservadores nascem a partir de contextos democráticos, mas caminham para a erosão da democracia.

Essa aliança se tece em especial entre diferentes atores conservadores, em especial entre católicos e evangélicos em torno de interesses comuns (VAGGIONE et al., 2020), sendo o principal deles a cristianização do Estado, cujas leis e políticas deveriam ser regidas pela tradição moral cristã. É notório que a igreja católica nunca se retirou de seu lugar de influência no cenário político, mas a aliança com o campo evangélico tem se mostrado bastante eficaz.

A aliança conjuntural entre atores católicos e evangélicos tradicionalistas, impelida pelo forte crescimento dos pentecostais em vários países do continente, defende a família heterossexual, a vida desde a concepção e a moralidade cristã. Opera unificando esses atores no debate e na ação política, como se não houvessem disputas morais dentro do catolicismo e do pentecostalismo, como em entre ambos. (VAGGIONE et al., 2020 p.29)

A partir da defesa da família heterossexual como elemento base dessa aliança, os direitos humanos ligados a população LGBTI+ são o principal alvo dessa agenda moralizante, onde a gramática moral é a cola dessa aliança anti-igualitária (LACERDA et al., 2021). Tanto a racionalidade neoliberal quanto a neoconservadora irão posicionar essa concepção de família no centro de suas ações.

Brown (2006) aponta que existem muitas questões em que neoliberalismo e neoconservadorismo se chocam e tem interesses conflitivos. Para a autora:

o neoliberalismo representa um futuro em que as fronteiras culturais e nacionais são amplamente apagadas, em que todas as relações, vínculos e esforços são submetidos a um nexa monetário, enquanto o neoconservadorismo luta para rearticular e policiar as fronteiras culturais e nacionais, o sagrado, e o singular por meio de discursos de patriotismo, religiosidade e ocidente. (BROWN, 2006 p.699)

Podemos apontar um elemento de contradição, pois o livre mercado neoliberal supostamente deveria atender as demandas do mercado, independente do que isso represente.



É possível constatar, por exemplo, que a comunidade LGBTI+ tem sido cada vez mais alvo de peças publicitárias e marcas que visam promover políticas para a diversidade. O chamado *Pink Money*<sup>24</sup> tornou-se nas últimas décadas uma fatia de mercado explorada por grandes corporações e parece ser justamente nesse ponto onde o neoconservadorismo se funde com neoliberalismo, na medida em que pretende se opor a esses avanços sociais produzidos pelo Estado e culturais produzidos pelo mercado, pela cultura e pela sociedade como um todo. Essa relação se dá na medida em que o neoliberalismo restringe a capacidade política do Estado em relação à população LGBTI+, enquanto o neoconservadorismo moraliza o poder estatal e instituições nos âmbitos nacional e internacional (BIROLI, 2020).

Um dos principais elementos utilizados no processo de moralização neoconservadora é o que Vaggione (2020) nomeia de *juridificação reativa*, que diz respeito ao uso do direito para tal investida. O autor destaca que o direito, apesar de supostamente secular, traz em suas bases elementos da moral religiosa processados como secularismo. Produz-se então uma sexualização do direito, uma vez que a família heterossexual é uma herança cristã objetivada no direito. O uso do direito é um elemento bastante estratégico para o objetivo neoconservador de res cristianização da sociedade, e se dá especialmente por advogados e juristas confessionais, que se auto identificam com uma crença religiosa em sua função pública, e isso parece não produzir nenhum conflito com seu papel profissional, pelo contrário, parece respaldá-los para tal função (VAGGIONE, 2020).

Alguns exemplos desses juristas citados pelo autor são o advogado católico argentino pró vida Jorge Scala, escritor do livro *Ideologia de gênero: neototalitarismo e morte da família*, que é um dos livros mais importantes e mais usados contra a “ideologia de gênero”, e no Brasil o jurista Ives Gandra Martins, católico conservador, membro da Opus Dei, pai do ministro do TST Ives Gandra Martins Junior e da secretária Nacional de Família Angela Gandra. O Vaticano reconhece que se a doutrina cristã produz uma cultura moral simbólica, o direito tem um lugar privilegiado na objetivação do que seria lícito ou ilícito, na fabricação de regras gerais e por isso tem investido na formação de juristas com bases cristãs:

A luta por um direito que reflita a moral cristã, ou seja, a juridificação dessa moral, é uma forma de “evangelização secular”, já que as normas legais passam a servir como instrumento para pregar um posicionamento a respeito da família, da vida e da liberdade. O processo de recristianizar a sociedade por meio do direito implica seu uso como estratégia para defender e difundir socialmente uma doutrina moral. Nesse processo, o advogado ou operador do direito parece substituir, metaforicamente, o pastor ou sacerdote. (VAGGIONE, 2020 p.58)

---

<sup>24</sup> (ALVES, 2019)

O direito então tem um lugar social simbólico especial nesse processo moralizador e recristianizador, uma vez que boa parte das lutas políticas se dão na arena jurídica, através da aprovação ou não de leis, portarias, entre outras<sup>25</sup>.

Além dos juristas, Vaggione (2020) chama atenção para a atuação de políticos cristãos, que têm se utilizado de suas crenças religiosas e dos discursos “pró-vida” e “pró-família” como base em suas atuações políticas. No Brasil a bancada evangélica possui um papel importante na articulação da agenda moral em torno da família, sexualidade e educação. Como falamos no início, o Congresso Nacional brasileiro não aprovou até hoje nenhuma lei voltada para a garantia de direitos da população LGBTI+ e, no atual cenário, é pouco provável que isso aconteça tão cedo. É possível observar que atualmente os discursos em defesa da família (sempre no singular) são uma bandeira moral de boa parte dos partidos conservadores, até porque as eleições de 2018 trouxeram bastante “capital eleitoral” para partidos e candidatos a partir dessa agenda. Assim como o simulacro democrático, compreendemos que essas atuações também se dão a partir de um simulacro de laicidade, já que não há separação entre a vida pessoal e a atuação política desses atores políticos.

A partir da compreensão do investimento neoliberal e neoconservador na produção de subjetividade, de uma psicopolítica que pretende produzir controle a partir do próprio sujeito, vemos compor esse cenário neoconservador que Brown (2006) nomeia de cidadão antidemocrático, que entre outras coisas é o “cidadão que não espera nem verdade nem responsabilidade na governança e nas ações do Estado; o cidadão que não se aflige com concentrações exorbitantes de poder político e econômico” (BROWN, 2006 p.692). Biroli (2020) complementa essa ideia na medida em que esse cidadão não se opõe que pessoas ou grupos percebidos como ameaça tenham seus direitos violados ou restringidos. Esse cidadão seria então fruto da erosão do público e ator fundamental na reprodução do discurso e práticas antidemocráticas, como veremos no próximo capítulo. O fato é que, uma população onde cultura política e discurso teológico estão indistintamente misturados, está mais propenso a recepção de forças desdemocratizadoras neoliberais e neoconservadoras (BROWN, 2006). Nisso reside a psicopolítica neoliberal. É possível supor que esses cidadãos possam até mesmo evocar a violação de direitos do Outro em nome da liberdade e até mesmo da democracia.

---

<sup>25</sup> No Brasil podemos destacar a atuação da ANAJURE no enfrentamento a “ideologia de gênero” junto ao STF. Disponível em: <https://anajure.org.br/anajure-e-admitida-no-stf-como-amicus-curiae-na-adpf-467-sobre-ideologia-de-genero-em-lei-municipal-de-ipatinga-mg/> Acesso em 29 mai.2022.

Não queremos aqui produzir uma leitura maniqueísta de cristãos contra feministas e LGBTI+, pois é possível constatar que o cristianismo é bastante heterogêneo e existem outros atores não religiosos nessas coalizões neoconservadoras. O que é possível supor até agora é que os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos enquanto direitos humanos vão de encontro a um lugar especialmente sensível para o cristianismo, que historicamente teve e ainda tem a hegemonia cultural e moral sobre os direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. O avanço desses direitos parece representar para o cristianismo uma desmoralização de sua hegemonia histórica no Ocidente, e o que compreendemos como neoconservadorismo é uma reação a isso<sup>26</sup>. Na perspectiva dos direitos humanos devemos questionar qual dessas visões vai na direção da afirmação da vida e na ampliação dos direitos.

#### 2.4. DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS LGBTI+

Para Brown (2019) a racionalidade neoliberal, potencializada em uma sociedade de controle, preparou o terreno para que forças antidemocráticas se instalassem em diversos países. A autora não estudou o caso do Brasil, mas essa tripla operação descrita por ela a partir dos EUA e Europa consegue estruturar a maior parte desse localismo global desdemocratizante que esta pesquisa se propõe a investigar.

Essa desdemocratização desloca a democracia para o campo formal, onde a mesma é citada apenas para justificar ações antidemocráticas. Se na lógica neoliberal há um rechaço ao “social”, não há democracia e qualquer compromisso com um projeto de sociedade menos desigual. A justiça social é o elemento mais importante para o funcionamento das democracias, já que fundamenta a sua manutenção, ou então seu abandono, quando não se alcança esse objetivo.

A justiça social é o antídoto essencial para as estratificações, exclusões, abjeções e desigualdades outrora despolitizada que servem ao privatismo liberal nas ordens capitalistas e é, em si mesma, uma réplica modesta à impossibilidade da democracia direta em grandes Estados-nação ou em seus sucessores pós-nacionais, como a União Europeia. (BROWN, 2019 p.38)

A justiça social poderia ser a primeira preocupação neoliberal, uma vez que na livre competição e livre mercado não haverá espaço e oportunidades para todos. O neoliberalismo reconhece isso, mas se retira de qualquer compromisso democrático para a atenuação desses problemas. Nesse “jogo de ganhadores e perdedores” a desigualdade social não só é esperada como desejada, afinal acumulação sem limites pressupõe que existam os acumuladores e

---

<sup>26</sup> Desenvolveremos melhor essa ideia no capítulo II a partir de Butler.

também os miseráveis. A noção de democracia, característica do Estado Democrático de Direito, parece ter sido superada, e se faz necessário compreender os alcances disso para as políticas públicas.

Como nos lembra Casara (2018) o projeto democrático constitucional pressupõe “vida digna para todos, até para aqueles que podem ser tidos por indesejáveis por parcela da população, e também para aqueles que não servem aos interesses do mercado e do capitalismo financeiro”. O autor no lembra ainda que identificar as contradições inerentes a democracia serve como medida preventiva contra o autoritarismo e talvez o desafio seja pensar justamente como o autoritarismo se constituiu na nossa democracia e tentar de alguma desfazê-lo.

Pensar em uma sociedade de controle, onde o investimento do poder é psicopolítico, a mudança da subjetividade humana e dos modos de ser e estar no mundo parece a grande arena da disputa. Cada vez mais se discute sobre disputa de narrativas<sup>27</sup> e isso exemplifica bem o fazer psicopolítico antidemocrático, que se dá não pela discussão no plano das ideias, mas por qual narrativa determinada questão será tratada. Isso se deve também a um fenômeno produzido a partir da popularização e massificação do uso das redes sociais da internet, nomeado de pós-verdade (D’ANCONA, 2018; DUNKER et al., 2017). Não cabe nesta pesquisa discutir esse conceito, mas é importante ressaltar que, diferentemente da discussão no plano de ideias, a disputa de narrativa está necessariamente orientada pelo compromisso com verdade e conhecimento científico de qualquer campo. O que existe é uma relativização de qualquer tipo de conhecimento e a massificação de notícias falsas que são imediatamente tomadas por verdade e compartilhadas de forma intensa.

A partir de realidade brasileira, além dos exemplos já citados até aqui, como é possível compreender o jogo político em torno dos direitos sexuais e reprodutivos ao longo da última década? A moralização a partir da tradição promovida na díade neoliberalismo-neoconservadorismo no governo Bolsonaro tem como elemento central a moralização dos direitos humanos para a população LGBTI+. Mesmo antes de eleito, Bolsonaro já havia se pronunciado publicamente muitas vezes com comentários e discursos discriminatórias<sup>28</sup> e certamente essa eleição já anunciava possíveis retrocessos. O então candidato foi um dos maiores, senão o maior lobista político em relação ao “kit gay”, apelido pejorativo dado por ele

---

<sup>27</sup> (SEFFNER, 2020)

<sup>28</sup> Disponível em: <https://revistaladoa.com.br/2016/03/noticias/100-frases-homofobicas-jair-bolsonaro/> Acesso em 28 mai.2022.

ao material do Programa Escola Sem Homofobia<sup>29</sup>, haja vista suas frequentes participações no programa da Rede TV *Superpop* para falar sobre o tema. A apresentadora Luciana Gimenez chegou a afirmar que foi ela quem “inventou” Jair Bolsonaro<sup>30</sup>. É perceptível que uma agenda moral e conservadora deu a tônica da campanha e parece estar se refletindo nas políticas desenvolvidas pelo governo, sinal de que haveria maior controle sobre as sexualidades. Sobre isso, Quinalha (2019) traz uma contribuição importante:

No entanto, quanto mais fechados e conservadores são o regime político e o governo em curso, maior a tendência em intensificar modos de controle sobre os corpos e sexualidades. A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que um indicador fundamental do grau de liberdade, inclusão e democracia de determinado regime ou governo é a maneira como integra ou não uma agenda de diversidade sexual e de gênero nos discursos oficiais e nas políticas públicas. (QUINALHA, 2019 p.259)

Podemos compreender então a agenda de diversidade sexual e de gênero de um governo como indicador da própria democracia, uma vez que governos democráticos terão algum tipo de compromisso, em maior ou menor grau, com a justiça social. No caso do governo em questão, a principal agenda é moral, contra os direitos LGBTI+, e está materializada no dispositivo reacionário “ideologia de gênero”. Esse dispositivo não nasce na campanha eleitoral de Bolsonaro, mas ocupou parte significativa de seus discursos em torno de uma agenda moral de costumes.

Se até pouco tempo era visto como um conceito inexistente (JUNQUEIRA, 2018), hoje se faz urgente qualificá-lo para trazer à cena pública esse debate e o retrocesso que ele simboliza e materializa para a população LGBTI+. Em tempos de pós-verdade, é possível perceber que não basta negar a existência de um conceito, ou dizer que isso ou aquilo não é verdade, mas parece uma tarefa fundamental compreender as reações conservadoras e disputar de modo claro a narrativa em torno dos direitos humanos LGBTI+.

## 2.5. CONSIDERAÇÕES

Como vimos anteriormente, os direitos humanos estão diretamente conectados à democracia e sua afirmação e efetivação somente são possíveis em Estados democráticos de direito. O neoliberalismo, com suas bases na tradição e no mercado, tem produzido cada vez mais Estados autoritários, operando dentro da própria democracia, em que os direitos humanos são um obstáculo para a efetividade estatal frente a reformas e medidas antidemocráticas. Esse

<sup>29</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381\\_052616.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/12/politica/1539356381_052616.html) Acesso em 28 mai.2022.

<sup>30</sup> Disponível em: [https://oantagonista.uol.com.br/brasil/bolsonaro-quem-inventou-fui-eu-ne-diz-luciana-gimenez/?aff\\_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996](https://oantagonista.uol.com.br/brasil/bolsonaro-quem-inventou-fui-eu-ne-diz-luciana-gimenez/?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996) 03 set. 2022.

modelo econômico e cultural investe na subjetividade humana, onde seu controle é mais eficaz, e assim também os governos neoliberais têm investido: em psicopolíticas autoritárias e antidemocráticas como alternativa a um projeto de sociedade democrática. A justiça social é um dos elementos mais importantes das sociedades democráticas e um dos principais alvos de ataques de neoliberais, que parecem opor a isso a meritocracia.

A noção de família tradicional é evocada como elemento central na aliança neoconservadora entre diferentes atores do campo religioso e não religioso, mas que tem como objetivo comum barrar uma série de avanços relacionados aos direitos sexuais e reprodutivos. Essa aliança por vezes mascara seu caráter religioso e utiliza discursos de diversos campos de saber, em especial o direito, legitimar suas posições e manter a hegemonia discursiva. A desinformação e as notícias falsas são as principais estratégias psicopolíticas e é nesse contexto que surgiu a *fake news* que ganhou *status* de verdade: a “ideologia de gênero”.

A seguir, iremos qualificar o que é a “ideologia de gênero”, resgatando a genealogia desse dispositivo e compreender seu uso no cenário neoliberal antidemocrático que se desenhou no Brasil na última década.

### 3. A “IDEOLOGIA DE GÊNERO” COMO INIMIGO MORAL

Vamos unir o povo, valorizar a família, respeitar as religiões e nossa tradição judaico-cristã, **combater a ideologia de gênero**, conservando nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre de amarras ideológicas <sup>31</sup>. (BOLSONARO, 2019, grifo nosso)

Conforme discutido no capítulo anterior, a agenda moral de costumes neoconservadora tem uma centralidade importante para o atual governo. As forças reacionárias que supostamente denunciam a “ideologia de gênero” nunca “fingiram costume” em relação aos avanços dos direitos humanos para a população LGBTI+, e a eleição de Bolsonaro parece o efeito de uma série de forças políticas que se desenharam no Brasil na última década. Bolsonaro, ao declarar que o combate a “ideologia de gênero” seria um dos objetivos de seu governo conferiu um caráter institucional e estatal ao que até então já circulava nas redes e no campo político. O trecho do discurso presidencial citado na abertura do capítulo deixou claro que o governo atuaria de alguma forma para barrar a discussão de sexualidade e gênero nas políticas públicas, o que de fato é o cerne da atuação neoconservadora.

Neste capítulo, pretende-se fazer um resgate das principais pesquisas que tratam sobre a genealogia do significante “ideologia de gênero” e sua matriz católica. Além disso, busca-se discutir como o atual momento neoliberal e antidemocrático estabelece sua discussão política com base na noção do inimigo a ser combatido e do pânico moral como combustível para fomentar e justificar todo tipo de violência contra o inimigo definido. O neoconservadorismo é um elemento importante e que fornece ainda mais reverberação pública e política a esses embates. Pretende-se também traçar um panorama dos usos desse dispositivo no Brasil, no que habitualmente é chamado de ofensiva antigênero, mas antes é importante começarmos pela sexualidade enquanto dispositivo.

#### 3.1. O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE

No início do primeiro capítulo “ideologia de gênero”, foi definida como um dispositivo, e agora pretende-se esclarecer com um pouco mais de cuidado esse conceito foucaultiano, entendendo que o mesmo nos ajudará na compreensão das relações que o produzem.

---

<sup>31</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/01/01/bolsonaro-fala-em-combater-ideologia-de-genero-veja-integra-do-discurso.htm> Acesso em 06 jun. 2022.

Foucault (2011), ao escrever sobre a história da sexualidade, traz uma perspectiva não no sentido de uma história linear, mas de uma genealogia. A proposta do autor ao discutir a partir de um dispositivo é compreender em que momento e quais relações de poder estabeleceram a sexualidade como um campo discursivo de saber das ciências e que conjugaram também diversas forças políticas e sociais. Para o autor, a noção de sexualidade, tal qual conhecemos hoje, surge no século XIX, em especial no campo da medicina e da pedagogia, saberes esses que rompem com o paradigma religioso para a compreensão de práticas sexuais divergentes da norma. As ciências passam a chamar para si a discursividade sobre esses corpos, deslocando-os de um lugar de pecadores para um local de doentes, que precisavam de tratamento. Apesar do rompimento com o paradigma religioso, as ciências mantiveram o método confessional, habitualmente utilizado na confissão religiosa, como cerne das práticas, onde os sujeitos não são reprimidos em suas sexualidades, mas suscitados a confessar:

Em todo caso, há quase cento e cinquenta anos, um complexo dispositivo foi instaurado para produzir discursos verdadeiros sobre o sexo: um dispositivo que abarca amplamente a história, pois vincula a velha injunção da confissão aos métodos da escuta clínica. E, através desse dispositivo, pôde aparecer algo como a “sexualidade” enquanto verdade do sexo e de seus prazeres. A sexualidade é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis*. (FOUCAULT, 2011, p.77-78)

Essa apropriação, o domínio do saber sobre o sexo iniciado no século XIX, desloca a habitual confissão religiosa sobre os prazeres da carne do lugar religioso, da penitência e de algum tipo de redenção espiritual e produz a sexualidade como um dispositivo, como algo passível de processos patológicos, que deveriam ser tratados e normalizados. Para Foucault, a sexualidade:

É o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede de superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2011 p. 116)

Com isso o autor afirma que a história da sexualidade deve ser feita a partir da história desses discursos que a produziram como um campo a ser conhecido, dos saberes, poderes e discursos em torno desse campo.

Até o surgimento das teorias freudianas, na impossibilidade de falar sobre algo potencialmente “perigoso” como o sexo, as ciências acabaram por tomar em análise o que era considerado como aberração, perversão e/ou patológico. Ao circunscrever e se ocupar de “anormalidades”, produz-se também as fronteiras do que deve ser considerado o normal em relação à sexualidade. Conclui-se, então, que o dispositivo da sexualidade historicamente foi



produzido e pensado para estabelecer o que seria uma experiência “verdadeira” sobre o sexo e mais ainda, como um dispositivo que é utilizado para tratar dos comportamentos sexuais, mais precisamente dos comportamentos desviantes e, por fim, como uma técnica de poder e controle da então recém-descoberta “população”. Estabelecer o controle sobre o desvio no campo das ciências não se deu sem interferência religiosa, uma vez que os limites entre ciência e a lógica moral cristã se confundiam, nos preceitos do casamento (e das relações de aliança monogâmicas e heterossexuais) como instituição principal no processo civilizatório. Nessa configuração, assegurar as relações heterossexuais se tratava da proteção ao patrimônio e reprodução, materializadas na aliança do casamento.

Esse processo produz um discurso acerca da “naturalidade” das relações heterossexuais dentro desse arranjo social judaico-cristão-capitalista-científico. Instituído o que é natural, ou a norma, inicia-se também a categorização de todos os outros comportamentos que escapam a essa norma. Uma dessas expressões da sexualidade que causava problemas ao matrimônio heteronormativo, em especial, foi rapidamente capturada pelos discursos das ciências encaixada nessas patologias como um problema: a homossexualidade, que começa a ser vista como uma ameaça aos valores morais e outras questões de múltiplas ordens. A homossexualidade masculina aparece como um primeiro problema nos discursos sobre sexualidade por questões claramente históricas: além das questões envolvendo patrimônio, religião e reprodução, em um contexto patriarcal onde o lugar da mulher é inferiorizado, um homem equiparar-se a um papel “feminino” poderia ser algo considerado moralmente ultrajante e condenável (WELZER-LANG, 2001), logo parece ter sido a primeira grande captura pelas ciências no que diz respeito à sexualidade. Para Miskolci (2007):

Considerava-se que a então chamada “inversão sexual” constituía uma ameaça múltipla: à reprodução biológica, à divisão tradicional de poder entre o homem e a mulher na família e na sociedade e, sobretudo, à manutenção dos valores e da moralidade responsáveis por toda uma ordem e visão de mundo. (MISKOLCI, 2007 p.105)

A partir da leitura de Foucault (2011), podemos compreender que o autor nega a hipótese repressiva sobre o sexo e sugere o contrário, que, desde o século XIX, se produziu todo um conjunto de relações para estabelecer a sexualidade humana como “natureza” e também o estabelecimento de uma sexualidade verdadeira a partir do discurso científico.

Foucault afirma que o que caracteriza a atitude básica da sociedade moderna em relação ao sexo não foi a repressão, mas o fato de a sexualidade ter se tornado objeto de um novo tipo de discurso – médico, jurídico e psicológico -, e de o discurso sobre ela ter de fato se multiplicado. (OKSALA, 2011 p.87)

Nesse sentido, o poder não opera de forma repressiva, mas produtiva, e no caso da sexualidade, produzindo cientificamente e culturalmente os parâmetros sobre como a sexualidade deveria ser vivida, experimentada. A sexualidade é então alçada a um lugar importante socialmente e “tornou-se assim um constructo essencial na determinação não só do valor moral de uma pessoa mas também de sua saúde, de seu desejo e de sua identidade” (OKSALA, 2011 p.87). Essa construção em torno de uma suposta natureza da sexualidade, inscreve como naturais as relações heterossexuais, logo as relações homossexuais ganham um caráter antinatural.

Podemos concluir a partir da obra de Foucault (2011), que o campo da sexualidade herda do cristianismo não apenas o método confessional, mas também o parâmetro cristão heteronormativo como modelo de sexualidade “verdadeira” a partir da patologização da homossexualidade. Essa relação entre homossexualidade e doença é importante para a cultura judaico-cristã uma vez que o *status* de “doente” coexiste com o de pecador, ambos presentes na cultura cristã e utilizados e enunciados até hoje. A retirada da homossexualidade da classificação de doenças da Associação Americana de Psiquiatria (APA) em 1973, no Brasil em 1985 pelo Conselho Federal de Medicina (TONIETTE, 2006) e, por fim, pela Organização Mundial da Saúde em 1990, pode ter desalicerçado uma crença bastante importante na natureza modelo heteronormativo como criação divina, em especial para o catolicismo, que inicia sua cruzada antigênero alguns poucos anos depois. Na contemporaneidade, na impossibilidade da patologização das sexualidades desviantes da norma heterossexual, produz-se uma psicopolítica reacionária em relação aos direitos humanos sexuais e reprodutivos, como se representassem um ataque à sociedade e representassem a destruição da família tradicional.

Compreender a sexualidade como dispositivo é então tomar esse campo de análise diretamente ligado a forças sociais, políticas, econômicas, religiosas, etc., e jamais separado deles. É trazer visibilidade ao conflito de forças, e traçar as conexões de sentido que atribuem materialidade aos discursos e práticas, criando supostas inteligibilidades. A partir dessa noção de dispositivo, é necessário colocar em análise que campos de força e relações de saber-poder produziram a “ideologia de gênero” dentro do campo da sexualidade, que historicamente trata-se de um campo de disputa e controle.

### 3.2. A PRODUÇÃO DO DISPOSITIVO “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Nos últimos anos, diversos autores se dedicaram a pesquisar sobre as origens da “ideologia de gênero” e propõe-se aqui recolher os principais elementos para a compreensão

desse dispositivo. A partir desses autores, trataremos de investigar a “ideologia de gênero” em dois momentos: primeiro para a compreensão de sua gênese enquanto parte de uma cruzada católica antigênero de caráter transnacional, e um segundo momento a partir das ofensivas antigênero que aconteceram no Brasil.

A partir da contribuição dos diversos autores que serão discutidos a seguir, podemos compreender os usos da “ideologia de gênero” a partir de diversos recortes. Junqueira (2018) propõe a noção de sintagma, e isso sinaliza ênfase na criação de uma espécie de neologismo, onde um significante dá sentido ao outro e conecta-se assim a ideia de gênero como ideologia. Na concepção de Corrêa et al. (2021) ideologia de gênero” é descrita como um dispositivo, a partir da noção foucaultiana, compreendendo que ele faz ver e falar uma série de relações de força, poder e controle. Já Abrantes (2020) propõe a compreensão da “ideologia de gênero” como uma fórmula discursiva, a partir da noção de fórmula proposta por Krieg-Planque (2010) em análise do discurso. Apesar da compreensão de que existem ao menos essas três perspectivas diferentes, elas não são excludentes entre si, pelo contrário, se mostram absolutamente complementares para as análises de problemas tão complexos.

### **3.2.1 A cruzada transnacional católica antigênero**

Preservando algumas pequenas diferenças, é de consenso dos principais pesquisadores brasileiros sobre o tema (JUNQUEIRA, 2018; CORRÊA, 2018; BIROLI et al, 2020; MISKOLCI; CAMPANA, 2017) que a cruzada antigênero católica, que está na gênese do dispositivo “ideologia de gênero”, se deu a partir da Conferência Internacional Sobre População, em 1994 e da Conferência Mundial Sobre as Mulheres, em 1995. A perspectiva de gênero proposta no lugar do significante mulher, como elemento para a compreensão dos mecanismos de desigualdades foi um dos elementos mais importantes para a reação católica. A partir desses eventos, a Igreja Católica iniciou uma cruzada antifeminista e antigênero que faziam oposição a termos como “famílias” e “família em todas as suas formas”, afirmando a naturalização do modelo heteronormativo de família como o único possível e natural (JUNQUEIRA, 2018). Essas conferências são um ponto de inflexão para a Igreja Católica, e um momento onde os direitos humanos tornaram-se um campo de batalha moral e política para a Igreja, que configura ao longo dos anos uma produção discursiva e teórica como reação ao direitos sexuais e reprodutivos: “a cultura da morte” no enfrentamento a questões de reprodução e que tem o aborto como principal elemento, e a “ideologia de gênero”, como reação aos avanços dos direitos sexuais da população LGBTI+ (VAGGIONE, 2020).

Essa cruzada tinha como fundamento epistemológico de base a Teologia do Corpo, produzida pelo Papa João Paulo II em colaboração com Joseph Ratzinger<sup>32</sup> e trata-se de um total de 146 audiências gerais apresentadas entre 1979 e 1984, mas que tiveram como efeito a produção de uma série de documentos até o ano de 1995, e com isso efetivaram mudanças discursivas importantes sobre a ordem sexual na perspectiva católica. Com base na doutrina da complementaridade, da primeira metade do século XX, ele passa a tratar de uma antropologia da complementaridade, que aponta para uma “natureza” entre homens e mulheres essencialmente diferentes e complementares (JUNQUEIRA, 2018). A partir do paradigma da heterossexualidade como originária da criação divina, afirma que essas diferenças são complementares e o casamento heterossexual seria então um elemento de harmonia social. Nesse sentido, esses discursos visavam combater o gênero como algo maldito. A Teologia do Corpo foi muito importante pois deu o tom em relação às normas e orientações católicas.

Propondo uma organização didática, Abrantes (2020) sugere uma organização de documentos em torno da “ideologia de gênero” em 3 ordens. A primeira ordem de publicações diz respeito a documentos e discursos oficiais do Vaticano. A segunda ordem traz documento publicados por ordens paroquiais e a terceira ordem se refere a “artigos científicos” de “especialistas”. As publicações católicas que compõe essas ordens, em especial as de terceira ordem, não pretendem compreender ou trazer qualquer perspectiva histórica às definições acadêmicas sobre gênero, mas claramente descrever o gênero, ou a “ideologia de gênero” de forma pejorativa e degradante. Essas publicações tem como marca uma precariedade epistemológica mas apesar disso são bastante eficazes na formação da opinião pública (LIONÇO, 2020). É possível observar com clareza um apontamento de base cristã para a heterossexualidade como parte de uma suposta natureza humana e qualquer variação desse modelo é tomado como algo ideológico.

Junqueira (2018) aponta que a partir das conferências da ONU a Igreja Católica convocou uma série de “especialistas” diretamente ligados a bases católicas tradicionais para a produção de textos que poderiam fazer o enfrentamento principalmente à perspectiva de gênero e aos direitos sexuais e reprodutivos. A escritora americana Dale O’Leary, é um dos principais nomes nessa agenda antigênero. Ligada à Opus Dei e às bases do catolicismo mais radical, publicou em 1997 o livro *The Gender Agenda*, que trata de sua experiência pessoal nas

---

<sup>32</sup> Ratzinger possui longa trajetória na Igreja Católica, onde entre outros acontecimentos, foi nomeado cardeal em 1977, prefeito da Congregação Para a Doutrina da Fé em 1981 e por fim nomeado como Papa Bento XVI, entre os anos de 2005 a 2013, quando abdicou do papado. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/biography/documents/hf\\_ben-xvi\\_bio\\_20050419\\_short-biography\\_old.html](https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/biography/documents/hf_ben-xvi_bio_20050419_short-biography_old.html) Acesso em 07 set. 2022.

conferências da ONU e ataca em especial as que ela chamou de “feministas de gênero”, que teriam por objetivo abolir o lugar “natural” da mulher enquanto mãe cuidadora e educadora. Junqueira (2018) destaca que a autora afirma em seu livro que o objetivo desse grupo seria “abolir a natureza humana” e que se organizam a partir de uma suposta ideologia de inspiração marxista e ateia que propõe uma guerra aos gêneros. Segundo Junqueira (2018), O’Leary defende que esses movimentos teriam por objetivo pautar uma agenda de gênero, mas claramente há um enorme equívoco sobre quais seriam as pautas dessa agenda:

Disso, resultaria a “agenda de gênero”, cuja meta seria construir um mundo com menos pessoas, mais prazer sexual, sem diferenças entre homens e mulheres e sem mães em tempo integral. Para tanto seria preciso garantir acesso gratuito à contracepção e ao aborto, estimular a homossexualidade (“sexo sem bebês”), oferecer uma educação sexual a crianças e jovens que incentive a experimentação sexual, abolir o direito dos pais de educar seus filhos, instituir a paridade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, inserir todas elas no mercado de trabalho (“retirá-las do lar”) e desacreditar as religiões que se oponham a esse projeto. (JUNQUEIRA, 2018, p. 466)

Segundo Junqueira (2018), estas compreensões equivocadas sobre uma “agenda de gênero” foram bastante influentes para os movimentos antigênero que vieram nos anos seguintes. Outra figura de grande importância nesse cenário foi o padre belga Michel Schooyans, também ligado a Opus Dei. Segundo Junqueira (2018) este religioso, que ficou conhecido por acusar os organismos internacionais de estarem a serviço de “minorias subversivas”, é o autor do livro *O evangelho perante a desordem mundial*, também de 1997. Ele é apontado por Junqueira (2018) como o religioso que possivelmente usou o sintagma “ideologia de gênero” pela primeira vez de forma explícita no livro mencionado, que teve o prefácio escrito por Joseph Ratzinger.

Em 1998, a “ideologia de gênero” apareceu pela primeira vez em um documento eclesiástico (JUNQUEIRA, 2018; ROSADO-NUNES, 2015), em uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada “A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”, produzida pelo bispo Óscar Alzamora Revoedo. Destaco aqui um trecho desse documento:

Os proponentes desta ideologia querem afirmar que as diferenças entre o homem e a mulher, fora as óbvias diferenças anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa que torne alguns seres humanos homens e, a outros, mulheres. Pensam, além disso, que as diferenças de pensar, agir e valorizar a si mesmos são produto da cultura de um país e de uma época determinadas, que atribui a cada grupo de pessoas uma série de características que se explicam pelas conveniências das estruturas sociais de certa sociedade. (...) Não é necessária muita reflexão para se dar conta de **quão revolucionária é esta posição** e das consequências que implicam a negação de que há uma natureza dada a cada um dos seres humanos por seu capital genético. (ALZAMORA REVOEDO, 1998 Apud JUNQUEIRA, 2018 grifo nosso)

A partir da leitura do trecho acima, nota-se que há uma clara preocupação em negar a perspectiva de gênero e afirmar a natureza de homens e mulheres, mas ao mesmo tempo há algo de dúbio nessa escrita. É possível supor que Alzamora compreendeu a revolução proposta pela perspectiva de gênero, e está entre o deslumbre da radicalidade intrigante dessa ideia e o desmoronamento das bases que estruturam sua fé. Sem dúvida, a fé religiosa pode ser recomposta em outras bases, mas como dar as costas à ideia de “natureza” milenar que sustentou e ainda sustenta a fé cristã?

No ano 2000, o Vaticano publicou o documento “Família, matrimônio e uniões de fato” que marca a investida católica direta contra a “ideologia de gênero”, pois é a primeira vez que o termo aparece em um documento da cúria romana (JUNQUEIRA, 2018). Em 2003, foi publicado o documento que é apontado por Junqueira (2018) como a *summa* teórica da cruzada antigênero: “Lexicon: termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas”. Trata-se de uma espécie de dicionário de quase mil páginas, que conta com 103 artigos produzidos por diversos “especialistas” a partir de temas como sexualidade, gênero, bioética e outros, e que tinha por objetivo travar uma batalha semântica sobre conceitos existentes e ressignificá-los. Butler (2019) destaca quem com essa publicação o Pontifício Conselho para a Família dá início a reação católica, afirmando que ao questionar os papéis sociais, os teóricos de gênero colocavam a família em risco.

A partir da concepção de Abrantes (2020) podemos dizer que trata-se de um documento de primeira ordem, uma vez que é publicado pelo Pontifício Conselho Para a Família, mas nas primeiras páginas o Vaticano afirma que a publicação foi coordenada pelo Cardeal Trujillo e que a responsabilidade do conteúdo ali produzido é referente a cada autor. É possível classificar que se trata de uma publicação de primeira ordem, mas com características de terceira ordem, ou seja, uma espécie de apropriação dos discursos de “especialistas” que o Vaticano chancela como discurso oficial, mas ao mesmo tempo se esquivava de qualquer controvérsia possível.

A publicação tem sua origem a partir do pedido do cardeal Lopés Trujillo para que a filósofa alemã Jutta Burgraff escrevesse o verbete “Gênero”, que utiliza como base todos os teóricos da teologia antecessores a ela. Nesse artigo, Burgraff afirma que a *ideologia feminista de gênero* nega a vocação maternal das mulheres e utiliza o termo “gênio feminino” para definir a capacidade da mulher de engravidar como constituidora de um gênio sensível e cuidador. Outro documento fundamental que compõe o *Lexicon* é o “Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais”, *escrito por Ratzinger*. Esse

documento tinha por objetivo orientar os políticos católicos em relação a uma consciência moral de acordo com os preceitos católicos em relação ao reconhecimento de uniões homossexuais, lhes fornecendo “as linhas de conduta conforme a consciência cristã quando estes se deparassem com projetos de lei referentes a este problema” (JUNQUEIRA, 2018, p. 473).

A partir de Junqueira (2018), cabe destacar aqui as contribuições do psicoterapeuta francês Tony Anatrella, que, em seu artigo “*Homossexualidade e Homofobia*” afirma que os grupos que pedem por reconhecimento de uniões homossexuais valem-se *do pretexto do direito a diferença* (p.474), além de afirmar que é preciso parar de tachar de homofóbicas pessoas que questionam os aspectos morais e sociais da homossexualidade. Observa-se uma clara demonstração da noção de liberdade que opera na racionalidade neoliberal, já que Anatrella clama pelo direito à liberdade de expressão de sua fé, ao disseminar discurso de ódio. Por se tratar de um dicionário, fica clara a intenção de Trujillo de travar uma batalha semântica e epistemológica em relação a uma série de termos utilizados para a discussão sobre gênero e sexualidade. Segundo Junqueira, essa proposição fica clara no prefácio, quando Trujillo afirma que o dicionário tem por objetivo: “esclarecer, desmascarar termos ambíguos e equívocos que ocultam a intenção de adocicar a sua expressão para evitar sua rejeição quase instintiva” (JUNQUEIRA, 2018, p. 474), ou seja, desqualificar os termos usados por seus opositores e ressignificá-los a partir das concepções eclesiais. No documento, sugere-se que a ideologia realiza uma manipulação da linguagem com o objetivo de “colonizar” a opinião pública, que ficaria privada de fazer seus próprios julgamentos. O exemplo do conceito de discriminação citado no documento aponta sobre como opera a ressignificação católica, numa inversão do sentido, ou seja, realizam justamente aquilo a que acusam seus opositores de fazer.

É o caso do conceito de “discriminação”. O *equivoco é particularmente perigoso*. Inicialmente suscita uma reação de simpatia: como não ser contra as discriminações? Parece ser uma consequência do respeito aos direitos humanos. Mas a primeira e espontânea reação favorável muda quando os conteúdos são mais detidamente examinados. *Em nome da não discriminação, vêm sendo difundidos nos Parlamentos os projetos das uniões de fato, inclusive os das uniões homossexuais e lésbicas, até mesmo com a possibilidade de adoção*. (PONTIFICIO CONSIGLIO PER LA FAMIGLIA, 2003[2006, p. 5-11], APUD JUNQUEIRA, 2018, p. 475)

A ideia de não discriminação defendida no documento iria até o limite em que uniões pessoas do mesmo sexo se aproximassem da sagrada instituição do casamento, direito esse reservado aos casais “naturais”. Interpretando a concepção do autor, a união entre pessoas do mesmo sexo não se configuraria como família, e essa interpretação não seria discriminatória, apenas se trata de um aspecto moral.

A criação de um dicionário complementar diferente do tradicional ao já existente sugere uma tentativa de releitura religiosa de termos e conceitos disseminados no senso comum, e aposta na criação de uma nova linguagem com sentidos ressignificados, pois sentidos tradicionais ofereceriam riscos interpretativos e abririam margem para múltiplos significados e sentidos. É possível concluir que, a partir do que é trazido no *Lexicon*, todo tempo a sexualidade e o gênero são afirmados como um lugar de transcendência, onde haveria uma natureza *a priori* no corpo, cabendo as pessoas estarem em conformidade e se adequarem a uma suposta ordem sexual natural. A importância desse documento é tal pois parece colocar em cena de forma bastante contundente, ainda em 2003, o que hoje nomeamos de narrativa. A partir de supostos termos ambíguos, o dicionário tem por função tomá-los em uma narrativa que os ressignifique a partir das bases católicas, e é exatamente isso que acontece com os conceitos de ideologia e gênero, que justapostos à teorização católica, ganham outros sentidos. Trata-se de “apropriação e ressignificação pelo Vaticano de conceitos oriundos do pensamento crítico, com vistas a produzir sua ulterior inversão” (JUNQUEIRA, 2018 p.475).

A importância desse dicionário foi tal que Junqueira (2018) afirma que a publicação desse documento serviu para criar uma estabilidade no uso do sintagma no *mainstream* católico, sendo traduzido para diversos idiomas. Segundo o autor, o sintagma “ideologia de gênero” circulou sem maior alarde ao longo dos anos em publicações católicas, mas apenas na segunda década do século XXI aconteceu sua disseminação em massa. Até o momento de disseminação popular do sintagma, a Igreja Católica fez duas declarações importantes que sinalizavam sua cruzada antigênero. Ambas as declarações se deram pela mesma via: no *Discurso à Cúria Romana na apresentação dos votos natalícios*, feito pelo Papa Bento XVI. O primeiro, em 2008, sinaliza sobre a responsabilidade no posicionamento da Igreja na esfera pública e considera o gênero como uma ameaça à criação divina, atribuindo a ele uma espécie de caráter de consumo em relação à sexualidade, no sentido em que “escolher” uma identidade de gênero poderia se tratar de mais uma característica neoliberal no campo da sexualidade. Já no discurso de 2012, o Papa Bento XVI vai mais além. Tendo como pano de fundo a votação do projeto de lei francês “casamento para todos”, ele alega que contestar esse lugar transcendente e dual entre homem e mulher seria negar a natureza do homem e por conseguinte, a negação do próprio Deus. Junqueira (2018) destaca que esse discurso foi uma chancela papal para ampla utilização do sintagma e pela cobertura midiática, e também funcionou como um acionamento das grandes mobilizações em torno do gênero, em moldes transnacionais.



A partir da noção de juridificação reativa (VAGGIONE, 2020), descrita no capítulo um desta dissertação, podemos compreender que a utilização de uma retórica com roupagem supostamente científica para a inversão do significado habitual não só se estende a outras áreas como se refere ao próprio método da fórmula “ideologia de gênero”. Uma fórmula que vem sendo experimentada e aprimorada há quase trinta anos e parece ter alcançado (ao menos parcialmente) os resultados que pretendia. O *Lexicon* está em destaque aqui, pois simbolicamente ele representa uma das principais operações que os usuários dessa fórmula investem massivamente, que é a ressignificação dos direitos humanos, em especial os direitos sexuais e reprodutivos. O avanço desses direitos parece colocar em questão as bases morais nas quais toda doutrina cristã se alicerça e esse é um risco que alguns segmentos do cristianismo não parecem dispostos a correr.

Outra publicação fundamental para a circulação do sintagma “ideologia de gênero” foi o livro do advogado argentino ligado à Opus Dei, Jorge Scala, intitulado *Ideologia de género: el género como heramienta de poder*, publicado em 2010 em espanhol. Esse livro foi publicado em 2010, mesmo ano que em a Argentina aprovou o casamento igualitário<sup>33</sup> e é possível considerar que o mesmo se propõe como uma reação conservadora a esse acontecimento. O livro ganhou versão em português em 2011 com o título “Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família” e parece ter se tornado uma literatura fundamental para a popularização do significante na América Latina. O título do livro deixa claro o elemento familista do qual exploramos até agora, produzindo a noção do gênero como inimigo da família.

A precariedade epistemológica que compõe o sintagma “ideologia de gênero” pretende desqualificar toda produção de conhecimento científico em torno das teorias de gênero, que inclusive são enunciadas como se fossem uma coisa unificada como um tipo de fantasma (BUTLER, 2019) e, por isso, Junqueira (2018) aponta que, por vezes, a “ideologia de gênero” também já foi nomeada de “teoria de gênero”. Nesse sentido, a “ideologia de gênero

Não se trata de um conceito, mas sim de um dispositivo que, intrigantemente, recorre à concepção marxista de ideologia para acusar a teoria feminista do gênero de falsificação. Ou seja, os inventores desse truque afirmam que o conceito de gênero é um engodo porque clama pela igualdade entre homens e mulheres para borrar a diferença sexual “natural”, concebida como dimensão ontológica e imutável do humano. O dispositivo também faz supor que, as teóricas e ativistas do gênero - e quem mais recorre ao conceito - simplesmente propagam ideologia, enquanto quem o critica estaria totalmente isento de vieses ideológicos. (CORRÊA et al., 2021)

---

<sup>33</sup> Para saber sobre o processo do casamento igualitário na Argentina consultar BIMBI (2013).

Podemos compreender que o discurso religioso em torno da “ideologia de gênero” se pauta em um binarismo antagonico entre natureza e ideologia. A natureza nesse caso se refere ao modelo heteronormativo de relações e constituição de família, e qualquer tentativa de rompimento com esse modelo é apontado como ideológico. O neoconservadorismo religioso funciona para reafirmar esse modelo “natural” e, ao mesmo tempo, definir o que estaria no campo ideológico. Essa produção entre a norma e o desvio remete ao dispositivo da sexualidade, que ao estabelecer a heterossexualidade como norma, patologizou outras formas de viver a sexualidade. Como sugere Junqueira (2018), a “ideologia de gênero” é uma atualização do dispositivo da sexualidade, uma vez que funciona para o esquadramento moral dos direitos sexuais e reprodutivos a partir da doutrina cristã, se ocupando prioritariamente de controlar os corpos “desviantes”.

É notório que a Igreja Católica ainda guarda uma hegemonia moral e influência política mundial que são históricos, ou seja, essa influência tem alcances transnacionais. A influência moral global preservada e reafirmada pelo Vaticano opera como um localismo globalizado (SANTOS, 1997), na medida em que seu objetivo é produzir códigos morais universais a partir da doutrina cristã em moldes transnacionais. A coalisão neoconservadora com os evangélicos traz ainda mais corpo a essas operações. Podemos concluir que a “ideologia de gênero” é a principal ferramenta nesse processo, que funciona, entre outras coisas, para moralizar a sociedade a partir do paradigma da heterossexualidade como única natureza humana.

No capítulo anterior foi analisado a partir de Vaggione (2020) que o direito traz a moral religiosa em sua matriz de suposta secularidade, pois toma de empréstimo o modelo de família heteronormativo em suas bases. Uma visão complementar à essa que também se torna importante para a análise do dispositivo “ideologia de gênero” é trazida por Butler (2019), a partir da leitura que a autora faz da obra de Saba Mahmood. Na perspectiva da Butler (2019), esse dispositivo parece estar em parte conectado ao processo de secularização do Estado que, ao estabelecer a distinção entre o público e o privado, relegou a religião à esfera privada e a consequente atribuição da mesma de regular a vida sexual, casamento e laços de intimidade a partir da família. Nesse sentido, as questões ligadas à moral sexual historicamente foram produzidas nesse processo, onde a religião aceitou e estabeleceu esse campo como seu domínio de poder e que ganhou ao longo dos séculos status de natureza. Butler (2019) defende a ideia de que a defesa de papéis de gênero a partir do sexo biológico, empreendida especialmente pelas religiões cristãs, é uma invenção moderna, pois não há na bíblia menções suficientes a sexo que levem a compreender isso na história do cristianismo. O que hoje por vezes é

compreendido como essência da religião, por exemplo a noção de família, é uma produção moderna advinda também do processo de secularização (BUTLER, 2019).

Em outras palavras, essas “essências” foram estabelecidas; elas não estavam já dadas, na história de cada uma dessas tradições religiosas. Elas não estão na origem dessas religiões, e, não obstante, do ponto de vista presente, são tratadas como se sempre estivessem. Nesse sentido, são instaladas retrospectivamente enquanto origens fictícias. Da mesma forma, a ideia de que o sexo determina o papel da pessoa na sociedade, na família e em arranjos sexuais dificilmente pode ser encontrada na tradição cristã. (BUTLER, 2019 p.230)

Um exemplo de algo hoje compreendido como essência é a própria noção de infância. Segundo Ariès (1986) a infância é uma invenção moderna que, a partir do século XVII, modifica a noção do que seria compreendido como necessário para o cuidado, funções da família e a compreensão do desenvolvimento das crianças. O autor, ao citar o costume dos trajes infantis, relata que era comum meninos e meninas pequenos serem vestidos com a mesma roupa, o que sugere que possivelmente o que se entende por papéis sociais ou performances de gênero no presente, provavelmente eram compreendidas de outra forma nesse período.

A partir desse ponto de vista, torna-se perceptível que esses elementos apontados como “natureza” ou “essências” em relação aos papéis sexuais e hierarquias de gênero, tratam-se na verdade de uma tradição cristã, que parece ser forjada a partir do Estado moderno, no processo de secularização, como efeitos desse processo. Butler (2019) traz ainda como exemplo do ponto de vista instalado como retrospectivo, a própria noção de orientações sexuais ditas como “não naturais”, que comumente são interpretadas a partir do texto bíblico como condenáveis. Para a autora, não é possível falar em orientação sexual antes do século dezenove, e tampouco da noção moderna de família. Butler (2019) parece corroborar com Mahmood quando a mesma explora que essa noção da família como locus de cuidado, de reprodução e moralidade é resultado do direito de família, que no processo de secularização associa essas questões à esfera privada da família.

A mesma divisão secular que delimitou a esfera de direitos possíveis enquanto esfera pública permitiu a preservação e reprodução de desigualdades radicais na esfera privada – desigualdades estas que a religião agora perpetua em nome de uma lei natural. (BUTLER, 2019 p.233)

Quando a religião é atribuída à esfera privada e a família patriarcal se torna o lugar privilegiado para a regulação da sexualidade e moralidade no Estado secular, este domínio torna-se tradicionalmente do campo religioso. Com isso, os avanços seculares por meio do direito para outras formas não hegemônicas de gênero e sexualidade são vistos como uma ameaça e tornam-se então os “inimigos da família”. A secularização do Estado e a naturalização da família patriarcal desde a modernidade produzem então uma reação a isso que é

compreendido como “natureza” na medida em que esse modelo familiar passa a ser colocado em questão por movimentos feministas e LGBTI+.

Butler (2019) destaca que o discurso católico em torno da ideia de gênero foi disseminado de forma a produzir uma crença de que indivíduos poderiam escolher seu próprio gênero e podemos supor que essa noção de escolha também se aplicaria à orientação sexual. Essa escolha levaria a uma possibilidade de “criação”, e que criação seria algo exclusivo do divino, de maneira que o “gênero é entendido enquanto uma “ideologia” singular que refuta a realidade da diferença sexual e busca se apropriar do poder divino de criação para aqueles que desejam criar seus próprios gêneros” (BUTLER, 2019 p.222). Criar para si outras formas de viver e estar no mundo, poder viver sua sexualidade de forma mais livre e não tão presas a amarras de gênero, pode ser pensando então como uma criação. Nessa interpretação, aqueles que buscam criar a si mesmos estariam indo contra ou negando o poder de Deus. A interferência na “criação divina” parece se aplicar apenas a pessoas fora das normas padrões de gênero, uma vez que intervenções estéticas e cirurgias plásticas das mais diversas realizadas por pessoas cisgênero não se tornaram objeto de controvérsia.

Esse cenário moral e religioso, por vezes, parece embaçar o olhar para a compreensão sobre como o sintagma “ideologia de gênero” está diretamente conectada ao neoliberalismo. Ao analisar o atual contexto neoliberal Butler (2019) traz a ideia de que os ataques à perspectiva de gênero estão ligados à defesa da família heteronormativa como “última barreira contra a devastação das forças do mercado” (p.225):

Minha sugestão é que, na medida em que as políticas econômicas neoliberais devastaram a vida laboral e a perspectiva de futuro de muitas pessoas que hoje enfrentam trabalho contingente e dívidas impagáveis, a virada contra o “gênero” emergiu como um modo de defender um sentido tradicional de posição e privilégio. Também traça uma linha entre público e privado, protegendo a família e seu privilégio patriarcal do mercado, onde a humilhação e a prescindibilidade tornaram-se a norma. (BUTLER, 2019 p.225)

Para Butler (2019), a precarização das questões da vida como trabalho e renda, não são identificadas como algo próprio ao modelo neoliberal, mas como uma espécie de degradação dos modos de vida, que em nada são associadas ao mercado, mas sim com movimentos culturais e sociais que de alguma forma estariam tentando dissolver a autoridade familiar. Com isso, “a resposta à precariedade parece assumir a forma de uma renovação da autoridade patriarcal, tanto na família quanto na igreja” (BUTLER, 2019 p.231). Essa renovação estabelece então quem são seus inimigos a serem combatidos:

A plataforma da aliança anti-ideologia de gênero entre evangélicos e católicos de direita é clara: eles se opõem ao feminismo, aos direitos LGBTQI, especialmente ao casamento gay e ao direito médico e legal de pessoas trans, mães solteiras, pais e mães gays, entre outros. (BUTLER, 2019 p.225)

O que Butler (2019) conclui é que a reação conservadora nomeada de “ideologia de gênero” tem sua origem nos anos de 1990, como resposta à uma agenda feminista, mas que não deve ser atribuída apenas à religião, mas também ao próprio processo de secularização do Estado. Observa-se que reside aí uma contradição, já que o mesmo secularismo que estabeleceu a religião como esfera privada é fundamental para que haja o avanço de direitos sexuais e reprodutivos. Existe uma incompatibilidade entre as duas concepções, religiosa e secularista, como uma balança de dois pesos e duas medidas, para utilizar uma alegoria bíblica, que sempre pende para um lado específico e qualquer tentativa de equiparação é vista como perda de direitos, ataque e destruição à hegemonia da religiosa produzida na modernidade e consolidada como natural ao longo dos séculos. No século XXI, o enfrentamento a isso que historicamente foi relegado à esfera privada ganha o nome de “ideologia de gênero”.

É possível observar que, a partir de 2011, o sintagma “ideologia de gênero” se deslocou dos documentos e autores católicos e ganhou de vez o cenário político, tornando-se um claro fenômeno transnacional (CORRÊA; KALIL, 2020; JUNQUEIRA, 2018), e ganhou contornos bem singulares no Brasil, sobretudo em meio a um cenário bastante político adverso. O conservadorismo religioso encontrou na última década um cenário de ascensão composto por novos e antigos atores de direita, que logo perceberam uma plataforma política que tem se tornado cada vez mais importante e central no atual cenário. Assim, a perspectiva de gênero, tão fundamental para os avanços em relação aos direitos sexuais e reprodutivos nas últimas décadas, também passou a ser vista como um inimigo a ser combatido.

### **3.2.2. O gênero como inimigo “globalista”**

Consideramos até aqui o quanto as bases católicas produziram discursos contra a perspectiva de gênero, desde meados dos anos de 1990. As narrativas oficiais do Vaticano deixam claro que o gênero (ou a “ideologia de gênero”) seria uma clara ameaça à civilização e à família concebida na fé cristã. Isso nos leva a pensar que ao longo das últimas décadas foi produzida toda uma noção do gênero como inimigo que precisava ser combatido. Nessa perspectiva o gênero é descrito como inimigo da família, uma ideologia que pretende acabar com as regras civilizatórias que giram em torno da noção heteronormativa cristã, quase numa personificação do gênero.

Mbembe (2020) traz a ideia de que as sociedades contemporâneas operam a partir de pequenos traumas cotidianos e através da produção do medo. Estabelecer as diferenças entre nós e o Outro parece um elemento fundamental inclusive para estabelecer a noção de quem são os humanos e quem não o são:

Pois, assim como há não muito tempo ainda precisavam da divisão da humanidade em senhores e escravos, as democracias liberais dependem nos dias hoje, para sua sobrevivência, da divisão entre o círculo dos semelhantes e dos dissemelhantes, ou então entre os amigos e “aliados” e os inimigos da civilização. (MBEMBE, 2020 p.91)

Quando consideramos sobre as origens do dispositivo “ideologia de gênero” essa política da inimizade fica bastante clara a partir do discurso católico que foi produzido em torno do gênero como “inimigo da família”, e nesse caso família sempre no singular, já que a tradição católica trata especificamente de um único modelo familiar. Esse espantinho serve como produtor de pânico moral, que colocaria em risco todo o processo de civilização. Segundo Cohen (2011), o pânico moral opera de modo a que:

Uma condição, episódio, pessoa ou grupo de pessoas surge para ser definido como uma ameaça aos valores e interesses da sociedade; sua natureza é apresentada de forma estilizada e estereotipada pelos meios de comunicação de massa; as barricadas morais são guarnecidas por editores, bispos, políticos e outras pessoas de pensamento correto; especialistas socialmente credenciados pronunciam seus diagnósticos e soluções. (COHEN, 2011 p.1 tradução nossa)

Essa forma estereotipada e o discurso alarmista estão no cerne da produção de pânico moral e a consequente definição dos inimigos. O discurso acusatório é um elemento importante nesse cenário, independentemente da existência ou não daquilo que se acusa o outro. Para Miskolci (2007), os pânicos morais expressam disputas e lutas entre grupos sociais em relação aos valores que são próprios às sociedades, em seus avanços e retrocessos. Para ele:

O estudo de pânicos morais permite compreender como preocupações e temores de um dado momento histórico expressam lutas de poder entre grupos sociais, valores e normas, pois pânicos morais nunca são espontâneos. Eles são produto da catalisação de temores já existentes na coletividade. O pesquisador deve descobrir quem foi o agente no processo e como agiu de forma a transformar um temor existente em pânico. Dessa forma, será possível determinar quais valores e normas sociais estão em disputa no realinhamento do que a coletividade considera aceitável ou não em termos de comportamento e estilo de vida. (MISKOLCI, 2007 p. 114-115)

Trata-se então de examinar as relações de poder e força que produzem o pânico moral, através de um medo já existente e que o transforma em algo potencialmente perigoso. Afirmar, por exemplo, que crianças correm riscos quando acontecem avanços para a população LGBTI+ parece uma estratégia utilizada na produção de pânico moral. O temor “crianças em risco” quando conectado à essas pautas e denunciado de forma conspiratória é uma forma de produzir

pânico moral no cenário político atual. A convocação feita por Miskolci (2007) é justamente para que se investigue em que contexto essas relações de poder produzem o discurso de pânico.

O pânico moral então seria o aumento desproporcional do medo referente alguma questão compreendida como de ordem moral, e que gera reação e mobilização também desproporcionais a essas mudanças. No caso da “ideologia de gênero”, essas ações não ficam restritas a documentos do campo religioso, mas operam a partir de uma série de atores sociais:

A partir de diversas ações políticas (como lobby legislativo ou denúncias a funcionários públicos), jurídicas (como a apresentação de ações judiciais em que usam argumentos legais e “científicos” sobre os perigos da “ideologia de gênero” para a sociedade) e midiáticas (através de manifestações públicas, programas de rádio e televisão ou congressos “acadêmicos”) instalam nas discussões públicas os “perigos sociais” que representariam essa “ideologia”. (MISKOLCI; CAMPANA, 2017 p.729)

Hoje em dia o uso de redes sociais parece ter ainda mais relevância para a produção de pânico moral do que outras mídias mais tradicionais. Mbembe (2020) destaca que em nosso tempo o pânico moral é mais facilmente disseminado por conta do *acoplamento humano-maquínico*, onde é cada vez mais difícil separar a vida humana dos aparelhos e processadores. Com isso, as noções de credulidade são ampliadas e a relação com a verdade parece ocupar um lugar secundário, onde convicções pessoais são tidas por verdade. O autor traz a ideia de que nosso tempo não é mais de massas, mas sim de hordas virtuais. Essas hordas não estão comprometidas com verdade e justiça, mas tomadas pela dúvida, pela desconfiança, pelo medo, que por vezes buscam justificar posturas e atitudes violentas para eliminação do inimigo. “Se tais inimigos realmente existem ou não é irrelevante. Basta criá-los, encontrá-los, desmascará-los e expô-los à luz do dia” (MBEMBE, 2020 p.91).

Segundo Lionço (2020), a política de inimizade promovida pelo bolsonarismo opera em uma lógica paranoica que estabelece uma separação binária entre cidadãos de bem e do mal, onde esse Outro do mal foi construído na base do antipetismo e em oposição aos grupos e políticas que tiveram avanços no período dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no reconhecimento de desigualdades de gênero, raça e classe. A produção desse Outro perigoso é um instrumento político, uma estratégia de controle sobre grupos indesejados, onde há uma suposta necessidade de estabelecer ordem e segurança perdidas (GALLEGO, 2019).

Outro elemento que sustenta essa lógica paranoica do inimigo é a ideia de “globalismo”, presente no discurso do ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo (BULGARELLI, 2020). Não é objeto desta pesquisa realizar uma análise das políticas e condutas adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), mas cabe aqui fazer uma citação sobre esse

neologismo que se relaciona diretamente com a “ideologia de gênero”. A atuação de Araújo marca um momento de inflexão na posição das relações internacionais brasileiras, com destaque especial para os direitos humanos (CARVALHO, 2021). Segundo Pena (2019), a noção de “globalismo” é trazida ao cenário político pela primeira vez durante a campanha presidencial de Donald Trump em 2016, que foi marcada pelo forte discurso nacionalista, criado a partir da ideia de que o governo anterior de Barack Obama teria se distanciado da “verdadeira América”. A autora identifica que esse termo foi utilizado como *slogan* político dessa campanha a partir da noção de que a nação deveria ser protegida. Esse termo costuma ser utilizado de formas variadas pois não tem significado preciso definido e geralmente é utilizado pela extrema direita “como um modo de delimitar um outro inimigo, um posicionamento a se combater” (PENNA, 2019 p.382-383).

Já no cenário brasileiro, o termo “globalismo” enquanto significante ganha destaque pelo ex-ministro Ernesto Araújo, cujo cargo foi indicação de Olavo de Carvalho ao presidente Bolsonaro<sup>34</sup>. Para Pena (2019), a noção de “globalismo” ganhou força no Brasil a partir do pensamento de Olavo de Carvalho, que foi inspirado pelas ideias sobre marxismo cultural” e suas ameaças elaboradas pela direita conservadora estadunidense dos anos 1980-1990. Para Olavo de Carvalho, o “marxismo cultural” é advindo do globalismo e seria uma ferramenta de controle mental utilizada pela esquerda para a mudança da cultura, a fim de atender interesses de organizações globais, o que denota o tom conspiracionista comum na escrita do autor (PENA, 2019).

Lionço (2020) atribui a disseminação do “globalismo” no Brasil a Ernesto Araújo e sua nomeação ao MRE parece consolidar essa retórica como política de Estado. Araújo já havia feito publicações com essa temática, como o texto “Trump e o ocidente” (2017)<sup>35</sup>, onde fala sobre o resgate do nacionalismo americano trazido por Trump e afirma o pensamento nacionalista como elemento fundamental para o Ocidente. Mais à frente, como Ministro, Araújo publicou o artigo chamado “Para além do horizonte comunista”, no qual faz a descrição de sua compreensão sobre o “globalismo”:

Desde 1989-1991, quando desabou o “socialismo real”, o marxismo vem trabalhando para desenhar novos instrumentos de construção do comunismo. O principal desses instrumentos é o globalismo (termo que utilizo numa acepção algo distinta daquela mais corrente que o define como a criação de uma governança mundial; para mim, diferentemente, o globalismo é a captura da economia globalizada pelo aparato

<sup>34</sup> Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/novo-chanceler-ernesto-araujo-foi-indicado-por-olavo-de-carvalho.shtml?aff\\_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996](https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/novo-chanceler-ernesto-araujo-foi-indicado-por-olavo-de-carvalho.shtml?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996) Acesso em 07 set. 2022.

<sup>35</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/artigo-do-ministro-ernesto-araujo-publicado-na-revista-terca-livre> Acesso em 03 jul. 2022.



ideológico marxista através do politicamente correto, da **ideologia de gênero**, da obsessão climática, do antinacionalismo). (ARAÚJO, 2019; p.1-2 grifo nosso)

O texto de Araújo possui um claro tom de uma suposta conspiração para implantar o comunismo na sociedade de maneira “inconsciente”, manter viva e funcionando as ideias comunistas. Para ele o socialismo<sup>36</sup> seria uma maneira de se chegar ao comunismo. Nesse sentido, pressupõe-se que os avanços relacionados às questões de raça, gênero, classe e sexualidade durante os governos do PT seriam compreendidos como estratégias que utilizam o marxismo cultural (inconsciente) para implementação de um governo com ideologia socialista e posteriormente ao comunismo, tudo isso com a chancela de “globalistas”. Lionço (2020) resgata a discussão de que teorias da conspiração se constroem a partir de grupos que se sentem alijados pela retórica política, e que precisaram em algum momento “revisar as desigualdades estruturais por meio da denúncia de privilégios de classe, raça e gênero” (p.385) e com isso possivelmente tiveram algum sentimento de perda quando outros alcançaram as políticas de Estado.

Podemos aprender que na atualidade a retórica adotada pelo governo Bolsonaro é conspiratória, remetendo a um tempo apocalíptico em que é preciso urgentemente intervir no globalismo/comunismo, desmascarar o projeto nefasto implicado na retórica dos direitos humanos, dos direitos sexuais e reprodutivos, visando impedir que feministas destruam a Nação, a Família e a Igreja por meio da implantação da “ideologia de gênero”. (LIONÇO, 2020 p.389)

A partir desses autores compreende-se que a noção de “globalismo” parece conectado aos órgãos internacionais como a ONU e Organização dos Estados Americanos (OEA), que supostamente combinariam suas pautas a partir da “ideologia marxista” de mudança cultural do ocidente. O discurso do “globalismo” parece uma tentativa de dar mais corpo, mais refinamento ao enfrentamento não só à “ideologia de gênero”, mas também das pautas ambientais<sup>37</sup> e do “politicamente correto”. Existe a construção de um binarismo que opõe nacionalismo x globalismo, que traça uma linha simbólica por onde as pautas morais e ambientais não podem ou não devem passar. Um possível efeito dessas investidas é retirar o Brasil de qualquer protagonismo frente a essas pautas morais/ambientais dos acordos internacionais, além de ser uma estratégia psicopolítica de ameaça iminente.

Esses elementos nos levam a concluir que “ideologia de gênero” e “globalismo” são estratégias psicopolíticas de pânico moral que funcionam de modo a estabelecer o muro, o

---

<sup>36</sup> É possível que se refira a social-democracia

<sup>37</sup> Em encontro com o presidente Joe Biden, Bolsonaro afirmou que sente que a soberania do Brasil sobre a Amazônia é ameaçada. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sentimos-soberania-ameacada-diz-bolsonaro-ao-lado-de-biden-sobre-amazonia/> Acesso em 08 jul. 2022.

limite, entre quem está dentro e quem está fora. E quem está de fora não deverá jamais passar para o outro lado, uma vez que, delimitado quem ou o quê é o inimigo, as possibilidades de diálogo e deliberação se encerram. Ao se realizar uma interpretação, é possível supor que na concepção de grupos reacionários, a chegada de uma “ideologia de gênero” de cunho marxista/comunista ao Brasil e em diversos lugares do mundo, é um efeito do controle internacional imposto por órgãos globais, que ferem diretamente o nacionalismo do país. Por isso, há que se ter um resgate do passado sem essas interferências “globalistas”, através da moralização dos costumes, militarização e rescristianização da sociedade. “Os inimigos da nação tornavam-se aqueles e aquelas que supostamente poluem o corpo da nação: feministas, lgbtistas, comunistas, professores de esquerda, homossexuais, travestis, transexuais entre outros/as” (VIEIRA JUNIOR; PELÚCIO, 2020 p.93).

A lógica dual na produção do inimigo operou na produção do espantinho moral chamado “ideologia de gênero” a partir de sua popularização no Brasil e continua em processo. A produção de pânico moral em torno desse significante aconteceu em alguns momentos do cenário político e sempre de forma bastante alarmista, conspiratória, como veremos a seguir. Mbembe (2020), ao citar Freud nos lembra como essas hordas morais disseminam o pânico moral:

A massa, diz Freud, “é excitada apenas por estímulos desmedidos. Quem quiser influir sobre ela, não necessita medir logicamente os argumentos; deve pintar com as imagens mais fortes, exagerar e sempre repetir a mesma coisa”. (MBEMBE, 2020 p.89)

Essas tintas e cores carregadas descritas por Freud e citadas por Mbembe, parecem apontar para o caráter caricatural e exagerado que o pânico moral utiliza para descrever seus inimigos.

Analisaremos, em seguida, como esse acionamento do pânico moral relacionado a “ideologia de gênero” se deu no Brasil na última década, onde gênero tornou um inimigo a ser removido do cenário público, mais especificamente das discussões e documentos da política pública brasileira. Trataremos de descrever alguns dos eventos considerados por diversas pesquisas como os mais importantes para a disseminação e consolidação da “ideologia de gênero” no cenário político brasileiro.

### 3.3. PÂNICOS *ET* CIRCENSES: BREVE CRONOLOGIA DA DISSEMINAÇÃO DA “IDEOLOGIA DE GÊNERO” NO BRASIL

Como compreendemos anteriormente, desde meados dos anos de 1990 o discurso católico em torno do gênero como ideologia foi sendo produzido, por documentos religiosos de diversas ordens e até livros proto-científicos, e esteve em circulação no meio católico sem maior alarde até 2013. No cenário brasileiro, podemos observar que a emergência da fórmula “ideologia de gênero” faz parte de uma ofensiva transnacional antigênero (CORRÊA et al., 2021; JUNQUEIRA, 2019) que ganhou força no cenário político a partir de 2013 e assim consolidou e popularizou esse sintagma. Essa ofensiva pode também ser compreendida também a partir da ideia de reação a avanços relativos aos direitos das mulheres e população LGBTI+ (QUINALHA, 2019).

Na Hungria, por exemplo, o ensino da disciplina de gênero na Universidade Central Europeia (CEU) foi proibido pelo governo húngaro em 2018, sob a justificativa de que gênero não é ciência e sim uma ideologia<sup>38</sup>. Mais recentemente, a Hungria também aprovou uma lei que proíbe qualquer abordagem sobre homossexualidade em escolas ou programas de televisão para menores de 18 anos<sup>39</sup>. Não é coincidência que esse país seja um grande parceiro do Brasil na agenda moral, como veremos no próximo capítulo.

No caso do Brasil, Aragusuku (2020) identifica que as ofensivas antigênero foram impulsionadas por três blocos de mudanças ocorridas na sociedade brasileira nas últimas décadas:

(1) mudanças socioculturais como a desestabilização das normativas sexuais e de gênero, a normalização da homossexualidade, a expansão da sociabilidade e das expressões artísticas LGBT, entre outras; (2) mudanças políticas como o crescimento de coletivos, ONG e movimentos feministas e LGBT, e a assimilação das demandas desses movimentos por partidos, fundações e outras associações (profissionais, sindicais, acadêmicas, etc.) da sociedade civil; e (3) mudanças nas políticas públicas como a proposição de legislações e a implementação de políticas públicas em gênero e sexualidade nos âmbitos municipais, estaduais e federal. (ARAGUSUKU, 2020 p.113)

Para o autor, além dessas mudanças, destacam-se também a eclosão do sintagma “ideologia de gênero” a forma de atuação dos parlamentares, que formaram alianças conservadoras em torno de sexualidade e gênero, as dinâmicas internas da Câmara dos

<sup>38</sup> Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/educacao/hungria-proibe-estudos-de-genero-recebe-critica-violacao-da-liberdade-academica-23162518.html> Acesso em: 04 jul. 2022.

<sup>39</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-06-16/ultradireitista-orban-desafia-ue-com-lei-que-proibe-falar-sobre-homossexualidade-nas-escolas-da-hungria.html> Acesso em 04 jul. 2022.

Deputados e o apoio popular conseguido através das redes, que parece ser um efeito do pânico moral. Compreender essas mudanças é fundamental, pois as ofensivas parecem de fato ter se dado em reação a esses avanços na cultura e na política, em que o “kit gay” aparece como um primeiro alvo e, posteriormente, há um deslocamento para a “ideologia de gênero”.

Para compreender a produção do inimigo “ideologia de gênero” no cenário político brasileiro, faremos um apanhado com os principais estudos sobre o tema que nos ajudarão a traçar uma linha temporal, mas principalmente que ajude a compreender as relações de força envolvendo essas disputas. Faz-se necessário também elencar brevemente os principais acontecimentos que marcaram a chegada desse sintagma-dispositivo-fórmula ao Brasil.

### **3.3.1 Os primeiros sintomas**

Os primeiros sintomas das ofensivas antigênero no Brasil começam a aparecer a partir do ano de 2010, durante a campanha eleitoral à presidência da república. As tensões conservadoras já estavam presentes antes mesmo do período eleitoral, por conta do lançamento, no final de 2009, do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3). Entre os temas polêmicos incluídos na terceira versão do programa estão a criação da Comissão Nacional da Verdade, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a descriminalização do aborto (CORRÊA; KALIL, 2020). Segundo Adorno (2010), a apuração das violações de direitos humanos durante o período da ditadura civil-militar foi um tema especialmente sensível pela dificuldade de transpor a barreira corporativista militar e as devidas responsabilizações. Esse tema teria aberto então uma reação conservadora sobre um suposto “estatismo de esquerda” promovido pelo governo, o que tornou o momento pré-eleitoral “mais inclinado ao confronto do que a negociação” (ADORNO, 2010 p.19). Podemos supor também que a eminente eleição de uma mulher ao cargo mais importante do poder executivo, em particular uma mulher de esquerda, pode ter ampliado um clima de pânico moral (MISKOLCI; CAMPANA, 2017).

Nesse cenário conservador, o aborto se tornou uma das principais pautas de discussão eleitoral entre os candidatos (VITAL; LOPES, 2013). O tema foi bastante controverso, em especial no meio religioso, e, segundo Correia (2010), o candidato José Serra se posicionou contra o aborto e Dilma Rousseff, que já havia se manifestado de forma a compreender o aborto como questão de saúde pública, precisou reposicionar seu discurso. A vinculação do discurso pró aborto à candidatura de Dilma de fato produziu um risco eleitoral grande para a sua candidatura ainda no primeiro turno, e de forma a apaziguar os ataques, Dilma publica a Carta ao Povo de Deus, em que envia uma mensagem aos líderes religiosos, se comprometendo a não

fazer alterações nas leis relativas ao aborto, a família e a liberdade religiosa<sup>40</sup>. Esse ato foi considerado como uma espécie de blindagem preventiva e foi determinante para as políticas envolvendo aborto e gênero durante o primeiro mandato da então presidente da república (CORRÊA; KALIL, 2020).

### 3.3.2 O “Kit Gay”

Em 2004 o Governo Federal lançou o Programa Brasil Sem Homofobia, que foi fruto das demandas de movimentos sociais e trouxe formalmente uma agenda para a população LGBTI+ para a estrutura estatal (FERNANDES, 2011). Esse programa tinha uma orientação de ações interministeriais voltadas a essa população e se constituiu um marco extremamente importante no executivo brasileiro. Um dos desdobramentos desse Programa foi o Projeto Escola sem Homofobia, desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com quatro organizações não governamentais, e que tinha por objetivo a formação de professores para o enfrentamento à essas questões no ambiente escolar (FERNANDES, 2011). Segundo Fernandes (2011), a prévia do projeto foi apresentada no Seminário “Escola Sem Homofobia” que aconteceu no Congresso Nacional logo após a eleição de Dilma Rousseff, em novembro de 2010, onde foram apresentadas as pesquisas realizadas com os estudantes e também os protótipos do “kit de combate à homofobia ou kit anti-homofobia”, como estratégia de debate com a sociedade civil. A reação conservadora se deu em torno da ideia de que o Governo Federal estaria “incentivando a homossexualidade”(FERNANDES, 2011) e tinha como principais lideranças os deputados Jair Bolsonaro (PP/RJ) e João Campos (PSDB/GO). Ainda segundo o autor, Jair Bolsonaro foi o responsável por nomear pejorativamente o material de “Kit Gay”, a partir de um discurso de pânico moral, que alertava para o “perigo” de um kit tinha por objetivo “recrutamento de crianças e jovens para a homossexualidade” (FERNANDES, 2011 p.333).

Segundo Júnior e Maio (2017), após essa apresentação, houve uma reação parlamentar e midiática bastante intensa em torno do polêmico “kit gay”<sup>41</sup>, que apelava para um pânico moral em torno da ameaça iminente às crianças:

A imprensa, as redes sociais, religiosos/as, legisladores/as, sociedade civil e mesmo quem não assistiu aos vídeos, comungando do discurso do parlamentar, afirmavam que o referido Kit ensinava as pessoas a serem homossexuais, que era um material

---

<sup>40</sup> <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2010/em-carta-ao-povo-de-deus-dilma-evita-tomar-posicao-sobre-aborto-4990009>. Acesso em 04 jul. 2022.

<sup>41</sup> A escolha manter o uso do termo pejorativo “kit gay”, empregado por parlamentares conservadores, se deu na medida em que é esse o discurso utilizado para produzir pânico moral.

que faziam apologia ao “homossexualismo” e que os vídeos eram destinados a crianças de seis, sete e oito anos de idade. (JÚNIOR; MAIO, 2017 p.140)

Apesar da polêmica iniciada em novembro de 2010, Vital e Lopes (2013) apontam que os deputados federais João Campos (PSDB/GO) e Jair Bolsonaro (PP/RJ) foram os poucos parlamentares que se engajaram desde o início na reação contra o material, mas contudo, Bolsonaro teve um papel importante na produção do pânico moral, pois seguiu dando entrevistas a programas de televisão e rádio e a questão ganhou bastante visibilidade. Os autores trazem também o contexto político que já se estruturava na oposição e tinha como principal elemento o aumento de patrimônio do então ministro da Casa Civil, Antônio Palocci. Os deputados já haviam tentado convocar o ministro para ir a Câmara explicar sua evolução patrimonial, mas sem sucesso.

As tensões em torno do material aconteceram muito fortemente durante o mês de maio de 2011, mês marcado por diversos acontecimentos. Segundo Vital e Lopes (2013), a agenda conservadora em torno do “kit gay” foi retomada a partir da decisão do STF sobre ADPF 132, que aconteceu em 5 de maio e reconhecia a união de pessoas do mesmo sexo com o mesmo *status* concedido a uniões heterossexuais. Essa discussão soava como uma atualização do discurso conspiracionista que estava em circulação e pareceu uma boa oportunidade para a oposição criar uma moeda de troca para negociar o depoimento de Palocci. Os deputados chegaram a anunciar então uma paralisação dos trabalhos na Câmara até que o Ministério da Educação explicasse o “kit gay” (VITAL; LOPES, 2013). Após a polêmica no Congresso, o “kit gay” foi utilizado pela oposição para pressionar o governo, e ao longo do mês de maio de 2011, os deputados chegaram a se reunir com o ministro da educação, Fernando Haddad e com o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho (JÚNIOR; MAIO, 2017). Na sequência de uma série de articulações políticas, foi feito o anúncio do cancelamento do material em 25 de maio do mesmo ano.

De maneira bastante sintética, podemos perceber que a decisão do STF promove uma reação conservadora, que maximiza a discussão do “kit gay” e o torna moeda de troca política, que foi bastante valorizada na “bolsa de valores e costumes morais” dos neoconservadores. A atuação dos parlamentares conservadores remete à ideia de empreendedores morais (MISKOLCI; CAMPANA, 2017), que perceberam no “kit gay” e posteriormente numa pauta moral mais ampliada, uma excelente oportunidade não só para a moralização da sociedade mas também de “negócios” no campo político, em uma associação de políticos conservadores religiosos e não religiosos. Importante considerar que uma eleição marcada de tensão pela

moralidade da pauta do aborto parece ter sido bem importante para aquecer um cenário moral que vinha se configurando.

Esse acontecimento traz também a produção de um discurso político antagonizando população LGBTI+ e família. A partir de uma fala do então deputado João Campos (PSDB-GO), Filho et al. (2018) apontam que esse evento demonstra como são enunciados os discursos políticos e religiosos, que fazem associação direta e antagônica entre a família tradicional e as políticas públicas para a população LGBTI+:

[...] em função de termos assumido aqui a **defesa da família brasileira, de valores, de princípios, tendo principalmente como referência o kit gay** [...] a Bancada Católica, a Frente Parlamentar Evangélica, a Frente da Família, reunidas agora à tarde, tomaram algumas decisões que eu gostaria de dar conhecimento a esta Casa. [...] iremos articular a aprovação de requerimento que convoque o Ministro Palocci a vir a esta Casa para esclarecer aquilo que é de interesse da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, iremos endereçar um requerimento à Presidenta Dilma pedindo a exoneração do Ministro Haddad **por ter perdido a confiança da sociedade brasileira.** (João Campos, 2021; apud FILHO et al, 2018; grifo nosso)

Fica evidente nessa fala a associação entre uma possível política pública para a população LGBTI+ como um ataque à família e também à sociedade, que é o que está na matriz ideológica do sintagma “ideologia de gênero”. Percebe-se nesse acontecimento como se desenha aos poucos um inimigo a que se combater e também como o “kit gay” parece ter vindo em um momento bastante oportuno para a oposição conservadora, uma vez que foi utilizado como moeda de troca para desestabilizar o governo recém-eleito.

Após o anúncio, a então presidente Dilma Rousseff fez uma declaração controversa em relação ao Projeto, afirmando que o governo não faria “propaganda de opção sexual” e que também que o governo não poderia “interferir na vida privada das pessoas”<sup>42</sup>. A então presidente Dilma poderia ter justificado o veto do material a partir de diversos aspectos, como a necessidade de revisão, aprovação por alguma diretoria do Ministério da Educação, ou alguma outra resposta a esse problema. Ao analisar as justificativas, podemos perceber a partir da discussão do capítulo anterior, que as mesmas estão em conformidade com a racionalidade neoliberal. “Opção sexual” não se refere a um produto de mercado o qual se faz propaganda que motive uma escolha, e também não se trata de algo que diz respeito à vida privada, uma vez que muitas pessoas sofrem violências, discriminações e são mortas com base em fenômenos que são coletivos e sociais. Minimizar e erradicar essas violências do contexto social é uma questão de afirmar a dignidade da pessoa humana e promover justiça social. O objetivo não é

---

<sup>42</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/05/governo-nao-fara-propaganda-de-opcao-sexual-diz-dilma-sobre-kit.html> Acesso em 07 set. 2022.

apontar para a ex-presidente como culpada por algo, mas sim compreender como a racionalidade neoliberal se fazia presente no discurso político e já dava sinais claros das forças antidemocráticas que estavam se reatualizando na sociedade brasileira.

Outro ponto controverso no discurso de presidente Dilma Rousseff foi que a mesma parece ter sido levada a acreditar nas notícias falsas conspiratórias disseminadas por parlamentares, pois fez essa declaração pública e vetou um material que sequer conhecia e assim foi facilmente manipulada pela oposição (JÚNIOR; MAIO, 2017). De acordo com Júnior e Maio (2017), esse pronunciamento da ex-presidente é tomado como o discurso inaugural do desagendamento do “kit anti-homofobia”<sup>43</sup> e podemos concluir que talvez marque o ponto inicial do desagendamento de quase toda política pública para a população LGBTI+ que se desenvolveu no âmbito do Executivo brasileiro nos anos seguintes, até o presente momento.

Podemos concluir também que o “kit gay” sinalizou o potencial político de mobilização moral, capital político e marca o início da ofensiva moral contra o gênero no cenário político brasileiro. O discurso conservador aponta o gênero como inimigo e apela para o efeito psicopolítico dessa narrativa, que é um campo de disputa:

Esses avanços e retrocessos estão imersos em um clima de pânico moral, no qual o sexo é sempre político, e em momentos de crise a sexualidade passa a ser o vetor de expressão de projetos políticos como os que vêm sendo capitaneados no Brasil, por lideranças políticas e religiosas que tentam transformar gênero e sexualidade em tabus. O horizonte é de incertezas generalizadas e de disputadas de narrativas sobre a natureza do humano e sua legitimidade. (MELLO; BRAZ, 2020 p.166)

O termo “kit gay” carrega a marca do tabu em torno do campo do gênero e sexualidade, produzindo pânico moral em torno de uma suposta doutrinação de crianças e adolescentes, como uma campanha de conversão à homossexualidade (BULGARELLI, 2020), como se fosse possível ensinar crianças a serem gays ou mesmo heterossexuais. De qualquer forma, o veto e recolhimento do material não colocou fim ao pânico moral, pelo contrário, veremos na sequência que se difundiu a ideia de que essa “doutrinação” fazia parte de uma ideologia que estava em curso nas salas de aula, e aos poucos houve um deslocamento de sentidos em relação ao “kit gay”. Essa nomeação pejorativa pode ser apontada também como a antessala para o aprimoramento do pânico moral nomeado de “ideologia de gênero”, sintagma este que parece ter se encaixado perfeitamente na definição de um inimigo contra o qual precisava ser feita a defesa da família tradicional e a proteção das crianças.

---

<sup>43</sup> Aqui compreendido como desagendamento da política pública.



### 3.3.3 2013: o ano da inflexão política e conservadora

O ano de 2013 pode ser considerado um dos mais emblemáticos da história recente do Brasil. Foi um ano de avanços, mas também um ano de gestação de inumeráveis retrocessos políticos e sociais. Após toda movimentação conservadora produzida a partir do “kit gay”, as articulações políticas do congresso culminaram no mês de março, na nomeação do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC/SP) como presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara <sup>44</sup>. Essa nomeação trouxe bastante polêmica e preocupação já que o deputado acumulava declarações e posicionamentos públicos que violavam os direitos humanos, em especial relacionados à diversidade sexual e de gênero<sup>45</sup>, o que se mostrava absolutamente contraditório aos interesses da Comissão. Naquele mesmo ano, o PLC 122/2007, que propõe a criminalização da homofobia, seria analisado por esta comissão e já havia um claro interesse da Frente Parlamentar Evangélica em barrar esse projeto de lei (SANTANA, 2016).

O mês de maio, tradicionalmente celebra a abolição da escravatura e o dia da luta antimanicomial, foi marcado pela excelente notícia sobre a Resolução 175/2013 emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) <sup>46</sup>, que determinou que todos os cartórios do Brasil a celebrassem casamentos entre pessoas do mesmo sexo a partir dos pedidos de habilitação recebidos com esta finalidade. Essa resolução foi importante na medida em que, entre 2011 e 2013, alguns casais encontraram dificuldades e preconceitos no momento da habilitação para o casamento. Essa resolução teve como consequência bastante mobilização política, onde a noção de “ideologia de gênero” também se conecta, como analisaremos mais à frente.

De fato, o acontecimento que parece ter sido o mais importante daquele ano foram as ondas de protestos nomeadas de Jornadas de Junho. Esses protestos tiveram início com a organização do Movimento Passe Livre (MPL) contra o aumento da tarifa de ônibus na cidade de São Paulo (MACHADO; MISKOLCI, 2019). A violência policial com que esses protestos foram reprimidos foram divulgadas nas redes sociais e fizeram com que as manifestações se multiplicassem em todo o Brasil (GONDIM, 2016). Machado e Miskolci (2019) destacam que

---

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/397509-pastor-marco-feliciano-e-eleito-presidente-da-comissao-de-direitos-humanos/> Acesso em 17 jul. 2022.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/declaracoes-de-feliciano-incitam-o-odio-e-a-intolerancia-diz-ministra/> Acesso em: 17 jul. 2022.

<sup>46</sup> Disponível em: <https://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalDestaque&idConteudo=238515> Acesso em 17 jul. 2022.

a partir da ampliação do uso de redes sociais e smartphones, alguns movimentos populares se organizaram como a Primavera Árabe (2010), *Occupy Wall Street* (2011) e as Jornadas de Junho na sequência, consolidando o uso político dessas redes que viria a se intensificar nos próximos anos.

Os protestos que tiveram início a partir do aumento da passagem de ônibus logo ganharam pautas difusas:

Denunciavam-se o cerceamento à liberdade de expressão, a insuficiência de recursos para educação e saúde, a corrupção e os elevados recursos públicos destinados a grandes eventos esportivos (“queremos educação padrão FIFA”). Um fato era notório: os manifestantes criticavam mais a política, em geral, do que políticos em particular [...] A rejeição à política institucional e à corrupção, muitas vezes associada à exaltação de valores nacionalistas, eram temas de identidade ideológica evasiva, adotados tanto por aqueles que não conseguiam expressar sua indignação de forma mais específica (“todos unidos por um Brasil melhor”), como por pessoas conservadoras. (GONDIM, 2016 p.10-11-13)

Os protestos foram marcados por bastante violência policial, por agregar pessoas e setores da sociedade heterogêneos, incluindo jovens que se envolviam de alguma forma na vida política pela primeira vez. Uma das marcas desse processo pode ser compreendida em um dos slogans utilizado nas ruas “não me representa”, que condensa a ideia sobre a descrença na democracia representativa daquele momento, nos partidos políticos e nas instituições (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

A ocupação das ruas trouxe também setores conservadores para os protestos. Segundo Gondim (2016), “a direita, que não mostrava sua cara nas ruas desde a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, pouco antes do golpe de 1964, “pegou carona”, por assim dizer, nos protestos de junho de 2013” (p.13). Machado e Miskolci (2019) apontam que nesse cenário as cores verde e amarelo começam a aparecer nos protestos e começam os primeiros clamores de “Fora Dilma”, contra o Partido dos Trabalhadores e por conta disso o MPL decide encerrar as manifestações.

Aqui não se pretende realizar uma análise detalhada desse momento, haja visto que os autores citados já o fazem. Machado e Miskolci (2019) nos convocam a compreender esse momento como uma inflexão para uma gramática moral no campo político:

Esse contexto foi afeito ao fortalecimento dos movimentos de direita que apoiaram o impeachment, como Vem pra Rua e MBL, e as lideranças religiosas descontentes com os avanços no que se refere à igualdade de gênero e direitos sexuais. Discursos anti-institucionais foram se tornando mais poderosos, em especial por correntes que transformam adversários em inimigos por meio da oposição simplificadoramente entre “pessoas de bem” contra as supostas encarnações do “Mal”. A retórica anticorrupção progressivamente foi sendo associada e/ou substituída por pautas

moralistas/moralizantes no que se refere a gênero e sexualidade, que passaram a se fortalecer, como ocorre até os dias atuais. (MACHADO; MISKOLCI, 2019 p.956)

Durante as Jornadas de Junho produziu-se como uma espécie de efeito colateral o descrédito nas instituições, e se configurou um discurso em torno da “antipolítica”, em que grupos de interesse se declaram apartidários a partir de uma gramática moral.

No Brasil, as mencionadas características tecnológicas e midiáticas abriram uma janela de oportunidades nas redes sociais para a criação de uma aliança circunstancial de grupos de interesse em torno de uma plataforma moral, que abarca desde a luta contra a corrupção, uma suposta ameaça comunista até o fantasma da “ideologia de gênero”. (MACHADO; MISKOLCI, 2019 p.960-961)

Por fim, Machado e Miskolci (2019) afirmam que as Jornadas de Junho marcaram um ponto de inflexão na política, tanto pela extrema polarização que produziram como também pela gramática moral e anti-institucional, que desdobraram a partir desse momento. Iremos tentar analisar alguns possíveis efeitos mais ao fim do capítulo. É nesse contexto, que, ao fim de 2013, surgem os primeiros movimentos em torno na “ideologia de gênero” no cenário político. Antes de tratarmos sobre a emergência do sintagma, iremos falar sobre seu aspecto não explícito, consolidado na noção de família.

### **3.3.4 Estatuto das Famílias e Estatuto da Família**

Quase de forma paralela, às discussões do Plano Nacional de Educação, que será discutiremos a seguir, foi apresentado na Câmara dos Deputados, o projeto de lei 6583/2013, chamado de Estatuto da Família. A partir de toda a mobilização em torno da noção de família desde o “kit gay”, esse projeto vem como uma reação a outro projeto apresentando anos antes.

Em 2007 foi proposto pelo deputado Sergio Barradas (PT/BA) o Projeto de Lei 2285/2007 <sup>47</sup> denominado Estatuto das Famílias. Esse projeto tinha por objetivo modificar o Código Civil e incluía em seus artigos as uniões homoafetivas e famílias monoparentais e pluriparentais, de modo a ampliar as noções de família. Ao analisar os discursos de parlamentares em torno da discussão desse projeto de lei, Santos (2019) descreve como foram mobilizados discursos em torno da noção de família, majoritariamente vinculados a tradição judaico-cristã, em torno de uma suposta natureza dessas relações e também sobre reprodução. Após três anos, muitas emendas e discussões contrárias ao projeto, pautadas principalmente por deputados conservadores, o projeto foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) mas não seguiu para o Senado, e foi arquivado em 2010.

---

<sup>47</sup> (“Portal da Câmara dos Deputados”, 2007)

Em 2013, como clara ofensiva conservadora, foi proposto pelo deputado Anderson Ferreira (PR-PE) o PL 6583/2013<sup>48</sup> com o nome de Estatuto da Família, no singular. De imediato, em seu segundo artigo, o Estatuto deixa bem claro qual é a noção de família a qual se refere:

Art. 2º Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre **um homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. (“Portal da Câmara dos Deputados”, 2013 grifo do autor)

Santos (2019) afirma que esse projeto foi uma reação ao reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo uma vez que foi proposto cinco meses após a publicação da Resolução 175 do Conselho Nacional de Justiça. Certamente esse acontecimento também teve bastante influência para proposição do PL e parece ter se dado também como reação a essa resolução. Na justificativa do projeto, o deputado afirma que problemas relacionados a drogas, gravidez precoce e violência doméstica são problemas que as políticas públicas devem enfrentar e se refere também “à desconstrução do conceito de família, aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo.”<sup>49</sup>

O que o deputado aparentemente nomeia como aspecto negativo, a desconstrução do conceito de família, relaciona-se justamente da ampliação do reconhecimento de direitos para outras famílias, que existem e precisam de reconhecimento estatal. Esse tipo de discurso esquadrinha quem pode ser enquadrado como sujeito de direitos e quem não pode, e, logo, não necessitam de reconhecimento e investimento das políticas. Observamos uma clara afirmação do padrão heteronormativo como o único válido e a ampliação na concepção de família um problema a ser enfrentado. Como afirmam Fontelle e Madeira (2021), trata-se de um projeto de lei que pretende legalizar uma noção de família inflexível e exclusivista, a partir de uma leitura constitucional literal, ignorando os avanços sociais, inclusive o reconhecimento feito pelo STF das uniões de pessoas do mesmo sexo.

Esse projeto de lei foi aprovado na Comissão Especial, mas ainda não foi votado no Senado e na Câmara. No entanto, cabe destacar que este projeto teve relevância no acionamento dos discursos pró-família como resposta aos avanços sociais, em especial ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. A discussão iniciada em 2007 e que se estendeu até 2015 parece ter dado ainda mais corpo a uma discussão interna que já estava em curso na Câmara. Esse projeto

---

<sup>48</sup> Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013)  
Acesso em 17 jul. 2022.

<sup>49</sup> Idem

de lei pode ser pensado como o embrião de políticas familiares como resposta à “ideologia de gênero”, e traz também o discurso não explícito relacionado ao sintagma, pois não o menciona, mas fica bem claro que se trata da mesma problemática a ser combatida.

### 3.3.5 A votação do Plano Nacional de Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação (PNE) se constitui como uma política pública para estabelecer metas e diretrizes a serem desenvolvidas na educação para a década seguinte. O Plano em questão se referia ao decênio 2014-2024 e foi fruto de três anos de trabalho entre educadoras/es, movimentos sociais e sociedade civil (SOUZA, 2014). Segundo Rosado-Nunes (2015) o plano foi entregue na Câmara dos Deputados em dezembro de 2010. Aprovado em 2012, seguiu para o Senado e em 2013 foi encaminhado à Comissão Especial da Câmara e aprovado em 2014. Se o “kit anti-homofobia” havia produzido pânico moral envolvendo crianças e o espaço escolar, o Estatuto das Famílias reafirmava a família heterossexual como a única reconhecida pelo Estado, a discussão do Plano no Senado Federal não haveria de passar sem o reacionamento desse pânico, e esse momento é entendido como definitivo para a disseminação do sintagma “ideologia de gênero” no campo político e social.

O sintagma “ideologia de gênero” já circulava na Câmara dos Deputados de forma dispersa através de deputados de bases católicas, entre 2003 e 2010, mas sem qualquer articulação política ou com proposições legislativas (ARAGUSUKU, 2020; LACERDA, 2016). Segundo Lacerda (2016), as ofensivas antigênero foram reacionadas quando o deputado e membro Assembleia de Deus de Pernambuco, Pastor Eurico (PSB/PE), trouxe a “ideologia de gênero” para a cena política, em novembro de 2013. Em seu discurso<sup>50</sup>, o deputado discorre sobre os supostos perigos eminentes caso haja a aprovação do PLC 122 e alerta para a “ameaça” ainda não percebida com clareza pelos colegas parlamentares:

Preciso aqui lembrar aos nobres Parlamentares que, por trás do uso sempre mais difundido da expressão "gênero", no lugar da expressão "sexo", esconde-se uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos. **A ideologia de gênero** é um sistema fechado contra o qual não há como argumentar. Existem muitas pessoas que não estão ainda cientes dos perigos dessa nova proposta. (PASTOR EURICO, 2013, grifo nosso)

<sup>50</sup> Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=381.3.54.O&nuQuarto=34&nuOrador=1&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:39&sgFaseSessao=GE&Data=22/11/2013&txA%20pelido=PASTOR%20EURICO,%20PSBPE&txFaseSessao=Grande%20Expediente&txTipoSessao=N%C3%A3o%20Deliberativa%20de%20Debates%20-%20CD&dtHoraQuarto=10:39&txEtapa=> Acesso em 17 jul. 2022.

Além de resgatar o sintagma para uma cena política mais favorável a recebê-lo, o deputado claramente aponta para o gênero como um perigo, produzindo um discurso de pânico moral em torno da perspectiva dessa perspectiva nas políticas. E segue:

Não tenho dúvida de que a ideologia de gênero está sendo introduzida na legislação como uma **bomba-relógio**, com o objetivo de **destruir o conceito tradicional da família como a união de um homem e uma mulher** vivendo com compromisso de criar e educar filhos. A bomba-relógio trazida pelo PLC nº 122, de 2006, está armada, para ser detonada o mais rápido possível. (PASTOR EURICO, 2013)

Esse trecho do discurso do deputado, além de reforçar o pânico moral, aponta para um dos cerne da problemática vaticana, que é a suposta destruição da família tradicional, que se tornou o principal recurso utilizado pelos cruzados antigênero. Trata-se de uma inversão do propósito das políticas afirmativas, que têm por objetivo ampliar a garantia de direitos para mais pessoas e não destruir instituições e direitos estabelecidos. Na sequência, o deputado sinaliza o que já vinha se delineando como principal campo de disputa, a educação:

Ora, bastará que o conceito de gênero seja oficialmente reconhecido e imposto na legislação pelo PLC 122 para que não exista mais nenhum motivo que possa ser apresentado pelos legisladores como fundamento para que se recusem a aprovar o PL 6.010, que introduzirá e **imporá a igualdade de gênero nas metas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.[...] Com a ideologia de gênero imposta pela lei na educação, os *kits gay*, bissexual, transexual, lésbico etc. serão obrigatórios para as crianças em idade escolar. Com esses *kits*, já barrados pela Presidenta da República, que deixaram chocados todos que o assistiram, ou seja, será ensinado como **elas devem fazer sexo**, ao passo de fazer o proselitismo sobre o homossexualismo, isso tudo para as nossas crianças. Lamentavelmente, essa tendência já está **sendo imposta em âmbito internacional**. (PASTOR EURICO, 2013 grifos nossos)

O discurso do deputado Pastor Eurico traz uma verdadeira síntese argumentativa dos principais pontos que seriam utilizados em seguida pelos sujeitos que denunciam a “ideologia de gênero”: o pânico moral de uma ameaça iminente, a educação como campo de disputa, notícias falsas, a proteção das crianças como convocação para a ação, além do inimigo externo, posteriormente nomeado como “globalismo”.

Esse reacionamento parece ter sido um ponto de virada importante em torno do sintagma durante as discussões do PNE. Segundo Pinheiro e Coelho (2016) a polêmica em torno do “kit gay” foi retomada a partir da emenda assinada pelo Senador Vital do Rêgo e que *explicitava os termos* “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” no referido plano como forma de especificar as discriminações já presentes no cenário educacional brasileiro” (p.37). O texto original trazia no item 3.9 esses elementos como uma das estratégias do PNE, e tinha o seguinte texto: “Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero, criando rede de

proteção contra formas associadas de exclusão”<sup>51</sup>. A proposta do projeto parecia dar visibilidade e trabalhar questões relacionadas a desigualdade de gênero que promovessem evasão escolar, o que de fato é uma excelente estratégia para o campo da educação. Vale ressaltar que a palavra gênero era mencionada apenas duas vezes em todo o texto da PNE, sendo a primeira já citada acima e a segunda quando define a gestão participativa como um dos eixos de estruturação do Plano.

Se no Senado Federal as discussões em torno dessa emenda foram bastante acaloradas, em outros espaços aconteceram uma série de mobilizações em torno de uma suposta “ideologia de gênero”:

Para fora do Senado Federal, mobilizações, principalmente nas páginas já citadas, difundiam um alerta de que o Plano Nacional de Educação estaria “promovendo a ideologia de gênero”, e clamavam por uma participação do povo para combater este mal. Tais mobilizações ajudaram na popularização do termo “ideologia de gênero” e serviram também para pressionar parlamentares a se opor à “inclusão da ideologia de gênero no PNE”. (ABRANTES, 2020 p.42)

A partir da inclusão da emenda pelo Senador Vital do Rêgo, houve forte mobilização católica para a exclusão da “ideologia de gênero” do texto do PNE, o que aconteceu pouco tempo depois:

O mesmo senador, porém, diante da forte campanha de grupos católicos e evangélicos conservadores contra o substitutivo e contra ele mesmo, retrocedeu em seu parecer. A campanha, que incluiu “visitas” de padres católicos ao seu gabinete, textos que se referem à instrumentalização do senador (católico) pelo governo federal, postados nas redes sociais e convocação dos católicos para participarem dos debates no plenário da Câmara, foi bastante efetiva (SOUZA, 2014 p.194)

A forte atuação católica também foi destacada por Pinheiro e Coelho (2016), que citam a atuação do padre Paulo Ricardo, considerado um dos mais influentes militantes católicos contra os direitos LGBTI+, que utilizou suas redes para descrever e “denunciar” o inimigo e também conchamar o povo católico para a “defesa da família brasileira”. Os autores destacam ainda que a distorção promovida em relação a categoria gênero e o próprio desconhecimento de boa parte da população rapidamente fez com que gênero como uma ideologia fosse uma ideia rapidamente aceita entre pessoas do campo religioso. Em uma sociedade marcada pela pós-verdade, onde algumas questões rapidamente se tornam “virais”, pode-se concluir que a discussão do PNE promoveu a viralização do sintagma “ideologia de gênero”.

Em 2014, o PNE foi para a Comissão Especial da Câmara, onde foram disseminadas e reiteradas as noções sobre “ideologia de gênero”, em especial pelos deputados Jair Bolsonaro

---

<sup>51</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116> Acesso em: 17 jul. 2022.

e Pastor Eurico. Ao mapear as notícias divulgadas no período, Cardoso (2019) destaca a matéria publicada no portal GGN em abril de 2014<sup>52</sup>, que dá destaque às declarações dos dois deputados. Um dos pontos da declaração do Pastor Eurico é a afirmação de que a “ideologia de gênero” seria marxista e já estava se alastrando pela Europa. Iremos destacar aqui o trecho da matéria que reproduz o posicionamento de Bolsonaro:

Bolsonaro, por sua vez, aproveitou a oportunidade para ressaltar que a rejeição desse artigo livra as escolas brasileiras, em definitivo, do que ele classificou como “kit gay”. “Com o não acolhimento desse destaque, ficaria de fora o Plano Nacional de Promoção de Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Esse é o kit gay que Dilma Rousseff disse que tinha recolhido, mas que está saindo do armário”, afirmou, em alusão ao projeto enterrado pelo PT em 2011. (grifo nosso)

Com essa afirmação, Bolsonaro utiliza a metáfora sobre “sair do armário”, que é uma referência a pessoas LGBTI+ que se assumem publicamente, para sugerir que o “kit gay” ficou “no armário” por algum tempo e agora estaria retornando sob outra forma (CARDOSO et al., 2022). Essa forma é a “ideologia de gênero”, aparentemente mais ampla, dispersa e de orientação marxista, segundo essa concepção. É importante observar como a noção do inimigo é cuidadosamente desenhada, como aquele que fica escondido no armário, à espreita, aguardando uma oportunidade de atacar.

Ao analisarem os enunciados dos deputados contrários aos termos orientação sexual e gênero, Mendes et al. (2020) observam que as discussões do PNE foram marcadas por homofobia e machismo, e de certa forma faziam oposição às políticas desenvolvidas pelo Partido dos Trabalhadores ao longo dos últimos quatorze anos.

Esses discursos durante a Comissão Especial da Câmara foram fundamentais para a disseminação do sintagma não só no campo político como no campo social. Conforme destaca Souza (2014) a “ideologia de gênero” foi alvo de uma grande campanha empreendida por católicos e evangélicos, que utilizaram massivamente as redes sociais para a disseminação de notícias e mobilização de fiéis para pressionar os deputados da Comissão. A forte ofensiva religiosa também é destacada por Rosado-Nunes (2015) que traz uma série de discursos e publicações católicas feitas na esteira das discussões do PNE. Souza (2014) observa também que no discurso conservador há um tom conspiratório que sugere a existência supostas associações entre a esquerda e organizações internacionais para a implantação da “ideologia de gênero” no Brasil.

---

<sup>52</sup> Disponível em: <https://jornalggn.com.br/congresso/para-conservadores-ideologia-de-genero-e-marxista-e-nao-entra-no-plano-de-educacao/> Acesso em 18 jul. 2022.



Por fim, após toda pressão política, religiosa e popular sobre o projeto e a suposta presença da “ideologia de gênero”, seu texto final foi alterado de forma a apagar as categorias gênero e orientação. As especificações “igualdade racial, regional de gênero e de orientação sexual” foram alteradas pelo Senado Federal e substituídas pela generalização contida na nova sentença “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”(PINHEIRO; COELHO, 2016 p.44). Apesar de a PNE ter excluído esses elementos, o documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE), realizada em novembro de 2014, incluiu em seu documento final<sup>53</sup> as discriminações por gênero e orientação sexual, já que essa discussão foi fruto da conferência e isso gerou nova reação conservadora através de emendas, discursos e requerimentos (LACERDA, 2016). O documento final da CONAE parece então ter reforçado de forma indireta o pânico moral em torno da “ideologia de gênero” na educação.

Os efeitos dessa precária discussão em torno da “ideologia de gênero” no PNE foram sentidos a partir do ano seguinte. Se em 2014 o sintagma se popularizou no campo social e político, em 2015 pôde-se observar a consolidação desse tema na esfera pública um número considerável de projetos de lei de enfrentamento à perspectiva de gênero na educação. Aragusuku (2020) afirma que durante a 55ª legislatura (2015-2018) a “ideologia de gênero” saiu do desconhecimento popular e passou a ser “um conceito de sustentação retórica para as posições de grupos de direita no âmbito da moralidade, dos costumes e das práticas sexuais” (p.115). Conceito aqui não referido como um conceito científico, mas como conceito-farsa, esvaziado de sentido e definições científicas, forjado a partir de autores confessionais conservadores. O autor destaca ainda que em 2013, foram realizados 3 pronunciamentos na Câmara dos Deputados citando “ideologia de gênero”, e em 2015 esse número saltou para 39 pronunciamentos. Ao longo dos quatro anos da legislatura foram 160 no total, o que demonstra como o sintagma se consolidou ao longo desses anos.

Ao analisarem o quantitativo de notícias sobre “ideologia de gênero” em páginas religiosas, Corrêa e Kalil (2020) trazem números que mostram que de 2013 a 2014 houve um aumento de 251% nas vinculações dessas notícias. Se compararmos os anos de 2013 e 2018, veremos um aumento ainda mais significativo, de 844%. As autoras mostram ainda que a maior parte dessas notícias foi disseminada em veículos evangélicos. Esses dados são importantes pois comprovam como a discussão em torno do PNE foi fundamental para a disseminação do sintagma “ideologia de gênero” e também sobre a união entre católicos e evangélicos em torno

---

<sup>53</sup> Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/28-historico/47-conae-2014>. Acesso em 17 jul. 2022.

dessa pauta moral. Por fim, destaca-se o engajamento evangélico na disseminação de uma fórmula originalmente católica.

O PNE serve como norteador para que os municípios produzam e desenvolvam seus planos municipais de educação. Os efeitos do pânico moral produzidos a partir do PNE tiveram ainda outro desdobramento bastante significativo, que se refere às tentativas de retirada das menções a gênero e sexualidade no âmbito municipal. A orientação do Ministério da Educação foi para que Estados e municípios desenvolvessem seus planos com base no texto da CONAE de 2014 (MOURA, 2016). Quando os municípios receberam o documento final da CONAE, que continha os termos “gênero e sexualidade” isso mobilizou reação e articulação de grupos conservadores, que protestaram nas câmaras contra a “ideologia de gênero” (ARAGUSUKU, 2020). O fato é que o enfrentamento a “ideologia de gênero” no campo da educação deixou de ser uma discussão em âmbito federal e se capilarizou nos Estados e municípios.

O coletivo “Professores Contra o Escola Sem Partido”<sup>54</sup>, composto por diversos pesquisadores, realiza há alguns anos o mapeamento de projetos de lei vinculados ao movimento “Escola Sem Partido (MESP), criado em 2004. Esse coletivo passou a mapear também os projetos de lei antigênero, que passaram a ser propostos a partir do PNE e da CONAE. O MESP será analisado em seguida, mas aqui cabe destacar que desde 2014 até o presente momento, foram mapeados 74 projetos de lei e emendas no âmbito municipal brasileiro que são diretamente antigênero.

Outro dado importante do contexto político é que ao final de 2014, devido a toda visibilidade que ganhou denunciando o “kit gay” e a “ideologia de gênero”, Jair Bolsonaro foi o deputado federal eleito com o maior número de votos pelo Estado do Rio de Janeiro <sup>55</sup>. Este feito certamente sinalizou para ele e para o campo conservador como um todo a força do capital político produzido em torno dessa ofensiva moral.

### **3.3.6. O Movimento Escola Sem Partido e o Projeto Escola Sem Partido**

O Movimento Escola Sem Partido (MESP) foi criado em 2003 pelo advogado Miguel Nagib para fazer frente a uma suposta doutrinação ideológica cometida por professores em sala de aula. Segundo o site do movimento, “a imensa maioria dos educadores e das autoridades,

---

<sup>54</sup> Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/> Acesso em 18 jul. 2022.

<sup>55</sup> [https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/jair-bolsonaro-e-o-deputado-federal-mais-votado-do-rio-de-janeiro/?aff\\_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996](https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/jair-bolsonaro-e-o-deputado-federal-mais-votado-do-rio-de-janeiro/?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996) Acesso em 09 set. 2022.

quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia”<sup>56</sup>. O MESP se define como “uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior”. Apesar de intitular-se como um movimento de iniciativa popular, Nagib é diretamente ligado à *think tank*<sup>57</sup> Instituto Milenium e possui em seu CNPJ capital de 80 mil reais (MOURA, 20016). A principal ideia defendida pelo MESP é que a escola deve ter uma educação “neutra”. Na verdade, torna-se questionável a própria ideia e educação, já que para o MESP professor não é educador e estaria mais próximo a um aplicador de conteúdos pré-determinados. É claramente uma orientação que retira do espaço escolar toda e qualquer formação para o pensamento crítico, visto como doutrinador de crianças e adolescentes.

Segundo Moura (2016), Nagib criou o MESP após uma de suas filhas chegar da escola contando sobre uma comparação feita por seu professor entre Che Guevara e São Francisco de Assis, o que provocou nele a reação de escrever uma carta aberta ao professor e a distribuir para pais e alunos na porta da escola. Desde 2004 a pauta do MESP se dá em torno de uma suposta doutrinação marxista nas escolas, a partir de uma leitura fantasiosa de Antonio Gramsci que teria proposto um plano que é nomeado por eles de marxismo cultural (MIGUEL, 2016), mesma teoria defendida por Olavo de Carvalho.

Apesar de existir desde 2004 é apenas em 2014, a partir da discussão em torno do PNE que o MESP ganha visibilidade nacional, um importante aliado nesse momento e também outras características. Segundo Miguel (2016) “no momento em que a “ideologia de gênero” se sobrepõe a doutrinação marxista, o discurso do MESP dá outra guinada. A defesa de uma educação “neutra”, que era predominante até então, cede espaço à noção da primazia da família sobre a escola.” (p.601). Essa foi uma oportunidade importante para o MESP, que pôde utilizar a noção de “ideologia de gênero” para a sustentação do pânico moral, em que professores doutrinadores deveriam ser denunciados. O embasamento para esse argumento é feito a partir do artigo 12 de Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos<sup>58</sup>, que estabelece que “os

<sup>56</sup> Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/> Acesso em 18 jul. 2022.

<sup>57</sup> Segundo a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) *think tanks* são instituições que desempenham um papel de *advocacy* para políticas públicas, além de terem a capacidade de explicar, mobilizar e articular os atores. Atuam em diversas áreas, como segurança internacional, globalização, governança, economia internacional, questões ambientais, informação e sociedade, redução de desigualdades e saúde. Disponível em: <https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/afinal-o-que-e-um-think-tank-e-qual-e-a-sua-importancia-para-politicas-publicas-no-brasil> Acesso em 23 jul. 2022.

<sup>58</sup> Disponível em: [http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao\\_americana.htm](http://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm) Acesso em 23 jul. 2022.

pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções”. Miguel (2016) destaca ainda que o procurador da república Miguel Schelb foi o responsável por produzir um modelo de notificação extrajudicial a ser encaminhado às escolas caso os pais não concordassem com algum conteúdo trabalhado em sala de aula. Esse modelo de notificação foi disponibilizado no site do MESP, e tanto Schelb quanto Nagib foram cotados para comandar o Ministério da Educação durante o governo Bolsonaro<sup>59</sup>.

A virada no âmbito legislativo é iniciada a partir do PL 7180/2014<sup>60</sup>, proposto pelo deputado Erivelton Santana (PSC/BA), que tem por objetivo transformar em lei que as diretrizes curriculares da educação brasileira sejam norteadas pela primazia da família, em relação aos valores morais, sexuais e religiosos. Um ano depois, após a polêmica do PNE, o deputado Izalci Lucas propôs o PL 867/2015, que incluiria o Programa Escola sem Partido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e que foi apensado ao PL 7180/2014. Desde então, houve muitas discussões em torno do projeto. Santos (2019) destaca um trecho escrito pelo relator do projeto, deputado Flavinho (PSC/SP), que destacaremos aqui de forma mais ampla:

**Não há qualquer precedente civilizatório na história humana que demonstre que uma sociedade sexualmente plural seja realmente sustentável a longo prazo.** Trata-se de uma concepção meramente “teórica”, pensada “de fora” como um ideal a ser imposto na sociedade, sem precedentes empíricos inquestionáveis. O que sabemos por experiência concreta é que **uma cultura heteronormativa foi imprescindível à perpetuação da espécie humana e ao desenvolvimento da Civilização Ocidental.** À despeito de quão avançada esteja a legislação de alguns países, no tocante a ideologia de gênero, não há base suficiente para sublimar a experiência milenar do Ocidente em prol destes poucos experimentos sociais contemporâneos de resultados ainda questionáveis. (DEPUTADO FLAVINHO apud SANTOS, 2019 p.177 grifo nosso)

O relatório do deputado deixa bem claro a defesa da heteronormatividade como pilar da civilização e sugere que o pluralismo sexual pode levar ao fim da sociedade. Isso evidencia o quanto a “ideologia de gênero” é elemento central na discussão do Programa Escola Sem Partido e que talvez a mobilização em torno dos demais conteúdos escolares podem ter ficado como secundários nesse cenário.

Até o momento, foram apensados cerca de 24 Projetos de Lei ao PL original, que formam um conglomerado de proposições, majoritariamente a favor do Programa Escola Sem Partido e algumas contrárias. A partir de tantas proposições legislativas, fica evidente a

---

<sup>59</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/procurador-e-lider-do-movimento-escola-sem-partido-cotados-para-a-educacao/> Acesso em 24 jul. 2022.

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722> Acesso em: 24 jul. 2022.

ofensiva antigênero iniciada como o PNE e que promove a proliferação de iniciativas legislativas no ano seguinte:

Estes projetos coletivos e os pronunciamentos de 2015 mostraram que o discurso da “ideologia de gênero” foi rapidamente assimilado por uma diversidade de parlamentares, oriundos de distintos partidos, vinculados a um conservadorismo cristão (católico e sobretudo evangélico) em plena ascensão. (ARAGUSUKU, 2020 p.118)

Esse conglomerado de projetos que são nomeados como Projeto Escola Sem Partido chegou a ser arquivado em 2018, ao final da 55ª legislatura, mas foi novamente desarquivado a partir da 56ª. O desarquivamento até poderia ser mesmo esperado a partir da eleição de Jair Bolsonaro, que é um dos defensores do projeto, e também de um legislativo bastante conservador eleito em 2018. Segundo o coletivo “Professores Contra o Escola Sem Partido”, além dos 74 projetos de lei e emendas no âmbito municipal brasileiro que são diretamente antigênero, existem mais 151 projetos ligados ao Escola Sem Partido, o que demonstra o efeito do pânico moral em torno das temáticas conservadoras capilarizado e materializado.

Em agosto de 2020, Miguel Nagib anunciou através da página oficial do MESP<sup>61</sup> o fim de sua participação no movimento e também dos canais oficiais. O anúncio veio logo após a decisão do STF considerar inconstitucional uma lei estadual de Alagoas baseado no MESP<sup>62</sup>. Tanto na página do Twitter do MESP quanto em entrevista concedida a Rádio Guaíba<sup>63</sup>, Nagib reclama da falta de apoio do presidente Bolsonaro em relação ao MESP e também compreende que a decisão do STF teve um peso importante. Ainda na entrevista, Nagib afirma que acredita que as instituições estão aparelhadas e doutrinadas, o que dificulta o avanço do movimento. Deixa a entender também que possivelmente esperava algum tipo de aporte financeiro do governo e acusa Bolsonaro de ter abandonado a pauta do MESP.

Independente do fim do MESP, assim como o bolsonarismo, suas ideias estão espalhadas na cultura e em projetos de lei por todo o país. O MESP encerra as atividades, mas não coloca fim à ideia de uma escola supostamente neutra e a consequente perseguição de professores “doutrinadores”.

---

<sup>61</sup> Disponível em: <http://escolasempartido.org/> Acesso em 24 jul. 2022.

<sup>62</sup> Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/22/apos-derrota-no-stf-fundador-do-escola-sem-partido-diz-que-deixa-movimento.htm> Acesso em 24 jul. 2022.

<sup>63</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uwSpMNIWRjg> Acesso em 24 jul. 2022.

### 3.3.7 A fratura democrática e a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro

Conforme tratamos anteriormente, as Jornadas de Junho foram um momento importante de virada política à direita, que preparou o terreno para a fratura democrática que foi o golpe sob a roupagem de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

O ano de 2014 foi marcado por uma série de acontecimentos, como a Copa do Mundo, as eleições para os governos estaduais e federal e também marcou o início da Operação Lava Jato. Se as Jornadas de Junho encerraram por conta da clara adesão da direita ao movimento, essas mobilizações parecem de alguma forma ter sido o embrião do que viria a seguir.

A eleição da chapa Dilma-Temer foi bastante polarizada e o candidato derrotado, Aécio Neves juntamente com seu partido, PSDB, começaram a indicar que não aceitariam o resultado das eleições (FERES JÚNIOR; KERCHE, 2018). Aécio pedia não só a recontagem dos votos como também sinalizava que o governo Dilma seria inviável por conta da forte oposição formada no período eleitoral. A partir de março de 2015 as ruas foram tomadas por manifestantes de direita vestidos de verde e amarelo que pediam o impeachment de Dilma, e esse segundo mandato foi marcado como a gestão de uma crise contínua (CORRÊA; KALIL, 2020).

A operação Lava Jato foi fundamental para alimentar ainda mais as tensões políticas instauradas, em especial pelo destaque midiático dado às investigações, que claramente demonstravam coalizões políticas interessadas em destituir a ex-presidente do cargo e inviabilizar uma possível nova candidatura de Lula.

Os brasileiros foram massacrados durante anos por uma cobertura jornalística extremamente enviesada, com pouco espaço para o contraditório, dominada pela mensagem de que a política é sinônimo de corrupção, em que o PT é o maior responsável pela corrupção que assola o país. Essa estratégia surtiu efeito junto à opinião pública, embora haja sinais de que ela tenha atingido um ponto de esgotamento. Mas se isso é real, o dano feito à legitimidade das instituições democráticas também o é. (FERES JÚNIOR; KERCHE, 2018 p.10)

Toda essa espetacularização da Lava Jato certamente contribuiu para o posterior impeachment de Dilma Rousseff e a rearticulação de forças no Congresso Nacional. A sessão de votação do impeachment foi um momento importante, marcado por discursos em torno da defesa da família, de Deus e da religião, trazendo à tona ainda com mais força o discurso ultraconservador que já estava em ocorrendo nos bastidores há anos (CORRÊA; KALIL, 2020). O discurso de Jair Bolsonaro durante a votação do impeachment em abril de 2016, além de prestar homenagem a um torturador da ditadura, serviu para reafirmar o pânico moral do “kit

gay” e da “ideologia de gênero” como algo proveniente dos governos do PT: “Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve”<sup>64</sup>. Como alguns autores sinalizam, a ofensiva antigênero se constrói como uma retórica contra o Partido dos Trabalhadores (LACERDA, 2016; MENDES et Al., 2020).

Após a concretização do golpe em 2016, tais grupos buscaram atuar em proximidade com o Governo Temer (2016-2018), exercendo pressão para o desmonte das políticas em gênero e sexualidade implementadas pelos governos anteriores, em paralelo à promoção de uma já consolidada agenda parlamentar de oposição à “ideologia de gênero” (ARAGUSUKU et al., 2019). Este certamente foi um período de reorganização dos grupos de direita e de emergência de uma agenda conservadora que culminaria na chegada de Jair Bolsonaro e sua coalizão política na Presidência da República em 2019.

Essa reorganização das forças políticas, que podem ser nomeadas de novas direitas (AUGUSTO; DORNELLES, 2021), se fortaleceram ainda mais com o impeachment e outros atores políticos, como o Movimento Brasil Livre (MBL), e a retórica anticorrupção sofreu significativos deslocamentos:

Discursos anti-institucionais foram se tornando mais poderosos, em especial por correntes que transformam adversários em inimigos por meio da oposição simplificadora entre “pessoas de bem” contra as supostas encarnações do “Mal”. A retórica anticorrupção progressivamente foi sendo associada e/ou substituída por pautas moralistas/moralizantes no que se refere a gênero e sexualidade, que passaram a se fortalecer, como ocorre até os dias atuais. (MACHADO; MISKOLCI, 2019 p.956)

Esse deslocamento é importante pois desloca o discurso de corrupção política quase como um efeito da corrupção moral, ou vice-versa, e atribui a corrupção moral às pautas referentes a gênero e sexualidade. Essa nova direita não se preocupa em discutir pautas relevantes para o cenário político, como desenvolvimento econômico e saúde, mas preferem disseminar pânico morais como a “ideologia de gênero” (MACHADO; MISKOLCI, 2019).

Sobre o caráter transnacional da forte ofensiva antigênero ocorrida nesse período, Butler (2019) compreende que o posicionamento do Papa em encorajar os bispos de todo o mundo a fortalecer a campanha, contra a “ideologia de gênero”, entre os anos de 2015 e 2016, desempenhou um papel importante na eleição de Bolsonaro.

Abranches (2019) considera que a campanha eleitoral de 2018 foi a primeira efetivamente digital, onde Bolsonaro se retira de vez da campanha tradicional após o episódio

---

<sup>64</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A> Acesso em 09 set. 2022.

em que foi esfaqueado em Juiz de Fora, e aposta nas redes sociais onde já tinha uma grande audiência de seguidores. Para ele, uma campanha desse tipo não permite o controle do conteúdo disseminado, o que torna o cenário bastante propício para a disseminação de notícias falsas, além de um cenário político bastante polarizado e sob o comando de milícias digitais.

Outra característica dessa campanha destacada por Abranches (2019) diz respeito à polarização afetiva, que apela em suas postagens de campanha para os conteúdos de forte apelo emocional e produzem assim o inimigo a ser combatido “do outro lado”:

Esse tipo particular de polarização responde a estímulos que levam as pessoas a sentir que pertencem a um grupo com identidade própria e antagônico a outro, em um contexto de perda de referências. A radical separação entre “nós aqui” e “eles lá” alimenta uma visão do outro fortemente estereotipada, preconceituosa e belicosa. (ABRANCHES, 2019 p.20)

Essa polarização afetiva parece produzir uma psicopolítica em torno do “mal” a ser combatido e um antagonismo radical a esse mal. No Brasil, desde as Jornadas de Junho podemos observar a construção do petismo como um desses polos, o que foi reforçado pelos protestos de 2015 e o processo eleitoral de 2018. Segundo Abranches (2019) essa polarização cria um clima parecido com as tensões entre times de futebol, que por vezes não se dão por satisfeitas em vencer o jogo, mas é preciso eliminar todos que se identificam com o time rival:

O inimigo é a “esquerda”, cujos ícones são o petismo e o lulismo. A ideologia – agora sinônimo de “marxismo”, “comunismo”, ou “socialismo” – passou a ser um atributo exclusivo da esquerda. Eles, da direita, não se consideram “ideológicos” e só reconhecem como ditaduras as de esquerda. (ABRANCHES, 2019 p.24)

Nesse contexto de discursos de ultradireita, qualquer pessoa que faça qualquer crítica feita é tachada como petista ou comunista, mesmo que não tenha qualquer ligação com o partido e seja talvez até um político liberal. Abranches (2019) faz uma provocação importante, ao afirmar que o PT também produziu um discurso em torno de Jair Bolsonaro como “fascista” e como o fascismo não seria algo da experiência política brasileira, esse discurso ajudou a reforçar a polarização no país. É importante problematizar este ponto de vista do autor, uma vez que o Brasil traz em sua história experiências totalitárias como o processo de escravização durante o período colonial e, como destacam Gonçalves e Neto (2019), o integralismo brasileiro de Plínio Salgado, de inspiração no fascismo italiano. Um dos slogans da campanha do governo Jair Bolsonaro, “Deus, pátria e família” é uma clara referência ao fascismo do movimento integralista brasileiro. Sobre a polarização, compreende-se como intrínseca a qualquer cenário político, afinal fazer política será sempre disputar entre, ao menos, dois blocos ideológicos divergentes.



O que se observou no cenário brasileiro foi o acirramento da polarização, uma vez que um dos campos ideológicos em disputado se encontra na extrema direita política, o que produz esse efeito. Esta disputa afetiva e polarizada se deu em boa parte nas redes sociais, que foram utilizadas maciçamente para a divulgação de notícias falsas<sup>65</sup>. Segundo Machado e Miskolci (2019) no final de julho de 2018, o Facebook removeu 196 páginas e 87 perfis do MBL, em ação de combate a notícias falsas, o que pode explicar como a campanha de Bolsonaro passou a investir nas mensagens via *WhatsApp*.

Nesse contexto, durante a campanha eleitoral, Jair Bolsonaro retoma novamente o pânico moral do “kit gay” ao apresentar em agosto de 2018, no *Jornal Nacional*, o livro “Aparelho Sexual e cia” da escritora Hellène Bruller, como componente do kit anti-homofobia, produzido pelo Ministério da Educação. A notícia foi amplamente divulgada nas redes sociais de Bolsonaro e seus filhos, Flávio e Carlos Bolsonaro, e posteriormente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reconheceu que Bolsonaro mentiu e que se tratava de uma notícia falsa. A partir disso, o TSE ordenou que as redes sociais deveriam apagar todas as postagens feitas por ele que contivessem o termo “kit gay”<sup>66</sup>.

Outra notícia falsa divulgada em torno do “kit anti-homofobia” foi a de estavam sendo distribuídas nas creches mamadeiras em formato de pênis<sup>67</sup>, e atribuía essa ação ao governo do PT e ao candidato Fernando Haddad, como parte do “kit gay” e suposto combate a homofobia. Na época em que o kit anti-homofobia foi produzido, Haddad era ministro da educação do governo Dilma. A notícia falsa também foi derrubada pelo TSE, que concluiu que as mensagens eram falsas e injuriosas.

O fato é que as notícias falsas, em especial envolvendo questões de gênero e sexualidade, foram parte fundamental da campanha eleitoral que levou a família Bolsonaro e diversos outros políticos aos seus cargos em 2018 (BULGARELLI, 2020). Um exemplo em torno dessa retórica moral, afetiva, bélica e falaciosa, foi que a mobilização em torno do “kit gay” fez com que Eduardo Bolsonaro fosse o deputado federal mais votado na história do Brasil. Toda sorte de notícias falsas utilizadas nessa eleição apontam a crise na ideia de verdade,

---

<sup>65</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965\\_530788.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/politica/1560864965_530788.html) Acesso em 25 jul. 2022.

<sup>66</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/tse-diz-que-kit-gay-nao-existiu-e-proibe-bolsonaro-de-disseminar-noticia-falsa/> Acesso em 25 jul. 2022.

<sup>67</sup> <https://br.noticias.yahoo.com/checamos-mamadeiras-em-formato-de-penis-nao-foram-distribuidas-em-creches-154523095.html> Acesso em: 25 jul. 2022.

caracterizada na pós-verdade como espírito do nosso tempo (CARDOSO, 2019), sendo o “kit gay” o maior exemplo do deslocamento da noção de verdade.

A campanha de Bolsonaro em 2018 foi fundamental para a consolidação de uma virada moral no cenário político e essa agenda moral em torno de sexualidade e gênero foi parte central de seus discursos. Podemos observar desde 2015, não só a consolidação do sintagma “ideologia de gênero” no cenário nacional, como também a vinculação dessa noção à uma agenda petista, tendo em vista os avanços em relação aos direitos da população LGBTI+ ao longo dos governos do PT.

As análises de Santos e Ramires (2021) sobre o discurso de posse de Jair Bolsonaro foi marcado por um suposto enfrentamento à qualquer viés ideológico no governo, chegando a citar os termos ideologia ou ideológico ao menos nove vezes. Segundo os autores esse discurso tem caráter falacioso pois não há discurso que não seja permeado por ideologias, sejam elas quais forem. Afirma ainda que Bolsonaro atribui ideologia ao pensamento da esquerda, do comunismo e Marx, mas não enuncia que seu governo é marcado também por uma ideologia, nesse caso neoliberal de extrema-esquerda.

Ao declarar em seu discurso de posse que um dos objetivos de seu governo era combater a “ideologia de gênero”, Bolsonaro não só confirmou a estabilização do sintagma no cenário político, como marcou uma posição ideológica e também sinalizou que desenvolveria políticas públicas nessa direção.

### 3.4. A FÓRMULA “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

Conforme foi sinalizado de forma superficial no início deste capítulo, podemos compreender o sintagma “ideologia de gênero” como uma fórmula. Essa defesa foi feita por Abrantes (2020) a partir do conceito de fórmula desenvolvido por Krieg-Planque (2010) no campo de estudos da análise do discurso. Segundo a definição da autora, a fórmula se constituiu por “um conjunto de formulações que, pelo fato de serem empregadas em um momento e em um espaço público dados, cristalizam questões políticas e sociais que essas expressões contribuem, ao mesmo tempo, para construir” (KRIEG-PANQUE, 2010 p.9). A noção de fórmula auxilia ainda na compreensão sobre como os atores sociais se organizam por meio dos discursos, as relações de poder e de opinião.

Krieg-Planque (2010) sinaliza que, para que se possa caracterizar uma fórmula, a palavra, frase ou sintagma deve atender as quatro propriedades da formula, que são que são o

caráter cristalizado, caráter discursivo, caráter de referente social e caráter polêmico. Ao elencar esses elementos, Abrantes (2020) considera em sua análise que o sintagma “ideologia de gênero” e suas variantes (como “teoria de gênero” e “feminismo de gênero”) estão amplamente difundidos no âmbito político, social, nas redes sociais, e isso demonstra sua cristalização. É possível considerar que no Brasil essa fórmula parece se caracterizar definitivamente na esfera pública a partir do discurso de posse de Bolsonaro. O caráter discursivo significa que a fórmula não existe sem os usos que fazem dela uma fórmula (KRIEG-PLANQUE, 2010), que é produzida ao longo do tempo de acordo com esse uso. O caráter de referente social anuncia que a fórmula é conhecida por todos, que seja um signo atestado por vários tipos de discursos (políticos, científicos, leigos) e que evoque algum sentido para um amplo público em determinado momento histórico (ABRANTES, 2020). Uma pesquisa como a realizada neste trabalho por exemplo, é um referente social, na medida em que, apesar de se opor a noção de “ideologia de gênero” também contribui para a sua circulação, mesmo que na tentativa de ressignificá-la. O caráter polêmico da fórmula opera na criação do real (ABRANTES, 2020), e observamos isso na medida em que a “ideologia de gênero” é criada a partir de denúncias de um inimigo que estaria à espreita nas escolas, no campo político, etc. Nesse sentido a polêmica parece servir para produção do pânico e de uma realidade até então não observada, mas para a qual se pretende apontar.

A partir do momento em que se chegou a uma compreensão de como se deu a emergência desse sintagma no Brasil, concluímos a partir de Abrantes (2020) que houve a constituição de uma fórmula discursiva e do quanto isso aponta para o conflito de forças sócio-políticas instauradas no cenário nacional.

### 3.5.O QUE É ENTÃO A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”?

As mudanças estruturais ocorridas nos últimos 20 anos de democracia no Brasil foram bastante incômodas para os grupos mais conservadores da sociedade, que foram confrontados em seus privilégios através de políticas públicas inclusivas promovidas pelo Estado brasileiro.

[...]estava sendo gestada uma política de ressentimentos contra as agendas de direitos políticos estendidas a segmentos sociais historicamente alijados do campo dos direitos. O sintagma ideologia de gênero passou, então, a condensar uma vasta pauta moral que volta sua ira para as questões identitárias.(VIEIRA JUNIOR; PELÚCIO, 2020 p.93)

A partir da década do ano de 2010, o uso da “ideologia de gênero” operou de modo a unificar frentes conservadoras nos campos político e social frente ao avanço dos direitos da população LGBTI+, e também as mudanças culturais em relação à sexualidade e gênero,

desenhando assim um inimigo a ser combatido (ARAGUSUKU, 2020). O sintagma “ideologia de gênero” ganhou visibilidade no cenário brasileiro há poucos anos, e por isso ainda há claro desconhecimento popular, e por vezes até na academia, sobre o que isso significa e como esse sintagma foi forjado. A partir das proposições de Junqueira (2018), podemos compreender que não basta afirmar que o sintagma é uma fabulação e negar a sua existência. A “Ideologia de gênero” existe e esta afirmação é necessária sem deixar, no entanto, de pontuar quais são os sentidos aos quais este sintagma se conecta.

“Teoria/ideologia do gender” existe: é uma invenção vaticana, urdida para acender uma controvérsia antifeminista e, assim, animar e orientar em termos discursivos e político-ideológicos uma reação ultraconservadora e antidemocrática, antagônica aos direitos humanos e, sobretudo, adversa aos direitos sexuais. (JUNQUEIRA, 2018 p.486)

De início é importante evidenciar que quando se discute gênero não se trata de uma “teoria de gênero” muito menos de “ideologia”, como é comumente denunciada por seus opositores. Existem sim teorias de gênero, e os estudos e produções em torno da categoria gênero são bastante vastos e heterogêneos, e vão desde as perspectivas biológicas, passando pela psicanálise, antropologia, teorias modernas e pós modernas (TILIO, 2014).

Não pretendemos aqui realizar uma análise aprofundada sobre o conceito de gênero, uma vez que existem estudos importantes já consolidados sobre o tema, como em Scott (1988), Butler (2003) e vários outros autores. O que podemos compreender a partir dessa ofensiva é a desqualificação de toda produção científica em que “os moralistas antigênero descontextualizam, distorcem e caricaturam toda intervenção teórica, jurídica, política, cultural ou pedagógica relacionada aos estudos de gênero e afins” (JUNQUEIRA et al., 2020 p.196). É urgente então fazer uma segunda afirmação importante que é: os estudos sobre gênero têm caráter científico, atravessam diversos campos do conhecimento e não são uma ideologia.

O conceito sociológico da ideologia de gênero, sem aspas, também existe e foi cunhado justamente para “criticar a naturalização dos arranjos familiares e das relações de gênero, as hierarquizações sexuais, a heterossexualização compulsória e a inculcação das normas de gênero” (JUNQUEIRA et al., 2020 p.197).

Na concepção foucaultiana de dispositivo, a “ideologia de gênero” produz visibilidade a uma série de relações de poder, que operam de modo a reafirmar a suposta natureza em relação aos papéis de gênero. Se o dispositivo da sexualidade tem sido utilizado para estabelecer no campo científico qual é a sexualidade “normal” e, por efeito, definir a desviante, essa “natureza” se refere muito mais sobre o processo de normalização da sexualidade do que uma essência em

si. O desenvolvimento dos estudos *queer* apoiados nessa concepção foucaultiana dão ainda mais visibilidade aos binarismos hetero/homossexual que funcionam para a organização da vida social (MISKOLCI, 2009).

Em resumo, a ordem social do presente tem como fundamento o que Michael Warner denominaria, em 1991, de heteronormatividade. O dispositivo de sexualidade tão bem descrito por Foucault em sua gênese ganha, nas análises queer, um nome que esclarece tanto a que ele direciona à ordem social como seus procedimentos neste sentido. A heteronormatividade expressa as expectativas, as demandas e as obrigações sociais que derivam do pressuposto da heterossexualidade como natural e, portanto, fundamento da sociedade (MISKOLCI, 2009 p.156)

Se a produção da norma social se deu a partir da patologização da homossexualidade, ao final do século XX, a despatologização da homossexualidade pela Associação Americana de Psiquiatria (1975), pelo Conselho Federal de Medicina (1985) e pela Organização Mundial de Saúde (1991), certamente trouxe questões para a manutenção moral da sociedade que se estruturou em torno da heterossexualidade como pressuposto para a civilização. Não é à toa que nos anos de 1990 percebe-se o aumento na produção do conhecimento em torno das noções de gênero e as consequentes mobilizações para dar visibilidade a essa forma de opressão produzida por relações de poder assimétricas. Nesse contexto, as tensões em torno dessa categoria chegaram no âmbito governamental e o catolicismo rapidamente começou a denunciar que qualquer reivindicação fora dos papéis de gênero “naturais” se tratava de uma “ideologia.

Neste ponto, uma terceira afirmação torna-se necessária: os que se dizem contra “ideologia de gênero” não são contra a noção de gênero. Como aponta Abrantes (2020) “eles estão aí para reforçar cada vez mais as estruturas opressoras e limitantes da ordem vigente das relações de gênero” (p.58). Isso significa o reforço de um conjunto de ideias e crenças na natureza divina de homens e mulheres e em seus papéis inatos, como a maternidade e o cuidado da família como naturais às mulheres e o papel de provedor e da lei familiar próprio aos homens. A “ideologia de gênero” pode ser entendida como a crença de que esses papéis considerados “naturais” jamais podem ser colocados em questão, assim como não podem ser consideradas outras perspectivas de gênero que não a dominante. Todo o discurso em torno do “inimigo” serviu ao longo dos anos para “cristalizar a “ideologia de gênero” na forma que eles a concebem” (ABRANTES, 2020 p.57). Essa estratégia confere um caráter ideológico a qualquer discussão ou possibilidade de questionamento das normas de gênero, o que reafirma as estruturas hegemônicas de opressão como naturais.

Uma quarta afirmação que pode ser feita é que os discursos em torno da “ideologia de gênero” geralmente são acionados em períodos de avanço dos direitos sexuais e reprodutivos

entendidos como demandas “feministas”, em que se destaca a discussão sobre o direito ao aborto como o maior exemplo, e também direitos referentes à população LGBTI+. Observamos esse fenômeno no Brasil, quando esses discursos foram acionados em momentos que de alguma forma houve reconhecimento do Estado sobre algum direito a essa população, como o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o direito a não discriminação no espaço escolar. O acionamento dos discursos antigênero aconteceu de forma gradativa no Brasil, sendo percebidos a partir de 2004, com a criação do Programa Brasil Sem Homofobia, a proposição do PLC 122, o PNDH3, entre outros (JUNQUEIRA et al., 2020).

A discurso de Bolsonaro quando afirma que a “ideologia de gênero” é o “kit gay” que estava no armário é bastante simbólica e explicita o objetivo das ofensivas antigênero, que é colocar as discussões sobre gênero e políticas públicas para a população LGBTI+ para dentro dos “armários” do Estado, lugar de onde nunca deveriam ter saído. Visibilizar as relações de poder assimétricas, principalmente em relação aos privilégios do patriarcado é visto como algo tão ameaçador que precisa ser denunciado enquanto ideologia.

Os defensores da “ideologia de gênero” parecem acreditar tanto na educação libertadora quanto Paulo Freire, e exatamente por isso não querem permitir que o ambiente escolar seja um espaço para formação do pensamento crítico, uma vez que isso pode levar a desmorrionar seus lugares de privilégios. Não tratar das assimetrias de poder seria uma posição supostamente neutra e não ideológica, como se isso fosse possível. Por isso, o pensamento crítico produzido na escola é nomeado de “doutrinação”.

Segundo Fassin (2016), isso não deve nos surpreender, pois se considerarmos os outros alvos da cruzada antigênero (como o casamento entre pessoas do mesmo sexo) como padrões “minoritários”, **a escola é sempre uma questão majoritária.** Influenciar o sistema educacional é vital para o projeto de restauração de ordens sociais hierárquicas implícitas nessas apostas. (CORRÊA; KALIL, 2020 p.70 grifo nosso)

É possível então fazer a nossa quarta afirmação: a educação e o espaço escolar são os lugares privilegiados de disputa em relação à “ideologia de gênero”. Afinal, qual pai ou mãe não gostaria de proteger seus filhos contra uma ameaça que acontece no espaço em que as crianças passam boa parte de seu tempo?

A quinta afirmação, com base em Balieiro (2018) é que os defensores da “ideologia de gênero” entendem as conquistas dos direitos para a população LGBTI+ como ameaça as crianças. O uso desse sintagma no Brasil, em especial a partir de 2013, tem produzido uma narrativa antagônica a partir desse pânico moral, onde os produtores do pânico consideram-se

“defensores das crianças” e os que não tomam esse lugar logo são tratados como inimigos. Esses discursos de pânico moral são repletos de apelos emocionais, em uma estratégia psicopolítica de poder, mobilizadora de grandes hordas digitais dispostas a reproduzir discursos prontos. Em uma sociedade marcada pela pós-verdade, o uso das redes sociais e a disseminação de notícias falsas foram fundamentais para isso para a viralização de pânicos morais.

No Brasil observa-se que a retórica antigênero se constrói paralelamente ao antipetismo, atribuindo ao partido a corrupção política e também moral da sociedade. Por se tratar de um sintagma vazio de significado, foi capaz de aglutinar elementos absolutamente diferentes e que estão em constante mutação:

A “ideologia de gênero” possibilitou uma unificação discursiva de diversos antagonismos vinculados às práticas e costumes sexuais, potencializando esta agenda conservadora e organizando, em um discurso único, questões antes dispersas – como aborto, homossexualidade, família, práticas sexuais, papéis de gênero, educação sexual, entre outros. (ARAGUSUKU, 2020 p.114)

Em contextos de crise econômica e política essa defesa da moralidade tradicional se dá em nome de um passado glorioso que precisa ser resgatado. O slogan bolsonarista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” traz justamente essa ideia, que remete não só a um nacionalismo próprio da ditadura militar como também tem contornos de neointegralismo (GONÇALVES; CALDEIRA NETO, 2020). Esse slogan reatualiza o “mote nazista (Alemanha acima de tudo/ “Deutschland über alles”), como foi capaz de sintetizar a lógica autoritária de uma ideia de nação pura regida por forças sagradas e não por relações de poder, que são sempre sociais” (VIEIRA JUNIOR; PELÚCIO, 2020 p.106)

Nesse cenário o sintagma “ideologia de gênero” funciona como slogan político que faz parte de um projeto reacionário de poder, que encontra e produz convergência de diversos setores conservadores em nome de visões tradicionalistas do mundo e da reafirmação da diferença sexual entre homens e mulheres a partir argumentos sobre a natureza biológica de ambos.

A sexta e última afirmação é que a “defesa da família” é o caráter não explícito da “ideologia de gênero”. Objetiva-se ao longo do terceiro do capítulo examinar de forma mais detalhada o deslocamento desse discurso, em que a “ideologia de gênero” passa a ser menos enunciada no contexto político e os discursos passam a conter mais elementos ligados à “defesa da família”.

### 3.5.1. Como opera?

Compreende-se a necessidade de propor aqui de maneira estrutura quatro fatores que fazem funcionar o sintagma “ideologia de gênero”, e que podem ajudar a sintetizar o que foi analisado até o momento. Esses elementos são as bases, a lógica, a performance e o método. O primeiro fator são as bases que o sustentam. Suas bases apontam para a matriz católica em sua fabricação, a moral cristã como norteadora das ações, produções supostamente científicas escritas por especialistas confessionais (psicólogos, advogados, etc.) e a heteronormatividade como pilar da civilização (JUNQUEIRA, 2018).

A lógica é o segundo fator e diz respeito à construção argumentativa, e é possível propor que a “ideologia de gênero” se constitui na lógica da inversão deliberada. Taxa como privilégio a ampliação de direitos humanos, acusa de autoritarismo os que se colocam na defesa desses direitos, anunciam a ampliação da noção de família como a “destruição das famílias” e nomeiam de ideologia todo o discurso que está fora de suas bases e convicções, que de fato são a própria ideologia.

Podemos dizer que são eles - os cruzados antigênero – que agem como genuínos promotores da ideologia de gênero, mas que, operando uma manobra de inversão, atribuem a outrem aquilo que eles próprios praticam. O discurso antigênero nomeia como “ideologia de gênero” aquilo que é precisamente sua crítica. (JUNQUEIRA et Al, 2020 p. 199)

Essas inversões são deliberadas e se apoiam em uma noção de pós-verdade para cunhar termos que ajudem a sustentar esses discursos. É possível citar alguns exemplos como gayzismo (em relação a ampliação de direitos LGBTI+), globalismo (referente aos pactos internacionais que supostamente ferem o nacionalismo), heterofobia (inversão de posição histórica entre opressores e oprimidos), cristofobia (em contraponto à homofobia e ao pluralismo religioso), ditadura gay e vários outros. “Assim, por exemplo, em vez de inferir um ataque direto aos homossexuais, pode-se optar por autorrepresentar-se como alvo de “heterofobia” (ou de “familiofobia”)” (JUNQUEIRA, 2018 p.462).

Como terceiro elemento, a performance diz respeito a uma estilização argumentativa, pautada numa linguagem performativa de autoridade, que pretende colocar seu oponente argumentativo dentro de uma espécie de ônus da prova: utiliza-se um argumento ou jargões sem qualquer base razoável e/ou científica em tom acusatório e exige que seu oponente prove o contrário.

De toda sorte, em situação de pânico moral, a parte acusada tende a permanecer em posição defensiva, sem que o acusador se veja obrigado a expor suas ideias e



propósitos a escrutínio. Em tais casos, para esse último pode bastar manter o ataque alarmista, aliando-o a um discurso vago e impreciso em defesa de algo supostamente incontestável, como a vida e o bem-estar das crianças. (JUNQUEIRA, 2018 p.461)

Nesse modo de funcionar, a resposta do oponente não ocupa um lugar significativo, o mais importante é a desconfiança e tumulto que determinada acusação irá provocar através da linguagem performativa de autoridade e também em torno da desestabilização ou flexibilização da noção de verdade.

O quarto e último fator é o método, que diz respeito a conjugação de todos os elementos anteriores como estratégias para a criação de pânico moral, divulgadas massivamente nas redes sociais, através de notícias falsas, as chamadas *fake news*. Os promotores da “ideologia de gênero” não são afeitos a debates acadêmicos, ou então qualquer debate mais aprofundado e com bases científicas. O uso das redes sociais é o principal método de divulgação de notícias falsas ligadas ao sintagma uma vez que nesse espaço a noção de verdade é tida como irrelevante. “A minha opinião” se torna mais importante que os argumentos de um especialista no assunto discutido no on-line” (VIEIRA JUNIOR; PELÚCIO, 2020 p.97). Os autores destacam ainda que as *fake news* estão vinculadas a um sistema de crença anti-intelectualista, onde o efeito rede potencializa o ódio e escutamos só o que queremos, o que reforça nossos preconceitos (VIEIRA JUNIOR; PELÚCIO, 2020 p.104). Nesta pesquisa não realizaremos um estudo mais aprofundando sobre o uso de *fake news*, pois é suficiente compreender a importância desse uso para um projeto psicopolítico reacionário materializado na “ideologia de gênero”.

### 3.6 CONSIDERAÇÕES DO CAPÍTULO

Ao longo do capítulo, observamos que a “ideologia de gênero” é uma invenção católica, que pela capilaridade do Vaticano, toma proporções transnacionais. No Brasil, a popularização do sintagma se deu a partir da votação do PNE e, a partir daí, consolidou-se em uma série de discursos religiosos, políticos e principalmente, em projetos de lei, mostrando de fato como o sintagma foi incorporado ao vocabulário político e à própria agenda política. É notória a adesão de diversos políticos a esse discurso de pânico moral, haja vista o capital eleitoral que isso tem produzido ao longo das últimas eleições.

Por se tratar de um discurso reacionário, que pretende afirmar a família heteronormativa e seus respectivos papéis de gênero como naturais, a resposta política a esse pânico moral tem sido a “defesa da família” como elemento central. Se o combate a “ideologia de gênero” é um dos eixos do governo Bolsonaro, torna-se necessário compreender como esse enfrentamento se

deu. É possível supor, através dessa resumida trajetória, que a resposta estatal a “ideologia de gênero” talvez se dê através de políticas públicas familiares.

Um dos principais nomes anunciados por Bolsonaro para compor a sua equipe ministerial foi Damares Alves, advogada e pastora, que tem um longo histórico de declarações polêmicas em sua atuação, tanto como pastora como como ministra. No primeiro dia de governo, Damares declarou: “É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa.”, além de dizer que “O Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã.”<sup>68</sup>.

A partir da compreensão sobre o que representa a “ideologia de gênero”, seguiremos de modo a ampliar essa compreensão a partir de algumas políticas desenvolvidos pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) e também pronunciamentos da ex-ministra Damares Alves e da Secretária Nacional de Família, Ângela Gandra. Examinaremos o que essas atuações estatais representam e também tentaremos compreender que ideologia que orienta o trabalho ministerial. O MMFDH, de fato, faz o enfrentamento à “ideologia de gênero” ou será promotor desta ideologia?

---

<sup>68</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> Acesso em 20 mar. 2022.

#### 4. COMBATE À “IDEOLOGIA DE GÊNERO”? A ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA NO MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS.

Se o campo dos direitos humanos hoje conta com uma série de leis nacionais e internacionais de proteção e está amplamente disseminado nas políticas públicas, currículos acadêmicos e até mesmo no senso comum, isso se deu por uma série de lutas políticas que aconteceram a partir da segunda metade do século XX no Brasil. Aparentemente, no contexto brasileiro, os direitos humanos surgem na arena no contexto de enfrentamento à ditadura, inspirados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e o período de transição democrática foi o momento em que diversos movimentos de direitos humanos se constituíram (ADORNO, 2010; GONZÁLEZ, 2010). É notório que essa Declaração inspirou também o texto da Constituição Federal de 1988, que produz um grande avanço ao atribuir ao Estado a função de promotor de uma série de direitos sociais, econômicos e culturais.

##### 4.1 BREVE HISTÓRICO DOS DIREITOS HUMANOS NA ESTRUTURA GOVERNAMENTAL BRASILEIRA

Em 13 de maio de 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, é lançado o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH1)<sup>69</sup>, fruto de ampla discussão com Organizações Não-Governamentais, universidades, seminários, além da I Conferência Nacional de Direitos Humanos, que serviu como espaço de proposição para o programa. Esse programa foi pioneiro por ser o primeiro de promoção e proteção dos direitos humanos na América Latina e o terceiro do mundo, sendo precedido apenas da Austrália e das Filipinas (PINHEIRO; MESQUITA NETO, 1997). Essa primeira versão do PNDH tinha principalmente a proposta do enfrentamento à violência, crime e segurança pública, reflexo de um Estado que em nome da estabilização da economia, diminuiu seu papel no enfrentamento às desigualdades sociais. O programa marca uma nova concepção de direitos humanos que funciona da seguinte forma:

É um quadro de referência para a concretização das garantias do Estado de direito e para a ação em parceria do Estado e da sociedade civil; é a afirmação de uma nova concepção de direitos humanos, como um conjunto de direitos, universais e indissociáveis, que não apenas estão definidos em constituições e leis nacionais, mas também correspondem a obrigações assumidas em tratados internacionais ratificados pelo Congresso Nacional. (PINHEIRO; MESQUITA NETO, 1997, p. 120)

Esse quadro de referência inspirou também a criação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, no Ministério da Justiça, em abril de 1997, que tinha por atribuição coordenar a

---

<sup>69</sup> (BRASIL, 1996)

execução do PNDH1, e essa Secretaria coloca os direitos humanos definitivamente para a estrutura estatal e nas discussões políticas.

Em 2002, ainda no governo FHC é lançado o PNDH2, após apontamentos críticos e revisões realizadas na IV Conferência Nacional de Direitos Humanos. O PNH1 sofreu críticas por não contemplar temáticas ligadas a população LGBT, o que foi revisto na segunda edição. O PNDHII fala sobre livre orientação sexual e identidade de gênero e traz maior ênfase sobre a violência intrafamiliar, enfrentamento ao trabalho infantil e inclusão de cidadãos com demandas especiais (ADORNO, 2010). Podemos destacar ainda que o PNDHII conseguiu detalhar os direitos sociais e econômicos os quais o estado deveria garantir e pela primeira vez o Estado brasileiro reconhece a existência do racismo e se propõe a promover políticas compensatórias e eliminar a discriminação racial (ADORNO, 2010).

A partir do governo Lula, em 2003, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos passa a se chamar de Secretaria Especial dos Direitos Humanos e fica vinculada à Presidência da República, dando ao secretário *status* de ministro, mas com uma estrutura menor que um ministério (GONZÁLEZ, 2010). Um ato importante para os direitos humanos durante esse governo foi o lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007), que pretendia produzir e difundir a cultura em direitos humanos através de ações no campo da educação formal e não-formal, e como um norte para pensar a justiça social e a democracia. Um dos objetivos gerais do Plano merece destaque já que propõe “destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado democrático de direito” (BRASIL 2007, p.13). O plano sugere que a cultura de direitos humanos se dá com o fortalecimento da democracia e que a própria democracia somente se efetiva se tiver os direitos humanos como norteadores em suas políticas.

Ainda no governo Lula, em 2008, aconteceu a 11ª Conferência de Direitos Humanos onde foi proposta a revisão do PNDHII, que havia sido prevista para 2007. A partir de ampla discussão com participação social, foi proposto o texto do PNDHIII, sancionado em 21 de dezembro de 2009. O Programa foi estruturado em seis eixos e amplia ainda mais o escopo de ações estatais em relação a versão anterior. Como tratamos no capítulo II, as discussões em torno do lançamento do PNDHIII foram bastante polêmicas e aconteceram principalmente no ano de 2010, ano em que Dilma Rousseff concorria a presidência da república. Segundo Faisting e Guidotti (2020), os pontos que geraram polêmica foram os seguintes:

a criação da Comissão Nacional da Verdade, a descriminalização do aborto, a criação de um ranking dos veículos de comunicação, o impedimento de ostentação de

símbolos religiosos em órgãos públicos, o apoio à união civil de pessoas do mesmo sexo, com direito à adoção e inclusão nos sistemas de informação, entre outros. (FAISTING; GUIDOTTI, 2020 p.38)

Em relação aos campos da sexualidade e gênero, o PNDHIII é um enorme avanço, pois o respeito a livre orientação sexual e identidade de gênero não só constituem um objetivo estratégico específico do Plano como estão transversalizados em uma série de outras diretrizes e estratégias ao longo do texto. São ao todo 28 menções a gênero e 25 a orientação sexual, além das menções ao aborto como problema de saúde pública. Esses pontos geraram bastante controvérsia e até hoje ainda são alvos de ataques, inclusive do próprio governo, como veremos mais a frente.

Ainda segundo Faisting e Guidotti (2020), ao se fazer uma avaliação sobre os 10 anos da terceira versão do PNDH é possível constatar que essas resistências não só não diminuíram como se tornaram uma pauta moral de ataques do próprio governo e da sociedade como um todo. O que é possível observar é uma clara inversão dos propósitos previstos no PNDHIII, um desalinhamento entre o que previa o Plano e o que foi feito nos últimos 10 anos, como:

a criminalização de movimentos sociais, o negacionismo climático, a priorização do agronegócio em detrimento da agroecologia, a legalização de um acentuado número de agrotóxicos, a violação dos direitos dos povos indígenas e quilombolas, as tentativas de desacreditar a pesquisa científica, a extinção de conselhos participativos e fiscalizadores de violações de direitos humanos, o cancelamento de editais voltados à produção audiovisual sobre minorias, a centralização de decisões e a falta de diálogo com as comunidades diretamente envolvidas, o enfraquecimento dos sindicatos, a diminuição e o desprestígio do serviço público, as mudanças nas concepções sobre trabalho escravo, entre outros. (FAISTING; GUIDOTTI, 2020 p.48)

O desalinhamento entre o texto do Plano e o que de fato acontece nas políticas públicas, apontado pelos autores, é a principal motivação para esta pesquisa, que pretende tratar do atual Ministério.

Retornando aos termos de estrutura governamental, a Secretaria Especial de Direitos Humanos passou por algumas mudanças desde então. Em 2016, durante a reforma ministerial do governo Dilma Rousseff, essa secretaria é agrupada com outras duas e torna-se o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Um ano depois, o então presidente Michel Temer realiza nova reforma ministerial e cria o Ministério dos Direitos Humanos, que em 2019, após a eleição de Jair Bolsonaro, é transformado no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos.

## 4.2. PORQUE O MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS?

Desde 1997, quando os Direitos Humanos entram efetivamente para a estrutura do Estado brasileiro, os Planos Nacionais de Direitos Humanos (PNDHI, PNDHII e PNDHIII), construídos em conjunto com a sociedade civil, foram os norteadores para as ações ministeriais que se capilarizaram aos estados e municípios. Apesar da transição do governo FHC para o governo de oposição do ex-presidente Lula, as ações governamentais apontam mais continuidades do que rupturas nas ações do Estado (ADORNO, 2010). A ruptura no que diz respeito aos direitos humanos e à democracia parece se desenhar a partir de 2019, conforme iremos tentar compreender.

A eleição para a presidência da república de Jair Messias Bolsonaro gerou bastante preocupação, em especial para o campo de direitos humanos, já que sua trajetória política é marcada por uma série de declarações polêmicas e ofensivas, que inclusive deram bastante destaque e visibilidade nas mídias a um deputado federal com 28 anos de carreira (1991-2018) mas com atuação parlamentar inexpressiva. Suas falas geraram bastante controvérsia, disseminaram ainda mais preconceitos e violaram direitos humanos, pois nessas declarações ele defende a tortura, exalta a ditadura militar, promove a violência contra a mulher, faz declarações racistas e LGBTI fóbicas, ataca a população indígena, entre outras violações que já foram denunciadas e amplamente noticiadas<sup>70</sup>. Ao trazer em seu discurso de posse que iria combater a “ideologia de gênero”, Bolsonaro sinaliza que seus posicionamentos e declarações possivelmente se traduziriam em políticas públicas e veríamos retrocessos no campo dos direitos humanos, em especial para a população LGBTI+.

A propósito, cabe destacar que o discurso de Bolsonaro não diz respeito somente ao enfrentamento da “ideologia de gênero”, mas à toda e qualquer ideologia, como se isso fosse possível. Santos e Ramires (2021), ao analisarem o discurso de posse de Jair Bolsonaro, demonstram que os significantes “ideologia” ou “ideológico” aparecem ao menos oito vezes, e estão sempre atribuídos ao enfrentamento de políticas desenvolvidas em governos anteriores. Nessa manobra discursiva, Bolsonaro atribui as ideologias somente à esquerda política, que ele nomeia como comunistas e dissemina a ideia de que essas pessoas (de esquerda) seriam prejudiciais ao desenvolvimento do país (SANTOS; RAMIRES, 2021). Ainda segundo os

---

<sup>70</sup> (“Bolsonaro em 25 frases polêmicas - Carta Capital”, 2018); (“Estudantes e entidades pedem investigação de Jair Bolsonaro - Notícias”, 2011); (“As frases polêmicas de Jair Bolsonaro”, 2017); (“STJ mantém condenação de Bolsonaro por ofensas a Maria do Rosário”, 2017). Acesso em 20 mar. 2022.

autores, a ideologia do governo Bolsonaro tem características do populismo de direita, cujas práticas mais comuns são:

a realização das vontades do governante como se fossem vontades do povo, o discurso antielite, ataques contra o intelectualismo e o cientificismo, críticas aos movimentos migratórios e sociais, além de um discurso político moralista com forte apelo religioso. (SANTOS; RAMIRES, 2021 p.80)

Curiosamente, essa ideologia populista de direita, ou até mesmo extrema direita não é vista como problemática, ou pelo menos é assim que vem se construindo essa narrativa nos últimos anos. Sobre as características do campo ideológico de Bolsonaro, Neto (2019) afirma que ele “pode ser classificado como a representação de um campo político de extrema-direita, (neo)populista e que expressa aspectos de um fascismo de novo tipo.” (p.97).

Ao realizar a Análise Crítica do Discurso de Bolsonaro, Neto (2019) consegue explicitar de maneira ainda mais clara o campo onde o plano de governo se situa nessa relação de forças:

Concluimos que o seu plano de governo apresenta uma identidade que busca estabelecer conexões com determinados valores religiosos, com uma perspectiva patriótica e com a ideia de construção de um governo “libertará” o país das forças que o colocaram na crise ética, moral e fiscal. Na seção Valores e Compromissos, observa-se não só o reforço dos valores religiosos, como a defesa da família, da propriedade privada e do Estado mínimo, bem como uma percepção dualista da sociedade compreendida entre o bem (o campo político representado em Jair Bolsonaro) e o mal (representado no marxismo cultural e no gramscismo) e a lógica populista ao retratar o próprio projeto como o libertador da pátria. (NETO, 2019 p.98)

Por conta dessa trajetória problemática de Bolsonaro, aliada a uma declaração do combate a “ideologia de gênero”, de imediato algumas questões já se colocaram: que lugar os direitos humanos ocuparão neste governo? Quem serão os humanos sujeitos de direitos? Que tipo de política de Estado será desenvolvida a partir de concepções claramente contrárias aos direitos humanos?

#### **4.2.1. “Chegou a nossa hora: é o momento de a igreja ocupar a nação.”**

O slogan da coligação de Bolsonaro “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*” já sinalizava que esse mandato colocaria em xeque a laicidade do Estado brasileiro quando deixa explícita a orientação conservadora que o Estado teria nos próximos anos. Se as posições antidemocráticas e anti-direitos humanos do recém-eleito presidente causaram preocupação, os principais nomes escolhidos para ocupar a pasta ministerial não poderiam ser diferentes: a advogada e pastora evangélica Damares Regina Alves e advogada Ângela Gandra.

Durante entrevista ao portal alemão DW Brasil <sup>71</sup>, em 28 de fevereiro de 2020, a ministra Damares afirmou que *é o momento de a igreja ocupar a nação*, onde a mesma defende a ideia de que as igrejas estão capilarizadas e possuem espaço físico disponível para abrigar mulheres em situação de violência. Por não apresentar qualquer projeto que justifique essa fala, nenhum dado relacionado a demanda de mulheres com necessidade de acolhimento e considerando sua trajetória pessoal e política, podemos fazer uma interpretação de que “ocupar a nação” parece se referir a ocupar o Estado, colocar pessoas com forte orientação religiosa em cargos importantes para seguir com o projeto de moralização no campo das políticas públicas. Podemos fazer esta interpretação, pois segundo levantamento feito em maio de 2021 pela revista Carta Capital <sup>72</sup>, dos 46 cargos mais importantes do Ministério, *30 são ocupados por representantes de católicos, por representantes de igrejas evangélicas, católicos ortodoxos, movimentos internacionais e nacionais da direita cristã e até do integralismo, de inspiração fascista*. Esse dado parece bastante relevante, em especial para compor a análise de políticas propostas pelo Ministério mais à frente.

A indicação de Damares para o comando do ministério parece bastante estratégica no combate à “ideologia de gênero” dentro do Executivo, servindo a um aparelhamento ideológico populista de direita, assim como Ernesto Araújo. O Legislativo já possui uma forte bancada evangélica e, posteriormente, o nome de André Mendonça veio para compor o mais alto tribunal do Brasil, o Superior Tribunal Federal (STF), como o ministro “terrivelmente evangélico” <sup>73</sup>. É notório como boa parte dos nomes para os altos cargos do governo Bolsonaro são pessoas alinhadas ideologicamente com as pautas defendidas pelo atual presidente, mas em especial essas nomeações apontam sobre como “ocupar a nação” parece se referir ao que os ideólogos de gênero tanto acusam seus inimigos de fazer: de promover o aparelhamento do Estado de forma reacionária em relação às questões de gênero, sexualidade e direitos humanos.

#### **4.2.2. Ocupação evangélica: Damares, a Ministra confessional**

Damares tornou-se bastante conhecida no meio político a partir de sua atuação como assessora jurídica na Câmara dos Deputados por mais de 20 anos, e, por último, como assessora parlamentar do ex-senador Magno Malta, aliado de Bolsonaro e membro da bancada da Bíblia,

---

<sup>71</sup> <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/e-o-momento-de-a-igreja-ocupar-a-nacao-diz-damares-alves>.

<sup>72</sup> Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-ceu-de-damares-como-a-ministra-dos-direitos-humanos-aparelha-sua-pasta>. Acesso em: 10 abr. 2022

<sup>73</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-12/andre-mendonca-o-nome-terrivelmente-evangelico-para-o-stf-de-bolsonaro.html>. Acesso em: 21 mar. 2022.



Boi e Bala (BBB) do Congresso Nacional<sup>74</sup>. A advogada atuou também como assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), da Frente Parlamentar da Família e Apoio a Vida (FPFAV), na diretoria de Assuntos Parlamentares na Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE)<sup>75</sup>, além de ter sido assessora parlamentar do Senador Magno Malta (PL – ES) e dos deputados, Arolde de Oliveira (PSD – RJ) e João Campos (Republicanos – GO). Com esse currículo, ficou claro que a atuação da ministra seria pautada por preceitos religiosos, mas a princípio ainda não havia clareza de que forma isso se daria, em especial pela marca do autoritarismo trazida pelo governo Bolsonaro. Assim como o presidente, a Ministra deu declarações públicas bastante polêmicas, tanto antes do mandato quanto após a nomeação.

A nomeação de Damares foi a que gerou mais atenção da mídia e das redes sociais, pois em seu discurso de posse afirmou que “O estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã”<sup>76</sup>. Logo em seguida ao discurso de posse, circulou nas redes sociais um vídeo onde a ministra afirma: “É uma nova era no Brasil: meninos vestem azul e meninas vestem rosa.”<sup>77</sup>, enfatizando o combate ao inimigo “denunciado” por Bolsonaro em seu discurso de posse: a “ideologia de gênero”. Damares é o que podemos chamar de ministra *confessional*, uma vez que se auto identifica com uma crença religiosa em sua função pública e a mesma parece ter sido convocada para esta função justamente por seus posicionamentos.

Apesar do tom jocoso dado pelos meios de comunicação à época da declaração de da Ministra, Filho e Franco (2019) apontam que Damares e Magno Malta foram os grandes lobistas da “ideologia de gênero” no cenário político federal, que inicia com pânico moral do “kit gay” e segue para as discussões que envolveram o Plano Nacional de Educação (PNE), em 2014. Os autores apontam que a participação de ambos foi tão expressiva nesses processos que nomeiam Damares e Malta de mãe e pai do “kit gay”. Segundo Zimmerman (2022), Damares é a evangélica que “converteu a pauta da cidadania em uma agenda de costumes” (p.69). Fica claro então o quanto essa agenda moralizante e conservadora parece ter sido fundamental para a escolha para o comando do ministério. Ao fazer essas declarações em 02 de janeiro de 2019, ficou evidente o papel central atribuído a este ministério no combate à “ideologia de gênero” e

---

<sup>74</sup> (QUADROS; MADEIRA, 2018)

<sup>75</sup> (FILHO; FRANCO, 2019)

<sup>76</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml> Acesso em 20 mar. 2022.

<sup>77</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml> Acesso em 20 mar. 2022.

em consequência, o risco para a garantia de direitos humanos, em especial para a população LGBTI.

Em 31 de março de 2022 Damares Alves deixou o Ministério para concorrer nas eleições ao Senado Federal, sendo substituída pela advogada evangélica e até então Secretária Nacional de Política para Mulheres, Cristiane Britto.

#### **4.2.3. A ocupação católica: Angela Gandra**

Ângela Vidal Gandra da Silva Martins, atual Secretária da Família, é advogada, membro de Academia Brasileira de Filosofia<sup>78</sup> e da Academia Paulista de Letras Jurídicas<sup>79</sup>. É filha do advogado Ives Gandra, e irmã do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra Martins Filho, ambos membros do prelado católico ultraconservador *opus dei*<sup>80</sup>. O ministro foi cotado para uma vaga no STF em 2017, durante o governo de Michel Temer, o que causou bastante preocupação pelo discurso ultraconservador em que o mesmo adota na sua prática jurídica e bibliografia. O nome de Ângela foi proposto pela própria ministra Damares para assumir o cargo de secretária, após assistir a defesa dela contra o aborto em uma discussão feita no STF<sup>81</sup>.

Durante o governo, a secretária tem sido uma das principais figuras para a promoção da articulação entre países conservadores, como Hungria e Polônia, em alianças pró-vida e pró-família, conforme iremos discutir em seguida.

#### **4.2.4. Diálogos transnacionais pró-família e pró-vida no MMFDH**

Desde o início da atuação da gestão de Damares à frente do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, ficam bastante evidente os esforços do Brasil em se aproximar de países que atualmente seguem uma orientação política conservadora e de extrema esquerda, em especial na pauta de costumes. A partir da compreensão de que a “ideologia de gênero” se trata de um fenômeno transnacional, a resposta de enfrentamento conservador também se dá nesses moldes.

---

<sup>78</sup> Disponível em: <https://www.academia-de-filosofia.org.br/membros-atuais>. Acesso em: 10 abr. 2022.

<sup>79</sup> Disponível em: Disponível em: <https://aplj.org.br/membros/efetivos-de-a-a-z.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

<sup>80</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/conservadorismo-de-ives-gandra-agrada-ao-governo>. Acesso em: 10 abr. 2022.

<sup>81</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XJrfmcQVaL0>. Acesso em: 10 abr. 2022.

O discurso comum aos países conservadores aos quais o Brasil tem se aproximado em geral se dão em torno da defesa da família tradicional como elemento de desenvolvimento, célula *mater* da sociedade e também na defesa da vida desde a concepção, e em consequência, contra o aborto. O tema do aborto não será tratado nessa pesquisa, mas está frequentemente associado a “ideologia de gênero” e tem sido amplamente combatido. Uma das ações mais importantes do governo brasileiro nesse sentido foi a assinatura da Declaração do Consenso de Genebra<sup>82</sup>, de iniciativa do Brasil, Estados Unidos, Egito, Hungria, Indonésia e Uganda e que tem por objetivo *garantir o acesso de mulheres aos últimos avanços em termos de promoção da saúde e reforçar o papel da família como unidade fundamental da sociedade*. Após a eleição de Joe Biden, os Estados Unidos retiraram o apoio a essa declaração.

A secretária Ângela Gandra ocupa um lugar bastante estratégico nessa articulação com outros países e podemos citar aqui dois acontecimentos importantes protagonizados por ela. O primeiro foi a ida da secretária à Polônia, no final de 2020, logo após a decisão do país de restringir as condições para o aborto legal. O convite veio a partir da organização privada *Ordo Uris*, de orientação ultraconservadora, e que promoveu um evento em resposta às manifestações populares nomeada de *Conferência de Defesa dos Direitos da Mulher*, que aconteceu em 12 de novembro de 2020<sup>83</sup>. Além da participação no evento, Ângela participou de encontros com representantes do governo polonês e se restringiu a dizer que a pauta foi tratar sobre políticas públicas familiares.

O segundo e talvez mais importante acontecimento é a participação da secretária como membro representante do governo brasileiro na associação *Political Network For Values*, criada em 2019, que segundo sua própria definição:

é uma plataforma de representantes políticos para trabalhar em rede, em um intercâmbio global e local, promovendo e defendendo ativamente um decálogo de valores compartilhados, entre os que se incluem a proteção da vida humana, o matrimônio, a família, a liberdade religiosa e de consciência<sup>84</sup> (livre tradução).

Essa plataforma reúne representantes políticos de 16 países: Chile, Espanha, Colômbia, México, Hungria, Uruguai, Polônia, Guatemala, Lituânia, Quênia, República Dominicana, Equador, Argentina, Eslováquia, Noruega, além do Brasil.

---

<sup>82</sup> Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-10/brasil-e-outros-31-paises-assinam-declaracao-sobre-saude-da-mulher>. Acesso em: 12 abr. 2022.

<sup>83</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/grupo-antiaborto-pagou-viagem-de-secretaria-de-damara-polonia-24779593>. Acesso em 01 ago. 2022.

<sup>84</sup> Disponível em: <https://politicalnetworkforvalues.org/quienes-somos/>. Acesso em 07 abr. 2022.

Curiosamente, nessa definição dos valores da associação disponível na plataforma, a associação propõe um decálogo de valores, o que imediatamente remete aos dez mandamentos da lei de Deus a Moisés. Além dos valores em si, essa decisão deixa claro que se trata de um grupo de líderes políticos com clara orientação religiosa, com uma lista com 10 mandamentos apontados como os valores comuns ao grupo. Entre esses mandamentos orientadores de políticas públicas, a organização a qual a secretária faz parte, deixa claro quais são seus posicionamentos em relação aos direitos humanos. Destacaremos aqui três mandamentos do *Decálogo de Compromissos com a Dignidade Humana e o Bem Comum* que nos ajudarão nas análises de políticas do ministério. O mandamento de número três trata sobre a família:

3. A família é a unidade básica da sociedade, primeira escola de formação do caráter, e valores que moldam o indivíduo e o preparam para o desempenho de um papel positivo na sociedade. Desta maneira, a defesa da família adquire um compromisso inequívoco de nossa parte. O Estado deve reconhecer a importância social e econômica do matrimônio e da família, portanto deve promover políticas públicas com **perspectiva de família**. (“QUIÉNES SOMOS”, 2019 grifo nosso)

Considerar a família como unidade básica da sociedade não é propriamente uma novidade, mas o que desperta atenção neste trecho é a orientação para qual a perspectiva as políticas públicas devem se dirigir, mas que também não fica claro de imediato o que seria a perspectiva da família. O mandamento de número quatro é que torna essa noção de família mais clara, quando diz:

4. O matrimônio constitui uma Instituição entre **um homem e uma mulher**, onde cada um tem uma contribuição diferente e ao mesmo tempo complementar na formação de uma família. Portanto é vital a promoção a nível cívico e o respaldo a nível jurídico desta Instituição. (“QUIÉNES SOMOS”, 2019 grifo nosso)

Esse mandamento evidencia que, para esse coletivo, a família necessariamente é composta por um homem e uma mulher, ou seja, podemos supor que qualquer composição familiar fora desses padrões não serão objeto das políticas públicas. Podemos observar que em momento algum o texto fala sobre “ideologia de gênero” ou qualquer elemento que remeta diretamente ao gênero, e isso indica um deslocamento na narrativa de combate à perspectiva de gênero. No momento em que a “ideologia de gênero” passa a ser enunciada como uma espécie de “inimiga da família”, o desenvolvimento de políticas na perspectiva da família está diretamente ao enfrentamento da perspectiva de gênero, mas sem enunciar explicitamente que se trata de uma oposição.

O mandamento número cinco também apresenta um elemento-chave na compreensão dessa perspectiva quando trata do papel do papel dos pais e do Estado na educação de crianças e adolescentes:

É um direito dos pais escolher a educação de seus filhos de acordo com suas convicções morais, religiosas, filosóficas, e pedagógicas, o que constitui em elemento central na defesa da dignidade da pessoa. O Estado não pode, nem deve substituir os pais nessa tarefa. (“QUIÉNES SOMOS”, 2019)

O fato é que as famílias com recursos financeiros sempre puderam escolher a educação de seus filhos, os matriculando em escolas privadas cuja referência eram norteadas por atributos como excelência no ensino e aprovação dos alunos nos vestibulares mais concorridos de universidades públicas. Mas não é disso que parece se tratar o direito de escolha retratado neste mandamento. A defesa do direito de escolha sobre a educação faz conexão com a noção de liberdade neoliberal, já que enuncia que o Estado não poderia propor conteúdos pedagógicos divergentes das convicções morais e religiosas dos pais. Essa é justamente a defesa enunciada pelo Movimento Escola Sem Partido, materializada nos projetos de lei citados no capítulo anterior.

Esses três mandamentos são de extrema importância e parecem compor uma espinha dorsal do discurso conservador de governos populistas de direita, que podem se complementar com outros elementos, mas certamente o familismo e o moralismo na educação são os principais elementos de enfrentamento à perspectiva de gênero e o consequente avanço na garantia de direitos.

#### **4.2.5. Da “ideologia de gênero” para a proteção da família: a mudança na perspectiva das ações ministeriais.**

O destaque dado ao decálogo da organização *Political Network for Values* parece necessário na medida em que ele afirma uma das hipóteses que iremos investigar nesta terceira parte da pesquisa. Uma das hipóteses é que nessa ideologia populista de direita, o combate à “ideologia de gênero” se dá através de políticas públicas familiares.

Na perspectiva de que a “ideologia de gênero” seria uma ameaça à família, uma política nessa direção vai focar seus esforços para a reafirmação do lugar “natural” da família como o lugar privilegiado para a proteção de crianças contra o inimigo. Não se trata de uma política antigênero, mas sim uma política que reforça e mantém as normas e opressões de gênero dominantes. Os discursos moralizadores sempre se remetem a um suposto retorno à família tradicional, como se os avanços no campo dos direitos humanos tivessem destruído essas famílias e desconsiderando uma série de outros fatores históricos e sociais que fizeram as famílias ganharem composições mais heterogêneas.

Considerando a nova reconfiguração do Ministério podemos fazer algumas pontuações que dão margem a interpretações simbólicas. Ao agrupar no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos três temáticas tão distintas, podemos perceber que isso não se dá à toa. Primeiro, Mulher e Família (sempre no singular) nos faz perguntar a que mulher o Ministério irá dedicar suas ações e qual a noção de família está norteando essa política, já que as famílias brasileiras não correspondem exatamente ao modelo heteronormativo-cristão, sendo muitas deles monoparentais, casais hetero e homossexuais com e sem filhos, enfim, diversas composições possíveis. Nota-se que nessa encruzilhada cristã e neoliberal a família heterossexual, branca, cristã e de classe média é a unidade elementar que essa atuação se dá (JUNQUEIRA, CÁSSIO, PELLANDA, 2020. O fato da família (singular) ser alçada a ministério indica a perspectiva conservadora e moral do atual cenário político.

A importância dessa compreensão é necessária pois se o enfrentamento a “ideologia de gênero” se dá a partir de políticas públicas familiares, percebemos que as representantes do governo passam a usar menos essa fórmula discursiva e a usar mais outras fórmulas, como “defesa da família” e “proteção da família”, que parecem ser variações do sintagma original. Isso pode ser observado, uma vez que as políticas implementadas pelo Ministério até o momento não falam sobre “ideologia de gênero” ou nada que aparentemente remeta ao enfrentamento direto da perspectiva de gênero nas políticas públicas, com exceção de uma, a mudança ocorrida no Manual de Taxonomia do Disque 100, que iremos tratar mais a seguir.

Considerando esses deslocamentos, é necessário explicitar qual é a ideologia que direciona as ações do Ministério e iremos realizar essa tarefa a partir da Análise do Discurso Crítica (ADC) de suas principais representantes.

#### **4.3 ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA DO MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DIREITOS HUMANOS**

A escolha pela metodologia da Análise do Discurso Crítica (ADC) se deu a partir da proposta inicial da pesquisa teórica realizada nos primeiros capítulos. Desde o início, nossa proposta foi realizar uma pesquisa teórica de caráter transdisciplinar que pudesse nortear a discussão, tamanha a complexidade do objeto em questão, a “ideologia de gênero” como norteadora das políticas do MMFDH. Esse tipo de metodologia se caracteriza por uma pesquisa qualitativa. A crítica, nesse sentido, está diretamente conectada com a investigação de práticas sociais concebidas como isentas de ideologia (MELO, 2018).

Segundo Fairclough (2001), a ADC considera que os *signos são socialmente motivados, isto é, que há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares* (p.103) e é exatamente essa a nossa defesa feita no capítulo anterior. Essa fórmula linguística “ideologia de gênero” carrega consigo uma série de sentidos, discursos e toda uma teia de compreensão sobre o campo da sexualidade e gênero. Segundo Batista Jr. et al. (2018), “a ADC busca a explanação dos fenômenos sociais, desvelando o modo como o discurso, enquanto linguagem em uso, participa dessa construção, estabilizando distorções sociais.” (p.9). Percebemos que, nos últimos anos, essas distorções se acentuaram e parecem ter efetivamente se estabilizado como política de governo.

A escolha em pesquisar a “ideologia de gênero” no MMFDH se deu através da bibliografia levantada nos capítulos anteriores, que apontam para a centralidade da pauta moral no governo Bolsonaro e que este Ministério é o lugar primordial de enfrentamento à “ideologia de gênero”. A fala inaugural da ministra Damarens à frente do Ministério “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” sintetiza isso com bastante clareza, do quanto essa pasta seria um lugar de enfrentamento ao avanço dos direitos LGBTI+, possivelmente pelo reforço e naturalização dos papéis de gênero. A análise a partir do discurso considera que a linguagem como prática social e não meramente individual (VIEIRA; MACEDO, 2018) e, portanto, Damarens Alves e Angela Gandra são enunciadoras de um conjunto de relações, sentidos e ordens nas quais se agenciam. A partir disso, as análises citarão diretamente seus nomes e suas falas, mas devem ser compreendidas não a partir da pessoa de cada uma, mas como expressões dos campos ideológicos e discursivos os quais elas representam.

Para a compreensão dos sentidos que o discurso de Damarens Alves e Angela Gandra produzem, iremos analisá-los a partir da noção de intertextualidade. Segundo Fairclough (2001), os textos são compostos de outros textos que o precedem e podem também antecipar futuros textos. Isso significa que o discurso não existe por si só, que os sujeitos são atravessados por uma série de cadeias discursivas que produzem determinados textos e sentidos a essas cadeias. Para Fairclough, é preciso considerar a intertextualidade pois “a rápida transformação e reestruturação de tradições textuais e ordens de discurso é um extraordinário fenômeno contemporâneo, o qual sugere que a intertextualidade deve ser um foco principal na análise de discurso.” (p. 135). O autor escreveu isso em 1992, quando ainda não havia o advento da internet e das redes sociais. As mudanças e transformações ocorridas a partir da década de 2010, quando o uso de *smartphones* se popularizou, traz um desafio ainda maior para as análises, pois

boa parte do discurso político recente tem sido consumido através das redes sociais, o que produz conexões interdiscursivas com ainda mais velocidade.

O conceito de intertextualidade é interessante, pois dialoga com os conceitos de biopoder, psicopolítica e produção de subjetividade, já que são as relações de poder, sociais, institucionais, etc., que irão determinar o que cada sujeito pode ou não dizer, e também as diferentes formas, se analisarmos os gêneros textuais. Essas relações todas são ordenadas pela linguagem, então a escolha por determinados usos da linguagem é importante para a manutenção das relações assimétricas de poder.

A posição que eu vou adotar aqui é que a intertextualidade e as relações intertextuais constantemente mutáveis no discurso são centrais para a compreensão dos processos de constituição do sujeito. Isso é assim em uma escala de tempo biográfica, durante a vida de um indivíduo, e para a constituição e a reconstrução de grupos sociais e comunidades. (FAIRCLOUGH, 2001 p.170)

Os processos de constituição do sujeito e grupos sociais é que compreendemos como produção de subjetividade, onde os discursos e relações de poder marcam o lugar social de sujeitos e coletivos.

O discurso de posse de Bolsonaro e a fala de Damares ao ser anunciada como ministra são bastante simbólicos para esta pesquisa, pois estão conectados a uma série de sentidos e relações de poder que tratamos nos capítulos anteriores. Compreendendo o que é “ideologia de gênero” e a partir do que foi sinalizado por ambos no primeiro dia do mandato, fomos levados a supor qual seria a ideologia norteadora das políticas públicas do MMFDH. Pretendemos agora analisar criticamente alguns discursos feitos pelas representantes desse ministério ao longo do mandato, para explicitar a que ordem esses discursos se conectam.

O discurso, segundo Fairclough (2001) opera para a constituição das dimensões da estrutura social, produz normas, convenções, instituições e produz significação, real. Em uma leitura foucaultiana, o autor afirma que o discurso não é poder, mas o poder opera através dos discursos. Conforme tratamos no capítulo dois, a noção de poder em Foucault fala sobre um poder produtivo e não repressivo. A análise do discurso político demanda a compreensão de que se trata de um lugar de poder, de quem pode falar, e esse lugar também é produtor de verdades, de esquadrihar e manter relações assimétricas de poder.

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.



Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. (FAIRCLOUGH, 2001 p.94)

O autor deixa claro que não há discurso político sem ideologia pois o próprio exercício do poder é produtor de ideologias. O campo ideológico é sempre um campo em disputa pela hegemonia da ordem do discurso. Para a ADC, a noção de poder está conectada à hegemonia, compreendendo que isso diz respeito à hegemonia política, cultural, econômica e ideológica, de produzir um certo campo de verdades e dominação.

Hegemonia é a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios. (FAIRCLOUGH, 2001 p.122)

Essa definição nos leva a concluir que a disputa que envolve o sintagma “ideologia de gênero” é uma disputa de poder por hegemonia no que diz respeito aos discursos sobre direitos sexuais e reprodutivos. Essa hegemonia e estabilidade atribuídas a “ideologia de gênero” foram alcançadas graças a diversas alianças do campo conservador, tanto políticas quanto religiosas. Os avanços dos direitos humanos nesse campo, ao longo das últimas décadas, foram alvo de disputas sociais envolvendo diversos atores. Esse sintagma reafirma a hegemonia da classe dominante sobre esse tema, que é a heterossexualidade como organizadora da sociedade e esses grupos têm por objetivo restaurar uma hegemonia abalada. Além da sociedade civil, a participação de atores do campo político tem sido determinante para o resgate dessa hegemonia, como veremos através do discurso das representantes do MMFDH.

O sintagma “ideologia de gênero” é um exemplo bastante rico para compreendermos como a linguagem é utilizada para a manutenção de projetos de poder hegemônicos. O uso desse termo nos campos político e religioso atribui na última década, tanto a ideologia quanto ao gênero um aspecto negativo, característicos de um grupo social específico, a esquerda política. A partir do que vimos até aqui, podemos compreender que esse sintagma operou para a rearticulação da ordem discursiva existente (FAIRCLOUGH, 2001) no campo político, reunindo elementos como neoconservadorismo e populismo. Entendendo esses agenciamentos, a ADC *almeja investigar, criticamente, como assimetrias são expressas, sinalizadas, constituídas, legitimadas, naturalizadas e mantidas, por algum tempo, pelo discurso* (VIEIRA; MACEDO, 2018). A pesquisa pretende então analisar os textos considerando os dois aspectos,

tanto linguísticos quanto os discursos ligados aos elementos sociais que reforçam essas noções hegemônicas.

Para avaliação de qual é a ideologia norteadora do Ministério, vamos trabalhar com os modos gerais de operação da ideologia propostos por Thompson (2011), que são a legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Essas categorias são apresentadas pelo autor não de forma definitiva ou única, mas servem como uma organização norteadora para a pesquisa, compreendendo que a manutenção e o reforço das ideologias podem se dar também de outros modos.

Por fim, cabe destacar que a escolha de determinadas palavras ou termos, e até mesmo a invenção de neologismos não são aleatórios, pelo contrário, sustentam as relações de poder estabelecidas pelos textos e palavras.

#### **4.3.1 O *corpus* da Análise**

A partir da definição do MMFDH como *locus* para as análises e compreendendo que as ações políticas do Ministério também dizem muito a respeito de suas orientações políticas e ideologias, utilizaremos para a composição do *corpus* algumas declarações da ministra Damares e também da secretária Angela Gandra. Importante considerar que o discurso político é um lugar de poder institucional e qualquer declaração dada a partir desse lugar não só representa a ideologia política como também produz real, subjetividade, e por isso a importância dada ao discurso de ambas. Os discursos selecionados para compor o *corpus* de análise foram os seguintes: Discurso de Damares no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 25 de fevereiro de 2019; entrevista sobre os 200 dias de governo, concedida ao deputado Silas Câmara e publicada no Facebook da Frente Parlamentar Evangélica, em 30 de julho de 2019; entrevista concedida ao portal jornalístico *Deutsche Welle* Brasil (DW), em 28 de fevereiro de 2020; declaração sobre a revisão do PNDH III, publicada no canal do Youtube do Ministério em 03 de março de 2021; declaração de Angela Gandra no seminário “Uma resposta política à ideologia de gênero”, promovido pela *Political Network For Values*, em 12 de março de 2021. Todos os discursos foram transcritos e este último também foi traduzido para o português.

Além disso, comporão também o *corpus* o texto de algumas políticas implementadas pelo Ministério. Não faremos uma análise das políticas em si, mas de que forma essas políticas vão de encontro aos discursos da ministra e da secretária e atendem a uma determinada

ideologia. Ambas costumeiramente afirmam que o atual governo governa para todos, então tentaremos compreender se isso se traduz ideologicamente nas políticas ministeriais. Os documentos de políticas e ações realizadas direta e indiretamente pelo Ministério e que irão compor o *corpus* das análises de textos já existentes são: Programa Família na Escola, Programa Famílias Fortes, Edital CAPES Família e Políticas Públicas, Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos, decretos 7.388/2010 e 9.883/2019 e a portaria 457/2021.

#### **4.3.2 Método**

Trata-se de um método qualitativo de análise orientado pela Análise Discursiva Textualmente Orientada (FAIRCLOUGH, 2001). A seleção dos textos se deu através de pesquisa realizada inicialmente nos canais oficiais do Ministério, site e página do *Youtube*, e posteriormente se estendeu para declarações oficiais em outros espaços, como entrevistas e eventos oficiais. O período da análise da pesquisa será de 02 de janeiro de 2019 a 30 de março de 2022, período em que Damares esteve na gestão do MMFDH. Além disso, acompanhamos a agenda oficial da ex-ministra no mesmo período.

A pesquisa e seleção desses conteúdos se deu entre 21 de março de 2022 e 02 de junho de 2022, onde buscamos discursos e declarações que poderiam ter conexões com a “ideologia de gênero” e selecionamos algumas palavras ou expressões-chave para tal seleção: “LGBT”, “aborto”, “ideologia de gênero”, “defesa da família” e “proteção da família”. A partir desses marcadores foram selecionados os cinco discursos acima citados, e alguns documentos das políticas ministeriais que fazem relação com eles.

#### **4.3.3. Hipóteses**

A partir da compreensão da “ideologia de gênero” como um elemento que carrega uma série de textos e sentidos diversos, mas que servem para o controle das sexualidades e identidades de gênero divergentes da norma, trabalharemos com duas hipóteses: a primeira é que a “ideologia de gênero” é a norteadora de uma parte das políticas desenvolvidas pelo MMFDH.

A segunda se baseia na ideia de que há uma mudança na ordem do discurso e o Ministério passa a falar menos em “ideologia de gênero” e mais em “proteção da família” e “defesa da família”. Com isso, a hipótese é de que os discursos em torno “defesa da família” e “proteção da família” são variações do discurso político da “ideologia de gênero”.

#### 4.4. MIL DUZENTOS E SETENTA E CINCO DIAS COM ELAS

O período dessa pesquisa se refere ao tempo em que Damares Alves esteve no cargo de ministra, entre 02 de janeiro de 2019 a 31 de março de 2022, o que soma mil duzentos e setenta e cinco dias. Optamos por fazer a análise dos discursos em sequência temporal, para observarmos as possíveis variações no discurso das principais representantes do MMFDH e os avanços nos discursos, medidas e políticas empreendidas nesta gestão.

##### 4.4.1. Dia 55: A apresentação formal do governo

O primeiro discurso a ser analisado é a fala da ministra Damares na 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU<sup>85</sup>, realizada em 25 de fevereiro de 2019, durante o segundo mês do governo Bolsonaro. Esse encontro foi o primeiro grande evento com a participação da ministra e nesse discurso podemos perceber que ela apresenta o governo Bolsonaro e também as ações que serão desenvolvidas nos próximos anos em relação aos direitos humanos no Brasil. Podemos observar que se trata de um discurso político, em um cenário discursivo bastante formal, sem qualquer diálogo direto, onde a ministra apenas faz o seu discurso, não sofre interpelações ou interrupções e está nesse espaço representando não somente o Ministério mas também o governo brasileiro. Por se tratar de um momento bastante inicial do governo, podemos perceber que o discurso é repleto de atos de fala relacionados a promessas que foram propostas ao longo da campanha presidencial.

Nesse primeiro momento, como se trata do início do governo, apenas sinalizaremos algumas falas importantes sobre as propostas de atuação que possam fazer referência, direta ou indireta, à “ideologia de gênero” e deixaremos as análises mais aprofundadas para as falas seguintes.

O primeiro trecho destacado se refere ao posicionamento do governo em relação ao tema do aborto, que aparece logo no início do discurso:

Defenderemos tenazmente o pleno exercício por todos do **direito à vida desde a concepção** e à segurança da pessoa, em linha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, bem como, no âmbito regional, com o Pacto de São José da Costa Rica. (Damares, 2019 grifo nosso)

---

<sup>85</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/centrais-de-conteudo/politica-externa-brasileira/discursos-da-ministra-damares-alves-no-conselho-de-direitos-humanos-da-onu> Acesso em 16 abr. 2022.

O direito à vida desde a concepção se conecta de forma indireta à “ideologia de gênero”, uma vez que a pauta referente ao aborto sempre foi um grande tema em disputado pelo discurso conservador e religioso. “Desde a concepção” significa defender que se há fecundação há vida, e deve ser protegida. Esse posicionamento foi debatido durante a constituinte, mas não foi aprovado e logo não serve de parâmetro jurídico normativo no país (CORRÊA et al., 2021) e talvez por isso Damares recorra ao Pacto de São José da Costa Rica, de 1992 para sustentar esse posicionamento. Apesar de a pesquisa tratar de compreender a “ideologia de gênero” no campo de sexualidade e gênero, esse sintagma também carrega consigo a pauta antiaborto, que também fez parte da campanha de Jair Bolsonaro (CORRÊA; KALIL, 2020). Com isso, Damares sinaliza o enfrentamento a “ideologia de gênero” e deixa claro a posição do governo brasileiro a respeito do aborto. Falar disso em um evento da ONU também serve como sinalização aos demais países para a construção de alianças ideológicas transnacionais.

Na sequência, Damares sinaliza ainda de forma bastante sintética que o governo investiria em política públicas familiares:

No contexto da **proteção da família**, nosso foco será o fortalecimento dos vínculos familiares. (Damares, 2019)

Como vimos anteriormente, a resposta governamental à “ideologia de gênero” se dá através de políticas públicas familiares, com foco na família (singular), cuja ideologia está clara a partir do modelo cristão conservador.

A partir de diversos posicionamentos de Jair Bolsonaro sobre a população LGBTI, houve bastante especulação sobre como esse governo conduziria as políticas públicas para essa população e a ministra aproveitou para se posicionar em relação a isso:

Reiteramos igualmente nossa determinação de combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBT. Para tanto, o Ministério conta com diretoria específica e técnicos capacitados para desenvolver relevante trabalho nessa área. (Damares, 2019)

A Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT foi criada no governo Temer e mantida pelo governo Bolsonaro e, desde que foi criada, é comandada pela professora transexual Marina Reidel. Na atual estrutura, a diretoria está subordinada à Secretaria de Proteção Global, o que também não fornece muitos elementos para pensar a atuação dessa diretoria, uma vez que a definição da atuação da Secretaria disponível no site do Ministério é sintética e bastante genérica:

Atua na promoção dos direitos humanos, considerando as diversidades que compõem individualmente cada sujeito de direito e cada coletivo no qual se inserem estes sujeitos na sociedade, considerando as particularidades dos indivíduos e grupos

sociais moldados por um percurso peculiar conforme seus contextos sociais, políticos, econômicos e culturais <sup>86</sup>.

Além da rasa definição das atribuições da pasta, é importante destacar que na atual gestão é extremamente difícil acessar as informações referentes ao Ministério. Não há clareza em relação à estrutura organizacional, em relação aos programas desenvolvidos e recursos, ou seja, pouca transparência em relação ao trabalho do Ministério.

Uma hipótese proposta por nós sobre o lugar da diretoria LGBT é que a Secretaria de Proteção Global pode ser responsável por ter que gerir demandas de políticas públicas de direitos humanos propostas em âmbito internacional, como as que são propostas na ONU por exemplo. Manter uma diretoria dentro dessa secretaria parece atender a uma demanda “globalista”, com pouca capacidade de atuação mais efetiva para a população LGBTI+ em âmbito nacional.

Outra proposta feita pela ministra, agora no campo da educação, merece destaque:

No plano de 100 dias de governo, merece destaque o lançamento de compromisso de regulamentação da **educação domiciliar**. (Damares, 2019)

A educação domiciliar, também chamada de *home schooling*, tem suas conexões com o Movimento Escola Sem Partido, já que aponta para a radicalidade de pais e mães que optam por não colocar seus filhos em escolas por não terem controle sobre os conteúdos trabalhados em sala de aula. A educação domiciliar privaria crianças de ter convivência com a pluralidade de colegas e vivências no ambiente escolar, o que é fundamental para o seu desenvolvimento. Segundo Filho e Franco (2019), ao ser questionada sobre isso, Damares responde que “não é só na escola que a criança socializa” e que os pais podem “matricular a criança no curso de inglês ou esporte” (p.323). Percebemos que, além de uma ideologia de família, há também uma noção de classe que perpassa o discurso da Ministra, afinal de contas, quantas são as famílias brasileiras que podem matricular suas crianças em cursos de idiomas e esportes? E quantas famílias teriam condições de ofertar ensino domiciliar a seus filhos? Há um claro discurso político a partir de famílias de classe média, que não representam boa parte da população brasileira. As conexões da educação domiciliar com a “ideologia de gênero” ficam ainda mais claras quando a ministra é questionada diretamente sobre isso:

Indagada se a educação domiciliar representava uma forma de combate à ideologia de gênero (supostamente) promovida pelas escolas, Alves assentiu e respondeu que: “na educação domiciliar, o pai vai poder gerenciar, inclusive, conteúdos. O pai vai poder

---

<sup>86</sup> Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/secretaria-nacional-de-protecao-global-snpg>. Acesso em 15 abr. 2022

estar junto com o aluno, com o filho, acompanhando o conteúdo, acompanhando o material didático”. (FILHO; FRANCO, 2019 p.323)

Podemos perceber que o gerenciamento de conteúdos escolares é justamente o que esteve na base das discussões morais, tanto envolvendo o “kit gay” quanto a “ideologia de gênero”, durante a discussão do PNE. Além de conectado à “ideologia de gênero” o ensino domiciliar também traz elementos da racionalidade neoliberal, com o encolhimento das funções do Estado e as famílias assumindo atribuições historicamente desenvolvidas pelas políticas públicas estatais. A educação domiciliar pretende promover uma educação baseada em conteúdos “não ideológicos”, pautada por princípios cristãos, eliminando a “ideologia de gênero” em face de uma ideologia de gênesis (FILHO; FRANCO, 2019), que teria como base conteúdos que estão de acordo com a moral cristã.

Cabe esclarecer que não faremos aqui uma discussão sobre educação, mas é necessário trazer essas breves considerações pois o projeto de ensino domiciliar foi assumido como uma pauta do MMFDH, à medida que a decisão dos pais sobre a educação dos filhos seria uma questão de direitos humanos (FILHO; FRANCO, 2019).

Ainda sobre ideologias religiosas, Damares faz uma declaração dúbia sobre a laicidade do Estado durante o governo Bolsonaro:

Somos um país laico, mas isso não significa que somos um país **laicista**. (Damares Alves, 2019)

A escolha lexical é um elemento importante de análise do significado das palavras e essa declaração parece ser propositalmente dúbia. O uso do termo “laicista” aparece nesse caso em oposição à ideia de Estado laico, e não fica claro em que medida o Ministério irá respeitar o princípio constitucional da laicidade. Segundo Fairclough (2001), *a criação de itens lexicais permite conceber as perspectivas particulares dos domínios da experiência segundo uma visão teórica, científica, cultural ou ideológica mais abrangente* (p.237), e, embora a noção de laicidade não seja nova, o uso desse termo parece bastante recente e pode ser localizado a partir do cenário político conservador brasileiro. Lacerda (2016), ao analisar o discurso na Câmara dos Deputados conservadores em torno da “ideologia de gênero”, aponta que o uso do termo laicista é vinculado a ideia de um Estado que nega a interferência das religiões, o que parece produzir uma oposição do Estado para com as mesmas. Isso se caracteriza como um falso problema, já que em teoria o Estado laico apenas não adota uma religião como norteadora política e vai defender a liberdade religiosa como um princípio democrático.

“Laicista” dentro desse contexto de sentidos que a ministra representa, parece ser um termo utilizado que traz em sua interdiscursividade o discurso do direito combinado com o

discurso religioso conservador, que pretende defender a intervenção das religiões na máquina do estatal. Esse termo faz relação com outros termos gramaticalmente próximos e que são habitualmente utilizados por esses grupos políticos, pois o uso dos sufixos “ista” e “ismo” na elaboração de neologismos tem sido comum por grupos conservadores, como tratamos no caso do “globalismo”. Essa operação interdiscursiva utiliza categorias já existentes de modo a se apropriar delas e inverter seu sentido, atribuindo a elas um caráter negativo, e podemos citar alguns outros exemplos de termos como “esquerdista” e “gayzista”. O uso do termo laicista nesse contexto, parece atribuir um aspecto negativo à defesa do Estado laico e legitimar a intervenção religiosa na estrutura estatal. Segundo Lacerda (2019):

A subversão de categorias próprias dos movimentos reivindicatórios e o uso massivo de argumentos jurídicos podem tanto ser encarados como retóricos, para esconder intenções religiosas em um Estado laico, ou mesmo para agregar elementos de convencimento a reivindicações que em sua origem são religiosas. (LACERDA, 2016 p.17)

Em momento anterior, Damares utilizou uma frase de estrutura muito parecida com a pronunciada na ONU, quando disse que “O estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã”<sup>87</sup>, o que sugere uma oposição ao princípio da laicidade, introduzido pela conjunção “mas”. A escolha pelo termo “terrivelmente cristã” parece deixar mais claro a intertextualidade presente nesse texto. A palavra terrivelmente tem sinônimos como amedrontador, aterrorizante e temeroso e o uso dessa palavra de fato produz uma preocupação. O que se pode esperar de uma ministra “aterrorizantemente cristã”? Uma reescrita possível que se pode fazer a partir do que foi discutido até agora é “O Estado é laico, mas essa ministra irá governar de acordo com suas ideologias e valores cristãos”. Podemos compreender então que quando a ministra enuncia “Estado laicista” e “terrivelmente cristã” está trazendo na intertextualidade de forma implícita que essas ideologias e valores serão os norteadores das políticas.

O último ponto destacado desse primeiro discurso diz respeito às conexões produzidas entre corrupção e direitos humanos:

À luz do **inegável vínculo entre corrupção e de direitos humanos**, precisamos enviar ao Brasil e ao mundo mensagem incisiva de que a **luta contra o crime** abre caminho para a realização dos direitos fundamentais.

Aqui, podemos observar que existe uma intertextualidade que faz referência a dois elementos importantes da retórica do governo. A “luta contra o crime” faz referência a Operação Lava Jato, cujo protagonista foi o então juiz de primeira instância Sergio Moro, também nomeado ministro do governo Bolsonaro para o Ministério da Justiça e Segurança

<sup>87</sup> Disponível em : <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/02/estado-e-laico-mas-esta-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-ao-assumir-direitos-humanos.ghtml> Acesso em 20 mar. 2022.



Pública. O convite a Moro se deu justamente por ele representar a imagem de justiceiro ou herói, em especial pela condenação do ex-presidente Lula <sup>88</sup>. A pauta moral, central na campanha de Bolsonaro, tinha como elemento fundamental o discurso anticorrupção e a prisão de Lula seria então o acontecimento simbólico que marca a entrada de Moro no governo.

Ao falar sobre o “inegável vínculo entre corrupção e de direitos humanos”, percebemos que o texto faz referência às pesquisas do segundo capítulo, que apontam que, ao longo da última década, o discurso anticorrupção foi aos poucos sendo substituído por uma narrativa moral. Esse texto traz a vinculação da corrupção exclusivamente aos governos do PT e também a noção de que esses governos foram responsáveis por uma “corrupção moral”, materializada no “kit gay” e na “ideologia de gênero”. O discurso da “ideologia de gênero” se construiu com base em um discurso contra a esquerda política, acusada de sua promoção, e a corrupção política e moral seriam então parte do discurso antipetista e anti-esquerda.

Apesar de ser um trecho de texto bem pequeno e possivelmente pouco compreendido no cenário internacional, o discurso da ministra parece bastante coerente para os fins que se propõe:

Um texto coerente é um texto cujas partes constituintes (episódios, frases) são relacionadas com um sentido, de forma que o texto como um todo ‘faça sentido’, mesmo que haja relativamente poucos marcadores formais dessas relações de sentido – isto é, relativamente pouca coesão explícita. (FAIRCLOUGH, 2001 p.113)

Apontamos o texto como coerente pois os elementos intertextuais trazidos dialogam diretamente com a base eleitoral de Jair Bolsonaro e podemos perceber que é uma prática comum deste governo realizar discursos dessa natureza <sup>89</sup>, onde a coesão e coerência estão implícitas e são direcionadas para seu eleitorado. Acreditamos que esse *modus operandi* discursivo seja uma prática dos demais representantes do governo, e, a seguir, veremos mais exemplos como esses nos demais discursos.

#### **4.4.2. Dia 200: a apresentação real do Ministério e suas bandeiras**

A segunda fala analisada é uma breve conversa em tom informal, que a ministra concede ao deputado federal Silas Câmara (Republicanos -AM), presidente da Frente Parlamentar Evangélica e pastor da igreja Assembleia de Deus. Trata-se do gênero discurso entrevista

---

<sup>88</sup> <https://www.agazeta.com.br/es/politica/de-super-heroi-a-berlinda-do-stf-a-ascensao-e-queda-de-sergio-moro-0321> Acesso em 20 ago. 2022

<sup>89</sup> Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,na-onu-bolsonaro-cita-risco-de-socialismo-defende-cloroquina-e-critica-passaporte-da-vacina,70003846081> Acesso em 16 jun. 2022.

política. A pauta da conversa foram as ações dos duzentos dias de governo e a importância do apoio da FPE ao Ministério. O vídeo foi publicado na página do *Facebook* da FPE em 30 de julho de 2019<sup>90</sup>.

No primeiro trecho destacado a ministra fala sobre quais são as prioridades do Ministério:

Duzentos dias de muito trabalho, as vezes eu acho que são dois mil dias. Muito trabalho, esse é o Ministério que está no coração do povo. Por quê? **Todas as nossas bandeiras, deputado, todas as bandeiras que eu e o senhor lá na câmara, mais de vinte anos levantando, estão aqui: defesa da vida, da família, liberdade religiosa, do idoso, da criança. São oito secretarias nacionais e estamos nos propondo deputado, aquele nosso grande sonho, uma contrarrevolução cultural no Brasil, uma reeleitura de direitos humanos no Brasil.** Direito a vida é direitos humanos, direito da criança é direitos humanos, água é direitos humanos, moradia é direitos humanos, então essa reeleitura junto com a sociedade sobre direitos humanos.

Quando Damares faz referência a “todas as nossas bandeiras” traz na intertextualidade a referência às bandeiras evangélicas que se tornaram bandeiras políticas dos deputados da FPE. Quando fala aos “mais de vinte anos levantando”, faz referência à sua carreira como assessora parlamentar de deputados e senadores evangélicos, além da atuação também na FPE. Quando a ministra diz “Todas as bandeiras que eu e o senhor lá na câmara, mais de vinte anos levantando, estão aqui” o “aqui” se refere ao Ministério, e deixa claro que as bandeiras defendidas pela FPE nortearão as políticas ministeriais.

Na sequência, são elencadas as principais bandeiras defendidas e iremos sinalizar os sentidos em torno dos textos. A “defesa da vida” é slogan político que tem algumas variações, como vimos no discurso da ONU, em que Damares fala em “direito a vida desde a concepção”. Esse sintagma traz o posicionamento de que o direito ao aborto seria a “defesa da morte”, ou seja, está clara mais uma vez a posição do Ministério em relação ao direito ao aborto, mesmo nos casos previstos em lei para o aborto legal. Um episódio notório desse enfrentamento ao aborto ocorreu no município de São Mateus (ES), onde uma menina que era estuprada desde os seis anos engravidou do estupro aos 10 anos, e a família precisou recorrer ao aborto legal. Espera-se que na função de ministra, Damares talvez pudesse interceder, a fim de garantir a proteção da criança e o acesso ao procedimento. O que ocorreu, no entanto, foi o contrário, e Damares chegou a enviar representantes do MMFDH para realizar reuniões com familiares, médicos e Conselho Tutelar a fim de pressioná-los e dissuadi-los de realizar o aborto na criança

---

<sup>90</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/fparlamentarevangolica/videos/933222353679748/> Acesso em 07 mai. 2022.

<sup>91</sup>. Segundo a matéria da Folha, Damares chegou a participar diretamente em reunião via aplicativo *Zoom*, o que gerou bastante visibilidade ao caso. A menina precisou ser transferida para a cidade de Recife para realizar o procedimento, e ativistas de movimentos pró-vida foram para a porta do hospital protestar contra o aborto após a ativista de extrema direita, Sara Geromini, divulgar em suas redes sociais o nome da criança e o hospital onde iria acontecer a cirurgia <sup>92</sup>. A bandeira do direito à vida parece dar mais importância a vida de um feto decorrente de um estupro do que a vida de uma criança de 10 anos, vítima de violência sexual há desde os seis. Qual é o impacto da violência sexual e de uma gestação na vida uma criança de dez anos? O tema do aborto é complexo e não trataremos disso na pesquisa, mas a pergunta segue e certamente as respostas possíveis não são simples.

A segunda bandeira, a “defesa da família” é a que traz na intertextualidade a referência direta à “ideologia de gênero”. Como vimos no capítulo anterior, à medida que os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos são apontados como inimigos, como a suposta “destruição da família”, a “defesa da família” ou a “proteção da família” são os sintagmas que trazem essa perspectiva não explícita da “ideologia de gênero”, como um contraponto a esses avanços. Em termos de escolha semântica para efeitos políticos, falar em proteção ou defesa da família parece produzir mais engajamento político do que a “ideologia de gênero”, pois oferece uma noção mais compreensível, mais imediata do inimigo a ser combatido. Com isso, podemos dizer que, quando a ministra fala em “defesa ou proteção da família” está se referindo indiretamente à “ideologia de gênero”.

A bandeira da “defesa da liberdade religiosa” traz no texto a noção de “laicismo” já citada anteriormente. É a ideia de que o Estado é laico, mas deve, sim, sofrer interferência da religião. Aqui falamos religião no singular, pois estamos tratando de uma ordem do discurso que busca a hegemonia do cristianismo como doutrina religiosa oficial. No campo político, esse protagonismo religioso claramente é liderado por evangélicos, único segmento que possui uma bancada no Congresso Nacional, que hoje conta com 105 membros, cerca de 20% dos parlamentares, e o Senado Federal conta com 15 senadores, cerca de 18% do total <sup>93</sup>. Além de representarem um quinto do Congresso, de 1994 a 2018, houve um aumento de 437% no número de deputados evangélicos da bancada evangélica. Esse aumento é bastante significativo

---

<sup>91</sup> Disponível em: <https://exame.com/brasil/damares-participou-de-tentativa-de-impedir-aborto-no-es-diz-jornal/> Acesso em 21 ago. 2022.

<sup>92</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2020/08/17/menina-de-10-anos-estuprada-pelo-tio-no-es-tem-gravidez-interrompida.ghtml> Acesso em 21 ago. 2022.

<sup>93</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/veja-quais-deputados-e-senadores-fazem-parte-da-bancada-evangelica/> Acesso em 21 ago. 2022.

e faz com que essas bandeiras sejam defendidas com mais fervor e intensidade. Quando é enunciado então a liberdade religiosa ou o Estado não laicista, isso significa liberdade para fazer política de acordo com preceitos religiosos cristãos.

A defesa do idoso não traz maiores reflexões a princípio pois, em geral, a compreensão dos direitos do idoso foram contempladas na lei 10.741/2003 e esse grupo não está no centro de disputas morais.

A defesa da criança também é questionável, haja vista o caso citado da menina de 10 anos vítima de violência sexual, em que houve interferência do Ministério para que a menina não tivesse seu direito garantido.

O trecho seguinte é um dos mais interessantes, pois revela de fato quais são as intenções do governo e do Ministério em relação aos direitos humanos. Primeiro, cabe destacar que Damara diz “aquele **nosso** sonho”, o que leva a compreensão de que ela fala não só de um sonho pessoal, mas um sonho da bancada evangélica, e esse sonho seria uma “contrarrevolução cultural no Brasil”. Ao enunciar, a ministra mais uma vez dialoga com a base eleitoral do governo, que a partir da leitura de Olavo de Carvalho, acreditam que os governos do PT seriam responsáveis pela implementação de um “marxismo cultural” no Brasil, que de forma inconsciente levaria o país a se tornar comunista. Segundo o plano de governo de Bolsonaro de 2018, “nos últimos 30 anos o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo, se uniu às oligarquias corruptas para minar os valores da Nação e da família brasileira”<sup>94</sup> Como tratamos no capítulo anterior, os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos supostamente foram alcançados a partir de “projeto de dominação”. Toda mudança que inclui e amplia a garantia de direitos a populações historicamente negligenciadas visa produzir mudança na cultura, como é o caso do racismo, por exemplo. O racismo enquanto estrutura na qual a sociedade foi moldada, naturalizando a inferiorização de pessoas negras é efeito de uma ideologia colonial, que produziu um lugar subalterno para esses corpos, e que molda o inconsciente (ALMEIDA, 2019). Qualquer política pública que se proponha a combater o racismo, necessariamente implicará em mudança na cultura, mudança no discurso sobre esses corpos, questionamento das estruturas de poder e fissuras no discurso hegemônico de poder. As mudanças sociais ocorridas no campo dos direitos sexuais e reprodutivos ao longo das últimas décadas certamente tiveram impactos na cultura, principalmente quando o Estado promove a

---

<sup>94</sup> Disponível em:

[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf) Acesso em 21 ago. 2022.

proteção dessas populações. Podemos citar a Política de Saúde da População LGBT (BRASIL, 2013) lançada em 2011 e corrigida em 2013, como um grande marco social e cultural no campo da saúde pública. Garantir o acesso e atenção às demandas de saúde específicas dessa população tem impacto não só na cultura do campo da saúde como na cultura como um todo. Essas mudanças culturais em relação às populações historicamente negligenciadas pelo Estado é um dos efeitos nomeados de “marxismo cultural” pela ideologia conservadora. Quando Damares fala em contrarrevolução cultural, está se referindo a frear esses avanços e a proposição de uma cultura social e política baseada em ideologias cristãs.

A noção de “releitura de direitos humanos no Brasil” está diretamente ligada à anterior, pois historicamente os direitos humanos serviram e ainda servem para garantir o *status* de humanidade a populações, corpos e pessoas tradicionalmente vistos como não humanos, como a população LGBTI+, por exemplo. Apesar dos avanços, por ocuparmos o primeiro lugar em assassinatos de travestis e transsexuais no mundo, é possível compreender que esses corpos ainda são vistos como matáveis, abjetos. A releitura de direitos humanos que a ministra enuncia, traz em seu texto a ideia de que o trabalho em direitos humanos talvez não deva priorizar mais as populações discriminadas, e pretende reescrever (e reler) quem são os humanos sujeitos de direitos.

Na sequência, Damares reafirma as bandeiras que serão defendidas pelo Ministério e fala sobre o seu lugar institucional:

A partir do momento em que o senhor assumiu aquela Frente, o senhor veio conversar comigo que a Frente seria parceira desse ministério, **porque esse ministério são as bandeiras da Frente** e eu tenho que lhe agradecer. A partir desse momento eu vejo que houve uma mudança no Congresso Nacional, **começaram a me ver mais como uma pessoa técnica, preparada, não a pastora que quer mudar o Brasil, mas uma ministra, que está gerenciado uma grande pasta**, e eu agradeço muito a Frente Evangélica, especialmente o seu mandato agora.

Se o Ministério é feito de bandeiras da Frente como Damares afirma, então podemos compreender que será um Ministério “não laicista”, ou seja, que se pauta pela intervenção religiosa na máquina estatal e com políticas orientadas pela família tradicional heterossexual. Isso sugere que os cidadãos que escapam a esse modelo e que professam alguma religião não cristã não serão contemplados por políticas públicas.

Outro elemento desse texto que cabe destaque é quando Damares diz que passou a ser vista pelo Congresso Nacional não “como uma pastora que quer mudar o Brasil, mas como uma ministra”. Apesar de se tratar de um discurso político, Damares é chamada pelo deputado Silas Câmara de “irmã na fé” em dois momentos e não foi corrigido por ela. Chamamos atenção a

este detalhe pois há aqui uma confusão nos gêneros discursivos, onde o discurso político traz em seu texto elementos típicos do discurso religioso. A fala do deputado não é a que está em análise, mas deve ser considerada pois há ali uma cumplicidade e parceria de trabalho. Por se tratar de uma conversa política entre a dois membros da política com orientação evangélica, vemos o discurso político ganhar um tom pastoral.

No quarto e último trecho do texto destacado, a ex-ministra sinaliza a necessidade do apoio da FPE para o trabalho do Ministério:

Deputado, esse é um governo incomum formado **por pessoas comuns, mas vou dizer uma coisa pra vocês, e que vai fazer o incomum**. E olha, deputado, pra gente fazer o incomum, nós vamos precisar muito do senhor e da Frente Evangélica apoiando essas grandes mudanças no Brasil.

É interessante a distinção que ela faz sobre “pessoas comuns” e “incomuns”, pois isso traz um sentido intertextual importante. O governo Bolsonaro construiu ao longo de sua campanha uma ideia de que ele seria um candidato anti-*establishment* (FREIXO; MACHADO, 2019), apesar de fazer parte da máquina política há mais de vinte anos. Sua campanha trazia a noção do candidato da antipolítica, que estava disposto a acabar com “tudo que está aí”. Ao falar em pessoas comuns, Damares faz referência ao discurso da antipolítica, de pessoas comuns em cargo do Ministério, o que é uma falácia. Damares tem atuação política há mais de vinte anos como assessora parlamentar, como ela mesma afirma nessa conversa Logo, afirmar-se como uma pessoa comum é fazer referência ao discurso retórico da antipolítica.

#### 4.4.3. Dia 346 – A contrarrevolução cultural

O terceiro texto analisado é a entrevista dada ao jornalista Ricardo Senra, da BBC Brasil, publicada em 18 de dezembro de 2019<sup>95</sup>. Trata-se de uma entrevista política concedida em Roma, durante o encontro entre primeiras-damas de alguns Estados com o Papa Francisco, no qual Damares também participou. A entrevista está transcrita no site da BBC e também disponível em sua página do *Youtube*. Através do vídeo da entrevista, percebemos que a ex-ministra está bastante confortável e existe um clima amistoso entre ela e o jornalista. A entrevista inicia com o destaque dado pelo jornalista a uma recente pesquisa do Datafolha, que mostra Damares como uma das ministras mais bem avaliadas do Governo Bolsonaro. A referida pesquisa não foi encontrada no site do Datafolha e tampouco nos sites de busca de conteúdos na internet.

<sup>95</sup> Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983> Acesso em 15/05/2022.

Uma das primeiras perguntas que o jornalista fez a Damares faz referência a um discurso habitual da extrema direita e, por vezes, por enunciado por Bolsonaro.

**BBC** - A senhora disse que todo mundo está falando sobre direitos humanos no Brasil. Pergunta simples: direitos humanos são para humanos direitos?

**Damares** - Olha, direitos humanos são para todos. Para todos. O que está acontecendo hoje no Brasil é que estamos falando dos direitos humanos que são indissociáveis, interligados e interdependentes. **Nós universalizamos os direitos humanos e o discurso.** Estamos indo para a origem, a fonte, que é a Declaração (Universal dos Direitos Humanos) e conversando com o Brasil. Proteger mulher é direitos humanos? É. Proteger criança é direitos humanos? É. E os idosos? Então, nós começamos a falar para o Brasil o que é de verdade direitos humanos.

**Por um período, as lutas ficaram muito segmentadas.** As pessoas achavam que direitos humanos eram só as minorias ou a população carcerária. A gente está falando com todo mundo: gente, alimentação, acesso à educação é direitos humanos.

O campo dos direitos humanos tem um grande marco legal que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Esse documento internacional é que de fato propõe a universalização dos direitos humanos, pois se trata de um documento com propostas globais, e não apenas retóricas. Thompson (2011), propôs cinco modos de operação da ideologia como um modelo não definitivo mas como orientador para as análises. Segundo o autor, esses modos podem indicar de que maneiras esses modos estão ligados a estratégias de construção simbólicas, produzidas em relações assimétricas de poder. O modo de operação que fica evidente no texto é a legitimação, que são ditas como *legítimas, justas e dignas de apoio* (p.82). Algumas das estratégias utilizadas para a legitimação são a racionalização e a universalização:

Uma estratégia típica é o que chamamos de *racionalização*, através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio. Outra estratégia típica é a *universalização*. Através desta estratégia, acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos, e esses acordos são vistos como estando abertos, em princípio, a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedido. (THOMPSON, 2011 p.82-83)

Quando Damares se apoia na Declaração de 1948 e diz que os “direitos humanos são para todos”, busca justamente legitimar as escolhas que o MMFDH faz no desenvolvimento das políticas públicas. Como tratamos no capítulo um, uma parte significativa da população tem seus direitos humanos reconhecidos, e as políticas de Estado nessa área tradicionalmente focaram suas ações em populações que foram sistematicamente violadas em seus direitos. Essa tradição de atuação é enunciada por Damares como “lutas segmentadas”, o que traz a ideia de que o restante da população historicamente privilegiada, e que não faz parte desses segmentos, estaria fora das garantias dos direitos humanos, ou como diz Brown (2019) de um privilégio destronado. Essa noção de direitos supostamente perdidos é um dos elementos do discurso

neoconservador, que pretende restaurar um passado mítico de famílias brancas, cristãs, heterossexuais e felizes, onde as minorias raciais, sexuais e sociais sabiam o seu lugar (BROWN, 2019).

Quando Damares fala em “universalização” dos direitos humanos, traz na intertextualidade as relações simbólicas relacionadas a suposta perda de direitos por uma parte da população, agora restaurada pelo MMFDH. A “universalização” se conecta também com a ideia defendida por Bolsonaro sobre os verdadeiros direitos humanos”, que remetem à reação neoconservadora que tem como matriz as estratégias do Vaticano contra o avanço de direitos sexuais e reprodutivos e no qual a “ideologia de gênero” é um elemento central (VAGGIONE, 2020). Uma operação de poder investida na psiquê e grandemente dedicada a criar subjetividades autoritárias que percebam qualquer avanço nas questões de igualdade de gênero e diversidade sexual como inimigos da família e da sociedade. Por isso a necessidade de o MMFDH disputar esse sentido e anunciar direitos humanos “para todos”.

Outro elemento importante é que quando Damares diz que os direitos humanos agora são para todos, expõe uma posição tradicionalmente adotada pelo governo Bolsonaro, de uma maioria em detrimento das minorias:

Desta forma o campo ideológico representado por Bolsonaro não atua no sentido de construção de um consenso legitimador, mas na capacidade de se impor como setor dirigente da sociedade, além de que a estratégia discursiva centrada na busca do conflito permanente perpassa por uma performance discursiva populista, na direção da construção de uma ideia de povo unidimensional infalível (representada na ideia de maioria), que deve se impor contra aqueles que a contestam (representada nas minorias). (NETO, 2019 p.100)

Na sequência de questões, o jornalista justifica sua pergunta dizendo que os filhos de Jair Bolsonaro já afirmaram que direitos humanos são “coisa para bandido” e Damares tenta justificar essa posição, mas sem em momento algum deslegitimar a fala deles, pelo contrário, seus argumentos parecem justificar esse posicionamento:

**BBC** - Pergunto porque boa parte dos apoiadores do governo e do presidente têm esse discurso, inclusive os filhos e o próprio presidente, que dizem que direitos humanos são "coisa para bandido".

**Damares** - **Eu entendo que o que eles querem dizer** é que foi segmentada a luta dos direitos humanos no Brasil, ao ponto em que pessoas se perguntavam se há necessidade de um ministério de direitos humanos no Brasil. Porque houve uma segmentação. Os grupos que se apresentavam defensores de direitos humanos...

**BBC** – Que grupos?

**Damares** - **Mais os grupos de esquerda. Apresentavam aí a bandeira LGBT, minorias e população carcerária. Por exemplo, a gente nunca viu lá atrás movimentos indo à rua defender saneamento básico à luz dos direitos humanos.**



**Nunca ouviu grupos falando que corrupção é violação de direitos humanos.** O que eles queriam dizer lá atrás era: 'vamos falar que direitos humanos são para todos'. E é exatamente o estavam querendo dizer e o que estamos tentando fazer, essa conversa.

**BBC** - Eles falaram isso de uma outra forma, né...

**Damares** - Mas é isso. Eles devem ter exagerado no discurso. Mas é exatamente isso, direitos humanos de forma universal.

Segundo a fala de Damares, essa segmentação dos direitos humanos parece justificar a ideia de que direitos humanos são para proteger bandidos e outras minorias, como ela explica a seguir. A mesma atribui a segmentação de direitos humanos a grupos de esquerda, que defendem população LGBT, população carcerária e outras minorias. Podemos compreender então que nenhuma dessas minorias está na compreensão de direitos humanos “universais”, já que ela faz uma clara distinção ideológica de quais seriam diferenças entre as pautas da esquerda e direita.

Em seguida, mais uma vez a ex-ministra apresenta argumentos de racionalização dizendo que “*a gente nunca viu lá atrás movimentos indo à rua defender saneamento básico à luz dos direitos humanos. Nunca ouviu grupos falando que corrupção é violação de direitos humanos.*”, ofertando argumentos que parecem justos e legítimos, mas não são atribuições de uma pasta ligada aos direitos humanos. Saneamento é uma questão de saúde pública e corrupção está a cargo de órgãos fiscalizadores e da justiça. Ela oferece, assim, ao espectador que assiste e ao entrevistador uma parte do que seria a proposta de “releitura de direitos humanos no Brasil”, que ela nomeia de “universalização”, ou seja, o apagamento das lutas por reconhecimento dos direitos de minorias.

A ex-ministra mais uma vez é questionada sobre as minorias que estariam sendo privilegiadas nos governos anteriores:

**BBC** - A senhora contou o que está sendo feito por grupos que, nas palavras da senhora, estavam invisibilizados. O que está sendo feito pelos grupos que, na avaliação da senhora, eram os preferidos: LGBTs, negros e...

**Damares Alves** - Em relação à população LGBT: fizemos uma discussão sobre qual é a prioridade do segmento. Enfrentamento à violência. Então vamos priorizar isso.

**Como estão os membros da comunidade na região ribeirinha? Vamos pegar um barquinho e vamos lá na comunidade ribeirinha saber como está o menino gay. Descobrimos que a política pública não chegou para ele. Cadê os gays indígenas? Onde estão as meninas lésbicas indígenas? Por que não se falou nisso no Brasil?** Nós descobrimos que eles são hostilizados em algumas comunidades e precisamos cuidar deles.

Os direitos, que na área urbana foram tão reivindicados, em algumas regiões não foram garantidos. Então estamos indo lá. Como estão os gays nos quilombos? Como essa população é tratada nos povos tradicionais? E isso tem sido uma inovação e uma revolução: eu pegar um barco e ir a uma cidade como São Gabriel da Cachoeira para saber como está a comunidade LGBTI lá.

Iremos aqui analisar esse texto a partir de sua coerência. Segundo Thompson (2011), *a coerência não é uma propriedade dos textos, mas uma propriedade que os intérpretes impõem aos textos, e diferentes intérpretes (incluindo o(a) produtor(a) do texto) possivelmente geram diferentes leituras coerentes do mesmo texto* (p.171). Buscar a coerência se faz necessário uma vez que Damares defende uma releitura dos direitos humanos a partir da universalização. Ao ser questionada sobre o que faria para a população LGBTI, ela vai na contramão do que vinha afirmando, quando fala sobre um grupo que seria a “minoridade da minoridade”. A proposta é universalizar ou realizar um trabalho hiper especializado? Nesse sentido, podemos dizer que a ministra não é coerente com seus posicionamentos anteriores sobre universalização.

Ao afirmar que não se fala sobre população LGBTI indígena no Brasil, Damares demonstra total desconhecimento sobre a produção científica produzida há mais de dez anos sobre essa população, em torno de temas como gênero e sexualidade (CANCELA et al., 2010; MCCALLUM, 2013; ROCHA; COELHO; FERNANDES, 2020; ROSA, 2016). Podemos inclusive supor que as pesquisas citadas, possivelmente, seriam vistas por representantes dessa ideologia neoconservadora de extrema direita não como produção científica, mas como produção ideológica da “esquerda”.

Podemos analisar ainda que quando Damares diz “E isso tem sido uma inovação e uma revolução: eu pegar um barco e ir a uma cidade como São Gabriel da Cachoeira para saber como está a comunidade LGBTI lá.” ela sugere que essa tem sido uma agenda de trabalho com a população LGBTI desse município. A ex-ministra recebeu em Brasília o prefeito de São Gabriel da Cachoeira, Clóvis Moreira, em 01 de fevereiro de 2019 para reunião com duração de uma hora, mas em sua agenda não há pauta descrita. Damares esteve São Gabriel da Cachoeira em 27 de novembro de 2019, semanas antes dessa entrevista, mas na agenda oficial não consta nenhum encontro com população LGBTI+ indígenas ou coletivos da região. O compromisso se resumiu a um encontro de uma hora intitulado “encontro com comunidades indígenas e lideranças locais” e não há descrição da pauta desse encontro <sup>96</sup> e também não há qualquer outro registro de alguma agenda nessa direção. Com isso, podemos supor que Damares mentiu ao fazer essa afirmação, sugerindo que fez uma agenda de trabalho que não aconteceu nessa cidade ou qualquer outra, já que não há qualquer documento ou política desenvolvida para essa população dentro do período analisado.

---

<sup>96</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/agenda-de-autoridades/agenda-ministra/2019-11-27> Acesso em 26 abr. 2022.

A partir da compreensão da universalização como operação de sua ideologia, sugerir um trabalho com uma população tão específica, parece uma estratégia para tangenciar de uma implicação para com a população LGBTI+, que opera de forma retórica, já que se trata de uma população invisibilizada e seria mais difícil de averiguar se de fato acontece ou não. Compreendendo a campo de atuação do MMFDH, qualquer política nesse sentido deveria ser uma política nacional, o que também não aconteceu.

Ao fim da entrevista, Damares traz em seu texto uma fala que vai ao encontro à ideia de releitura dos direitos humanos:

**BBC** - Eu conversei com pessoas próximas à senhora que me disseram que a senhora tem pautas muito próximas às da esquerda. Isso faz sentido? A senhora tem alguma afinidade com a pauta feminista, por exemplo?

**Damares** - **Eu quero dizer à esquerda que ela não é pai e mãe dos direitos humanos. Eles têm o discurso, é um discurso bom, eles têm o discurso, mas eu tenho discurso e tenho prática.** 'Você não pode usar vermelho porque é a cor da esquerda'. Por que não? Você não pode usar certas palavras como empoderamento, porque é da esquerda. Espera aí. Tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu? [...] Isso é empoderamento da mulher. Eu falo a palavra nesse sentido: dar voz e oportunidade à mulher. Não é que minhas pautas são iguais às da esquerda. **É que, por algum tempo, a esquerda falou que era dona dos direitos humanos. Não tem pai e mãe essa bandeira, ela é de todos nós.**

Quando Damares diz que “*a esquerda não é pai e mãe dos direitos humanos*” ela usa mais uma vez a estratégia de legitimação de sua ideologia, levando a compreensão de que os direitos humanos podem ser interpretados de maneira diferente pela esquerda e direita, que é o que o MMFDH propõe. Nesse momento, ela utiliza mais uma estratégia de operação de sua ideologia, a unificação. Thompson (2011) propõe que na “unificação relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, indecentemente das diferenças e divisões que possam separa-los” (p.86). Essa estratégia é utilizada para construir uma coletividade homogênea em relação à esquerda política, como adversário antagônico, como se as esquerdas políticas não fossem heterogêneas entre si. Esse recurso é utilizado pelas representantes do MMFDH em momentos diversos, como veremos nos textos seguintes.

O fato é que todo o campo do conhecimento e militância dos direitos humanos está conectado à ideia de justiça social e reconhecimento de pessoas sem direitos, em especial populações minorizadas. Não existe perspectiva conservadora de direitos humanos, o que há são ações ou omissões estatais para a garantia desses direitos. Há também uma disputa cultural e política de ressignificação dos sentidos de conceitos e termos já existentes, ou como ela

mesma diz, uma “contrarrevolução cultural”. A releitura dos direitos humanos nos parece então uma estratégia linguística e retórica para justificar a omissão do Estado em relação à população LGBTI+.

#### 4.4.4. Dia 423 – A ideologia do cão

O quarto texto em análise foi a entrevista política concedida por Damares ao portal *Deutsche Welle* Brasil em 28 de fevereiro de 2020<sup>97</sup>, para a jornalista Karina Gomes. Ao contrário da entrevista concedida a BBC, essa inicia com um tom mais duro, questionando a então ministra sobre denúncias contra o governo apresentadas na ONU de violações de direitos humanos. Importante destacar que essa entrevista aconteceu algumas semanas antes da OMS declarar a pandemia de COVID-19 e toda a negligência sanitária por parte do governo que se deu nesse enfrentamento.

Nesse texto, especificamente, notamos que Damares utiliza uma técnica de conversacionalização do discurso, que pretende trazer para o discurso elementos da conversação cotidiana, informalidade, envolvimento emocional para com o interlocutor e uma imagem de democratização do discurso institucional (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018).

Logo no início da entrevista, Damares afirma novamente a narrativa sobre universalização dos direitos humanos:

O presidente Bolsonaro ele foi eleito de forma legítima com maioria da população brasileira, a maioria do eleitorado e **ele veio com uma nova proposta, a universalização dos direitos**. Então há um incômodo, há um grande incômodo. **Se você observar quem está fazendo essas denúncias genéricas, é a esquerda. Eu acho que só pelo fato de ser a esquerda quem está denunciando, já poderiam dizer: êpa, tem alguma coisa errada.** Você não vê nenhuma instituição de direita denunciando que o presidente está violando direitos ou que há uma violação [...] **nunca se fez uma discussão para a sociedade sobre direitos humanos como hoje, isso é mérito do presidente Bolsonaro, é mérito desse governo que está aí, universalização dos direitos.**

Aqui podemos observar a recorrência no uso do termo “universalização dos direitos humanos”, o que nos leva a considerar que esse termo é um eufemismo que aponto para a negligência na elaboração de políticas para populações minorizadas. Podemos avaliar que esse é mais um modo de operação da ideologia, que utiliza a dissimulação para ocultar o real sentido do que se quer dizer. Uma estratégia de dissimulação é a eufemização: “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva” (THOMPSON, 2011 p.84). Nesse caso, ao invés de dizer que não irá cuidar de direitos humanos

<sup>97</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fYTLsV4SEKU&t=27s> Acesso em 12 abr. 2022.

para a população LGBTI+, por exemplo, se diz que os direitos humanos são para todos, produzindo assim um sentido linguístico e simbólico positivo.

Além de reafirmar o eufemismo “universalização dos direitos humanos”, a ex-ministra atribui qualquer questionamento sobre as atitudes e posicionamentos do governo à esquerda política. Esse é mais um modo de operação da ideologia, que se trata do processo de fragmentação, que segundo Thompson (2011) é a segmentação de grupos tidos como ameaçadores ou perigosos aos grupos dominantes.

Aqui, uma estratégia típica de construção simbólica e a diferenciação - isto é, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo as relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder. (THOMPSON, 2011 p.87)

Percebemos que o discurso de Damares expõe a ideologia de direita conservadora do governo, que criou um antagonismo radical com a esquerda política, e atribui a ela apenas elementos negativos, produzindo uma diferenciação simbólica e ideológica. Podemos confirmar com isso que a construção simbólica do inimigo não se refere apenas ao gênero como vimos no capítulo anterior, mas também a esquerda política.

Ao dizer que “nunca se fez uma discussão para a sociedade sobre direitos humanos como hoje”, não é possível afirmar se houve um ato falho por parte da ex-ministra, mas o que ela diz representa muito. Qualquer discussão sobre direitos humanos deve ser feita “com” a sociedade e não “para” a sociedade. Segundo Bessa e Sato (2018), a partir da leitura de Fairclough, a universalização de um posicionamento dito como comum aos diferentes participantes, “só é alcançada pelo domínio econômico, político e cultural, por meio do poder ideológico sobre um grupo ou sociedade” (p.125). A universalização dos direitos humanos carrega essa representação simbólica: um grupo que está no poder dizendo “para” a sociedade o que são esses direitos e quem são os humanos dignos de acessá-los, ou seja, propondo uma “releitura” a partir de suas ideologias.

No trecho seguinte do texto, a ex-ministra é questionada sobre a população LGBTI+ e faz uma série de afirmações problemáticas e faremos a tarefa de analisar trecho a trecho:

DW - Apesar de dizer que a população LGBTI é o segmento que a senhora mais ama, a senhora já disse em várias entrevistas...

DA – **Eu amo a população LGBTI,**

DW – Sim...

DA - E tenho uma paixão especial, extraordinária pelas travestis, eu tenho falado isso o tempo todo.

DW – No entanto a senhora crítica, ou pelo menos criticava no passado com muita veemência qualquer desenho ou material escolar que se refere a famílias homossexuais. A senhora chegou a dizer que o cão está muito bem articulado pra influenciar as crianças. A senhora dá um cunho negativo ao fato de uma criança poder se identificar como homossexual?

DA – Olha, **essa frase foi retirada de uma palestra em que eu criticava e crítico a teoria do gênero, a ideologia de gênero...**

Ao afirmar que ama a população LGBTI é possível supor que há uma confusão em relação ao gênero discursivo, uma vez que o amor não é um tema comum no discurso político. A partir dessa afirmação, poderíamos pensar que essa população poderia ter maior espaço nas ações ministeriais, mas não foi isso que aconteceu. De acordo com levantamento feito pelo portal UOL em maio de 2022 <sup>98</sup>, enquanto esteve à frente do MMFDH, Damares teve apenas quatro compromissos com representantes de movimentos LGBTI+, sendo um deles com um grupo denominado Movimento de Ex-Gays do Brasil. Ainda segundo pesquisadora Lola Ferreira, da organização Gênero e Número, em 2020, durante o pior período da pandemia, o MMFDH empenhou oitocentos mil reais para investir na população LGBTI+, mas não utilizou o recurso <sup>99</sup>.

No trecho seguinte destacado, Damares utiliza a estratégia de unificação, primeiro quando fala “teoria de gênero”, como se as teorias de gênero fossem apenas uma e houvesse um absoluto consenso das diversas perspectivas. Ao unificar todas as produções e perspectivas de gênero em uma só, isso parece facilitar a construção do inimigo simbólico, o qual se deseja combater. Ainda neste texto percebemos que a ideologia a qual Damares representa compreende “teoria de gênero” e “ideologia de gênero” como sinônimos, como já apontado por Junqueira (2018). Quando ela se refere então a “teoria de gênero” está falando sobre “ideologia de gênero”.

DW - E também os movimentos gays, né?

DA – **Há uma diferença muito grande entre a teoria do gênero, a ideologia de gênero, a homossexualidade, a bissexualidade são coisas totalmente diferentes.** A teoria do gênero ela, ela transcende a tudo isso, e eu sou contra essa teoria, essa ideologia que, chegou no Brasil forte e eu fiz resistência, liderei movimento de resistência e ainda faço.

<sup>98</sup> Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/em-3-anos-no-governo-damares-alves-fez-so-4-reunioes-com-lgbt> Acesso em 27/08/2022.

<sup>99</sup> Disponível em: <https://www.generonumero.media/orcamento-damares-2020-mulheres-lgbt/> Acesso em 27/08/2022.

Aqui Damares reafirma a “teoria de gênero” como sinônimo de “ideologia de gênero” e inicia uma narrativa que tenta separar, de forma negativa, as expressões da sexualidade em relação ao gênero. E segue:

**DA - Chegou no Brasil forte. Por exemplo, dizendo que meninas não podiam vestir cor-de-rosa no Brasil porque menina e menino tinha que ser neutro. E tanto que tem uma frase famosa a minha que eu digo agora meninas podem vestir rosa e meninos podem vestir azul no Brasil. Uma teoria que chega no Brasil dizendo que você não podia mais ter mais bonecas e brinquedos de meninos, os brinquedos tinham que ser neutros no Brasil.**

Podemos perceber que aqui que a ex-ministra utiliza a personificação, que é figura de linguagem, para se referir à “teoria/ideologia de gênero”, como uma pessoa que chega em algum lugar e pretende ditar regras. Aqui, a personificação parece um desdobramento da estratégia de unificação das teorias de gênero, que “se tornam uma pessoa” e esse uso da figura de linguagem é fundamental na construção do inimigo e produção de pânico moral. É uma operação que descola dos produtores de pânico moral a implicação nesse processo, pois se refere a alguém ou algo que vem de fora, um Outro, um forasteiro que se avizinha e anuncia sua ameaça.

Como ressalta Junqueira (2018), não existe por parte desses grupos nenhum interesse em conhecer ou estudar as teorias diversas sobre gênero e isso fica evidente quando Damares diz que a teoria chega ditando regras sobre roupas e brinquedos de crianças. Uma das teorias de gênero, cuja autora mais expressiva é a filósofa Judith Butler, adota uma perspectiva teórica pós-estruturalista, que pretende descrever como as regras de gênero são produzidas socialmente, e traz a noção da matriz de inteligibilidade (BUTLER, 2015), onde as instituições e lógicas heteronormativas da sociedade instituem e mantêm relações de coerência entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, e que vão heterossexualizar o desejo na simetria homem e mulher. Uma perspectiva crítica de análise, que busca trazer visibilidade a forma como as regras de gênero produzem inscrições e controle sobre os corpos, e se diferenciam bastante de uma prescrição de comportamentos.

**DA - E havia um patrulhamento, um patrulhamento ideológico absurdo, e a ideologia de gênero infelizmente usou o movimento gay, usou a homossexualidade para impor sua pauta no Brasil.**

Nesse ponto é fundamental concordar com a ex-ministra, pois de fato houve um patrulhamento ideológico muito forte no Brasil. Esse patrulhamento iniciou com a denúncia do “kit gay” e na sequência houve o patrulhamento sobre a “ideologia de gênero”, que iniciou a partir da discussão do PNE e teve uma série de desdobramentos no país inteiro, com a proposição de um número enorme de projetos de lei, que pretendem patrulhar ideologicamente

qualquer discussão sobre gênero nas políticas públicas, em especial no campo da educação. Em relação ao MMFDH o patrulhamento ideológico se converteu em política pública, através do Disque 100.

O Disque 100 é uma ferramenta do Estado de extrema importância para o monitoramento de violações a direitos humanos em todo território nacional. Este dispositivo foi criado em 1997 pela Associação Brasileira Multiprofissional de proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA), ONG atuante na proteção dos direitos das crianças e adolescentes (ARAÚJO, 2015) e, desde 2003, foi incorporado à estrutura estatal com o nome de Disque Denúncia Nacional. A partir de 2006, há a concessão do número 100 pela ANATEL e em 2010 o serviço passa a chamar Disque Direitos Humanos, e passou a receber denúncias também de violações de direitos humanos de populações minoritárias como idosos, pessoas com deficiências, população LGBT, intolerância racial e religiosa, pessoas em situação de rua, entre outros (ANDRADE; SOUSA, 2018). Esse serviço funciona ininterruptamente e todos os atendimentos são estruturados com base no Manual de Taxonomia de Direitos Humanos<sup>100</sup>. O ato que iremos destacar aqui se refere ao fato de o manual ter sido modificado em 2021 pelo MMFDH, que incluiu no item 2.11 “ideologia de gênero” como uma das possíveis motivações de violências contra crianças e adolescentes. Esse ato bastante significativo traz a “ideologia de gênero” de forma explícita às políticas ministeriais.

**DA – E que isso fique bem claro! E essa ideologia de gênero que parecia, olha só, parecia proteger os homossexuais na verdade traiu os homossexuais** porque essa ideologia por um tempo usou a homossexualidade, **usou o movimento LGBT, que conquistou todas as suas vitórias dizendo que gay nasce gay, lésbica nasce lésbica, movimento gay tinha essa bandeira, e conquistou suas vitórias aí, aí ideologia de gênero chega e fala: ninguém nasce homem, ninguém nasce mulher, ninguém nasce gay, ninguém nasce lésbica, você se torna mulher, você se torna gay você se torna lésbica.** Pera aí: é uma ideologia que fez muito mal ao movimento gay, fez muito mal a todos os movimentos no brasil, então eu me levantei contra.

Ao afirmar que a “ideologia de gênero” traiu os homossexuais e o movimento LGBTI+, podemos interpretar a ex-ministra compreende que os avanços dos movimentos LGBTI+ só foram possíveis a partir das pautas reivindicatórias de base biológica, em que se “nasce gay”, a afirmação de uma natureza gay, lésbica, trans, etc. A partir do dispositivo da sexualidade em Foucault (2011), podemos compreender que tanto o discurso médico quanto o religioso foram fundamentais para inscrever na heterossexualidade uma “natureza” incontestável do ser humano, e por consequência, produzir também as patologias dessa natureza. A natureza da heterossexualidade como organizadora da sociedade é a base da “ideologia de gênero”, que não

---

<sup>100</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ondh/manual-da-taxonomia-de-direitos-humanos-da-ondh.pdf> Acesso em 01 set. 2022.



rompe com a noção de que qualquer desvio da heterossexualidade seria patológico, negativo, indesejável, abjeto. Quando Damares afirma que esse paradigma biológico seria o legítimo, está não só deixando claro sua “ideologia de gênero” como também defendendo a manutenção das sexualidades não hegemônicas como o oposto abjeto da heterossexualidade. É uma proposta de inclusão, desde que essas vidas e corpos “saibam o seu lugar”.

DA – E eu vou dizer uma coisa: **essa ideologia é do cão!** Eu disse lá e repito agora, é uma ideologia que veio para desconstruir, desconstruir tudo que está posto, mas não apresenta nada no lugar daquilo que eles vão desconstruir. **Então eu sou uma crítica da ideologia de gênero, era no passado, sou agora e quer que eu diga uma coisa: o movimento gay concorda comigo, com certeza!**

O “cão” é um termo habitualmente utilizado por algumas religiões cristãs, em especial evangélicas, para nomear o diabo, um recurso linguístico para falar dele sem citar seu nome diretamente. Aqui há uma clara intenção de literalmente demonizar qualquer discussão ou teoria sobre gênero. Apesar de deixar a entender na entrevista à BBC que quer ser vista pelo Congresso Nacional como ministra e não como pastora, ao fazer essa declaração há uma clara confusão entre os gêneros discursivos, onde o político se confunde com o religioso. A questão que se coloca é que o discurso político deve estar conectado aos valores democráticos e republicanos brasileiros, enquanto o discurso religioso não tem qualquer compromisso com o Estado ou até mesmo a verdade, e sim com fé.

Ao nomear o “gênero” como cão e se colocar de forma antagônica, Damares utiliza ainda outro elemento para operar sua ideologia, também ligado à produção do inimigo, que é o expurgo do outro. Essa estratégia constitui a produção do inimigo e um convite a resistir a ele (THOMPSON, 2011). Se o cão deve ser expurgado da casa de Deus, o gênero deve ser expurgado da máquina estatal.

Assim como faz com o gênero, Damares utiliza a unificação e personificação ao dizer que “o movimento gay concorda comigo, com certeza!”, como se os movimentos LGBTI+ não fossem absolutamente diversos em suas pautas, reivindicações e compreensões em relação às atuações e militância política. Ao afirmar categoricamente que o movimento concorda com ela, podemos supor que Damares está propondo também uma releitura em relação ao movimento LGBTI+, uma contrarrevolução cultural, que parece convocar esses movimentos ao conservadorismo.

Ao ser questionada sobre como pretende combater a violência contra a população LGBTI+, a ex-ministra utiliza o mesmo argumento da entrevista dada à BBC, dizendo que está preocupada com a população LGBTI “da floresta”:

DA – Olha, o governo Bolsonaro tomou uma decisão da gente buscar os invisibilizados e nessa busca dos invisibilizados nós fomos para região ribeirinha é observar e conhecer como é que estão, **como é que estão os LGBTI’s lá na floresta.** Como é que estão os LGBTI’s nas aldeias? Aí eu te pergunto: você já viu algum gay? Alguma índia lésbica cima se autodeclarando lésbica? O que acontece quando uma índia se autodeclara lésbica na aldeia? Então **nós estamos indo aos povos tradicionais para ver como é que está a população lá nos rincões, porque as bandeiras LGBTI já estão consagradas nos grandes centros urbanos.**

Como dissemos anteriormente, falar sobre uma população tão específica parece se tratar de uma estratégia de narrar alguma ação que não aconteceu e seria difícil fiscalizar. Pelo meios oficiais como programas e agenda essas ações não aconteceram. Damares também parece justificar a ausência de políticas nacionais alegando que supostamente as “bandeiras LGBTI já estão consagradas nos grandes centros urbanos”. A pergunta é: que bandeiras? O que está consagrado? O Brasil ainda lidera o ranking mundial de mortes de população LGBTI+ e segundo dossiê produzido pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o assassinato de pessoas trans aumentou 75% nos últimos dez anos<sup>101</sup>, e parte significativa desses crimes ocorreram em centros urbanos. Ainda não existe nenhuma lei federal de proteção para essa população, em especial as pessoas trans, que costumam viver nos grandes centros pela possibilidade maior de “circulação invisível”. Os movimentos LGBTI+ não vivem de bandeiras, as bandeiras são símbolos de uma luta histórica por direitos bem recente, e que está longe de encerrar.

Ainda sobre a violência contra a população LGBTI+, Damares segue:

DA - É claro, é notório que o que acontece com as travestis é a violência na rua e a gente observa que muitas delas estão na rua por falta de opção elas não querem estar na rua, elas não querem fazer programa, mas não encontram empregos. **Então nós focamos 2019, vamos reforçar 2020 até o final do governo Bolsonaro a capacitação das travestis e a empregabilidade, estamos conversando com as empresas. Nós estamos lançando no brasil agora o selo empresas e direitos humanos, tá? E esse inclusive a empregabilidade trans faz parte do critério para se receber o selo.** Nós estamos particularmente preocupados com a população LGBT no cárcere.

Não há dúvidas da importância sobre políticas públicas que fomentem a empregabilidade trans e também a qualificação para o trabalho. A portaria 89, publicada em 10

<sup>101</sup> Disponível em: <https://www.generonumero.media/visibilidade-trans-violencia/> Acesso em 28 ago. 2022.

de janeiro de 2022 <sup>102</sup>, instituiu o regimento interno do MMFDH e atribuiu ao Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e População em situação de risco, em parceria com Coordenação de Combate à Discriminação, a atribuição de elaborar, implementar e coordenar as políticas públicas voltadas para a empregabilidade trans. Ao longo do período de pesquisa no site do MMFDH não encontramos qualquer notícia sobre políticas de empregabilidade trans desenvolvida pela pasta.

O selo empresa e direitos humanos também não foi lançado, mas em 2018, ainda no governo de Michel Temer, foi publicado o decreto 9571/2018, que estabelece as diretrizes de direitos humanos nas empresas. O que o MMFDH lançou foi o lançamento do Selo Empresa Amiga da Família (SEAF), que tem por objetivo *reconhecer publicamente as empresas estabelecidas em território nacional que se mostram comprometidas com o equilíbrio trabalho-família* <sup>103</sup>. Também não foi encontrada nenhuma política pública ou decreto voltados para a população carcerária LGBTI+.

Podemos concluir então que as ações anunciadas nas entrevistas foram apenas recursos retóricos, uma estratégia de operação da ideologia chamada de dissimulação (THOMPSON, 2011), que serve para negar, ocultar ou desviar a atenção de relações de dominação. Nesse caso, Damares afirmou por diversas vezes que o MMFDH iria desenvolver essas políticas, mas de fato algumas aconteceram apenas no papel e outros sequer aconteceram. Isso só reforça que de fato houve um descompromisso do MMFDH com a população LGBTI+ ao longo do período analisado.

Por fim, a então ministra foi questionada sobre a criminalização da homofobia:

DW - A senhora é a favor da criminalização da homofobia?

DA - Já está decidido pelo Supremo Tribunal, eu acho que não cabe a gente discutir, o Supremo Tribunal já se manifestou sobre isso.

A resposta dada por ela deixa claro que a mesma tangenciou em relação à pergunta. Em junho de 2019, o STF decidiu equiparar os crimes de homofobia e transfobia ao crime de racismo, previsto na lei 7716/89 e é a essa decisão que ela se refere. Ao citar a decisão, ela não diz se concorda ou apoia, o que é bastante comum no campo político, o que nos leva a supor

---

<sup>102</sup> Disponível em: <https://in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-89-de-10-de-janeiro-de-2022-373321375> Acesso em 28 ago. 2022.

<sup>103</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/programa-equilibrio-trabalho-familia-1/selo-empresa-amiga-da-familia-edicao-2021-2022> Acesso em 28 ago. 2022.

que a mesma discorda dessa decisão, uma vez que políticos e religiosos das bases as quais ela representa já se pronunciaram contra, e alegam que essa lei seria um cerceamento da liberdade de expressão.

#### 4.4.5. Dia 792 – A “releitura” de direitos humanos

A última declaração de Damares analisada é, como todas as outras, representante de uma política neoconservadora no MMFDH, mas essa em especial foi publicada diretamente na página do Youtube do Ministério, em 3 de março de 2021<sup>104</sup>.

Em de fevereiro de 2021, o MMFDH publicou a portaria 457<sup>105</sup>, que institui um grupo de trabalho para realização de análise *ex ante* da Política Nacional de Direitos Humanos. Essa decisão causou bastante controvérsia justamente pelo seu caráter antidemocrático, já que o grupo de trabalho foi formado apenas por integrantes do governo. Após toda a polemica, Damares decidiu publicar o vídeo na página do MMFDH como uma tentativa de justificar e esclarecer a decisão. Esse texto é de extrema importância pois carrega na intertextualidade uma série de elementos que iremos discutir em seguida.

DA - Eu vou esclarecer uma grande dúvida, uma grande confusão que estão fazendo nos últimos dias por causa de uma portaria que eu publiquei. O que fala essa portaria? Preste bem atenção! **Essa portaria cria um grupo de trabalho aqui dentro do ministério onde nós vamos começar uma avaliação das políticas de direitos humanos. Um grupo interno de trabalho que vai criar a metodologia para a gente fazer avaliação das políticas e direitos humanos. É obrigação minha, deste Ministério, fazer uma avaliação de tudo que nós estamos fazendo e do que já foi feito para a gente propor novas ações dos direitos humanos no Brasil.**

Damares começa sua fala deixando claro, sem nenhum tipo de constrangimento aparente, que se trata de um grupo interno de trabalho e não esclarece, a princípio, quais serão as políticas em avaliação, deixando a entender que são todas as políticas. Ao dizer que a ideia é “propor novas ações de direitos humanos no Brasil”, podemos compreender na intertextualidade que ela se refere ao que foi dito de forma recorrente durante o governo, que é a releitura de direitos humanos no Brasil. Se Bolsonaro, Damares e os componentes do MMFDH já vinham propondo essa releitura no campo das ideias, esse grupo de trabalho nos parece um esforço para produzir essa releitura em termos oficiais, documentos, portarias e afins.

---

<sup>104</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k3OUAnbtOvE> Acesso em 09 abr. 2022.

<sup>105</sup> Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-457-de-10-de-fevereiro-de-2021-303365015> Acesso em: 09 abr. 2022.

Ao afirmar “*é obrigação minha, deste Ministério, fazer uma avaliação de tudo que nós estamos fazendo e do que já foi feito*”, Damares utiliza uma linguagem performativa de autoridade para fazer-se valer de legitimidade para rever de forma arbitrária um Plano construído amplamente com a sociedade civil.

No trecho seguinte, Damares constrói uma narrativa sobre o possível motivo de uma decisão como essa ter causado isso que ela chama de “confusão”:

DA - Em 2017 foi editado um decreto, o decreto 9.203, portanto um decreto antes deste governo, que estabelece a política de governança da administração pública federal e este decreto diz o seguinte:

*São diretrizes da governança pública: avaliar as propostas de criação expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir sempre que possível seus custos e benefícios.*

Oras, eu tenho um decreto que me obriga avaliar as políticas públicas de direitos humanos e é o que eu vou fazer, é o que este ministério vai fazer. **Ah, mas você sabe por quê que deu todo esse barulho? Porque os ex-ministros, a esquerda, que já deixou o poder, disse que nós vamos mexer e nós vamos modificar o PNDHIII. O que que é o PNDHIII? É um plano nacional de Direitos Humanos três.**

Mais uma vez a ex-ministra usou estratégias discursivas de unificação e personificação para se referir à esquerda política, e atribuir a ela e aos ex-ministros o “barulho” causado pela portaria. Segundo notícia publicada no site da Câmara dos Deputados, cerca de 200 organizações se manifestaram, através de nota pública, contra a portaria<sup>106</sup>. Nessa primeira parte do texto, Damares afirma que quem diz que o MMFDH irá mexer no PNDHIII é a esquerda, e essa afirmação, do modo como ela diz, leva a entender que isso não é verdade. No texto seguinte percebemos que há uma contradição nesse sentido:

DA - **E é claro que a gente vai rever também esse Plano**, se eu vou avaliar todas as políticas públicas de direitos humanos, o Plano também vai ser avaliado. **E por falar em PNDHIII vocês já leram o PNDHIII? Leiam os objetivos e as metas que estão no PNDHIII.**

A revisão do PNDHIII não se trata então de uma acusação da esquerda e sim de um fato, afirmado duas vezes por Damares. Em seguida, ela se dirige à audiência e pergunta se as pessoas já leram o Plano e recomenda a leitura dos objetivos e metas, deixando em suspense que talvez haja algo de errado no texto. Percebemos que nesse momento, ela dialoga diretamente com as bases eleitorais e políticas de Jair Bolsonaro, uma vez que o PNDHIII é um plano repleto de

---

<sup>106</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/728581-revisao-do-programa-nacional-de-direitos-humanos-divide-deputados/>. Acesso em 28 ago. 2022.

menções a igualdade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, como norteadores para o desenvolvimento de políticas. De acordo com Vieira e Macedo (2018) a ideologia relaciona-se com “quem está falando o que, para quem e com que finalidade” (p.59). Podemos então supor que é isso que de forma subentendida ela tenta comunicar a essas bases e em coerência com a perspectiva da “universalização dos direitos humanos”, é também possível supor que a finalidade do MMFDH seria retirar essas diretrizes do texto original, expurgando assim o inimigo gênero.

DA - Gente, **um plano de 2009** portanto 11 anos depois, nós não podemos avaliá-lo? O mundo mudou em 11 anos, gente, **hoje nós temos outras violações de direitos humanos que não tinha em 2009**. Então nós precisamos rever esse plano para a gente entender o que nós temos que fazer para enfrentar os novos desafios e as novas violações de direitos humanos.

Por trazer um discurso bastante antagônico em relação à esquerda, podemos compreender que quando Damares cita do ano de 2009 está fazendo referência ao período do governo do PT, mais especificamente do ex-presidente Lula. Isso também dialoga diretamente com suas bases, uma vez que a lógica do governo Bolsonaro é “acabar com tudo que está aí” e partir da centralidade da pauta moral, isso inclui “acabar” com a essência do PNDHIII, propondo uma releitura.

Ao afirmar que “hoje temos outras violações de direitos humanos que não tinha em 2009” somos mais uma vez obrigados a concordar com a ex-ministra. Nos anos de 2020 e 2021 pudemos acompanhar uma série de violações de direitos humanos nunca antes vistas no cenário brasileiro. Durante a pandemia da COVID-19, o governo Bolsonaro adotou postura negacionista e de desinformação ao seu enfrentamento, que culminou numa crise institucional no Ministério da Saúde e três trocas de ministros. Além disso, se posicionou de forma contrária às medidas de isolamento, foi negligente na compra de vacinas, oxigênio e outros insumos, além da demora no pagamento do Auxílio Emergencial. Por conta dessa série de acontecimentos sistemáticos ao longo desses dois anos, o governo Bolsonaro foi denunciado por violações de direitos humanos à Comissão Interamericana de Direitos Humanos <sup>107</sup> ainda em 2020, pelo Conselho Nacional de Saúde à ONU em 2021<sup>108</sup>, e pela Anistia Internacional em 2022 <sup>109</sup>. Curiosamente, ao longo desse período intenso de violações de direitos humanos, o

<sup>107</sup> Disponível em: <https://idec.org.br/idec-na-imprensa/governo-e-denunciado-na-cidh-por-falta-de-transparencia-e-violacao-dos-direitos> Acesso em 28 ago. 2022.

<sup>108</sup> <http://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2071-cns-denuncia-internacionalmente-governo-brasileiro-por-violacao-de-direitos-humanos-durante-pandemia> Acesso em 28 ago. 2022.

<sup>109</sup> Disponível em: <https://anistia.org.br/informe-anual/informe-anual-2021-22-o-estado-dos-direitos-humanos-no-mundo/> Acesso em: 28 ago. 2022.

MMFDH permaneceu em silêncio por um tempo significativo e quando se manifestou oficialmente sobre alguma pauta relacionada à COVID-19, foi através da publicação da nota técnica nº 2 de 2022, que se posiciona contra a vacinação obrigatória de crianças e do passaporte vacinal, em nome da liberdade, e coloca o Disque 100 à disposição para receber denúncias relacionadas a isso. Damares foi convocada a prestar esclarecimentos na Comissão de Direitos Humanos da Câmara e disse que o conteúdo da nota foi deturpado pela imprensa<sup>110</sup>. Além disso, foi proibida pelo STF de utilizar o Disque 100 para este fim <sup>111</sup>.

Seguindo as análises, podemos observar que Damares tenta desqualificar o processo de construção do PNDHIII, sugerindo que não houve participação popular, e nessa gestão seria diferente:

DA - Um dos barulhos, um dos argumentos que eles estão usando, é que a sociedade civil não vai participar da avaliação do pndh3 e que ele foi construído em 2009 com ampla participação popular. **Quantos de vocês participaram da construção do PNDHIII?**

**Diz pra mim, houve realmente ampla participação popular? Pois agora vai ter!** A avaliação que nós vamos fazer do PNDHIII e de todas as políticas públicas **ela vai ser tão transparente essa avaliação, tão participativa, que ela vai ser conduzida pela Escola Nacional de Administração Pública, a ENAP, e neste momento nosso grupo de trabalho está criando o mecanismo, a forma como a sociedade vai participar.** Nesta avaliação, **todos vocês vão participar!**

O PNDHIII é fruto de ampla discussão com a sociedade e se estruturou a partir de 137 encontros municipais e estaduais, além da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, e envolveu cerca de 14 mil pessoas, tanto do poder público quanto sociedade civil. Então, ao perguntar quantos pessoas haviam participado da construção do PNDHIII, a ex-ministra faz uma pergunta na qual ela sabe que não terá resposta, não porque muitas pessoas não tenham participado, mas pelo próprio formato da comunicação, que não permite contraditório. Independente da participação de tantas pessoas, a intenção de Damares nesse momento parece ser utilizar seu lugar de poder para provocar dúvida em relação à transparência e legitimidade de uma política produzida a partir do Estado democrático de direito. Essa estratégia de desinformação parece bastante efetiva em tempos de pós-verdade, e também é adotada por Bolsonaro de forma recorrente, em especial no que diz respeito às urnas eletrônicas <sup>112</sup>.

<sup>110</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/28/ministra-culpa-imprensa-por-ligacoes-antivacina-para-o-disque-100> Acesso em 28 ago. 2022.

<sup>111</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/02/lewandowski-do-stf-proibe-damares-de-abrir-disque-100-para-nao-vacinados.shtml> Acesso em 28 ago. 2022.

<sup>112</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/07/bolsonaro-usa-reuniao-com-embaixadores-para-novos-ataques-sem-provas-as-urnas-eletronicas-e-ao-tse.gh.html> Acesso em 28 ago. 2022.

É importante dizer que transparência e participação popular certamente não são características deste governo. Isso ficou demonstrado logo no início, com a publicação do decreto 9.759/2019, que marcou os 100 dias do governo Bolsonaro. Esse decreto extinguiu todos os 700 Conselhos em funcionamento e previstos na Política Nacional de Participação Social, que são colegiados fundamentais para a participação social nas políticas públicas. A proposta de Bolsonaro é reestabelecer e agrupar alguns conselhos, ficando com apenas 50, como forma de “desburocratizar” o funcionamento da máquina pública <sup>113</sup>. Nesse “revogaço”, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT foi extinto e posteriormente “universalizado” pelo decreto 9883/2019, que retirou qualquer menção à população LGBTI+ e passa falar genericamente em minorias sociais, vítimas de violência, de preconceito, de discriminação e de intolerância. Esse decreto também excluiu boa parte da sociedade civil, permitindo apenas três representantes, e o restante são pessoas do MMFDH.

Em relação a portaria 457, não seria diferente nesse sentido. Pelo primeiro texto da portaria, seu Art. 3º §3 previa que grupo de trabalho em torno da Política Nacional de Direitos Humanos seria composto apenas por pessoas do governo e que esse grupo *poderia* convidar representantes de entidades públicas e privadas com atuação na temática de direitos humanos, mas sem direito a voto. A partir de toda mobilização produzida por entidades e sociedade civil, o MMFDH publicou a portaria 3.661/2019 em 28 de outubro de 2021. Com a nova portaria, o §3 foi alterado e passa a vigorar nova redação: “o Grupo de Trabalho **convidará** para participar de reuniões representantes de conselhos de direitos vinculados ao Ministério e a outros órgãos públicos, e de entidades públicas e privadas com atuação na temática de direitos humanos.” Apesar da nova redação, não fica claro se esses representantes terão ou não direito a voto, o que sugere, a partir do histórico do governo, que essa participação talvez seja apenas protocolar.

Considerando que a portaria 3661/2019 foi publicada oito meses após Damares declarar que haveria a participação de toda sociedade no Grupo de Trabalho e que seria estudada uma forma de fazer isso, esse documento deveria incluir a ampla participação da sociedade civil através de Ongs, coletivos, pesquisadores, etc., mas isso não aconteceu. Como esse convite será feito por integrantes do próprio grupo, é possível presumir que serão convocados apenas representantes que estejam de alguma forma alinhadas ideologicamente com o MMFDH, e que

---

<sup>113</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/11/decreto-faz-revogaco-de-normas-objetivo-e-simplificar-legislacao-diz-governo.ghtml> Acesso em 28 ago. 2022.



possivelmente não haverá espaço para contraditório e deliberação, como é comum aos Conselhos.

A partir desses elementos podemos mais uma vez afirmar que a ex-ministra não foi honesta em suas declarações e que o MMFDH atuou de forma autoritária e na condução desse Grupo de Trabalho. A forma como ela constrói seu discurso mostra características de ações desdemocratizantes na estrutura ministerial, pois há apenas um simulacro de democracia, de participação popular. Ou seja, o MMFDH agiu de maneira antidemocrática sem acabar com a democracia, e isso demonstra características preocupantes de um governo autocrático que parece se configurar ao longo do tempo.

#### **4.4.6. Dia 801 – A explicitação do projeto neoconservador**

O sexto e último texto se refere a uma fala da secretária nacional de Família, Angela Gandra. Essa fala se deu no webinar intitulado *Uma resposta à Ideologia de Gênero*, promovido pela organização *Political Network for Values (PNFV)*, em 28 de maio de 2021<sup>114</sup>. O encontro foi coordenado pela diretora executiva da organização, Lola Velarde, da Espanha. Os três palestrantes do foram Lorcan Price, assessor jurídico da *ADF International*, organização jurídica cristã, que atua em politicamente em movimentos pró-vida e contra os direitos LGBTI+; Rocío Monasterio, deputada na Assembleia de Madrid e presidente do partido de extrema direita espanhol Vox; Joseph Backholm, membro diretor do *think tank* evangélico americano *Family Research Council*. A partir dos palestrantes podemos perceber a forte orientação religiosa do webinar e da própria PNFV, que promoveu este evento com o objetivo de propor argumentos que sirvam como ferramentas para que os agentes políticos possam frear a agenda de gênero em suas regiões.

Além dos palestrantes, o evento reuniu políticos e militantes de diversas partes do mundo, que fazem parte da organização, assim como a secretária. Após a exposição dos palestrantes, foi aberto espaço de fala para que os representantes de cada país pudessem se colocar em relação aos conteúdos apresentados. Antes da fala de Angela, Wilton Acosta, presidente do Partido Republicanos no Mato Grosso do Sul também fez uma fala no evento. Logo após Wilton terminar, Lola Velarde anuncia que a representante do MMFDH está presente e a convida a fazer uma fala. Angela Gandra diz que precisará sair, mas que gostaria de dar algumas notícias em relação ao trabalho realizado pelo governo brasileiro. Percebemos que por

---

<sup>114</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cfp8nHse7vo> Acesso em: 09 abr. 2022.

estar entre pares, a secretária parece estar bem à vontade e explicita sem qualquer tipo de constrangimento quais são as ações do governo para frear a “ideologia de gênero”:

AG - Boa tarde a todos. Tenho que sair porque tenho outra agenda agora, mas queria dizer que estamos **trabalhando muito em políticas públicas contra a ideologia de gênero. Desde o primeiro momento removemos todas as cartilhas que tínhamos**, onde os pais eram preparados para ajudar seus filhos a partir de dois anos a escolher seu sexo e tudo mais. **Desde o primeiro momento no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos removemos todo o material para não ser distribuído.**

De imediato, a secretária afirma que o MMFDH está trabalhando em políticas públicas contra a “ideologia de gênero” e mais a frente tentaremos compreender quais são essas políticas. Cabe destaque nesse texto o trecho onde ela diz que “desde o primeiro momento removemos todas as cartilhas que tínhamos, onde os pais eram preparados para ajudar seus filhos a partir de dois anos a escolher seu sexo e tudo mais”, pois isso faz referência ao material do Kit Anti-Homofobia, pejorativamente nomeado de “kit gay”, que não foi distribuído após todo o pânico moral criado em torno dele. Como vimos no capítulo anterior, Jair Bolsonaro teve um papel fundamental na produção moral em torno do “kit gay”, mas a não distribuição do material foi uma decisão do governo Dilma Rousseff. De imediato é possível afirmar então que a secretária mentiu ao atribuir ao MMFDH essa ação política que aconteceu em 2011. De qualquer forma, é interessante perceber que essa suposta confusão talvez se dê justamente porque Angela é a representante da ideologia de um determinado segmento social e qualquer ação mais efetiva e simbólica de algum representante do grupo parece ser tomada como algo comum de todos, ou seja, atribui a sua base ideológica tal feito.

Na sequência, a secretaria explica quais são as políticas públicas que o Brasil está desenvolvendo para o enfrentamento da “ideologia de gênero”:

AG - Como, **como estamos fazendo? Em primeiro lugar com um projeto chamado Famílias Fortes.** Famílias Fortes é um programa que estamos levando para todos os municípios que são 5.720 municípios do Brasil, de todo o Brasil, levando Famílias Fortes, que tratam do fortalecimento dos vínculos familiares, **porque muito se dá pelos abusos que tem na família e pedofilia e tudo mais, que depois as pessoas se confundem e seguem outro caminho.** Então a gente acha que isso é a prevenção da prevenção, **a família forte, estruturação da família a partir de um programa.**

Segundo o edital lançado pelo MMFDH <sup>115</sup>, o Programa Famílias Fortes é uma *metodologia de prevenção ao uso de álcool e outras drogas por meio do fortalecimento dos vínculos familiares para famílias com crianças e adolescentes de 10 a 14 anos* e foi proposto a

<sup>115</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/familias-fortes-1/SEI\\_MDH3023059Edital0322.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/familias-fortes-1/SEI_MDH3023059Edital0322.pdf) Acesso em 29 ago. 2022.

partir de uma adaptação à realidade brasileira do *Strengthening Families Programme*, desenvolvido pela Universidade *Oxford Brookes*, do Reino Unido, cujo objetivo geral é:

*o bem-estar dos membros da família a partir do fortalecimento dos vínculos familiares e do desenvolvimento de habilidades sociais. Tal objetivo se baseia no fato de que uma relação positiva entre os familiares cria condições favoráveis para o bom desenvolvimento dos filhos, e tende a afastá-los de condutas de risco.*

Pelo edital do Programa podemos observar que a metodologia se estrutura em 7 encontros semanais, com duas horas cada, de forma a trabalhar habilidades parentais, ou como está no texto do programa, ensinar aos pais sobre comportamento, comunicação, apoiar e disciplinar os filhos, e também ensinar aos filhos a valorizar os pais e lidar com situações de estresse. Uma das dinâmicas utilizadas nos encontros do Programa é estimular as refeições em família, o que sugere um ideal de família na qual o MMFDH se pauta, de família de classe média onde a mãe é cuidadora do lar. Essa proposição parece ignorar que cerca de 28 milhões das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres<sup>116</sup> e muitas delas são mães solteiras, e também o fato de que em 2022, 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil <sup>117</sup>.

Apesar de ter um foco na prevenção ao uso precoce de drogas entre adolescentes, o texto não explicita o que seriam as *condutas de risco*. A partir da afirmação da secretária, que o Programa é uma das políticas desenvolvidas para combater a “ideologia de gênero” podemos fazer duas leituras da intertextualidade que a noção de *famílias fortes* traz. A primeira é que nas “condutas de risco”, possivelmente possam estar implícitas as primeiras manifestações da sexualidade no início da adolescência, e nesse caso, a função parental seria orientar e disciplinar os filhos sobre este tipo de “comportamento”. Apesar de não ser o discurso de Bolsonaro que está em análise, cabe dizer essa leitura intertextual leva em conta que o mesmo já afirmou que “se o filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro e ele muda o comportamento dele” <sup>118</sup>. Nesse sentido essa política poderia operar como um modo de vigilância também aos aspectos do desenvolvimento psicosssexual dos adolescentes.

A segunda leitura possível a partir dessa ideologia neoconservadora, é que filhos homossexuais e transexuais seriam fruto de famílias desajustadas, como defendeu o então

<sup>116</sup> Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/289-milhoes-de-familias-no-brasil-sao-chefiadas-por-mulheres/> Acesso em 29 ago. 2022.

<sup>117</sup> Disponível em: <https://idec.org.br/noticia/em-2022-33-milhoes-de-brasileiros-passam-fome-no-brasil> Acesso em 29 ago. 2022.

<sup>118</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/144388-comissao-vai-debater-declaracao-de-bolsonaro-sobre-punicao-a-filho-gay/> Acesso em 29 ago. 2022.

ministro da educação Milton Ribeiro <sup>119</sup>. Nesse sentido o próprio termo, *famílias fortes*, se contrapõe a *famílias desajustadas*, e fortalecer a família seria um modo de supostamente evitar a homossexualidade e transexualidade.

De acordo com Zimmermann (2022), esse tipo de programa é decorrente de um modo de atuação nomeado como “neoliberalismo familiarista”, pois parte da noção de Estado mínimo e transfere para as famílias a responsabilidade pelo bem estar de seus membros, inclusive a responsabilidade por problemas e questões sociais que são efeitos das desigualdades.

A seguir, a secretária descreve o outro Programa desenvolvido pelo MMFDH para o combate a “ideologia de gênero”:

AG - Depois temos a **Família na Escola**, que é outro programa que estamos iniciando com o MEC, o Ministério da Educação, que visa chamar a família para **acompanhar o conteúdo da educação de seus filhos** na escola, enquanto isso estamos buscando **aprovar o ensino domiciliar**, que ainda não é aprovado no Brasil, mas a Família na Escola é muito importante **porque os pais não conhecem a ideologia que entra na escola e muitas vezes ficam com medo de ver os frutos ou o material, quando querem ver, porque há muita omissão também. Então a família na escola pode ajudar nesse sentido.**

O Família na Escola<sup>120</sup> se trata de um Projeto e não de um programa, cujo projeto-piloto foi executado no município de Campos dos Goytacazes <sup>121</sup> e logo se tornou um projeto efetivo do MMFDH. Segundo o Ministério, o Projeto:

visa fomentar ações conjuntas para promoção da parceria família e escola, através da formação das habilidades parentais, das garantias de direitos da criança e do **acompanhamento pedagógico**, a fim de garantir o desenvolvimento integral da criança e o fortalecimento dos vínculos familiares.

A partir da fala da secretária e do texto do Projeto, podemos concluir que o “acompanhamento pedagógico” não se refere ao desenvolvimento no aprendizado das crianças e sim faz referência ao acompanhamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Essa ideia está diretamente ligada ao MESP, que defende uma escola “neutra” e sem conteúdos compreendidos como ideológicos. Nessa lógica, conteúdo ideológico é tudo aquilo com o qual eu não concordo ou não acredito, desde conteúdos científicos a valores morais. Esse é um dos objetivos do ensino domiciliar e por isso a secretária busca a aprovação dessa modalidade no Brasil. O “acompanhamento pedagógico” é um termo que faz referência a vigilância dos conteúdos em sala de aula, em especial os ligados a discriminação por raça, religião, orientação

<sup>119</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghtml> Acesso em 29 ago. 2022.

<sup>120</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/acoes-e-programas/projeto-familia-na-escola> Acesso em 29 ago. 2022.

<sup>121</sup> Disponível em: [https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=67194](https://campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=67194) Acesso em 29 ago. 2022.

sexual e identidade de gênero. Ao final de sua fala, a secretária deixa claro que esse é um dos objetivos pro Projeto, quando diz que “então a família na escola pode ajudar nesse sentido”.

Outra política pública de base familiar não citada pela secretária, mas que já estava em curso nesse período e compõe o corpus de análise é o edital CAPES Família e Políticas Públicas no Brasil <sup>122</sup>. Esse edital prevê o fomento de bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado para pesquisas voltadas à família. Compreendemos que a utilização da palavra família, nomeando o Ministério e também algumas políticas não se dá à toa. Isso sugere que para o MMFDH há um modelo ideal de família que deve ser buscado e fortalecido, e esse modelo toma como base a família tradicional cristã, composta por pai, mãe e filhos. O edital propõe seis áreas temáticas, todas de acordo com as políticas desenvolvidas no Ministério, que são as seguintes: *políticas familiares, dinâmica demográfica e família, equilíbrio trabalho-família, tecnologia e relações familiares e projeção econômica das famílias*. Não há no edital qualquer fomento à pesquisa para compreender as composições heterogêneas de família no Brasil, desigualdades de gênero que afetam as mulheres na criação dos filhos, desigualdades salariais no mercado de trabalho e sobre famílias LGBTI+, só para citar alguns exemplos possíveis.

Na área temática *políticas familiares*, destacaremos um trecho do texto do edital que demonstra a perspectiva de como a família é pensada nesta gestão:

Para os propósitos deste Edital devem ser consideradas as “políticas familiares” em sendo estrito, ou seja: políticas públicas desenhadas e executadas com o objetivo de sustentar as relações e os vínculos familiares, **fortalecendo as famílias e tornando-as mais capazes de agir com autonomia e responsabilidade** diante das próprias circunstâncias de vida. Nesse sendo, em suas especificidades, **as políticas familiares em sendo estrito distinguem-se de outras políticas públicas que elegem a família como parceira e/ou público-alvo de seus projetos, como políticas educacionais, de saúde, de combate à pobreza ou de erradicação de violência, entre outras.**

Podemos compreender que o texto do edital reforça a noção neoliberal familista. O texto deixa claro que as políticas familiares compreendidas pelo MMFDH “distinguem-se de outras políticas públicas que elegem a família como parceira e/ou público-alvo de seus projetos” e isso leva a compreensão de a família não é parceira e tampouco público-alvo das políticas, mas que deve ser fortalecida para agir com autonomia. Fortalecimento da família é um termo genérico e que não diz exatamente a que se refere, afinal em cada contexto familiar o fortalecimento pode estar ligado à um ou mais de um elemento, como renda, moradia, acesso à educação, creche, benefícios sociais, etc. O *fortalecimento as famílias e tornando-as mais capazes de agir com autonomia e responsabilidade* indicam que o uso de palavras como fortalecimento e

<sup>122</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/editais/EDITAL2ProgramaFamiliaePoliticPublicasnoBrasil.pdf> Acesso em 05 jun. 2022.

autonomia serve para esvaziar a política pública mais efetiva em relação a diminuição de iniquidades, na lógica neoliberal de Estado mínimo. Assim como o Programa Famílias Fortes e o Projeto Família na Escola, é um tipo de perspectiva onde o Estado deixa de propor políticas efetivas e passa a operar como um conselheiro de pais, mães e famílias (BULGARELLI, 2020), que é uma característica da lógica pastoral religiosa.

Além disso, segundo Safatle (2021), o familismo na política se baseia numa fantasia da família com núcleos hierarquizados de autoridade e submissão, com relações não problemáticas e baseadas em amor e devoção. Essa definição parece fazer referência direta à restauração de um passado místico, conforme já mencionamos.

Por fim, é importante destacar que o governo Bolsonaro realizou uma série de cortes bilionários no orçamento do Ministério da Educação <sup>123</sup>, e por isso deve-se colocar em questão qual é o interesse do MMFDH em investir nessa área, na contramão desses cortes. Podemos supor que esse edital está no campo da disputa epistemológica sobre as noções de família e algumas possíveis políticas em torno dela. Esse edital poderia fomentar uma pesquisa muito mais ampla sobre a realidade e a diversidade das famílias brasileiras, inclusive considerando o efeito da pandemia para o aumento da desigualdade, por exemplo, mas escolhe alguns recortes bem específicos, alinhados com as demais políticas familistas desenvolvidas pelo MMFDH. Reservadas as devidas ordens institucionais, a proposta desse edital pode ser comparada com o Lexicon católico, que também tem por objetivo produzir referenciais epistemológicos.

A seguir, Angela mistura uma série de questões que tentaremos destrinchar:

Agora existe um projeto **que quer a não discriminação nas escolas** e a ideologia de gênero já está instalada também no Programa Nacional de Educação. **Então procuramos o ministro que está lá, ele é o relator do processo, e pedimos em nome da família**, que estão muito assustados, estão muito assustados, porque desde crianças **começam a promover a descoberta de um e do outro, e os toques sexuais e tal, desde quatro a dez e onze anos mais forte. Por quê? Porque ainda não têm hormônios** então é mais fácil se confundir pela amizade e depois estimular a sexualidade, mas ah bem assim eles sempre vão por outro caminho, muitas vezes não, em uma atração por outro sexo.

O projeto ao qual ela se refere possivelmente se trata na verdade de um processo que foi movido pelo partido PSOL, e encaminhado ao STF, pedindo a derrubada de leis municipais em Petrolina e Garanhuns, ambas em Pernambuco, que proíbem a abordagem do tema gênero e orientação sexual na grade curricular das escolas dessas cidades. Desde a retirada dos termos

---

<sup>123</sup> Disponível em: <https://adunb.org/conteudo/1520/educacao-e-a-area-mais-atingida-pelos-cortes-de-bolsonaro> e <https://apubh.org.br/noticias/governo-bolsonaro-corta-mais-de-r-600-mi-de-universidades-e-institutos-federais-de-ensino/>. Acesso em 06 set. 2022.

gênero e orientação sexual do texto da PNE, diversos municípios produziram leis locais para proibir a discussão desses temas nas escolas e cerca de 11 processos de inconstitucionalidade dessas leis chegaram ao STF. O projeto encaminhado pelo PSOL deve interessar em especial por se tratar de um partido no outro polo político, de extrema esquerda. Sete meses após esse evento em análise, André Mendonça, o ministro “terrivelmente evangélico” indicado por Bolsonaro ao STF, assumiu a relatoria desse processo quase que imediatamente após a sua posse<sup>124</sup>. Ao colocar o MMFDH como antagonico ao projeto que “que quer a não discriminação nas escolas”, a secretaria deixa claro que a política produzida pelo Ministério “quer a discriminação nas escolas”, e se coloca a favor da discriminação por orientação sexual, identidade de gênero e todas as demais opressões de gênero possíveis.

O que Angela declara na sequência é bastante preocupante e grave, pois estava tratando de um projeto que versa sobre a prática escolar, e ao dizer que “desde crianças começam para promover a descoberta de um e do outro, e os toques sexuais e tal desde quatro a dez e onze anos mais fortes”, sugere que professores e educadores no geral estariam promovendo diretamente a descoberta e práticas sexuais de crianças. Essa declaração é uma estratégia psicopolítica na geração de pânico moral, pois produz desconfiança e coloca professores e a própria escola como uma ameaça em potencial à integridade das crianças. Segundo Bulgarelli (2020):

Ao atribuir o procedimento de implementação da “ideologia de gênero” a professores, escolas, livros didáticos e salas de aula, ela acaba por questionar a legitimidade do Estado e da sociedade para influir em questões sobre gênero e sexualidade [...] Ao mesmo tempo, reforça as hierarquias sexuais que constituem a “família tradicional”, na qual a mãe provedora e mantenedora passa a atuar agora como agente de regulação de uma certa essência sexual dos filhos. (BULGARELLI, 2020 p.404)

Ao utilizar o argumento “porque ainda não tem hormônios”, a secretaria recorre a um argumento biológico, sem citar qualquer base científica, para sugerir que essa falaciosa “descoberta” precoce da sexualidade de crianças levaria a uma espécie de confusão mental que culminaria na homossexualidade. Ainda segundo Bulgarelli (2020), esse discurso em torno da “ideologia de gênero” tem oferecido aos pais causas, riscos e culpados pela diversidade sexual, e vemos nas falas da secretária argumentos simplistas, tanto de matriz biológica quanto comportamental.

AG - Então a gente sabe que é algo pensado como uma ideologia em sua totalidade e os pais estão muito preocupados em levar seus filhos **porque tem muita notícia de abuso por parte dos professores até agora**, então estamos trabalhando muito nisso com o **judiciário para que essa discriminação não seja aprovada, essa discriminação às avessas**, que é o que acontece, e também com o legislativo. O filho do presidente que é Eduardo Bolsonaro, está agora na Comissão de Educação e vai

---

<sup>124</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/12/24/mendonca-vai-analisar-lei-que-proibe-ensino-sobre-genero-nas-escolas>. Acesso em 29 ago. 2022.

trabalhar muito fortemente contra a ideologia de gênero. **Também tiramos o vocabulário.** Agora não é possível, em todos os documentos quando se usa gênero significa sexo, não há dois sexos, e também **estamos trabalhando nisso para que uma realidade não seja alterada pela linguagem.**

Mais uma vez a secretária cria suspeitas sobre o espaço escolar, citando que existe “muita notícia de abuso por parte dos professores”, sem citar de onde vem essas notícias e a que tipo de abuso elas se referem, uma clara tática do uso de notícias falsas para a criação de pânico moral, estratégia também utilizada por Damares <sup>125</sup>. Como já sabemos que a inversão deliberada é uma das formas de operação da “ideologia de gênero”, a secretária chama um processo antidiscriminatório de “discriminação às avessas”, de forma a sustentar essa narrativa. Essa expressão está conectada à mesma cadeia de sentidos de “cristofobia” e “heterofobia”, quando a expressão de preconceitos é apontada como cerceamento da liberdade de expressão.

Ao mencionar “*tiramos o vocabulário*”, a secretária parece se referir a menções do termo gênero nos documentos oficiais do governo. Ao apresentar a candidatura do Brasil ao Conselho de Direitos Humanos da ONU para o triênio 2020-2022, o governo não incluiu o termo gênero no documento, e pela primeira vez colocou a família na centralidade das políticas públicas, quando afirmou que “está desenvolvendo políticas públicas transversais, que têm na família ponto focal da atuação do estado” <sup>126</sup>. Isso indica que de fato existe um falso antagonismo produzido em torno de gênero e família, e não é à toa que o MMFDH tem feito políticas públicas como as citadas anteriormente.

Angela afirma que o governo está trabalhando para que “*a realidade não seja alterada pela linguagem*”, e nesse ponto concordamos com a secretária. Desde que a “ideologia de gênero” apareceu no cenário político brasileiro, os segmentos conservadores e religiosos têm trabalhado arduamente para inscrever e definir, através da linguagem, o conceito de gênero e a ameaça que ele representaria socialmente. Esse objetivo foi alcançado, a princípio, e as pautas morais em torno do gênero ocupam e possivelmente ainda ocuparão por algum tempo, boa parte do discurso e das ações políticas em todas as esferas de governo. O fato é que a linguagem é a principal ferramenta para o exercício do poder, e exatamente por isso que esta pesquisa se propõe a realizar a análise crítica do discurso, uma vez que “as práticas sociais moldam e são moldadas pelo discurso” (BATISTA JR. et Al.,2018 p.11). Estamos tratando de um ministério

<sup>125</sup> Recentemente, fora do período da pesquisa, Damares fez declaração durante um culto religioso, afirmando que o MMFDH sabia de supostas denúncias de crianças sendo exploradas sexualmente na ilha de Marajó, mas ao ser questionada pelo Ministério Público do Pará, não conseguiu comprovar suas afirmações. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/10/14/damares-marajo-versoes.ghtml> Acesso em 18 out. 2022.

<sup>126</sup> <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/11/sem-mencao-a-genero-e-a-tortura-brasil-apresenta-documento-de-candidatura-a-conselho-da-onu.ghtml> Acesso em 29 ago. 2022.



que utiliza a linguagem de forma estratégica para a manutenção de uma realidade que é defendida como a única possibilidade natural e verdadeira para a vida de todos e todas. A secretária deixa essa noção explícita no trecho a seguir:

AG - Então, eu acredito que estamos indo bem, e achamos que vamos conseguir isso se, de fato, se combater a ideologia no Brasil, que o Brasil possa dar exemplo para o mundo **e ao mesmo tempo, no governo até temos uma diretora das comunidades LGBT**, mas para defender, proteger a pessoa humana. **Proteger, mas não promover artificialmente uma realidade que é ontologicamente um ataque aos seres humanos.** Então ajudamos para que não haja violência contra essas pessoas, mas ao mesmo tempo **não promovemos como realidade natural, ajudamos.**

Aqui a secretária faz um jogo com as palavras proteger e promover. Nesse discurso, ela parece associar proteção ligada à proteção contra violência somente, como se a população LGBTI+ somente tivesse a violência como problema a ser enfrentado. Concluímos que a promoção estaria ligada à políticas antidiscriminação, como as voltadas para educação sexual em direitos humanos. Fica claro também a posição de que as vidas de pessoas LGBTI+ são um *“uma realidade que é ontologicamente um ataque aos seres humanos”*, ou seja, afirma a heterossexualidade como a única expressão da sexual natural e legítima. Como vimos anteriormente, ao falar em “natureza” da sexualidade, há na interdiscursividade o discurso biológico ligado à reprodução e também o discurso religioso do Gênesis bíblico.

Ao citar a diretora de promoção dos direitos LGBT, Marina Reidel, traz em seu discurso um posicionamento que é tipicamente combatido em falas racistas, onde o sujeito racista diz: “eu não sou racista, tenho até amigos negros”, como forma de legitimação. Podemos citar o exemplo do ex-ministro da educação, Abraham Weintrauber, que ao ser acusado de fala racista contra a China, disse que não era racista pois havia estudado em Hong Kong e tinha amigos chineses<sup>127</sup>. Ao dizer *“no governo até temos uma diretoria LGBT”*, a secretária explicita um posicionamento LGBTIfóbico institucional, o que reafirma a ideia de que essa diretoria existe apenas para dar conta de uma demanda protocolar “globalista”. A proteção contra violência enunciada pela secretária como uma ação ministerial parece não levar em conta que esse tipo de posicionamento por si só é violento com a população que deveria proteger.

Podemos concluir a partir do discurso da secretária que as políticas públicas familiares desenvolvidas pelo MMFDH tem como base a “ideologia de gênero”, mas apresentam isso de maneira não explícita, como “fortalecimento da família”. Esse termo, que pode até mesmo ser nomeado como fórmula, serve não só para a operação da “ideologia de gênero” no MMFDH

<sup>127</sup> [https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/06/eu-nao-sou-racista-diz-weintraub-apos-usar-cebolinha-para-ironizar-china.htm?aff\\_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996](https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/06/eu-nao-sou-racista-diz-weintraub-apos-usar-cebolinha-para-ironizar-china.htm?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996) Acesso em 29 ago. 2022.

como também para a operação da lógica neoliberal das políticas desenvolvidas, que por vezes são vazias de ações efetivas, e coloca o Estado numa posição de conselheiro das famílias.

#### 4.5. ANÁLISES

As ordens do discurso discutidas ao longo do segundo capítulo articulam como foram formadas as estruturas de sentido da fórmula “ideologia de gênero” e as relações de poder em torno desse sintagma, além da cadeia de sentidos aos quais ele está conectado. Neste terceiro capítulo, tentamos traçar um panorama sobre como essas semioses são operadas através da linguagem para a manutenção do poder e da hegemonia no MMFDH.

Uma das limitações na realização das análises foi a falta de transparência sobre as ações do Ministério, recursos, programas em desenvolvimento. Não conseguimos encontrar claramente as ações informações sobre as políticas públicas desenvolvidas pela Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT e chegamos a encaminhar e-mail solicitando alguns esclarecimentos, em 22 de março de 2022, mas não obtivemos resposta. A partir do início da campanha eleitoral, diversos conteúdos do site oficial do Ministério e do canal do *Youtube* foram bloqueados, por ordem do TSE.

A primeira hipótese, de que a “ideologia de gênero” seria a norteadora de uma parte das políticas públicas desenvolvidas pelo MMFDH, foi validada sem ressalvas. Pudemos observar que a ideologia norteadora do Ministério é o populismo de extrema direita, em que suas representantes falam de suas convicções pessoais como se fossem vontades do povo, não utilizam bases científicas para seus argumentos e possuem um discurso moralista religioso. A base desse discurso é fundamentada na heterossexualidade natural e pilar da sociedade, expresso no modelo cristão e heteronormativo de família, e que considera qualquer outra orientação sexual como não-natural, uma realidade que é *ontologicamente um ataque aos seres humanos*. Esses pressupostos para a compreensão da sexualidade a partir de apenas um paradigma dito como natural, hegemônico, não é compreendido por seus promotores como ideológicos, mas como natureza humana e criação divina. Pudemos concluir também que foram observados nos discursos outros elementos da operação da “ideologia de gênero”, como a inversão deliberada, linguagem performativa de autoridade e desinformação. Percebemos pelo discurso das representantes do MMFDH que o mesmo é responsável na estrutura governamental por transformar em políticas públicas as bandeiras dos setores conservadores e religiosos, em especial as bandeiras da Frente Parlamentar Evangélica. Pudemos observar que a ideologia norteadora do MMFDH está diretamente ligada à “ideologia de gênero”.

Essa ideologia ficou expressa no claro investimento do MMFDH em políticas públicas familiares, como o Programa Famílias Fortes, Projeto Família na Escola e Edital CAPES Família e Políticas Públicas, e no quase total apagamento de políticas para a população LGBTI+, cuja diretoria parece ocupar um lugar protocolar de prevenção, mas jamais de promoção dos direitos humanos dessa população. Podemos afirmar também que há em curso uma disputa de sentido em torno dos direitos humanos, de quem seriam os humanos dignos de direitos, mascarada pelo significante “universalização”, utilizado para as minorias sejam deixadas de lado em detrimento das majorias. A estratégia de “universalização” vai ao encontro do que foi enunciado por Bolsonaro ao falar nos *verdadeiros direitos humanos*.

A segunda hipótese, que afirma serem o discurso em torno da “defesa da família” e “proteção da família” variações do discurso político da “ideologia de gênero”, foi validada parcialmente. O que conseguimos concluir a partir das análises é que, na verdade, a “defesa da família” e a “proteção da família” são uma resposta antagônica à “ideologia de gênero” e não variação da mesma coisa. Esse discurso se produziu antagonizando “ideologia de gênero” *versus* família, polarizando e distanciando as noções de gênero das discussões sobre família. Isso fica evidente quando examinamos o Edital CAPES Família e Políticas Públicas, onde não há qualquer menção sobre o gênero em todos os seis eixos de pesquisa. A “ideologia de gênero” aparece de forma explícita apenas no Manual de Taxonomia dos Direitos Humanos e sem nenhuma conexão com família.

Concluimos também que o Edital CAPES Família e Política Públicas é parte do projeto de releitura dos direitos humanos, pois se trata do fomento à produção de pesquisas científicas que, de alguma forma, respaldam o MMFDH na atuação futura de políticas públicas familiares. Trata-se de uma disputa que pretende sair dos paradigmas morais e religiosos e estabelecer-se em nome da ciência.

O que podemos concluir é que a “defesa da família” e “proteção da família” expressam, sim, o discurso não explícito da “ideologia de gênero”, mas como seu o extremo oposto. A partir do discurso de Damares e Angela Gandra, podemos concluir que, quando no discurso político, em especial de ideologia populista de extrema-direita, se enuncia em “defesa da família”, na verdade, está se afirmando um posicionamento não explícito contra a “ideologia de gênero”. Não que ambos não possam compor o mesmo discurso, mas ambos significam a mesma coisa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, foi possível concluir que, a partir do ano de 2010, houve a emergência do discurso antigênero no Brasil, consolidado e estabilizado no sintagma “ideologia de gênero”. Ao se analisar mais de perto esse sintagma, é possível observar sua matriz católica conectada com as bases do neoliberalismo, da moral e de mercado, que se agenciaram no campo político, reafirmando, assim, uma hegemonia em relação aos direitos sexuais e reprodutivos. A centralidade dessa agenda no governo de Jair Bolsonaro, além de proporcionar capital político, serve também para criar uma cortina de fumaça em relação aos problemas sociais, os quais o governo deveria se ocupar. Como a lógica neoliberal não concebe a ideia de sociedade, essa cortina de fumaça serve para produzir o seu desmantelamento, em especial no que diz respeito à justiça social. Não parece coincidência que este governo esteja chegando ao final de um mandato de quatro anos com 30 milhões de brasileiros em situação de fome e insegurança alimentar, e apoiado por parte significativa da população. Cabe seguir a investigação sobre os processos psicopolíticos que produzem o sentido e desejo em tantas pessoas, apesar de tudo isso. A produção do pânico moral em torno da “ideologia de gênero” favorece com que as medidas neoliberais, desmontes, reformas, privatizações e encolhimento estatal fiquem em segundo plano, quase invisíveis, ou nas palavras do ex-ministro do meio ambiente Ricardo Salles, vai se “passando a boiada”.

Se faz necessário compreender que a racionalidade neoliberal, é antes de tudo, uma operação de psicopoder que produz subjetividade. Esse investimento no desejo para que ele se autorregule, parece produzir subjetividades cada vez mais capturadas pelo discurso neoliberal, também naturalizado como ordenador da sociedade, sem alternativas possíveis a essa lógica. É possível propor que essa racionalidade investe, através do uso das redes sociais e notícias falsas, em pânicos morais e no discurso autoritário como modo de enfrentamento ao pânico produzido.

Nessa última década, a ascensão do neoconservadorismo disputou e construiu em torno das teorias de gênero uma “releitura” bem brasileira que produziu o inimigo “ideologia de gênero” associado à esquerda, ao Partido dos Trabalhadores, ao aborto e aos direitos LGBTI+ e que tem como principal campo de disputa o ambiente escolar. Esse discurso se baseia na família heteronormativa como referência e a iminente ameaça a ela, através da suposta doutrinação e sexualização precoce de crianças, que seriam promovidas por “ideólogos de gênero”. Nesse sentido, a “ideologia de gênero” foi cunhada como um recurso retórico para barrar os avanços de direitos humanos LGBTI+ e também um instrumento de violência simbólica contra essa

população, uma vez que utiliza de argumentos falsos e religiosos para manter as populações sexo-diversas numa categoria secundária de humanidade e abjeção. A “ideologia de gênero” pode ser entendida também como uma tentativa de hegemonia no campo dos direitos sexuais e reprodutivos quando produz um entendimento, uma explicação “natural” a esse fenômeno.

O MMFDH também entra nessa disputa, se propondo a uma releitura dos direitos humanos e atribuindo ao governo a “universalização” desses direitos. Através do desmonte de conselhos e a conseqüente retirada da participação da sociedade civil no processo de produção de políticas, o ministério age de forma autoritária e antidemocrática.

As políticas desenvolvidas até o momento, onde o Estado se coloca no lugar de “conselheiro da família”, evidenciam especialmente a direção moralizante para as famílias que dependem das políticas estatais, esvaziada de ação efetiva para a diminuição das iniquidades sociais e que de certa forma, parece inserir essas famílias na cadeia discursiva da meritocracia.

A disputa em curso neste momento é ética, estética e política, pois trata-se do projeto de sociedade que se quer, e das estratégias para se alcançar esses ideais. As principais possibilidades desse momento são uma sociedade autoritária, corrupta e regulada pelo mercado e pela moral, ou então uma sociedade democrática e menos desigual, mesmo com todos os problemas e dificuldades que possam advir da democracia e do Estado democrático de direito. Nessa disputa estão incluídos também os direitos humanos e seu sentido, e as pessoas LGBTI+ parecem ser as que mais correm riscos de terem humanidade e cidadania negadas.

O que os movimentos LGBTI+ propuseram nas últimas décadas não foi nenhum tipo de doutrinação, mas uma “linguagem de direitos” (BULGARELLI, p.397), acompanhada de uma disputa de consciências e diferentes possibilidades de existência, que se traduziram em demandas por políticas públicas.

Um dos desafios atuais para os movimentos LGBTI+ e também para a esquerda política, é disputar a noção de família, que se encontra totalmente capturada no discurso neoconservador. O discurso em torno da “ideologia de gênero” leva a compreensão de que existem culpados pela homossexualidade e/ou transexualidade dos filhos e cabe aos pais, no ambiente familiar, protegê-los disso. Deslocar a noção de família, no singular, para a compreensão de que existem muitas possibilidades de famílias, e que ambas podem estar igualmente preocupadas com o cuidado (e não necessariamente a proteção) das crianças, parece uma tarefa urgente.

A compreensão e ampliação de possibilidades de vida e famílias, considerando os direitos das pessoas LGBTI+ não significa perda de direitos pelas formações tradicionais de família, mas sua ampliação. Não parece problemático que se fale em “marxismo cultural” para se referir a esses avanços, desde que o discurso não seja acusatório. É importante destacar que talvez o que há de mais cultural nas sociedades ocidentais é o cristianismo, esse sim usado por diversas vezes para barrar direitos de mulheres e pessoas LGBTI+. Precisamente por isso é importante a realização de pesquisas e análises que consideram que jogos de forças estão em disputa por hegemonia cultural. Mais do que buscar a hegemonia, faz-se urgente seguir as ideias de Boaventura de Souza Santos e muitos outros sobre perseguir uma perspectiva multiculturalista.

Se os discursos ideológicos hegemônicos servem para a manutenção de relações de dominação, somente a partir da perspectiva de gênero nas análises sociais que é possível desvelar esses discursos. Podemos considerar assim que a perspectiva de gênero jamais pode ser classificada como ideológica, uma vez que sua função é justamente o contrário: desvelar as relações assimétricas de poder, dominação e hegemonia produzidas através do gênero.

A ideologia norteadora das ações do MMFDH, assim como o próprio governo Bolsonaro, produz um modo de fazer política que já aponta para modelos autocráticos de Estado. Segundo relatório recente do Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT)<sup>128</sup>, na última década existiu um crescente aumento em governos autocratas pelo mundo, com especial destaque para a Hungria, Polônia, Estados parceiros do atual MMFDH. O que é possível concluir a partir da experiência desses países é que as políticas de Estado autocratas se configuram no primeiro mandato e se consolidam a partir da reeleição, onde o segundo mandato aprofunda a autocracia como direção política, utilizando da legitimidade democrática eleitoral para justificar suas ações. É a desdemocratização por dentro da própria democracia.

A escolha pela divisão em datas nas análises realizadas, demonstrou que, de acordo com o avançar do tempo, as representantes do MMFDH passaram a deixar suas ideologias mais evidentes do que estavam nos primeiros dias de governo. Em especial o último texto analisado no dia 801, é possível observar o acirramento do discurso e o enfrentamento direto do ministério aos direitos de pessoas LGBTI+, com base em políticas de proteção da família.

---

<sup>128</sup> Disponível em: <https://laut.org.br/wp-content/uploads/2022/08/O-caminho-da-autocracia-LAUT.pdf> Acesso em 01 set. 22.

As políticas desenvolvidas pelo MMFDH e o discurso de suas representantes deixam claro esse ensaio autocrático para um possível segundo mandato, que caso se efetive, podemos esperar uma virada mais dura e radical ao neoconservadorismo e o fim da democracia. Por isso, outro desafio que se encontra posto é batalhar para que um segundo mandato desse (des)governo não aconteça e refazer a costura democrática no Brasil, reconstruindo as políticas que foram encolhidas e desmontadas pelo modelo ultraliberal do governo Jair Bolsonaro.

A esperança está especialmente na juventude que, contraditoriamente a todo o conservadorismo e tentativa de deslegitimação das vidas LGBTI+, nunca tiveram tanta liberdade de experimentar outros modos de ser e estar no mundo, e viver suas sexualidades de modo mais potente.

Como escreveu Foucault, “onde há poder, há resistência” e esta pesquisa se propõe a ser mais um elemento na resistência por uma sociedade mais justa e democrática.

## REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, S. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. Em: **Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1 edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 11–32.
- ABRANTES, F. S. DE. Processos de construção da fórmula “ideologia de gênero”. 14 set. 2020.
- ADORNO, S. História e desventura: o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **Novos estudos CEBRAP**, p. 5–20, mar. 2010.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ALVES, M. F. Olhares cruzados: o Pink Money e o movimento LGBT. 2019.
- ANDRADE, V. N. G. DE; SOUSA, S. M. G. Os profissionais do disque 100: afetos decorrentes do atendimento a denúncias de abuso sexual contra crianças e adolescentes. **Psicologia em Revista**, v. 24, n. 1, p. 209–229, jan. 2018.
- ARAGUSUKU, H. A. O percurso histórico da “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados: uma renovação das direitas nas políticas sexuais. **Direitas na América Latina hoje**, v. Volume 8, n. número 1, p. 106–130, 2020.
- ARAÚJO, M. L. D. **O disque 100 e a proteção social de crianças e adolescentes em situação de violência: análise da experiência no município de Olinda**. masterThesis. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15442>. Acesso em: 27 mar. 2022.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 edição ed. Rio de Janeiro (RJ): Guanabara, 1986.
- AS FRASES polêmicas de Jair Bolsonaro**. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/amp/projeto-bula/reportagem/as-frases-polemicas-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- AUGUSTO, C. B.; DORNELLES, J. R. **NOVAS DIREITAS E GENOCÍDIO NO BRASIL**. 2 edição ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021.
- BALIEIRO, F. DE F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. **Cadernos Pagu**, 11 jun. 2018.
- BARRATO, M. Multiculturalismo e direitos humanos. **Conexão Política**, v. 3, n. 1, p. 5–17, 1 jan. 2014.
- BATISTA JR., J. R.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. **Análise do Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018.
- BESSA, D.; SATO, D. T. Categorias de análise. Em: **Análise do Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. p. 124–157.
- BIMBI, B. **Casamento Igualitário**. 2 edição ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.



BIROLI, F. Gênero, “Valores Familiares” e Democracia. Em: **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 135–187.

BIROLI, F.; MACHADO, M. DAS D. C.; VAGGIONE, J. M. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina**. 1ª edição ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

**Bolsonaro em 25 frases polêmicas - CartaCapital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bolsonaro-em-25-frases-polemicas/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos I**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1904.htm). Acesso em: 3 abr. 2022.

**Brasil tem 3ª maior inflação entre as grandes economias, mostra OCDE**. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/05/brasil-tem-3a-maior-inflacao-entre-as-grandes-economias-mostra-ocde.ghtml>. Acesso em: 8 maio. 2022.

BROWN, W. American Nightmare: Neoliberalism, Neoconservatism, and De-Democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690–714, 2006.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. 1ª edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Politéia, 2019.

BUENO, S. et al. Violência contra mulheres em 2021. **Violência contra mulheres em 2021**, 7 mar. 2022.

BULGARELLI, L. Das políticas de gênero e sexualidades às políticas antigênero e antisssexualidade no Brasil. Em: **Direitos em disputa: LGBTI+**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 393–409.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, J. IDEOLOGIA ANTI-GÊNERO E A CRÍTICA DA ERA SECULAR DE SABA MAHMOOD. **Debates do NER**, v. 2, n. 36, p. 219–235, 12 dez. 2019.

CANCELA, C. D.; DA SILVEIRA, F. L. A.; MACHADO, A. Caminhos de uma pesquisa acerca da sexualidade em aldeias indígenas no Mato Grosso do Sul. **Revista de Antropologia**, v. 53, n. 1, p. 199–235, 2010.

CARDOSO, J. G. M. Reflexões sobre verdade e política : mapeando controvérsias do Kit Gay. 2019.

CARVALHO, H. R. DE. Entre golpes e pandemias: os direitos LGBTI+ e a ofensiva neoliberal no Brasil. Em: **Novas direitas e genocídio no Brasil: pandemias e pandemônios vol. II**. 2ª edição ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2021. p. 308–319.

CASARA, R. R. R. **Estado pós-democrático: neo-obscurantismo e gestão dos indesejáveis**. 3ª edição ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

**CBN - Marcelo Tas - Notícia para quem precisa - Brasil é o país mais violento contra trans e o que mais consome pornografia com travestis**. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/comentaristas/noticia-para-quem->

precisa/2017/01/30/BRASIL-E-O-PAIS-MAIS-VIOLENTO-CONTRA-TRANS-E-O-QUE-MAIS-CONSUME-PORNOGRAFIA-COM-TRAVESTI.htm. Acesso em: 8 maio. 2022.

COHEN, S. **Folk devils and moral panics: the creation of the Mods and Rockers**. Abingdon, Oxon ; New York: Routledge, 2011.

**CONSTITUIÇÃO**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 out. 2022.

CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu**, 11 jun. 2018.

CORRÊA, S. et al. **Relatório “Ofensivas Antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social”**. Rio de Janeiro: ABIA, 21 out. 2021. Disponível em: <https://sxpolitics.org/ptbr/ofensivas-antigenero-no-brasil-politicas-de-estado-legislacao-mobilizacao-social/12156>. Acesso em: 24 out. 2021.

CORRÊA, S.; KALIL, I. **Políticas antigênero em América Latina: Brasil**. Rio de Janeiro: SPW, 2020.

CORREIA, S. **Abortion and Human Rights in Brazil – Part 2**. Disponível em: <https://sxpolitics.org/abortion-and-human-rights-in-brazil-part-2/5184>. Acesso em: 5 jul. 2022.

COSTA, A. M.; RIZZOTTO, M. L. F.; LOBATO, L. DE V. C. Fome, desemprego, corrupção e mortes evitáveis: faces da necropolítica. **Saúde em Debate**, v. 45, p. 555–558, 18 out. 2021.

D’ANCONA, M. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. 1 edição ed. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1 edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.

DUNKER, C. et al. **Ética e Pós-Verdade**. Porto Alegre: Editora Dublinense Ltda, 2017.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. Edição Kindle ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

**ESTUDANTES e entidades pedem investigação de Jair Bolsonaro - Notícias**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/212367-estudantes-e-entidades-pedem-investigacao-de-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FAISTING, A. L.; GUIDOTTI, V. H. R. Desenvolvimento e direitos humanos: um balanço dos 10 anos do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 12, n. 3, p. 33–50, 20 fev. 2020.

FERES JÚNIOR, J.; KERCHE, F. (EDS.). **Operação Lava Jato e a democracia brasileira**. São Paulo: Contracorrente, 2018.

FERNANDES, F. B. M. **A agenda anti-homofobia na educação brasileira (2003-2010)**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

FILHO, E. M. DE A. M.; COELHO, F. M. F.; DIAS, T. B. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. **Correlatio**, v. 17, n. 2, p. 65–90, 2018.

FILHO, E. M. DE A. M.; FRANCO, C. D. “Menino veste azul e menina, rosa” na Educação Domiciliar de Damares Alves: As ideologias de gênero e de gênese da “ministra terrivelmente cristã” dos Direitos Humanos. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 12, n. 35, 2019.

FONTENELLE, N.; MADEIRA, D. O RETROCESSO DO ESTATUTO DA FAMÍLIA. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, v. 21, n. 2, p. 345–359, 31 ago. 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2011a.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I - A vontade de saber**. 1 edição ed. Rio de Janeiro: Graal, 2011b.

FOUCAULT, M., Ewald, François, Fontana, Alessandro, Senellart, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo, SP, Brasil: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, F. et al. O sujeito e a ordem do mercado gênese teórica do neoliberalismo. Em: **Neoliberalismo: como gestão do sofrimento psíquico**. 1 edição ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021. p. 47–75.

FREIXO, A. DE; MACHADO, R. P. **Brasil em transe: Bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

GALLEGO, E. Quem é o inimigo? Retóricas da inimizada nas redes sociais no período 2014-2017. Em: **Brasil em transe: Bolsonarismo, Nova direita e desdemocratização**. 1 edição ed. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. p. 164.

GONÇALVES, L. P.; CALDEIRA NETO, O. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: FGV Editora, 2020.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. Em: **Análise do Discurso Crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. p. 78–103.

GONDIM, L. M. P. Movimentos sociais contemporâneos no Brasil: a face invisível das Jornadas de Junho de 2013. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 44, 14 set. 2016.

GONZÁLEZ, R. S. A política de promoção aos direitos humanos no governo Lula. 2010.

HAN, B.-C. **Psicopolítica o neoliberalismo e as novas técnicas de poder**. Belo Horizonte, MG: Editora Âyné, 2018.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. 10 Edição ed. Rio de Janeiro (RJ): Record, 2012.

JÚNIOR, I. B. DE O.; MAIO, E. R. “NÃO VAI SER PERMITIDO A NENHUM ÓRGÃO DO GOVERNO FAZER PROPAGANDA DE OPÇÕES SEXUAIS”: O DISCURSO

INAUGURAL NO “DESAGENDAMENTO” DO KIT GAY DO MEC. **Revista e-Curriculum**, v. 15, n. 1, p. 125–152, 31 mar. 2017.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449–502, dez. 2018.

JUNQUEIRA, R. D. **Ideologia de Gênero: uma ofensiva reacionária transnacional - Tempo e Presença Digital**. Disponível em: [https://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=591&cod\\_boletim=32&tipo=Artigo](https://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=591&cod_boletim=32&tipo=Artigo). Acesso em: 10 out. 2021.

JUNQUEIRA, R. D.; CÁSSIO, F.; PELLANDA. Políticas educacionais de gênero e sexualidade no Brasil 2020: enquadramentos e enfrentamentos. Em: **Direitos em disputa: LGBTI+**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 189–216.

KRIEG-PLANQUE, A. **A noção de “fórmula” em análise do discurso**. 1 edição ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

LACERDA, M. B. “Ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados. 2016.

LACERDA, M.; IRINEU, B.; OLIVEIRA, B. Direitos LGBTI sob ataque no Brasil: notas sobre os efeitos da ascensão da nova direita e do bolsonarismo. 13 nov. 2021.

LIMA, S. DE P. Racismo e violência, prática de extermínio contra a juventude negra. 15 dez. 2010.

LIONÇO, T. “Ideologia de Gênero” como elemento da retórica conspiratória do “globalismo”. Em: **Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020. p. 373–392.

LUIZ, A. C. G. R. et al. Movimento Antivacina: a propagação de uma distopia que ameaça a saúde da população brasileira / Antivacin Movement: the spread of a dystopia that threatens the health of the Brazilian population. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 430–441, 8 jan. 2021.

MACHADO, J.; MISKOLCI, R. DAS JORNADAS DE JUNHO À CRUZADA MORAL: O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA POLARIZAÇÃO POLÍTICA BRASILEIRA. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, p. 945–970, 20 dez. 2019.

MACHADO, M. DAS D. C. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. Em: **Gênero, Neoconservadorismo e Democracia**. 1 edição ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 83–133.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. 1 edição ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. São Paulo: N-1 Edições, 2020.

MCCALLUM, C. Nota sobre as categorias “gênero” e “sexualidade” e os povos indígenas. **Cadernos Pagu**, p. 53–61, dez. 2013.

MELLO, L.; BRAZ, C. Entre o desmonte e a resistência: reflexões críticas sobre cidadania, direitos humanos e políticas públicas para a população LGBTTT no Brasil contemporâneo. Em:

**Direitos em disputa: LGBTI+.** 1 edição ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2020. p. 165–187.

MELO, I. F. Histórico da análise crítica do discurso. Em: **Análise do Discurso Crítica para linguistas e não linguistas.** São Paulo: Parábola Editorial, 2018. p. 20–35.

MENDES, P. DE O. E S. P.; MAHEIRIE, K.; GESSER, M. A RETIRADA DOS TERMOS “IGUALDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL” DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – PNE 2014-2024. **Diversidade e Educação**, v. 8, n. 2, p. 128–151, 2020.

MIGUEL, L. F. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro / From “Marxist indoctrination” to “gender ideology”: Escola Sem Partido (non-partisan school) and gag laws in Brazilian congress. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 3, p. 590–621, 14 set. 2016.

MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, n. 28, p. 101–128, jun. 2007.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, v. ano 11, n. Número 21, p. 150–182, 2009.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725–748, dez. 2017.

MOURA, F. P. “Escola sem Partido”: Relações entre Estado, Educação e Religião e os Impactos no Ensino de História. p. 189, 2016.

NETO, L. V. P. Jair Bolsonaro e a busca pelo conflito permanente: análise crítica do discurso das publicações no twitter de Jair Bolsonaro durante a eleição presidencial brasileira de 2018. 21 nov. 2019.

OKSALA, J. **Como ler Foucault.** Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2011.

OLIVEIRA, M. H. B. DE; TELES, N.; CASARA, R. R. R. **Direitos humanos e saúde reflexões e possibilidades de intervenção.** Edição Kindle ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

**OMS considera movimento antivacina uma ameaça à saúde mundial.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/oms-considera-movimento-anti-vacina-uma-ameaca-a-saude-mundial/>. Acesso em: 28 maio. 2022.

PENA, L. P. J. “Globalismo”: o discurso em política internacional sob a ideologia da nova extrema direita brasileira: **Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais**, v. 18, n. 36, p. 371–386, 10 set. 2019.

PINHEIRO, N.; COELHO, F. M. F. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do Plano Nacional de Educação brasileiro. **Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB**, v. 13, n. 1, p. 27–48, 15 dez. 2016.

PINHEIRO, P. S.; MESQUITA NETO, P. DE. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 117–134, ago. 1997.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=373935>. Acesso em: 14 abr. 2022.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Acesso em: 14 abr. 2022.

QUADROS, M. P. DOS R.; MADEIRA, R. M. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, v. 24, p. 486–522, dez. 2018.

QUIÉNES somos. Disponível em: <https://politicalnetworkforvalues.org/quienes-somos/>. Acesso em: 12 abr. 2022.

QUINALHA, R. Desafios para a comunidade e movimento LGBT no governo Bolsonaro. Em: **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1 edição ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 256–273.

QUINALHA, R. **Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT**. 1 edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Companhia das Letras, 2021.

ROCHA, J. D. T.; COELHO, M. I.; FERNANDES, A. A. Experiências de/com uma “pessoa T” indígena entre-gêneros do/no cotidiano tocantinense. **Revista Teias**, v. 21, n. 61, p. 117–127, 10 maio 2020.

ROSA, P. C. Do “sexo malfeito”. Transformações morais e dispositivos de sexualidade indígena. **ACENO - Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 3, n. 5, p. 73 a 93–73 93, 12 set. 2016.

ROSADO-NUNES, M. J. F. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE. A intervenção da hierarquia católica. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, p. 1237–1260, 30 set. 2015.

SAFATLE, V.; SILVA JUNIOR, N. DA; DUNKER, C. (EDS.). **Neoliberalismo: como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2021.

SANCHES, J. C.; MOISÉS, R. J.; SOUZA, R. P. DA C. “O Brasil não pode parar”: racismo e desigualdade social na campanha publicitária do governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 9, n. 2, 2020.

SANTANA, L. DA S. O Estado laico no confessionário: a atuação religiosa e a luta pela cidadania LGBT durante a tramitação do PLC 122/2006. 27 out. 2016.

SANTOS, B. DE S. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 105–124, 1997.

SANTOS, B. DE S. **Se Deus fosse um ativista de direitos humanos**. 2 edição ed. São Paulo, SP, Brasil: Cortez Editora, 2014.

SANTOS, C. D. B.; RAMIRES, V. O discurso de posse de Jair Bolsonaro: um governo sem ideologia? **Encontros de Vista**, v. 27, n. 1, p. 70–81, 2021.

- SANTOS, R. M. DOS. Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 2, 20 dez. 2018.
- SANTOS, R. M. DOS. As disputas em torno das famílias na câmara dos deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo. 9 dez. 2019.
- SEFFNER, F. Disputa de narrativas em gêneros e sexualidades nas fronteiras entre cultura escolar, famílias e religiões. In: **Gênero, diferença e direitos humanos é preciso esperar em tempos hostis**. 1 edição ed. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 11–30.
- SILVA, E. F. DA. Os direitos humanos no “bolsonarismo”: “descriminalização de bandidos” e “punição de policiais”. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v. 9, n. 22, p. 133–153, 22 abr. 2019.
- SOUZA, S. D. DE. “Não à ideologia de gênero!” A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, v. 28, n. 2, p. 188–204, 2014.
- STJ mantém condenação de Bolsonaro por ofensas a Maria do Rosário**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/stj-mantem-condenacao-de-bolsonaro-por-ofensas-a-maria-do-rosario.ghtml>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9ª edição ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- TILIO, R. TEORIAS DE GÊNERO: PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS OFERECIDAS PELAS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS. **Gênero**, v. 14, n. Num 2, p. 125–147, 2014.
- TONIETTE, M. A. UM BREVE OLHAR HISTÓRICO SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 17, n. 1, 1 jun. 2006.
- VAGGIONE, J. M. A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na américa latina. Em: **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. 1 edição ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 41–82.
- VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. DAS D. C.; BIROLI, F. Matrizes do neoconservadorismo religioso na américa latina. Em: **Gênero, neoconservadorismo e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 13–40.
- VEJA a íntegra do discurso de Bolsonaro em Davos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/22/veja-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-em-davos.ghtml>. Acesso em: 17 abr. 2022.
- VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. Conceitos Chave em análise de discurso crítica. Em: 1 edição ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2018. p. 48–77.
- VIEIRA JUNIOR, L. A. M.; PELÚCIO, L. Memes, fake news e pós-verdade ou como a teoria de gênero vira uma “ideologia perigosa”. **Estudos de Sociologia**, v. 25, n. 48, p. p.87-113, jun. 2020.

VITAL, C.; LOPES, P. V. L. **Religião e política:** uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2013.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, p. 460–482, 2001.

ZIMMERMANN, C. R. Conservadorismo como linha auxiliar do liberalismo nas políticas sociais do Governo Bolsonaro. Em: **Políticas Sociais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Livro Digital ed. Bahia: Pinaúna, 2022. p. 37–50.



**ANEXO A – DISCURSO DA MINISTRA DA MULHER, FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, DAMARES ALVES, NA ABERTURA DO SEGMENTO DE ALTO NÍVEL DA 40ª SESSÃO DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DA ONU, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2019**

Senhor presidente do Conselho de Direitos Humanos,  
Senhora alta comissária para os Direitos Humanos,  
Senhores ministros, ministras e altas autoridades aqui presentes,  
Senhoras e Senhores,

Passados poucos dias do início do governo, em muito me honra a oportunidade de representar a Pátria Amada Brasil nesta 40ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Agradeço profundamente a confiança em mim depositada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro.

Quero assegurar a todos o compromisso inabalável do governo brasileiro com os mais altos padrões de direitos humanos, com a defesa da democracia e com o pleno funcionamento do estado de direito.

Esse compromisso está consagrado na decisão do presidente Jair Bolsonaro de fortalecer o ministério de direitos humanos na nova estrutura de governo, agora denominado de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). A nova pasta tem competências ampliadas e estrutura unificada, o que permitirá desenvolver políticas públicas abrangentes em direitos humanos.

Defenderemos tenazmente o pleno exercício por todos do direito à vida desde a concepção e à segurança da pessoa, em linha com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, bem como, no âmbito regional, com o Pacto de São Jose da Costa Rica.

Em todas nossas ações, a Constituição Federal do Brasil será nosso guia, nosso norte, nosso mapa.

Como pode ser atestado pelo próprio nome da pasta que dirijo, políticas de proteção e defesa dos direitos da mulher terão tratamento prioritário. Não pouparemos esforços no enfrentamento da discriminação e da violência contra as mulheres, sobretudo o feminicídio e o assédio sexual.

É compromisso desta ministra e do presidente Jair Bolsonaro fazer com que as políticas públicas sejam destinadas a todas as mulheres da nação brasileira. Vamos alcançar, portanto, as mulheres, muitas vezes invisíveis, que integram povos e comunidades tradicionais, como as

mulheres indígenas, quilombolas, pescadoras artesanais, as quebradeiras de coco, as ribeirinhas, as ciganas, entre outras. Destaco, a propósito, que existem mais de vinte povos tradicionais em solo brasileiro.

Da mesma forma, tomaremos as medidas a nosso alcance para garantir o bem estar e o melhor interesse de todas as crianças. Nada mais em linha com minhas prioridades pessoais e profissionais do que a campanha de conscientização nacional que estamos lançando para a prevenção do suicídio e da automutilação de crianças, jovens e adolescentes.

No contexto da proteção da família, nosso foco será o fortalecimento dos vínculos familiares. Além disso, redobramos os esforços para prevenir a mortalidade materna, neonatal e infantil. Buscaremos revigorar o Bolsa Família, por meio de desembolso do 13º benefício, ao mesmo tempo em que realizaremos auditoria para coibir irregularidades e excessos.

As medidas de promoção e de proteção dos direitos das pessoas com deficiência serão intensificadas nesta administração. Inclusão é a palavra de ordem para os próximos anos! Definimos como meta prioritária para os primeiros 100 dias do governo regulamentar a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, de forma a assegurar na prática o que a lei determina no papel. Estamos comprometidos em avançar de forma decidida com a inclusão nas escolas e a acessibilidade nas cidades. As pessoas com deficiência estarão no centro de todas as decisões que os afetem. Foi com alegria que os brasileiros receberam o anúncio que a secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência é a professora e mestrandia Priscila Costa, que é surda desde o nascimento. Pela primeira vez no Brasil, uma pessoa surda ocupa cargo de alto escalão no governo.

Acrescento que, por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, que integra o ministério que dirijo, conferiremos a este crescente segmento da população brasileira especial atenção, sob a ótica dos direitos humanos. No domínio do combate ao racismo e à discriminação racial, reafirmamos o apoio do Brasil à implementação da Década Internacional das Pessoas Afrodescendentes (2015- 2024) e ao Foro Permanente de Pessoas Afrodescendentes, assim como à negociação de uma Declaração de Direitos dos Afrodescendentes. Em âmbito interno, daremos prioridade à implementação de programas e políticas efetivas, a fim de assegurar o respeito do importante legado legislativo que herdamos. Reiteramos igualmente nossa determinação de combater a violência e a discriminação contra pessoas LGBT. Para tanto, o Ministério conta com diretoria específica e técnicos capacitados para desenvolver relevante trabalho nessa área. O Brasil também segue comprometido com a proteção dos corajosos defensores de direitos humanos, cujo trabalho contribui para a plena

fruição dos direitos humanos por todos. Com essa preocupação, reforçamos o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, que passou a incluir explicitamente comunicadores sociais e ambientalistas em seu escopo.

Defenderemos com todas as nossas forças o direito de todos à saúde. Nosso programa de HIV/Aids, referência mundial, terá continuidade e será fortalecido. Há poucas semanas, participei de conferência sobre doenças raras, a qual contribuiu para construir importante consenso político sobre a matéria. No ministério, determinei a criação de coordenação específica para acompanhar o assunto, na perspectiva dos direitos humanos. Os raros são para o atual governo brasileiro raros e preciosos. Eles serão acolhidos e protegidos pelo poder público federal, que trabalhará para garantir direitos e oportunidades a todos eles.

Senhor presidente, sem educação de qualidade, não há desenvolvimento humano sustentável. No plano de 100 dias de governo, merece destaque o lançamento de nacional de alfabetização, assim como o compromisso de regulamentação da educação domiciliar. Não menos importante, é claro, a educação em direitos humanos será fortalecida com a disseminação de agenda de promoção da ética e da cidadania, a ser adotada por escolas em sala de aula.

Somos um país laico, mas isso não significa que somos um país laicista. No Brasil, todas as expressões religiosas são igualmente respeitadas e protegidas, assim como a opção de não ter nenhuma religião. Em um dos seus primeiros atos, o presidente Jair Bolsonaro promulgou legislação que garante ao estudante o direito de ausentar-se de prova ou de aula em dia que seja vedado o exercício de tais atividades, segundo seus preceitos religiosos.

À luz do inegável vínculo entre corrupção e violações de direitos humanos, precisamos enviar ao Brasil e ao mundo mensagem incisiva de que a luta contra o crime abre caminho para a realização dos direitos fundamentais. Nesse sentido, o governo instituiu comitê interministerial para condução da política de combate à corrupção, que inclui monitoramento dos órgãos e entidades do poder público para evitar violações. Além disso, as iniciativas legislativas do presidente da República para o combate à corrupção, à violência e ao crime organizado visam à redução dos índices de criminalidade.

O Brasil continuará, senhoras e senhores, plenamente engajado com o sistema internacional de direitos humanos. Aproveito a oportunidade para solicitar respeitosamente o apoio à candidatura brasileira a este Conselho, nas eleições que ocorrerão em outubro vindouro. Podem contar com o concurso do Brasil neste augusto foro.

Reitero, ademais, o convite permanente do governo a todos relatores especiais do

CDH que queiram visitar o país. Sejam muito bem-vindos. Ainda no primeiro semestre deste ano, deveremos retomar o cronograma de visitas de procedimentos especiais, suspensas no segundo semestre de 2018, por conta do processo eleitoral.

Faço, aqui, o compromisso público de apresentar durante minha gestão todos os relatórios do Brasil que estão pendentes nos órgãos de tratado, alguns dos quais em atraso por quase uma década. Queremos reafirmar a posição brasileira de que as empresas não ficarão isentas da obrigação de respeitar direitos humanos.

Como demonstrou a recente tragédia em Brumadinho, a ação ou omissão de empresas pode ter consequências concretas sobre os direitos humanos, notadamente o direito à vida. O governo Bolsonaro tem atuado para responder de forma firme a essa tragédia e evitar que novos desastres ocorram no futuro. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos participa e continuará participando ativamente desse processo.

Guardo uma palavra para um tópico que me é particularmente caro e querido – os povos indígenas. Vejo como especialmente positiva a inclusão da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) na estrutura do MMFDH. Ao vincular-se a um órgão governamental com competência precípua de defender e promover os direitos da pessoa humana, a FUNAI terá sua ação revigorada e fortalecida. Da mesma forma, a transferência das competências de demarcação de terras indígenas para o INCRA em nada afetará o direito constitucional dos povos indígenas.

povos tradicionais receberão deste governo um olhar especial. Ainda nos primeiros cinquenta dias, inúmeras ações já foram realizadas nessa direção. Tenho a alegria de anunciar que a secretária Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial é uma indígena da etnia Terena. Falo da defensora de direitos humanos e agora secretária Nacional, a senhora Sandra Terena.

No Brasil de hoje, o vice-presidente da República, general Mourão, é indígena; o atual da FUNAI – Fundação Nacional do Índio, Franklinberg Freitas, é indígena; e esta ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, há mais de duas décadas milita em defesa das mulheres e crianças indígenas e é também mãe socioafetiva de uma jovem indígena da etnia kamayurá.

Nesse quadro, renovo o compromisso do governo brasileiro com a proteção plena dos direitos dos povos indígenas, principalmente dos povos de primeiro contato. Podem ter sempre em mim uma aliada incondicional.

Ao concluir, não poderia deixar de expressar a preocupação do governo brasileiro

com as persistentes e sérias violações de direitos humanos cometidas pelo regime ilegítimo do ditador Nicolás Maduro. O Brasil uniu-se aos esforços do presidente encarregado Juan Guaidó, não para intervir, mas para prover imediata ajuda humanitária ao povo venezuelano.

O Brasil apela à comunidade internacional a somar-se ao esforço de libertação da Venezuela, reconhecendo o governo legítimo de Guaidó e exigindo o fim da violência das forças do regime contra sua própria população.

Senhor presidente, como se diz na língua indígena tupi, *Kuekatu reté* [Obrigada].

**ANEXO B – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DAMARES PARA DEPUTADO SILAS CÂMARA, DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA, EM 30 DE JULHO DE 2019, SOBRE OS 200 DIAS DE TRABALHO COM O APOIO DA FRENTE PARLAMENTAR EVANGÉLICA**

Disponível em: <https://www.facebook.com/fparlamentarevangelica/videos/933222353679748/>  
Silas Câmara (SC) e Damares Alves (DA)

**SC** – Olá meus irmãos, estamos aqui em Brasília, com a ministra Damares, aqui no ministério que...tomou uma dimensão...é do tamanho do Brasil e do mundo porque tem direitos humanos, liberdade religiosa, mulheres, crianças, adolescentes, interiorização de estrangeiros, como por exemplo os venezuelanos, e eu estou aqui a com ministra Damares. Duzentos dias ministra, muitos desafios...

**DA** – Muitos. Duzentos dias de muito trabalho, as vezes eu acho que são dois mil dias. Muito trabalho, esse é o Ministério que está no coração do povo. Porque? Todas as nossas bandeiras deputado, todas as bandeiras que eu e o senhor lá na câmara, mais de vinte anos levantando, estão aqui: defesa da vida, da família, liberdade religiosa, do idoso, da criança. São oito secretarias nacionais e estamos nos propondo deputado, aquele nosso grande sonho, uma contra revolução cultural no Brasil, uma releitura de direitos humanos no Brasil. Direito a vida é direitos humanos, direito da criança é direitos humanos, água é direitos humanos, moradia é direitos humanos, então essa releitura junto com a sociedade sobre direitos humanos. E muitas entregas também.

**SC** – Sim

**DA** – Conselhos tutelares sendo melhores equipados, conselhos de idosos, o apoio da rede de proteção da mulher, são muitas ações e eu só tenho que dizer assim: até aqui o Senhor tem nos ajudado.

**SC** – Ministra, nessa...nesses seus desafios o congresso nacional tem lhe demandado muito porque, é uma cultura, além do conhecimento que se necessita desse novo ministério que tem essa dimensão toda, também tem as questões dos ataques, e a bancada evangélica no congresso nacional tem sido constante, firme, na posição de defender não apenas uma irmã em Cristo mas principalmente uma profissional competente, uma dedicada servidora pública, agora nomeada ministra do governo brasileiro, e já se tem visto que as pessoas começam a olhar de uma forma

diferente. Um dia desse estive com a senhora e a senhora disse “deputado eu fico, e fico até o último dia porque agora eu já sou carimbada por muitas coisas...”

**DA-** Já apanhei tanto agora eu quero ficar! Mas assim deputado, eu agradeço a bancada evangélica. Na verdade deputado, me permita fazer uma referência ao senhor. A partir do momento em que o senhor assumiu aquela Frente, o senhor veio conversar comigo que a Frente seria parceira desse ministério, porque esse ministério são as bandeiras da Frente e eu tenho que lhe agradecer. A partir desse momento eu vejo que houve uma mudança no Congresso Nacional, começaram a me ver mais como uma pessoa técnica, preparada, não a pastora que quer mudar o Brasil, mas uma ministra, que está gerenciado uma grande pasta, e eu agradeço muito a Frente Evangélica, especialmente o seu mandato agora.

**SC –** Ministra, desafio muito grande também lidar com o próprio, a própria nova estrutura do governo agora, afinal de contas, saímos aí de governos com trinta e cinco, quarenta ministérios, pra um governo com vinte e dois ministérios, um ministério da economia que juntou planejamento, juntou indústria e comércio...

**DA –** Cidadania que juntou cultura e esporte e tudo ali...

**SC –** Exatamente, então tudo isso é um novo momento...

**DA –** Sim...

**SC -** ...de aprendizado, né?

**DA –** Sim, para todo mundo e para os próprios ministros, né? É um momento novo. Deputado, esse é um governo incomum formado por pessoas comuns, mas vou dizer uma coisa pra vocês, e que vai fazer o incomum. E olha deputado, pra gente fazer o incomum nós vamos precisar muito do senhor e da Frente Evangélica apoiando essas grandes mudanças no Brasil.

**SC –** É isso aí pessoal, essa é a nossa ministra Damares, nossa irmã em Cristo, mais uma grande ministra fazendo um grande trabalho para mudar o Brasil e construir com a relação transcultural com o mundo, um novo momento pro direitos humanos, pra família, pra vida, pra mulher, pra criança, pro adolescente, e pro relacionamento pessoal dos brasileiros. Valeu!

**DA –** Obrigada, continuem orando por nós.

## **ANEXO C - ENTREVISTA DE DAMARES A BBC BRASIL, EM 18 DE DEZEMBRO DE 2019**

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50800983> e <https://www.youtube.com/watch?v=cf-YR41reuE>

### **BBC News Brasil - O que explica sua boa avaliação entre os pobres?**

**Dameres Alves** - A pauta. A nossa pauta é extraordinária. O ministério tem oito secretarias e todas falam diretamente com o povo. O ministério que fala diretamente com a população é o nosso. E nós estamos cuidando de crianças — todo mundo quer ver crianças bem cuidadas. Estamos enfrentando a violência contra a mulher — todo mundo quer a erradicação dela. Acredito que a popularidade é por conta da pauta e fico muito feliz com isso. Está todo mundo falando em direitos humanos no Brasil.

### **BBC News Brasil - Esse anúncio gera curiosidade sobre seu futuro político. Como se vê depois dessa gestão? Pensa em se candidatar a cargos públicos?**

**Dameres Alves** - Pelo amor de Deus, não. É muito trabalho. Quando acabar o meu período, tudo o que quero é uma rede na praia deitada apenas lendo as boas notícias do Brasil. Com certeza, nenhuma pretensão política. Não dá nem para pensar nisso agora. Não tenho nenhum interesse político, nenhum interesse em cargo eletivo.

### **BBC News Brasil - Dá para dizer que nunca vai se candidatar?**

**Dameres Alves** - Hoje eu digo nunca. Nunca, nunca, nunca, nunca. Não quero passar pela urna. Falo inclusive que a urna é muito cruel. Eu quero morrer feliz acreditando que as pessoas gostam de mim. Já pensou se você vai para a urna e descobre que as pessoas não acreditam e gostam de você? Então deixa eu morrer acreditando. Urna, jamais. Cargo eletivo, jamais.

### **BBC News Brasil - A senhora disse que todo mundo está falando sobre direitos humanos no Brasil. Pergunta simples: direitos humanos são para humanos direitos?**

**Dameres Alves** - Olha, direitos humanos são para todos. Para todos. O que está acontecendo hoje no Brasil é que estamos falando dos direitos humanos que são indissociáveis, interligados e interdependentes. Nós universalizamos os direitos humanos e o discurso. Estamos indo para a origem, a fonte, que é a Declaração (Universal dos Direitos Humanos) e conversando com o



Brasil. Proteger mulher é direitos humanos? É. Proteger criança é direitos humanos? É. E os idosos? Então, nós começamos a falar para o Brasil o que é de verdade direitos humanos.

Por um período, as lutas ficaram muito segmentadas. As pessoas achavam que direitos humanos eram só as minorias ou a população carcerária. A gente está falando com todo mundo: gente, alimentação, acesso à educação é direitos humanos.

**BBC News Brasil - Pergunto porque boa parte dos apoiadores do governo e do presidente têm esse discurso, inclusive os filhos e o próprio presidente, que dizem que direitos humanos são "coisa para bandido".**

**Damares Alves** - Eu entendo que o que eles querem dizer é que foi segmentada a luta dos direitos humanos no Brasil, ao ponto em que pessoas se perguntavam se há necessidade de um ministério de direitos humanos no Brasil. Porque houve uma segmentação. Os grupos que se apresentavam defensores de direitos humanos...

**BBC News Brasil - Quais grupos?**

**Damares Alves** - Mais os grupos de esquerda. Apresentavam aí a bandeira LGBT, minorias e população carcerária. Por exemplo, a gente nunca viu lá atrás movimentos indo à rua defender saneamento básico à luz dos direitos humanos. Nunca ouviu grupos falando que corrupção é violação de direitos humanos. O que eles queriam dizer lá atrás era: 'vamos falar que direitos humanos são para todos'. E é exatamente o estavam querendo dizer e o que estamos tentando fazer, essa conversa.

**BBC News Brasil - Eles falaram isso de uma outra forma, né...**

**Damares Alves** - Mas é isso. Eles devem ter exagerado no discurso. Mas é exatamente isso, direitos humanos de forma universal.

**BBC News Brasil - A senhora citou mulheres, idosos, crianças...**

**Damares Alves** - Povos tradicionais. Todos eles. Por exemplo: nós estamos trazendo à luz os que estavam invisibilizados no Brasil. Nunca se falava dos povos ciganos no Brasil. Eles são 1,2 milhão. Nós temos no Brasil muito mais ciganos do que índios e estes povos estavam à margem. Estamos falando de mulher cigana, da violência no dia a dia na rua contra ela, da evasão escolar das crianças ciganas, do preconceito contra ciganos no Brasil e fazendo este enfrentamento. Outro povo: as marisqueiras, que são consideradas povo tradicional, os

seringueiros, os ribeirinhos. Estamos trazendo à luz os que estavam invisibilizados. Isso não é ideia da ministra, não, é ordem do presidente da República.

**BBC News Brasil - A senhora contou o que está sendo feito por grupos que, nas palavras da senhora, estavam invisibilizados. O que está sendo feito pelos grupos que, na avaliação da senhora, eram os preferidos: LGBTs, negros e...**

**Damares Alves** - Em relação à população LGBT: fizemos uma discussão sobre qual é a prioridade do segmento. Enfrentamento à violência. Então vamos priorizar isso. Como estão os membros da comunidade na região ribeirinha? Vamos pegar um barquinho e vamos lá na comunidade ribeirinha saber como está o menino gay. Descobrimos que a política pública não chegou para ele. Cadê os gays indígenas? Onde estão as meninas lésbicas indígenas? Por que não se falou nisso no Brasil? Nós descobrimos que eles são hostilizados em algumas comunidades e precisamos cuidar deles.

Os direitos, que na área urbana foram tão reivindicados, em algumas regiões não foram garantidos. Então estamos indo lá. Como estão os gays nos quilombos? Como essa população é tratada nos povos tradicionais? E isso tem sido uma inovação e uma revolução: eu pegar um barco e ir a uma cidade como São Gabriel da Cachoeira para saber como está a comunidade LGBTi lá. Quer que eu diga para você?

**BBC News Brasil - Sim.**

**Damares Alves** - Precisando ser cuidada, amparada, e estamos fazendo isso.

**BBC News Brasil - Como, na prática?**

**Damares Alves** - Deixa eu voltar para o centro urbano. No centro urbano, percebemos que o grupo que mais sofre violência são as travestis. Começamos a conversar com elas: por que sofrem tanta violência? Esse público é caro para mim. É um público que eu amo e acompanho há muito tempo. Por muito tempo na minha vida eu fui para as ruas de madrugada abraçar as travestis, cuidar delas, enquanto ativista de direitos humanos, pastora, amiga, mãe, mulher.

A grande reivindicação delas é empregabilidade. Existe preconceito para empregar uma travesti. É fácil uma lésbica, um transexual, um gay estar bem inserido no mercado no trabalho, mas as travestis ficaram à margem. Então, estamos cuidando desse público especificamente: trazendo programas de capacitação, empregabilidade, conversando com o setor empresarial. Eu encontro professoras travestis nas ruas, meninas especiais, matemáticas na rua se prostituindo. Elas alegam que o mercado não as absorve.

O presidente Bolsonaro tem como bandeira o combate à violência em todos os segmentos. Então, a violência contra travestis e gays estão dentro deste pacote. E está dando certo. A nossa diretoria voltada à comunidade LGBTi nós herdamos do passado e permanece intacta. A própria diretora que veio do outro governo continua, uma mulher extremamente sensata, a professora Marina, uma transexual extremamente sensata, e tem me ajudado a conduzir as políticas para o segmento.

**BBC News Brasil - Este é um segmento que fez muita oposição ao governo na campanha. Muitas pessoas podem estar surpresas com os comentários citando as travestis, por exemplo. A senhora defende as chamadas terapias de conversão, a chamada "cura gay" faz sentido?**

**Damares Alves** - Eu defendo o direito à liberdade de expressão. Se alguém disser que vivenciou a homossexualidade e hoje não a vivencia mais, ele tem o direito de falar isso. Esse grupo me procurou para dizer que não consegue falar isso sem ser perseguido. Nosso ministério tem que garantir o direito à liberdade de expressão.

E é possível, sim, alguém não querer mais vivenciar a homossexualidade, como alguém não querer mais vivenciar a bissexualidade ou a heterossexualidade. Essa transição é normal, ela acontece. Então por que não vou reconhecer que houve pessoas que deixaram de vivenciar a homossexualidade? Elas existem, precisam ser respeitadas, e uma das coisas que reclamaram muito foi a liberdade de escrever suas histórias. Então esse grupo existe e me procurou. Agora, a cura gay é outra coisa. Inclusive é um termo pejorativo para algumas pessoas que querem deixar de vivenciar a homossexualidade. Vou lidar com esse tema com muita maturidade, respeitando a condição em que ele está vivendo, se está feliz agora porque deixou a homossexualidade, ele vai continuar feliz. Se quiser voltar a ser homossexual, vai voltar.

**BBC News Brasil - Pode haver, portanto, política pública nesse sentido, para as pessoas que...**

**Damares Alves** - O que pode haver no nosso ministério: se estão sendo vítimas de violência, terão o direito de denunciar e nós vamos ter a obrigação de fazer esse recorte e ouvir. Eles estão sendo perseguidos porque estão deixando de vivenciar a homossexualidade. Nós vamos protegê-los também. Eu não vou fazer nenhuma campanha com um cartaz dizendo deixe de ser gay, deixe de ser bi, deixe de ser hétero. Não, isso não existe, não existe política pública para isso. Existe política para garantir a todos segurança e direitos.

**BBC News Brasil - Mulheres, claro, são parte importante da sua pauta e violência é uma das bandeiras principais. A senhora pessoalmente já sofreu violência por ser mulher?**

**Damares Alves** - Acabei de sofrer e pela imprensa. Temos que falar de todos os tipos de violência contra a mulher — existe a violência física, que todo mundo vê, o soco no rosto, a marca, os sinais e cicatrizes, mas existe a violência psicológica e emocional contra a mulher, que se fala muito pouco no Brasil. Existe a violência patrimonial contra a mulher e a violência política. Estamos ousando em trazer o debate da violência política contra a mulher no Brasil. Ela existe? Claro que existe.

**BBC News Brasil - O que aconteceu?**

**Damares Alves** - Quando um parlamentar sobe na tribuna e começa a esbravejar por direitos, todo mundo aplaude e fala que este homem é guerreiro e valente. Se uma parlamentar sobe na tribuna e grita por direitos, é histérica. É muito comum uma mulher estar em um debate, conduzindo uma discussão, e ser interrompida o tempo todo. Isso é uma violência contra a mulher. Tem mulheres que não conseguem colocar até o final as suas ideias e sua posição porque são interrompidas.

Até mesmo o respeito dos partidos às candidaturas das mulheres. Elas não têm que vir para partido apenas para cumprir uma cota. O partido tem que entender que elas são necessárias no processo político. E estamos lutando muito por isso: nosso ministério ousa agora fazer um grande desafio — nós ainda temos mais de 2 mil municípios sem uma mulher na Câmara de Vereadores.

Nosso alvo é no mínimo uma mulher em todas as câmaras de vereadores do Brasil. Inclusive eu também quero participar da campanha como garota propaganda. Tipo: toda mulher pode. Olha eu aqui: uma mulher dos bastidores, assessora, que ralou muito, que veio da pobreza, não tinha nem sapato, lutei e saí dos bastidores a ministra. O recado vai ser; lugar de mulher é onde ela quiser.

Hoje, no governo Bolsonaro, nós temos muitas mulheres no quadro, no segundo, no primeiro escalão, muitas mulheres. Ele inclusive fez uma reunião para colocarmos os nomes de mulheres tomando decisões no Brasil. Ele disse: "que coisa mais extraordinária". Por exemplo, DataPrev, é uma mulher liderando. IBGE, uma mulher extraordinária. Inmetro, mulher. Secretárias nacionais, temos muitas. Inclusive mulheres diversas.

Nós temos a primeira surda no Brasil a ocupar um cargo de alto escalão. Duas indígenas no alto escalão: a secretária nacional da Igualdade Racial e a da Saúde Indígena. Temos também uma

secretária surda no Ministério da Educação. Mulheres com deficiência: a secretária nacional de Políticas Públicas para a Mulher é uma mulher com deficiência.

Então, todas as mulheres estão no governo Bolsonaro no alto escalão tomando decisões e conduzindo a nação. Quer que eu diga uma coisa? É por isso que está dando certo.

**BBC News Brasil - E os ministérios, ministra? Só lembro da senhora e de Teresa Cristina (Agricultura).**

**Damares Alves** - Duas ministras, né?

**BBC News Brasil - Não está faltando mulher?**

**Damares Alves** - Ele escolheu pelo perfil técnico e o presidente trouxe pessoas que ele conhecia. Isso não significa que outras mulheres não poderão ocupar outros ministérios. Mas, no primeiro momento, essas duas mulheres estavam muito próximas dele, então ele trouxe as duas. Mas, no segundo escalão, ele pode escolher com mais calma. Porque o ministério precisa ser apresentado de imediato. Mas, no segundo escalão, ele teve mais tempo para pensar e trouxe mulheres extraordinárias e o Brasil está dando certo porque estamos lá.

**BBC News Brasil - Mas isso não contradiz o seu discurso, ministra? A senhora está falando do segundo escalão, mas defendia que mulheres ocupem...**

**Damares Alves** - Na próxima reforma administrativa, com certeza eu acredito que mais mulheres virão para os ministérios. Eu tenho certeza.

**BBC News Brasil - A senhora dá essa dica ao presidente?**

**Damares Alves** - Ele tem dito isso de trazer mais mulheres para o primeiro escalão.

**BBC News Brasil - Como eu disse no começo da entrevista, a senhora é a segunda ministra mais popular desse governo...**

**Damares Alves** - E a mais bonita do Brasil, tá? E já estou concorrendo também a mais bonita do Mercosul, a mais bonita do Brics.

**BBC News Brasil - É possível que parte da nossa audiência não conheça a senhora tão bem. A senhora citou sua infância, falou que...**

**Damares Alves** - Uma infância difícil, dura, família pobre. Meu pai era missionário e pastor. Estivemos com os oprimidos, pobres e excluídos no interior do Nordeste. Então, venho dessa

família vocacionada a cuidar dos pobres, vivenciando também a pobreza. Faço minha primeira faculdade, pedagogia, acredito na educação como instrumento arrebatador e de inclusão, mas estou em sala de aula dando aula desde os 12 anos e lidando com temas bem delicados como mulheres camponesas.

Eu conheço a realidade, por isso meu ativismo com as marisqueiras, a mulher do campo. Em seguida vou trabalhar com os meninos de rua, sou uma das fundadoras do Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua e logo vou trabalhar com os povos tradicionais. Eu tenho uma história voltada aos excluídos e minorias no Brasil. Depois de pedagogia, eu faço direito em São Paulo, me formo advogada em 1991 e vou para a advocacia no dia a dia. E me especializando em direito constitucional. Em 1998, sou chamada para ser assessora jurídica no congresso. Fiquei de 1998 a 2018 trabalhando dentro do Congresso Nacional. Essa é a minha trajetória.

**BBC News Brasil - Poderia contar sobre o caso dos dois pastores na sua infância? A história que ficou conhecida como o caso da goiabeira. O que houve e como se sentiu com a repercussão.**

**Damares Alves** - Aos 6 anos, eu fui vítima do abuso do estupro. Meu pai, esse homem generoso, acreditava em todo mundo. Estávamos em uma comunidade e recebíamos missionários para ajudar a fazer o trabalho. A gente recebe este pastor em casa. Ele era um falso pastor, porque não existe pastor pedófilo. Existe pedófilo fingindo que é pastor. Não existe padre pedófilo. Existe pedófilo fingindo que é padre. Assim como professor pedófilo não existe, eles buscam essas áreas para estar próximos de crianças.

Este homem entra na nossa casa, abusa da confiança de meu pai e me estupra aos 6 anos de idade. E continuou em casa depois desse ato, foram dois anos de abusos seguidos. Depois outro pastor também se aproximou e abusou de mim.

Então, aos 6 anos de idade, eu passei pelo calvário, eu passei pelo holocausto. O abuso de crianças não destrói só a criança, ele destrói a mulher ou o homem. Foi tão ruim que aos 10 anos eu quis me matar por causa das dores que trouxe. Tenho feito no Brasil um enfrentamento à violência sexual contra crianças. Eu não sou ministra porque fui estuprada. Eu sou ministra porque tenho uma luta de defesa das crianças. Eu fiz da dor a minha bandeira, a minha luta. No momento em que decidi não me matar e desci do pé de goiaba, eu decidi: eu não vou morrer e nenhuma criança perto de mim será machucada.

Sou sobrevivente, mas não sou a única, somos milhões de mulheres sobreviventes no Brasil. Há uma projeção de que uma a cada três mulheres no Brasil são abusadas sexualmente até os

18 anos. Então nós somos um terço de sobreviventes e falar disso é, para mim, libertador e para muitas mulheres que não tiveram a coragem de admitir que foram vítimas do abuso.

A pedofilia no Brasil é de verdade, ela é apavorante, ela mata, destrói corpo, alma e espírito e a gente vai ter que fazer esse enfrentamento. E eu quero falar de abuso sexual de meninos. Não se fala de abuso sexual de meninos no Brasil. De cada 10 meninas abusadas, 3 denunciam. Mas de cada 100 meninos abusados, só um denuncia. Existe de verdade e eles sofrem tanto quanto a menina.

Mas agora estamos diante de outra tragédia, que é o estupro de bebês no Brasil. Essa modalidade de violência sexual estourou nos últimos 5 anos e está nos deixando muito preocupados. Quando falo bebês, estou falando de crianças de dias, meses. Eu vi a imagem de uma bebê de 22 dias sendo estuprada. Foi a mais nova que eu vi, mas temos no ministério registro de uma menina de 8 dias, e em São Paulo de um menino de 7 dias.

A produção de imagem de estupro de bebês está crescendo muito. Já encontramos imagens de pais que não são abusadores, mas produz imagens de abuso para vender. Tem vídeos de estupro de bebês que podem custar de R\$ 60 mil a R\$ 100 mil reais. É um mercado que está crescendo muito. Então, um pai, por tentação de dinheiro, acaba abusando de bebês para produzir imagens.

**BBC News Brasil - Há algum tipo de estatística sobre isso? Como essas informações chegam até a senhora e o que na prática está sendo feito?**

**Damares Alves** - O estupro de bebês chega por notificação das unidades de saúde, quando uma criança é atendida. Essa é a maior fonte. Mas temos as imagens, muitas imagens circulando de bebês que não foram atendidos em hospitais. Comparando as imagens, esse comércio de imagens e as crianças chegando aos hospitais, temos a conclusão de que o estupro de bebês explodiu no Brasil. Há fóruns na *deep web* de pais divulgando imagens de bebês sendo abusados. E os pais trocam imagens. Eu recebo inúmeras imagens de estupros de bebês no meu celular. Compartilhar imagem de abuso é crime. Arquivar é crime. Produzir é crime. Portanto, se receber uma imagem, delete.

**BBC News Brasil - A senhora recentemente fez um comentário que gerou controvérsia e críticas. A senhora se referia aos abusos na ilha de Marajó e disse que as meninas não usavam roupas de baixo e...**

**Damares Alves** - Não fui eu que disse isso. É o que acontece com essa ministra polêmica. Pegam uma frase dela fora de contexto. Eu estava dizendo que, na Ilha de Marajó, o estupro de meninas é tão grande e que fica todo mundo justificando: dizem que se estupra meninas no

Marajó porque lá há fome. Então, eu disse: vamos levar comida. Disseram que estupram meninas porque elas não usam calcinha. Então vamos levar calcinhas, vamos construir uma fábrica de calcinha. O que eu estava dizendo: o estupro não se explica, o abuso não se relativiza ou minimiza. Eu estava dizendo isso, mas pegaram essa frase. Vir dizer que menina é estuprada porque deu mole? Ah, para com isso.

O cara que abusou de mim aos seis anos olhou nos meus olhos e disse que o seduzi, que eu era culpada, e me fez sentir culpada por anos. A culpa me levou à tentativa de suicídio. Ele dizia que eu era suja, imunda e pecadora. Você sabe o que é dizer isso a uma menina cristã, que sonha um dia morar no céu com Deus e sabe que para morar com Deus ela não pode pecar e tem que ser pura?

Ele não tinha o direito de dizer aquilo para mim. Porque aos 6 anos de idade, quando ele falou aquilo, eu achei que não iria mais para o céu. Ele roubou o céu de mim. Ele interrompeu meu sonho de morar no céu. É isso que eles fazem, o abusador destrói sonhos, interrompe o destino. E hoje, no Brasil, fica-se culpando meninas e meninos. A criança não é culpada.

E tem outro detalhe com relação ao abuso: há adultos, que, quando olham para trás no abuso, sentiram prazer no abuso. Nem sempre o abuso é como no meu caso, com dor, com sangue, com violência. Tem abuso que é prazeroso para a criança, porque o pedófilo sabe como tocar, onde tocar, e às vezes desperta prazer. O nosso corpo foi feito pelo prazer. Eu encontro muitos adultos, especialmente mulheres, que se sentem culpadas porque sentiram prazer. Eu digo que não se sintam culpadas, eram crianças e não tinham controle sobre seus corpos.

Foi ruim a minha exposição. Foi ruim porque foram cruéis comigo, riram da minha história. Só Damares quis se matar aos 10 anos? Não. Estamos assim de crianças no Brasil pensando em suicídio. O suicídio entre crianças é de verdade no Brasil. Na hora de me matar, eu fui para cima do pé de goiaba. Na verdade, eu não queria me matar, eu queria aliviar a dor. Peguei veneno, veneno de rato e quando estava em cima do pé de goiaba chorando eu comecei a conversar com meu amigo imaginário e o meu amigo imaginário tem nome. Se chama Jesus Cristo. As crianças conversam com amigos imaginários. Tem criança que conversa com duende. Eu não posso falar com Jesus? Tem crianças que falam com fadas, que falam com pôneis. Eu não posso falar com Jesus? Foi uma experiência extraordinária: falem como quiser, mas eu sei a experiência que tive lá.

**BBC News Brasil - Eu conversei com pessoas próximas à senhora que me disseram que a senhora tem pautas muito próximas às da esquerda. Isso faz sentido? A senhora tem alguma afinidade com a pauta feminista, por exemplo?**



**Damares Alves** - Eu quero dizer à esquerda que ela não é pai e mãe dos direitos humanos. Eles têm o discurso, é um discurso bom, eles têm o discurso, mas eu tenho discurso e tenho prática. 'Você não pode usar vermelho porque é a cor da esquerda'. Por que não? Você não pode usar certas palavras como empoderamento, porque é da esquerda. Espera aí. Tem mulher mais empoderada no Brasil do que eu? Uma menina que vem lá de baixo, que não tem sapato para estudar, que vai a uma escola, sofre violência, é discriminada e chega a ser ministra? Isso é empoderamento da mulher. Eu falo a palavra nesse sentido: dar voz e oportunidade à mulher. Não é que minhas pautas são iguais às da esquerda. É que, por algum tempo, a esquerda falou que era dona dos direitos humanos. Não tem pai e mãe essa bandeira, ela é de todos nós.

**BBC News Brasil - Muita gente diz também que o feminismo não é uma pauta da esquerda, é algo maior e de todas as mulheres. A senhora concorda?**

**Damares Alves** - Claro. O que questiono no feminismo é o ativismo radical. A forma de alguns protestos delas. Sabia que estou conquistando muita coisa no Brasil só com o diálogo? É possível dialogar. Esse feminismo exagerado tinha uma pauta no Brasil: a marcha pelo aborto. Eu tenho tanta coisa no Brasil para proteger a mulher, porque eu vou à rua pedir só aborto. Nós temos uma legislação no Brasil que garante à mulher em caso de estupro fazer o aborto, em risco de vida para a mãe e em caso de anencefalia. A legislação está lá, isso é bandeira do Congresso Nacional, eu não vou fazer ativismo contra ou pró-aborto, vou cuidar de mulheres, levar comida e capacitação profissional.

**BBC News Brasil - A senhora está em Roma para, entre outros compromissos, se encontrar com o papa. Isso pode surpreender muita gente, a senhora é uma liderança evangélica forte e isso acontece dois meses depois da canonização da Irmã Dulce, quando nem o presidente, nem a primeira-dama, nem a senhora vieram para cá. Como vê esse encontro?**

**Damares Alves** - Eu sou apaixonada por esse papa. Gosto demais dele. O Brasil é um país católico, um país de maioria católica, nós respeitamos demais a comunidade católica, trabalhamos em parceria. Estar com o papa é uma honra e um orgulho para qualquer ser humano, independente da sua religião. Eu vou estar com uma das figuras mais impactantes e impressionantes da nossa era, que é o Papa Francisco.

**BBC News Brasil - Parte dos seus apoiadores não deve gostar desse seu comentário, chamam esse papa de comunista. O que a senhora acha disso?**

**Damares Alves** - Algumas pessoas acham esse papa demasiadamente progressista, outros acham conservador. O que conheço do Papa Francisco? Um homem que se preocupa com educação, com família. Eu só tenho que admirar esse homem. Então, é a minha posição. Eu gosto do papa. Tem pessoas que o criticam. Eu gosto demais dele.

## **ANEXO D - ENTREVISTA CONCEDIDA A *DEUTSCHE WELLE* BRASIL EM 28 DE FEVEREIRO DE 2020, PARA A JORNALISTA KARINA GOMES**

Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/%C3%A9-o-momento-de-a-igreja-ocupar-a-na%C3%A7%C3%A3o-diz-damares-alves/a-52559550> e

<https://www.youtube.com/watch?v=fYTLsV4SEKU&t=28s>

Karina Gomes (KG) e Damares Alves (DA)

KG – Olá, eu sou Karina Gomes eu falo da missão permanente do Brasil junto à ONU em Genebra. Ao meu lado está a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves. Obrigada a ministra por conceder esta entrevista.

DA – É uma alegria, Karina.

KG - Mais de 30 denúncias de violações de direitos humanos foram apresentadas perante a ONU, contra o governo do presidente Jair Bolsonaro, principalmente no exterior há uma ideia um entendimento de que o Brasil passa por um momento de retrocessos em proteção de direitos humanos. A senhora concorda com isso?

DA – De jeito nenhum. Inclusive as denúncias apresentadas elas são assim, genéricas, não apresenta fatos, nós gostaríamos de conhecer os fatos, fatos não aparecem, nós temos respostas para fatos apresentados, mas é tudo de uma forma genérica. O que nós estamos vendo é o seguinte: é um grupo muito incomodado porque não está no poder. Isso está muito claro. O presidente Bolsonaro ele foi eleito de forma legítima com maioria da população brasileira, a maioria do eleitorado e ele veio com uma nova proposta, a universalização dos direitos. Então há um incômodo, há um grande incômodo. Se você observar quem está fazendo essas denúncias genéricas, é a esquerda. Eu acho que só pelo fato de ser a esquerda quem está denunciando, já poderiam dizer: épa, tem alguma coisa errada. Você não vê nenhuma instituição de direita denunciando que o presidente está violando direitos ou que há uma violação. O que existe no Brasil hoje é incômodo de um grupo que não está no poder, mas direitos humanos nunca foi tão discutido, tão debatido no Brasil como hoje. Nunca se falou tanto em proteção e garantia de direitos como hoje. Há exemplo, eu vou te dar um exemplo aqui muito claro. Faz-se pesquisa no Brasil: Quais são os dois ministérios mais amados e mais falado no Brasil hoje? O Ministério da Justiça com ministro Sérgio Moro e direitos humanos. No passado, vou até ser bem clara contigo, no passado o Brasil nem lembrava o nome do ministro de direitos humanos. Hoje o ministério de direitos humanos está no coração do povo, está todo mundo falando em garantia

de direito. Nunca se fez uma discussão para a sociedade sobre direitos humanos como hoje, isso é mérito do presidente Bolsonaro, é mérito desse governo que está aí, universalização dos direitos.

KG - Ainda sobre a sua fala na comissão de direitos humanos da ONU a senhora destacou as políticas públicas do governo Bolsonaro para a Amazônia. Eu conversei no ano passado com a relatora especial da ONU sobre os direitos dos povos indígenas Victoria Tauli-Corpuz, e ela classificou as políticas de Bolsonaro como discriminatórias e racistas. Como a senhora vê o projeto de lei que prevê garimpos em terras indígenas e também a declaração do presidente Bolsonaro de não conceder nenhum centímetro a mais de terras indígenas?

DA - Ela teve tempo de ver tudo que está sendo feito para os índios no Brasil? Eu falo aqui e contesto a fala dela. Ela esteve em quantas aldeias no Brasil, qual o relatório que ela recebeu para que em 10 meses classificasse a política do presidente Bolsonaro como discriminatória, uma política ruim para o índio? Nós temos 305 povos indígenas no Brasil, para ela ter esse relatório já tinha que ter ouvido pelo menos 170 povos, ela teve tendo em 10 meses de ouvir 170 povos? Eu duvido que ela já tenha tido tempo, duvido. Nunca se cuidou tanto de índio no Brasil como hoje, é ir nas aldeias e conversar com os índios. Qual é a sensação que os índios estão tendo hoje? A pauta indigenista ela está de uma forma transversal no Brasil, todos os ministérios estão lidando com tema indígena, todos os ministros envolvidos com a questão indígena. Nós temos no Brasil hoje um vice-presidente de origem indígena, nós temos uma secretária nacional indígena, nós temos uma ministra que vem do indigenismo, mãe de uma menina indígena. Nunca uma índia ocupou um cargo de alto escalão do governo brasileiro como hoje. O nosso presidente da Funai que iniciou o governo brasileiro era índio, os índios estão em diversos cargos-chaves das regionais da Funai e da Sesai. O índio está acendendo é um momento que o índio está chegando no alto topo de um governo. De que forma essa política discriminatória? Então eu acho que o que está acontecendo é novamente ONG's que estavam no poder descontente prestando relatório. Eu queria muito ter relatório estivesse comigo, eu queria muito que a relatora fosse comigo no mínimo cem aldeias conversar diretamente com a população indígena.

KG – Mas em relação à demarcação de terras, ministra?

DA - O que aconteceu com a demarcação de terras é o seguinte: no Brasil o que que o presente o Bolsonaro mandou dizer: eu agora vou cuidar do índio, eu vou cuidar da criança indígena, eu vou cuidar para mulher indígena. O que aconteceu? Qual é a política indigenista no Brasil no passado? Apenas demarcar terra e abandonaram o índio na terra. Vai na Raposa Serra do Sol ver como é que estão as crianças indígenas naquela área. Eu poderia citar outras reservas, mas vou citar essa apenas essa que é mais falada. Vai lá ver como é que está a mulher indígena, abandonada política pública não chegou lá, crianças sem escolas sem saúde, pelo contrário, as crianças saindo da reserva, meninas saindo da reserva, indo para os centros urbanos se prostituir. Vai em Boa Vista, o que que a gente vê em Boa Vista? Meninas indígenas indo para cidade para se prostituir. Isso é política indigenista? Isso sim é política discriminatória, faz a reserva e abandona o índio lá. O que o presidente disse? Agora eu vou focar na promoção territorial, na promoção do índio, na criança, no jovem indígena. Eu vou gastar meu tempo protegendo as áreas que já existem e os nossos vídeos que estão lá. Foi isso que ele disse, ele apenas está fazendo que devia ter sido feito no passado.

KG - Mas a presença de a presença de garimpos em terras indígenas não pode implicar em violações?

DA – Olha, infelizmente os governos passados foram covardes em não combater garimpo ilegal. O presidente Bolsonaro vai combater o garimpo ilegal, tá tendo a coragem de combater o garimpo ilegal. De que forma? Os índios querem minerar, é possível eles minerar, o congresso nacional vai liberar? Olha só, não é o presidente Bolsonaro, ele não vai sair com uma pá nas costas, ele não vai sair com balde, eu vou garimpar. Ele está levando o assunto para que congresso decida. Se o congresso decidir que haverá mineração legal em áreas indígenas ela vai acontecer e vai ter critérios, vai ter parâmetros, vai ter regramento, ninguém vai chegar numa aldeia contratou, tirar o índio começar catar minério, catar ouro, catar diamante, não é assim. Uma coisa fique clara: nós temos um presidente a responsável, um presidente que tem compromisso antes com a vida do índio, e nós temos um congresso nacional que vai definir a forma como vai ser o garimpo. E além disso nós temos o judiciário também para poder regular aquilo que o congresso não regulou. Então assim, pelo amor de deus, tá todo mundo achando que a partir de amanhã todo mundo vai estar com uma pá dentro de uma aldeia. Não, o assunto começa a ser debatido de forma madura sem medo sem covardia, porque nós vamos tirar da área indígena o garimpo ilegal que tá lá. Ou você vai dizer que não tem garimpo ilegal no brasil e não tem gente dentro de aldeia estuprando meninas, gente de aldeia estuprando mulheres e

garimpendo ilegalmente? Nós vamos combater os bandidos, que por anos se perpetuaram em área indígena no Brasil que ficaram ricos e deixaram muita gente fora do Brasil rico. Acabou. Para o garimpo ilegal no Brasil, acabou. A palavra de ordem é: já era para vocês.

KG – A senhora disse que não o governo Bolsonaro a sua pasta é responsável pela agenda de valores. A senhora vem agora com uma política pública para estimular abstinência sexual durante a adolescência para evitar gravidez precoce, a minha pergunta é: se os métodos contraceptivos e educação sexual ainda serão estimulados ou foco será na conduta moral?

DA – Olha, eu teria que ir pra cadeia ou pro hospício, se eu dissesse que eu vou combater gravidez precoce apenas com abstinência. Aliás a palavra abstinência está longe desse outro hospício dessa nossa proposta.

KG - Eu digo uma questão de prioridade.

DA – O que nós vamos fazer é o seguinte, presta atenção. Os métodos anteriores continuarão, nós vamos continuar falando de camisinha, de preservativo, de pílula, nós vamos falar de tudo. Só que nós vamos trazer para essa abordagem também o retardar o início da relação sexual no Brasil. Nós não vamos fazer no trabalho “não, está proibido sexo”. Não, nós vamos conversar com adolescente e quando eu falo adolescente, me permita, nós vamos conversar com a criança, porque o nosso foco nesse trabalho de retardar a relação precoce no Brasil, o nosso foco é abaixo de 14. O que acontece no Brasil? Entre 15 e 19 anos a gravidez precoce tem diminuído, mas abaixo de 14 não tem tido sucesso a diminuição e nós vamos ter que entender esse fenômeno. Então o que estava posto parece que não tava dando muito certo, então a gente vai pegar o que já estava posto e nós vamos acrescentar aí uma conversa, um diálogo com a criança sobre: vamos esperar um pouquinho? Veja só não já temos estudos que indicam lá no Brasil que a idade média do início da relação sexual no Brasil está em 12 anos para menino e 13.4 para menina. Pera aí, é muito cedo. É muito cedo. E por que que nós estamos preocupados com isso? Porque uma menina de 13 anos não está madura, nem fisiologicamente e nem e tem maturidade emocional para começar tão cedo o início da relação sexual. Então nós estamos trabalhando isso, retardar essa idade. Qual é a idade ideal? Nós não vamos estipular uma idade ideal, mas vamos conversar com esse menino e com essa menina.

KG – A senhora às vezes com muita alegria e muito orgulho que a sua família, a senhora e a sua filha indígena. Um casal de duas mulheres com dois filhos adotivos, um casal de dois homens com três crianças para cuidar, são também famílias contempladas nas políticas públicas o seu ministério?

DA – Com certeza, com certeza. Inclusive e quando presidente Bolsonaro traz essa família, esse ministério da família, essas energias que nos criticam, que nos denunciam: “lá vai o Bolsonaro proteger sua família papai mamãe criança”. Pera aí. A maioria das famílias no Brasil são lideradas por mulheres, é subestimar a nossa capacidade de pensar, é chamar uma ministra e um presente de burros. Peraí. Nós queremos fortalecer as fortalecer as famílias que existem, nós temos as famílias, inúmeras famílias lideradas por mulheres e o presidente escolhe como ministra, imagine, a ministra da família, uma mulher sozinha, mãe de uma menina socioafetiva, uma adoção socioafetiva e uma menina indígena. Tem família mais diferente que a minha no Brasil? Mas somos família. Eu e a minha filha, essa configuração familiar tem que ser protegida pelo Estado, fortalecida, fomentada, então nós estamos cuidando de todas as famílias no Brasil.

KG - Apesar de dizer que a população LGBTI é o segmento que a senhora mais ama, a senhora já disse em várias entrevistas...

DA – Eu amo a população LGBTI,

KG – Sim...

DA - E tenho uma paixão especial, extraordinária pelas travestis, eu tenho falado isso o tempo todo.

KG – No entanto a senhora crítica, ou pelo menos criticava no passado com muita veemência qualquer desenho ou material escolar que se refere a famílias homossexuais. A senhora chegou a dizer que o cão está muito bem articulado pra influenciar as crianças. A senhora dá um cunho negativo ao fato de uma criança poder se identificar como homossexual?

DA – Olha, essa frase foi retirada de uma palestra em que eu criticava e crítico a teoria do gênero, a ideologia de gênero...

KG - E também os movimentos gays, né?

DA – Há uma diferença muito grande entre a teoria do gênero, a ideologia de gênero, a homossexualidade, a bissexualidade são coisas totalmente diferentes. A teoria do gênero ela, ela transcende a tudo isso, e eu sou contra essa teoria, essa ideologia que, chegou no Brasil forte e eu fiz resistência, liderei movimento de resistência e ainda faço. Chegou no Brasil forte. Por exemplo, dizendo que meninas não podiam vestir cor-de-rosa no Brasil porque menina e menino tinha que ser neutro. E tanto que tem uma frase famosa a minha que eu digo agora meninas podem vestir rosa e meninos podem vestir azul no Brasil. Uma teoria que chega no Brasil dizendo que você não podia mais ter mais bonecas e brinquedos de meninos, os brinquedos tinham que ser neutros no Brasil. E havia um patrulhamento, um patrulhamento ideológico absurdo, e a ideologia de gênero infelizmente usou o movimento gay, usou a homossexualidade para impor sua pauta no Brasil. E que isso fique bem claro! E essa ideologia de gênero que parecia, olha só, parecia proteger os homossexuais na verdade traiu os homossexuais porque essa ideologia por um tempo usou a homossexualidade, usou o movimento LGBT, que conquistou todas as suas vitórias dizendo que gay nasce gay, lésbica nasce lésbica, movimento gay tinha essa bandeira, e conquistou suas vitórias aí, aí ideologia de gênero chega e fala: ninguém nasce homem, ninguém nasce mulher, ninguém nasce gay, ninguém nasce lésbica, você se torna mulher, você se torna gay você se torna lésbica. Pera aí: é uma ideologia que fez muito mal ao movimento gay, fez muito mal a todos os movimentos no Brasil, então eu me levantei contra. E eu vou dizer uma coisa: essa ideologia é do cão! Eu disse lá e repito agora, é uma ideologia que veio para desconstruir, desconstruir tudo que está posto, mas não apresenta nada no lugar daquilo que eles vão desconstruir. Então eu sou uma crítica da ideologia de gênero, era no passado, sou agora e quer que eu diga uma coisa: o movimento gay concorda comigo, com certeza!

KG - A senhora prevê algum programa para que os pais entendam a homossexualidade, apoiem e respeitem a orientação sexual dos seus filhos, ou também para que os homossexuais não sofreram bullying na escola? Existe algum planejamento nesse sentido?

DA – Olha, o nosso plano nacional de educação, o PNE, eu trabalhei muito nele em 2014 no Congresso Nacional, ele é muito claro: a erradicação de todo tipo de preconceito no Brasil inclusive por identidade sexual, inclusive por identidade de gênero. Então o plano tá muito



claro: todo tipo de preconceito. E a educação, a escola brasileira está trabalhando. Toda, a erradicação de todo tipo de preconceito no Brasil, e nós vamos caminhar nessa direção.

KG - Já que a gente está falando de preconceito, o que que está planejado para combater o racismo e para atender as necessidades da população negra no Brasil?

DA – Olha, agora, o mês passado, nosso ministério lançou um grande projeto da gente começar a falado combate ao racismo com crianças em tenra idade, a partir de 1º ano do ensino infantil. Nós vamos trabalhar isso de uma forma lúdica, bonita, falando de amor, falando de fraternidade. E aqui vou dizer uma coisa: direitos humanos no Brasil esqueceu muito a palavra fraternidade. Nós estamos agora revendo isso e trazendo a palavra fraternidade para a realidade, pro dia-a-dia, pra política pública. Nós estamos agora na década do afrodescendente. Quando nós chegamos no ministério a gente viu que as atividades em comemoração à década estavam caindo, ano passado fizemos inúmeras ações no ministério, fora do ministério, inúmeras reuniões, inúmeros eventos, e vamos continuar. O combate ao racismo é prioridade. Vou dizer uma coisa bem prática, que nós estamos fazendo: nosso ministério agora fez uma um termo de parceria com a com a CBF, Confederação Brasileira de Futebol, nós vamos usar todos os jogos de futebol para falar de racismo no Brasil. Então são inúmeras ações inúmeras iniciativas.

KG - Como a senhora pretende combater a violência contra o público LGBTI?

DA – Olha, o governo Bolsonaro tomou uma decisão da gente buscar os invisibilizados e nessa busca dos invisibilizados nós fomos para região ribeirinha é observar e conhecer como é que estão, como é que estão os LGBTI's lá na floresta. Como é que estão os LGBTI's nas aldeias? Aí eu te pergunto: você já viu algum gay? Alguma índia lésbica cima se autodeclarando lésbica? O que acontece quando uma índia se autodeclara lésbica na aldeia? Então nós estamos indo aos povos tradicionais para ver como é que está a população lá nos rincões, porque as bandeiras LGBTI já estão consagradas nos grandes centros urbanos. Nós não vamos baixar a guarda, nós vamos continuar aqui fortalecendo, mas o nosso grande alvo é a comunidade tradicional, os povos ribeirinhos, como é que tá o LGBT lá uma região mais longe, a região mais longínqua do país; estamos indo em busca deles e aí eu me assustei: eles estavam esquecidos e abandonados pelas políticas públicas. É claro, é notório que o que acontece com as travestis é a violência na rua e a

gente observa que muitas delas estão na rua por falta de opção elas não querem estar na rua, elas não querem fazer programa, mas não encontram empregos. Então nós focamos 2019, vamos reforçar 2020 até o final do governo Bolsonaro a capacitação das travestis e a empregabilidade, estamos conversando com as empresas. Nós estamos lançando no Brasil agora o selo empresas e direitos humanos, tá? E esse inclusive a empregabilidade trans faz parte do critério para se receber o selo. Nós estamos particularmente preocupados com a população LGBT no cárcere.

KG - A senhora é a favor da criminalização da homofobia?

DA - Já está decidido pelo Supremo Tribunal, eu acho que não cabe a gente discutir, o Supremo Tribunal já se manifestou sobre isso.

KG - Nas suas pregações passadas a senhora disse que esse é o momento da igreja ocupar a nação. A senhora tem contribuído para isso a frente do ministério?

DA – Olha, é o momento da igreja ocupar sim, de que forma? A igreja tem um excelente trabalho social, e a igreja pode ajudar muito mais o Brasil. Quantas coisas da igreja podia fazer mais? Por exemplo, vou dar um exemplo bem claro, é isso que eu quero dizer, a igreja ocupar espaço, a igreja colaborar na transformação da nação. Eu tenho um grande déficit no meu ministério, que é o ministério da mulher, que são as casas de abrigo para mulher vítima de violência. Os estados não tem, os municípios não têm. É um grande pedido de todos os municípios, mas eu tenho todas as cidades inúmeras igrejas com um monte de sala fechada, que só abrem no domingo pra meia hora de aula. Porque que essa igreja não vem numa parceria conosco cedendo seu espaço físico abrigar mulheres vítimas de violência? Agora, de que forma a igreja pode nos ajudar? Nós estamos um grande enfrentamento que é interiorizar os venezuelanos. Eles estão chegando, os imigrantes venezuelanos estão chegando na fronteira, estão ficando todos em Roraima e nós precisamos trazê-los para o Brasil, interiorizado. As igrejas evangélicas podem vir conosco. Vou citar apenas uma igreja: nós temos uma grande denominação no Brasil. A igreja Assembleia de Deus, tem mais de 40 mil templos. Se cada igreja trouxesse um venezuelano e cuidasse, nós resolvíamos o problema da fronteira.

KG - Numa entrevista à DW, eu que fiz essa entrevista com o presidente da Comissão Sobre Mortos e Desaparecidos políticos o Marco Vinicius de Carvalho, ele disse que pretende encerrar

os trabalhos até o fim do primeiro semestre deste ano por causa dos prazos que já não são mais compatíveis com a lei para fazer os pedidos de lavratura dos assentos de óbito. Ele chegou até falar que não dá para ficar batendo mais nesta mesma tecla, né? No entanto, as recomendações da Comissão Nacional da Verdade e também da comissão interamericana de direitos humanos são claras ao dizer que a busca pelos desaparecidos tem que continuar até que o último corpo seja, seja encontrado. Como garantir esse direito das famílias com o encerramento se a comissão foi encerrada, existe alguma alternativa?

DA – Deixa eu te falar uma coisa: do jeito que está não pode pra ficar. Vamos falar por exemplo da vala de Perus: as ossadas estão no nosso ministério há 29 anos e até hoje não se terminou análise daquelas ossadas? É injusto com as famílias, nós precisamos dar uma resposta às famílias, nós precisamos inclusive dar uma resposta para a sociedade, a história nos cobra isso. E o que o que está acontecendo? Nós temos pressa em dar resposta para a sociedade. O que o Marcos quis dizer é o que eu tô querendo dizer: nós vamos trabalhar tanto tanto, para que essas respostas todas sejam entregues em seis meses. Aí você fala até encontrarmos o último corpo. Vamos pro caso de Araguaia, lá no caso Araguaia. A terra em Araguaia ela é ácida. Vai ser difícil a gente localizar esses corpos lá em Araguaia, aonde eles estão enterrados? Se não tiver uma referência, é específica. tá naquele lugar, e mesmo assim para localizar essa ossada, identificar, não vai ser fácil. Nós estamos há 30 anos, a comissão tá esperando a indicação, não existe para indicação. Por quanto tempo mais a gente vai prolongar essa dor? Então a Comissão de Mortos e Desaparecidos, ela foi criada por uma lei, e ela vai na nossa na nossa gestão ela vai atender a lei. A lei é muito clara. Ela era provisória ela não era a vida inteira, então nós vamos dar continuidade ao trabalho até o último instante que a gente puder ir, mas eu acredito que se a gente trabalhar muito a gente consegue resolver toda a questão das ossadas de Perus em menos de seis meses e dá pra gente dar fim a esse trabalho sim, da Comissão de Mortos e Desaparecidos, que vai continuar, ela é uma Comissão de Mortos e Desaparecidos políticos, que vai continuar como Comissão de Desaparecidos no Brasil. O nosso trabalho vai continuar, porque infelizmente isso é um tema que foi negligenciado no Brasil. Quantas pessoas desaparecem por ano no Brasil? Quantas crianças desaparecem por ano no Brasil? nós vamos focar nesse tema, nós vamos fazer campanhas e trabalho para que crianças não desapareçam da forma como estão desaparecendo no Brasil.

KG - E aí os casos de desaparecidos políticos poderão ser contemplados nesta nova comissão?

DA – Poderão, poderão, caso alguém localize que está em tal lugar, aí sim a gente vai lá e faz a análise, entendeu?

KG – Tá certo.

DA - E outra coisa que a gente tem que entender: o nosso judiciário ele é muito ativo, ele é muito bom, as famílias de desaparecidos políticos que um momento outros achar que deve acionar o judiciário, o judiciário tá lá, mas eu preciso cumprir lei e a lei fala que comissão tinha um prazo e ela já passou do prazo ser ente..encerrada.

## **ANEXO E – TRANSCRIÇÃO DA DECLARAÇÃO DAMARES SOBRE REVISÃO DO PNDH 3 MARÇO DE 2021 PUBLICADA NO SITE E NA PÁGINA DO YOUTUBE DO MMFDH**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k3OUAnbtOvE>

Eu vou esclarecer uma grande dúvida, uma grande confusão que estão fazendo nos últimos dias por causa de uma portaria que eu publiquei.

O que fala essa portaria?

Preste bem atenção!

Essa portaria cria um grupo de trabalho aqui dentro do ministério onde nós vamos começar uma avaliação das políticas de direitos humanos. Um grupo interno de trabalho que vai criar a metodologia para a gente fazer avaliação das políticas e direitos humanos.

É obrigação minha, deste Ministério, fazer uma avaliação de tudo que nós estamos fazendo e do que já foi feito para a gente propor novas ações dos direitos humanos no Brasil.

Em 2017 foi editado um decreto, o decreto 9.203, portanto um decreto antes deste governo, que estabelece a política de governança da administração pública federal e este decreto diz o seguinte:

*“São diretrizes da governança pública: avaliar as propostas de criação expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas e de concessão de incentivos fiscais e aferir sempre que possível seus custos e benefícios.”*

Oras, eu tenho um decreto que me obriga avaliar as políticas públicas de direitos humanos e é o que eu vou fazer, é o que este ministério vai fazer. Ah, mas você sabe por quê que deu todo esse barulho? Porque os ex-ministros, a esquerda, que já deixou o poder, disse que nós vamos mexer e nós vamos modificar o PNDHIII. O que que é o PNDHIII? É um plano nacional de Direitos Humanos 3

E é claro que a gente vai rever também esse plano, se eu vou avaliar todas as políticas públicas de direitos humanos, o plano também vai ser avaliado.

E por falar em PNDHIII vocês já leram o PNDHIII? Leiam os objetivos e as metas que estão no PNDHIII.

É só isso que a gente quer, fazer uma avaliação, se tudo aquilo que eles escreveram está sendo cumprido ou se é possível cumprir.

Quero lembrar a vocês que o pndh3 ele foi instituído no ano de 2009 por decreto presidencial.

Gente, um plano de 2009 portanto 11 anos depois, nós não podemos avaliá-lo? O mundo mudou em 11 anos, gente, hoje nós temos outras violações de direitos humanos que não tinha em 2009. Então nós precisamos rever esse plano para a gente entender o que nós temos que fazer para enfrentar os novos desafios e as novas violações de direitos humanos.

Um dos barulhos, um dos argumentos que eles estão usando, é que a sociedade civil não vai participar da avaliação do pndh3 e que ele foi construído em 2009 com ampla participação popular. Quantos de vocês participaram da construção do PNDHIII?

Diz pra mim, houve realmente ampla participação popular? Pois agora vai ter!

A avaliação que nós vamos fazer do PNDHIII e de todas as políticas públicas ela vai ser tão transparente essa avaliação, tão participativa, que ela vai ser conduzida pela Escola Nacional de Administração Pública, a ENAP, e neste momento nosso grupo de trabalho está criando o mecanismo, a forma como a sociedade vai participar.

Nesta avaliação, todos vocês vão participar!

Bora gente, bora garantir direitos para todos.

Vamos trabalhar a gente!

**ANEXO F – TRADUÇÃO E TRANSCRIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DA SECRETÁRIA NACIONAL DE FAMÍLIA, ANGELA GANDRA, NO WEBINÁRIO *DIÁLOGOS TRANSATLÂNTICOS PNFV / UNA RESPUESTA POLÍTICA A LA IDEOLOGÍA DE GÉNERO*, ORGANIZADO PELA *POLITICAL NETWORK FOR VALUES*, EM 12 DE MARÇO DE 2021**

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cfp8nHse7vo>

Angela Gandra (AG) e Lola Velarde (LV)

**AG** - É porque tenho que sair, então queria te dar as novidades que temos. Boa tarde a todos. Tenho que sair porque tenho outra agenda agora, mas queria dizer que estamos trabalhando muito em políticas públicas contra a ideologia de gênero. Desde o primeiro momento removemos todas as cartilhas que tínhamos, onde os pais eram preparados para ajudar seus filhos a partir de dois anos a escolher seu sexo e tudo mais. Desde o primeiro momento no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos removemos todo o material para não ser distribuído. Mais tarde, o presidente também disse que não iria promover isso desde o início. No dia internacional da juventude, ele disse que se fosse há um ano, haveria dois meninos, dois meninos aqui se beijando e agora não. Queremos dar trabalho a esses meninos, trabalho e não ideologia. Então esse é o trabalho que temos pela frente.

Como, como estamos fazendo? Em primeiro lugar com um projeto chamado Famílias Fortes. Famílias Fortes é um programa que estamos levando para todos os municípios que são 5.720 municípios do Brasil, de todo o Brasil, levando Famílias Fortes, que tratam do fortalecimento dos vínculos familiares, porque muito se dá pelos abusos que tem na família e pedofilia e tudo mais, que depois as pessoas se confundem e seguem outro caminho. Então a gente acha que isso é a prevenção da prevenção, a família forte, estruturação da família a partir de um programa.

Depois temos a Família na Escola, que é outro programa que estamos iniciando com o MEC, o Ministério da Educação, que visa chamar a família para acompanhar o conteúdo da educação de seus filhos na escola, enquanto isso estamos buscando aprovar o ensino domiciliar, que ainda não é aprovado no Brasil, mas a Família na Escola é muito importante porque os pais não conhecem a ideologia que entra na escola e muitas vezes ficam com medo de ver os frutos ou o material, quando querem ver, porque há muita omissão também. Então a família na escola pode ajudar nesse sentido.

Então a gente está trabalhando muito junto com o legislativo, o poder legislativo também no Supremo. Agora existe um projeto que quer a não discriminação nas escolas e a ideologia de gênero já está instalada também no Programa Nacional de Educação. Então procuramos o ministro que está lá, ele é o relator do processo, e pedimos em nome da família, que estão muito assustados, estão muito assustados, porque desde crianças começam a promover a descoberta de um e do outro, e os toques sexuais e tal, desde quatro a dez e onze anos mais forte. Porque? Porque ainda não têm hormônios então é mais fácil se confundir pela amizade e depois estimular a sexualidade, mas ah bem assim eles sempre vão por outro caminho, muitas vezes não, em uma atração por outro sexo. Bem, já é crime fazer isso, porque eles têm que estar focados no estudo e não muito nessa parte da sexualidade esse não é o momento. Mas também vemos que essa forma de agir é muito ideológica, mas eu acho que em primeiro lugar porque quando você ideologiza sob a forma de gêneros por assim dizer, é mais fácil depois impor outra ideologia porque o conflito interno já leva a pessoa ser manipulada. Então a gente sabe que é algo pensado como uma ideologia em sua totalidade e os pais estão muito preocupados em levar seus filhos porque tem muita notícia de abuso por parte dos professores até agora, então estamos trabalhando muito nisso com o judiciário para que essa discriminação não seja aprovada, essa discriminação às avessas, que é o que acontece, e também com o legislativo. O filho do presidente que é Eduardo Bolsonaro, está agora na Comissão de Educação e vai trabalhar muito fortemente contra a ideologia de gênero. Também tiramos o vocabulário. Agora não é possível, em todos os documentos quando se usa gênero significa sexo, não há dois sexos, e também estamos trabalhando nisso para que uma realidade não seja alterada pela linguagem.

E por fim, algo que também estamos fazendo é envolver a sociedade civil, tanto os pais quanto as famílias, que estão opinando muito mais e isso mostra que não querem. Assim, com a sociedade civil, com os legisladores com o judiciário e com o governo que está muito firme e também nas organizações internacionais convocando com a *partnership for families*, que foi formada em 2019, pedimos aos países que estejam conosco para *stand for the family* (defender a família), para estar ao lado da família e dizer que a família é a primeira protagonista da educação dos filhos.

Então, eu acredito que estamos indo bem, e achamos que vamos conseguir isso se, de fato, se combater a ideologia no Brasil, que o Brasil possa dar exemplo para o mundo e ao mesmo tempo, no governo até temos uma diretora das comunidades LGBT, mas para defender, proteger a pessoa humana. Proteger, mas não promover artificialmente uma realidade que é



ontologicamente um ataque aos seres humanos. Então ajudamos para que não haja violência contra essas pessoas, mas ao mesmo tempo não promovemos como realidade natural, ajudamos.

Era o que eu queria compartilhar com vocês, o evento é muito bom, adorei aprender com vocês, aprendi muito, mas não posso ficar mais. É isso, muito obrigado e continuamos a disposição para o que quiserem, muito obrigado.

**LV** – Ângela, e transmita também nossos agradecimentos à Ministra Damares Alves por sua coragem por sua clareza. Agora a liderança do Brasil é muito importante por exemplo com a Declaração de Consenso de Genebra que teve que constituir (falha) o papel que o Brasil está assumindo nesta liderança internacional é fundamental então muito obrigado e transmita a Ministra.

**AG** – E Lola, muito obrigado e vamos juntos. Estamos firmes na Declaração de Consenso de Genebra e estamos recebendo mais demandas de países que querem estar conosco, vamos liderar isso e vamos seguir a *Partnership For Families* também estamos levando a OEA (Organização dos Estados Americanos) e a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) no seu tempo, mas agora a OAE a infância desde a concepção e dentro da família, para que possamos também lutar contra a ideologia de gênero. É isso, Lola, muito obrigado, muito obrigado por tudo, beijos, estamos juntos.